

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNESP CÂMPUS DE FRANCA

BEATRIZ RODRIGUES

**Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate
(c. 1880-1930)**

**Franca-SP
2021**

BEATRIZ RODRIGUES

**Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate
(c. 1880-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do título de doutora em História.

Área de concentração: História e Cultura

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcia Regina Capelari Naxara

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

**Franca-SP
2021**

R696b Rodrigues, Beatriz
Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate (c. 1880-1930)
/ Beatriz Rodrigues. -- Franca, 2021
203 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Marcia Regina Capelari Naxara

1. História. 2. Língua portuguesa. 3. Identidade brasileira. 4.
Imprensa. 5. Temporalidades. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

BEATRIZ RODRIGUES

**Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate
(c. 1880-1930)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” como pré-requisito para obtenção do título de doutora em História.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Márcia Regina Capelari Naxara (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araújo (UNESP)

Prof.^a Dr.^a Dr.^a Virgínia Célia Camilotti (UNESP)

Prof.^a Dr. Daniel Barbosa Andrade de Faria (UnB)

Prof. Dr.^a Claudete Daflon dos Santos (UFF)

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Izabel Andrade Marson (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Jacy Alves de Seixas (UFU)

Prof.^a Dr.^a Marisa Saenz Leme (UNESP)

Franca, 12 de abril de 2021.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese não é tarefa das mais simples, ainda mais quando o corretor ortográfico não compreende que “hontem” se escrevia com “h” e hoje, não mais.

Para minha ventura esta pesquisa foi facilitada, desde os seus primórdios e de diversas maneiras, por instituições e pessoas às quais presto os meus agradecimentos.

À Márcia Naxara pela orientação competente e pelo acolhimento ao longo destes anos de mestrado e doutorado. Seu respeito, sabedoria e sensibilidade ensinam e inspiram sempre. Cabem referências especiais às professoras Virgínia Camilotti e Karina Anhezini pelos direcionamentos na Qualificação e pela presença na banca de defesa, juntamente com o professor Daniel Faria e a professora Claudete Daflon, aos quais agradeço imensamente.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento que possibilitou a pesquisa, bem como à UNESP, local de seu desenvolvimento, em especial ao Programa de Pós-graduação, aos docentes e à Secretaria, na pessoa da Maísa Araújo, sempre atenta aos caminhos dos alunos.

Aos colegas do grupo Historiar pelos diálogos e reflexões acadêmicas e também pelo companheirismo e amizade. À Vera, Luciana, Andrea, Flávia, Eudes e Abner um agradecimento especial, cheio de carinho e afeto.

Ao Plauto, amigo de uma vida, por me ouvir e incentivar quando achei que não pudesse mais seguir. Agradeço também sua leitura atenta e competente. Não esperava outra coisa dele.

À Vera Lúcia, minha “mentora intelectual”, por acreditar em mim como uma “pesquisadora promissora”, pela leitura cuidadosa e pela amizade de todos os dias.

Ao Leandro, por ainda fazer parte das minhas pesquisas flutuantes entre história, língua e literatura, pelas ajudas diversas e pela amizade.

Aos meus pais e familiares, pelo incentivo, mesmo quando me ausentei em nome da pesquisa. Em especial, à minha irmã Juliana pela ajuda, carinho e admiração manifesta em relação ao meu trabalho.

Aos que ajudaram de alguma maneira nessa empreitada: Raphael, Nathalie e Ana. Outros, ainda que não tenham participado diretamente da escritura da tese, estiveram presentes em minha vida, apoiando-me de maneiras tão diversas e intensas que seria impossível registrá-las aqui. Espero ter sido grata a vocês todas as vezes em que me estenderam a mão.

RODRIGUES, Beatriz. **Do Brasil que escreve: língua portuguesa em debate** (c.1880-1930). 201 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

Na virada do século XIX, a língua portuguesa no Brasil foi tema de debates enérgicos e inquietantes. Por meio de jornais e revistas, os argumentos de escritores, gramáticos, filólogos, além de outros pensadores, suscitaram polêmicas que marcaram a vida intelectual do país. Carregadas de contradições, essas querelas sinalizavam para diferentes formas de vivenciar a realidade histórica. Esta tese tem por objeto tais discussões ocorridas na imprensa em torno da (e sobre) a língua portuguesa no Brasil, entre os anos de 1880 e 1930. Os embates linguísticos são apresentados com foco na sua relação com a temporalidade e com a diversidade de pontos de vista: o sentimento de decadência e deturpação, por um lado; a busca por inovação através de uma escrita simplificada e próxima ao cotidiano popular, por outro. Ademais, este trabalho versa também, sobre a noção de identidade brasileira, vetorizada a partir das polêmicas em torno da língua nacional, em relações de aproximação ou distanciamento no que toca à antiga metrópole e à Europa de modo geral. Por fim, enseja-se problematizar o quadro temporal edificado em torno da história da língua portuguesa assentado, sobretudo, nas intervenções dos movimentos e escolas literárias.

Palavras-chave: língua portuguesa, identidade brasileira, imprensa, temporalidades.

RODRIGUES, Beatriz. **Concerning the Brasil that writes: portuguese language in debate** (c.1880-1930). 201 f. Thesis (Ph. D. in History) – School of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University (Unesp), Franca – SP, 2021.

ABSTRACT

At the turn of the 19th century, the Portuguese language was the topic of vigorous and disquieting debates. In newspapers and magazines, claims from writers, grammarians, philologists, as well as other thinkers, had given rise to polemics which marked the country's intellectual life. Charged with contradictions, these disputes signaled different forms of living historical reality. That is the object of this thesis: discussions which happened in printed media on (and around) Brazilian Portuguese between the years of 1880 and 1930. The linguistic clashes are presented with a focus on the relation to their temporality and to the diversity of points of view: the feeling of decadence and degradation, on the one hand; the search for innovation through a written language which is simplified and close to Brazilian daily life, on the other. Furthermore, this work also deals with the notion of Brazilian identity, derived from the polemics around the national language, in relations of approximation and distancing from the old mother country and from Europe in general. Finally, it aims to question the temporal framework built around the Portuguese language's history, which is founded, chiefly, on the movements and literary schools.

Keywords: Portuguese language, brazilian identity, press, temporality.

RODRIGUES, Beatriz. **El Brasil que escribe: el idioma portugués en debate** (c. 1880-1930). 201 f. Tesis (Doctorado en Historia) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universidad Estadual Paulista (Unesp), Franca – SP, 2021.

RESUMEN

A principios del siglo XIX, el idioma portugués en Brasil fue objeto de debates enérgicos e inquietantes. A través de periódicos y revistas, los argumentos de escritores, gramáticos, filólogos, además de otros pensadores, desataron polémicas que marcaron la vida intelectual del país. Cargado de contradicciones, estas disputas mostraron diferentes formas de vivir la realidad histórica. Esta tesis, tiene como objeto las discusiones, que tuvieron lugar en la prensa en torno a (y sobre) el idioma portugués en Brasil, entre los años 1880 y 1930. Los enfrentamientos lingüísticos se presentan con un enfoque en su relación con la temporalidad y con la diversidad de puntos de vista: el sentimiento de decadencia y degradación, por un lado; la búsqueda de la innovación a través de una escritura simplificada y cercana a la cotidianeidad popular, por otro. Además, este trabajo también aborda la noción de identidad brasileña, vectorizada a partir de las controversias en torno al idioma nacional, en sus relaciones cercanas o distantes a la antigua metrópoli y Europa en general. Finalmente, busca problematizar el marco temporal construido en torno a la historia del idioma portugués, sobre todo, en las intervenciones de los movimientos y escuelas literarias.

Palabras clave: idioma portugués, identidad brasileña, prensa, temporalidades.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01: Democracia em latim... <i>Careta</i>	61
Figura 02: Ortographia politica. <i>Revista da Semana</i>	74
Figura 03: O dicionário de piadas da linguaportugueza. <i>O Pirralho</i>	75
Figura 04: Ora, graças! <i>O Malho</i>	82
Figura 05: Rephorma Jeral da Gramatica. <i>O Paiz</i>	105
Figura 06: A Reforma da ortographia <i>O Malho</i>	107
Figura 07: A reforma da orthographia. Uma sessão da Academia de Letras. <i>O Malho</i>	108
Figura 08: O Trocadilho por Raul Pederneiras. <i>Revista da Semana</i>	123
Figura 09: A lingua portugueza. <i>Fon-Fon</i>	173
Figura 10: Saibamos ser brasileiros. <i>A Manhã</i>	178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 – (N)Os tempos que a língua percorre.....	29
1.1 - A arte da palavra em decadência.....	30
1.2 - “A modernolatria dos modernos”	52
2 – “O que se deve e o que se não deve dizer”	69
2.1 - “O Zé-Povo”	71
2.2 - “Grammaticalismo.....	94
3 – Diálogos (in)tensos entre Brasil e Portugal.....	115
3.1 - “Os paladinos da Brazilidade”	116
3.2 - De olhos no além-mar.....	137
4 – Estranjomania.....	153
4.1 - O mal desta terra é a língua que se fala.....	154
4.2 - “A arte dos franchinòtes”	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	190
Fontes.....	190
Bibliografia.....	197



O Paiz, Rio de Janeiro n. 8278, 03 jun. 1907, p. 04.

Língua Portuguesa

*Última flor do lácio, inculta e bela
És, a um tempo, esplendor e sepultura
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela*

*Amo-te assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela
Que tens o trom e o silvo da procela
E o arrollo da saudade e da ternura*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo
Amo-te, ó rude e doloroso idioma*

*Em que da voz materna ouvi: "meu filho
E em que camões chorou, no exílio amargo
O gênio sem ventura e o amor sem brilho*

Olavo Bilac

INTRODUÇÃO

A epígrafe deste trabalho traz à tona o poema *Língua Portuguesa* do afamado “príncipe dos poetas”, Olavo Bilac. Tal escolha não é gratuita e fundamenta-se na importância que o escritor atribuía à língua, já que a considerava algo sagrado, inviolável, “o nosso sangue, a nossa alma e a nossa religião”.¹ As características formais, de estruturação e composição do soneto, além do uso da língua erudita, com rigor gramatical e vocabulário culto, eram aspectos caros aos poetas parnasianos. A “última flor do lácio”² apesar de bela, era inculta. Era esplendor e, simultaneamente, sepultura. Ainda que amada, era rude, obscura e dolorosa. Tratava-se de ouro nativo, bruto, que precisava ser lapidado.

Lapidar a língua portuguesa faz jus ao epíteto de “ourives da palavra”, comumente atribuído ao poeta que afirmava que a vitalidade da pátria e a decadência dos povos começavam sempre pelo estado de apodrecimento da língua.³ Em suas palavras, “a língua de um povo, [...] falada é a própria vida desse povo; mas, escrita, é mais do que isso: é a sua imortalidade. É preciso, pois, tratar o idioma nacional com um respeito religioso. [...] O que constitui a nacionalidade é, principalmente, a língua”.⁴

Olavo Bilac não estava sozinho nessa empreitada de pensar e velar a língua no Brasil. Manifestações que colocaram a língua portuguesa, a língua “cantante, espumosa e rubra”⁵ em posição de primazia circularam pelo país diffusamente desde o século XIX e marcaram uma geração de intelectuais. Com efeito, essas discussões circularam pelas páginas da imprensa brasileira nos mais recônditos lugares do país. Escritores, gramáticos, filólogos, além de outros pensadores, amiúde desconhecidos, se dedicaram de formas variadas ao tema

¹ GUERREIRO, Prof. A língua portuguesa. *A Cigarra*, São Paulo, n. 211, 15 out. 1923, não paginado.

² Referindo-se à última língua neolatina formada a partir do latim e falada pelos soldados na região italiana do Lácio.

³ *A Gazeta*, São Paulo, n. 5681, 05 jan. 1925, p. 2.

⁴ BILAC, Olavo. A língua portuguesa, *A escola*, Curitiba, n. 04, mai. 1906, p. 65.

⁵ Os atributos foram proferidos por Ramalho Ortigão e retirados de artigo publicado no *Almanach litterario*. SOUSA, Albino Moreira de. Decadência da língua portuguesa. *Almanach litterario*, Recife, n. 03, 1888, p. 50.

que gerava reflexões sistemáticas, paixões intensas e disputas acaloradas. Este preâmbulo fundamenta o objeto de análise que compõe esta pesquisa: os debates ocorridos em torno da e sobre a língua portuguesa no Brasil encontrados em jornais e revistas ao longo das últimas duas décadas do século XIX e as primeiras do XX – algo entre 1880 e 1930. Balizas, sem dúvida fluidas, tanto pela dispersão das fontes como pelo deslocamento contínuo de significados.

Por meio dos estudos linguísticos apreendem-se sentidos múltiplos e variados que adquirem contornos nesta tese a partir dos debates ocorridos na imprensa. As acepções e inferências são trazidas à tona pelas problemáticas de outrora e dizem respeito à maneira como as pessoas encararam e registraram a língua e a realidade em que viviam. A princípio, menciono trecho de texto sem autoria, publicado em 1879 em periódico de Ouro Preto, indicando a pluralidade que o termo comporta:

Língua boa e má língua
Língua de branco e língua de preto.
Língua civilizada e língua bárbara.
Língua comprida e língua curta.
Língua abençoada e língua maldicta.
Língua viperina e língua de papagaio.
Língua rica e língua pobre.
Língua nacional e língua estrangeira.
Língua particular e língua universal.⁶

O que é uma língua de branco e uma língua de preto? Língua civilizada e língua bárbara? Língua de rico e língua de pobre? Língua particular e língua universal? Esses questionamentos são importantes porque conduzem para as polêmicas infundáveis que eram tramadas na época. Muitas delas, tais como a ideia de uma língua brasileira, a decadência da língua portuguesa, a permissividade quanto ao uso de termos estrangeiros, dentre outros, eram temas considerados extremamente empolgantes e inflamados. Não raro, os escritores e seus posicionamentos eram contestados publicamente nos jornais e revistas. Às vezes, a réplica e a tréplica não eram suficientes para acalmar os ânimos e as discussões sobre a língua seguiam por edições a fio.

A propósito, Roberto Ventura tratou os escritores de finais do século XIX e início do século XX como polemistas. Em vez de debaterem ideias, eles assumiam uma orientação

⁶ *A Actualidade - órgão do partido liberal*. Ouro Preto, n. 09, 23 jan. 1879, p. 02.

autoritária marcada pela preocupação em contradizer os adversários “caindo em uma série infundável de monólogos, em que cada um dos participantes se esforçava em reafirmar suas próprias crenças”.⁷ As polêmicas se apropriavam da argumentação jurídica: “cada um dos debatedores advogava a sua própria causa, como se estivesse diante de um júri hipotético, formado pelo público incumbido de assistir à apresentação e exposição das partes.”⁸ Porém, como afirmou Ventura, esses processos de julgamento nunca se completavam já que os leitores não constituíam instância habilitada a proferir um veredito que encerrasse os casos.

A imprensa foi um *locus* catalisador dos debates ocorridos acerca da língua portuguesa, já que atravessava a vida intelectual naquele momento. As condições sociais para a profissionalização do trabalho intelectual estavam sendo edificadas por meio da proliferação de jornais e revistas e a consequente criação de empregos – mesmo que com baixa remuneração – formando um público para a literatura nacional. “Era a imprensa que dava as condições de sobrevivência e de divulgação para a produção dessa massa crescente de intelectuais brigando por um lugar ao sol”.⁹

A imprensa não funcionava apenas como *locus* para as polêmicas sobre a língua portuguesa, mas também por estar imiscuída em um processo de modernização técnica que atuava igualmente nas formas escritas. Como bem mencionou Flora Süssekind, para pensar a história da literatura brasileira, é necessário considerar as “relações com uma história dos meios e formas de comunicação, cujas inovações e transformações afetam tanto a consciência de autores e leitores quanto as formas e representações literárias propriamente ditas”.¹⁰

Para a autora é preciso considerar, no Brasil daquele período, a entrada simultânea de diversos aparelhos tais como o cinematógrafo, o gramofone e o fonógrafo, aliados às transformações técnicas como a litografia e a fotografia nos jornais.¹¹ A imprensa especificamente vivenciou um intenso processo de inovação tecnológica e novos métodos de impressão possibilitaram o aumento das tiragens, a combinação de textos e imagens, a melhora na qualidade e o barateamento das folhas. O serviço dos correios e telégrafos e o

⁷ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 87.

⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. Op. cit., 1991, p. 149.

⁹ COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 25.

¹⁰ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 26.

¹¹ SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras*. Op. cit., 1987, p. 26.

desenvolvimento das linhas férreas agilizaram o processo de divulgação de notícias e melhoraram o serviço de entrega das assinaturas.¹²

Essas mudanças indicam alterações no comportamento dos indivíduos e não se constituem apenas enquanto temas para a produção dos textos. As novas tecnologias e a imprensa mecanizada transformaram os meios de comunicação, a linguagem e a própria percepção da realidade. Mário de Andrade no seu “Prefácio Interessantíssimo” à *Paulicéia Desvairada* tratou dessa questão ao afirmar que “escrever arte moderna” não significa representar a vida no que ela tem de exterior: “automóveis, cinema, asfalto.” Se essas palavras frequentam seu livro “não é porque pense com elas escrever moderno, mas porque sendo meu livro moderno, elas têm nele sua razão de ser”.¹³

Os debates sobre a língua que serão analisados nesta tese são parte dessa realidade difusa em que as pessoas precisaram lidar com as transformações em curso, das quais a imprensa e a arte em específico eram parte. O homem-sanduíche¹⁴, fosse a degradação do escritor ou o símbolo da paisagem urbana moderna, era parte de uma realidade (in)contestável que viria para ficar. Nesse panorama, a questão é saber como as pessoas lidaram, sentiram e registraram essas percepções por meio dos textos sobre a língua portuguesa, em sua essência contraditórios.

A posteriori, muitos intelectuais encararam a produção literária do início do século XX de maneira pejorativa e consideraram essas obras menores, denominando-as pré-modernistas. Em certa medida, o termo pré-modernismo ficou marcado pelo trabalho de Antonio Candido por referência ao período entre os anos 1900 e 1922, lidos como fase de estagnação ou de permanência. Para o crítico, as obras literárias daquele momento conservaram e elaboraram os traços desenvolvidos pelo romantismo, mas não criaram necessariamente algo novo. Era “uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos”.¹⁵

¹² CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedade Paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997, p.21.

¹³ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 74.

¹⁴ Muitos escritores passaram a escrever para a imprensa naquele momento: Olavo Bilac, Emilio de Meneses, Hermes Fontes, Bastos Tigre e o próprio João do Rio que encarava o termo homem-sanduíche como a nova condição do homem moderno. Atente-se para o fato de que a expressão também sinaliza para o trabalhador que veste uma espécie de placa em si mesmo com diversos anúncios.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. *Literatura e cultura de 1900 a 1945*. In: *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 113.

O termo “pré-modernismo”¹⁶ é ambíguo, uma maneira anacrônica do presente olhar o passado na medida em que tenta definir os antecedentes para os momentos considerados marcantes da literatura, como o modernismo.¹⁷ Tânia de Luca recordou que o peso simbólico de 1922 é de tal ordem que este se impôs como marco periodizador da cultura brasileira, homogeneizando os antecessores sob rótulos genéricos.¹⁸

Se pensarmos nesses termos, corroborando o pensamento de Daniel Faria, o próprio modernismo, ainda que seja considerado um período autêntico e consolidado da literatura e da cultura brasileiras, pode ser considerado uma espécie de encarceramento intelectual. Segundo o autor, o título “modernista” foi instituído por Mário de Andrade alguns anos após a Semana de Arte Moderna como forma de legitimação de um agrupamento literário e político específico, tendo se tornado canônico e mais abrangente a partir de 1930.¹⁹ Desse modo, Faria encara o modernismo como um mito a fim de historicizar a literatura brasileira contemporânea. Em sua percepção, a ideia de modernismo “traça a imagem de um momento que funda a história, engendrando uma comunidade (a nação brasileira), e no qual emergem as figuras de heróis dotados de infalibilidade e confrontados por monstruosas contrafações do caos.”²⁰ Nesse processo, os trabalhos de autores renomados, como Oswald de Andrade e Mário de Andrade, passaram a ser vistos como parte de um cânone intelectual legítimo, enquanto outros, como Graça Aranha e Cassiano Ricardo, funcionam “às avessas”, como formas desviantes e equivocadas da regra.

A problematização em torno da nomenclatura dos movimentos literários que percorrem os anos desta pesquisa – seja o romantismo, o pré-modernismo ou o próprio modernismo – é realizada no intuito de questionar formas de compreensão que enquadrem aprioristicamente os textos históricos analisados. Faria interpela, inclusive, a possibilidade de contar a história da literatura brasileira sem partir de uma cronologia que tome como marco os anos 1922-1930. Transmuto seu questionamento para pensar a língua no Brasil ao

¹⁶ O termo foi criado por Alceu Amoroso Lima em *Contribuição à história do modernismo*. Cf. LEITE, Sylvia H.T.A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. 1a. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1996, p. 39.

¹⁷ Devido às ambiguidades do termo pré-modernismo, José Paulo Pais preferiu chamar a maior parte da literatura deste período de *art nouveau*, já que nela estava inserido o cosmopolitismo, o industrialismo, o erotismo, os mitos da civilização moderna, elementos novos que sugeriam as relações contraditórias daquele tempo: arte/natureza e arte/indústria no processo da modernidade. HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES Adatao. (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 291.

¹⁸ LUCA, Tânia Regina de. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia Regina Capelari; CAMILOTTI, Virgínia (Orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003, p. 42.

¹⁹ FARIA, Daniel. *O Mito Modernista*. Uberlândia: UDUFU, 2006, p. 07.

²⁰ FARIA, Daniel. *O Mito Modernista*. Op. cit., 2006, p. 14.

longo das últimas décadas do século XIX e as iniciais do século XX, problematizando as balizas literárias canônicas. A ideia aqui é perscrutar os debates que ocorreram na imprensa e que tinham como tema a língua, buscando refletir sobre os mesmos, sem necessariamente pensá-los a partir de chaves de leitura pré-estabelecidas. Por outro lado, se os movimentos literários não estruturam este trabalho, é dele parte constitutiva, na medida em que são trazidos à tona pelos textos que tratam da língua portuguesa, sendo, portanto, analisados e problematizados.

Essas questões levam a pensar na heterogeneidade da realidade experienciada e na própria compreensão do tempo histórico. Existem formas distintas de atuar diante da passagem do tempo e, portanto, as diferentes maneiras como as pessoas se colocaram nas páginas impressas indicam, também, ritmos temporais próprios. Nesse sentido, esta tese não trata exclusivamente de um tempo único ou de uma singular ideia de nação, mas abre-se para contradições interseccionadas nas malhas de tempos e nos tempos.

Essas colocações remetem para a noção de tempos em estratos referida por Reinhart Koselleck.²¹ Trata-se da ideia de que o tempo não é algo linear ou homogêneo, mas possuidor de diversos planos, com durações e origens distintas que atuam simultaneamente. Todos os âmbitos da vida e das experiências humanas possuiriam estruturas peculiares que se modificariam em ritmos próprios. Seria incorreto, de acordo com o autor, supor que todos os ritmos se modificam ao mesmo tempo ou em paralelo, mesmo que eles aconteçam em um mesmo momento no sentido cronológico e apareçam como entrelaçados.

Ainda que se saiba que o tempo seja algo fluido e que as balizas temporais dificilmente possam comportá-lo, fazer recortes em uma pesquisa torna-se necessário, uma vez que, os limites, sejam eles em relação ao tempo, ao método ou às fontes, fazem parte das escolhas que precisam ser apresentadas e fundamentadas.

A década de 1880 foi escolhida para o início desta pesquisa na medida em que se percebeu o delineamento de uma tendência a partir desse período. Enfatizo o termo tendência no intuito de esclarecer que houve uma propensão – não se trata de algo generalizante, fixo ou ausente de contradições – a associar à língua e suas transformações a ideia de decadência. Seria contraditório falar em estratos do tempo e definir de forma inflexível os anos finais do século XIX como decadentistas. Se não é possível tratar a questão nesses termos é sensato reconhecer que, a partir desse momento, a ideia de decadência se constitui não apenas como

²¹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

um sentimento nostálgico em relação às transformações contra a pureza da língua, algo que, aliás, perdura de variadas formas durante todo o período da pesquisa, mas também torna-se um tema de debate.

Decadência, degeneração, prostituição, demência, vício e atrofiamento eram alguns dos termos utilizados para tratar o estado em que a língua portuguesa se encontrava. Atente-se para o fato de que não se tratava de um estado pontual em relação ao modo como as pessoas escreviam, mas de uma espécie de “anarchia mental e moral” que dominava todo o Ocidente e desorganizava a sociedade “produzindo as consequências funestas” que emanavam “dos transvios do espirito moderno”.²² Vivia-se uma espécie de abatimento moral, intelectual e material do qual a linguagem moderna era parte intrínseca.

Manifestações como essas, tenderam a encarar a vertente linguística nacional – por vezes denominada língua brasileira – como a degradação da pureza idiomática. Intensificou-se neste período o desejo pela legitimação de uma língua portuguesa, friso, europeia, marcada pelo purismo e pelo respeito ao vernáculo e, pelos mesmos motivos, os termos estrangeiros passaram a ser rejeitados. Por essas razões, a década de 1880 foi escolhida como baliza para a delimitação da pesquisa.

Já o desfecho em 1930 justifica-se pela tentativa de analisar a guinada linguística da década de 1920 de modo crítico. A partir desse período, observamos um número maior de textos a clamar pela libertação, renovação, simplificação e diversificação da língua portuguesa no Brasil. Almejava-se uma língua que “se ajustasse aos novos tempos”, com uma ortografia simplificada e próxima da fonética, de modo a acolher os chamados termos populares. Foi nesse momento também que se intensificaram os protestos a favor da independência linguística do Brasil frente a Portugal e, por fim, acentuaram-se os ideais universalizantes. Apesar da difusão de tais ideias, manifesto que elas estavam se desenvolvendo desde a virada do século XIX, não circunscritas, portanto, às balizas temporais dos anos 20, tampouco às proposições da escola modernista. Aliás, problematizar as definições literárias mais estruturantes é um dos objetivos deste trabalho.

É válido mencionar também que na década de 1930 as nuances das discussões ganharam matizes diferenciadas. Houve uma efetiva política linguística direcionada ao sentimento nacional, ao fortalecimento do Estado e à tentativa de proibir a língua nativa

²² CARDOSO, Saturnino. Os nossos filólogos e as nossas necessidades linguisticas. *Revista da família academica*, Rio de Janeiro, n. 10, 01 ago. 1888, p. 307.

falada pelos imigrantes.²³ Em relação à ortografia especificamente, lembra Tania de Luca²⁴ que esse momento representou o início da ingerência do Estado Brasileiro na questão ortográfica, levando em consideração as expedições de decretos do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Sabendo que muitas questões sobre a língua aqui tratadas continuaram ao longo do tempo, perdurando na atualidade, reitero a dificuldade em definir uma data para o início e o fim do trabalho com as fontes. Sendo a língua uma instância viva, as discussões não cessam, seja na imprensa ou não. Escrever é impor o que não existe. Uma pesquisa, de fato, não acaba, mas a prática da escrita histórica necessita de ponto final.²⁵

Esse aspecto conduz à ideia de que o conhecimento passa pela construção da língua e que a realidade não deve ser pensada como uma referência objetiva externa ao discurso, mas constituída pela e na linguagem. Essas concepções remetem para a importância que a língua assume na presente pesquisa, já que é objeto primordial de análise e, ao mesmo tempo, marca da narrativa histórica.

Para Vilem Flusser, o conhecimento, a realidade e a verdade são aspectos da língua e por isso não devem ser compreendidos como um instrumento, mas como algo criador de realidade. “A língua, tal qual a somos, tal qual ela se derramou até nós para formar-nos, é o acúmulo de toda a sabedoria, de todo o esforço criador, de todas as vitórias e de todas as derrotas dos intelectos que nos precederam”.²⁶

Seguindo o pensamento do autor, se definirmos a realidade como “conjunto de dados”, poderíamos afirmar “que vivemos em realidade dupla: na realidade das palavras e na realidade dos dados ‘brutos’ ou ‘imediatos’”.²⁷ Há uma ordem hierárquica em relação aos vocábulos que varia de língua para língua. “As frases, ou pensamentos, são organizações de palavras obedecendo regras que, no caso do português, são aproximadamente lógicas. A verdade é uma correspondência entre frases ou pensamentos resultado das regras da língua”.²⁸ Mesmo que alguém busque dizer algo novo, precisará fazê-lo por meio de uma linguagem estabelecida e, portanto, por meio de um patrimônio linguístico pré-estabelecido.

²³ CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Campinas, 1998. 348 f. Tese (Doutorado em história). IFCH, Unicamp, Campinas, 1998, p. 39.

²⁴ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 248.

²⁵ Corroboro com o pensamento de CERTEAU, Michael de [1975]. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

²⁶ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. São Paulo: Annablume, 2007, p.214.

²⁷ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. Op.cit, 2007, p.23.

²⁸ FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. Op.cit, 2007, p.30.

Percebe-se, portanto, que a língua não é apenas um instrumento ou uma nomenclatura, mas que participa ativamente da realidade. Ela se desenvolve historicamente e uma vez constituída, acaba por impor aos seus falantes uma maneira determinada de encarar e organizar o mundo. Em realidade, as noções de língua e linguagem foram se delineando ao longo do tempo e não se constituem enquanto algo pronto e acabado. Não nos cabe retomar, mesmo que sucintamente, um histórico do estudo da linguagem, mas é possível mencionar as distinções entre os termos que frequentemente aparecem de forma emaranhada nas fontes encontradas.

Recorro de início a um texto do poeta e reconhecido filólogo José Oiticica²⁹ que fora publicado na *Revista Americana* no ano de 1917 e que trata justamente da confusão entre os termos. Para ele, antes de tudo, linguagem é expressão de pensamento. Ela surge do íntimo entre o pensamento e a emoção, “transfunde como o gesto, como o olhar, como os movimentos, para a revelação do eu. O homem não se serve dela para representar suas idéias; ella é a representação mesma dessas idéias, por vários processos, um dos quaes a fala humana.”³⁰

Para Oiticica, seria engano achar que a linguagem é algo que pode ser utilizado, pois ela é uma função orgânica do homem, independentemente do produto histórico. “Língua é apenas um dos modos pelos quaes a linguagem se revela em certo povo. Linguagem é fenômeno biológico; língua é phenomeno historico, fructo da tradição e da selecção.” A linguagem é algo sem distinções, ou seja, é comum aos homens. Já as línguas diferem, são monossílabas, aglutinantes, flexionadas, analíticas e assim por diante.

No clássico *Curso de lingüística Geral* organizado em 1916, o linguista e filósofo Ferdinand de Saussure demonstrou a complexidade da questão. Língua não se confunde com linguagem, já que ela é uma parte determinada e essencial dela. Concomitantemente, ela é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.”³¹

Saussure afirma que a linguagem tomada em seu todo “é multiforme e heteróclita”. Ela é ao mesmo tempo “física, fisiológica e psíquica” e pertence “ao domínio individual e social”. Ela “não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se

²⁹ José Rodrigues Leite e Oiticica foi poeta, filólogo, professor e um destacado militante anarquista. Contribuiu sistematicamente para a imprensa operária e anarquista e publicou diversas obras linguístico-filológicas, entre as quais *Estudos de fonologia* (1916), *Do método no estudo das línguas sul-americanas* (1930), *Roteiro de fonética fisiológica, técnica do verso e dicção* e *A teoria da correlação* (1955).

³⁰ OITICICA, José. A ‘margem das grammaticas. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 05, fev. 1917, p. 100.

³¹ SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 17.

sabe como inferir sua unidade.” Por outro lado, a língua seria “um todo por si e um princípio de classificação”.³² Assim, a língua representaria um conjunto de pequenas unidades que se relacionam dentro de um todo.³³

Não pretendo traçar um panorama completo dos estudos de linguística e apresentar a diferença entre língua, linguagem, fala, gramática, vocábulo, som, dentre outros termos que eventualmente irão surgir. Embora essas noções guardem importância e apareçam nas fontes, elas não constituem o enfoque da pesquisa. A língua pode ser objeto de análises variadas: ela é ação, cultura, política e importa aqui enquanto objeto dos debates ou temas geradores das polêmicas suscitadas.

Para além das demarcações já realizadas, devo mencionar o trabalho realizado com as fontes e suas limitações. Em primeiro lugar, deixo claro que não tive por objetivo analisar todos os periódicos disponíveis no país, sejam eles digitais, microfilmados ou impressos. Tal empreitada despenderia tempo imensurável de pesquisa e seria no mínimo, frustrante, posto que dificilmente se teria acesso à completude do material – um todo inalcançável –, além da busca pelo “todo” não garantir um trabalho de qualidade. Não obstante, a quantidade de documentos reunidos para estruturar a tese que aqui se expõe é consideravelmente relevante. Foram pesquisados aproximadamente 3146 periódicos, dos quais 162 foram utilizados em seus 956 artigos.

Além do número de artigos mencionado, muitos outros encontrados no processo investigativo, não foram considerados. Antes de tudo, porque esse não era, de fato, meu objetivo. Procurei selecionar os materiais, fossem eles textos de opinião, notícias, poemas, crônicas, dentre outros, que tratassem da língua portuguesa de maneira mais reflexiva. Nesse caso, publicações mais técnicas, tais como decretos, compêndios sobre regras gramaticais, trechos de dicionários ou quaisquer outros textos que informavam, mas que em alguma medida, não realizavam uma reflexão sobre a língua portuguesa, não foram considerados. Embora esses textos pudessem contribuir de alguma maneira, eles não foram privilegiados por uma questão de viabilidade, já que interessa, sobretudo, perscrutar os debates sobre a língua portuguesa, e não analisar as normatizações em si.

³² SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006, p. 17.

³³ A teoria da análise linguística desenvolvida a partir das ideias de Saussure ficou conhecida como estruturalista. Já o norte-americano Noam Chomsky em meados do século XX defendeu a ideia de que a linguagem é uma capacidade inata e interligada à espécie, sendo transmitida geneticamente. Segundo Chomsky, existem propriedades universais da linguagem que devem ser buscadas no intuito de construir uma teoria geral da linguagem. Essa teoria ficou conhecida como gerativismo. PETTER, Margarida. *Linguagem, língua, lingüística*. In: FIORIN, José Luiz (Org). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 15.

O ato do historiador de fazer escolhas carrega consigo a exclusão de várias possibilidades de pesquisa e registro que poderiam dar-se de uma determinada maneira, mas que por vários motivos, deram-se de outro. Diz respeito ao caminho trilhado pelo profissional e às perspectivas historiográficas assumidas e edificadas. Em virtude disso, as seleções e os motivos que as regeram precisam ser declarados e de modo algum, colocados à margem. Há muito tempo não existe ingenuidade quanto à possibilidade de uma história verdade, objetiva ou totalizante. Abandonar certas convicções e admitir que escolhas são feitas e que lacunas e silêncios existem, é um primeiro passo para um trabalho consciente.

O título da tese “Do Brasil que escreve”, sinaliza para algumas dessas ausências. A primeira delas trata das limitações a que a feitura da escrita impõe, reforçando o fosso existente entre língua falada e escrita, alargado naquele momento pelo problema crônico do analfabetismo. Olavo Bilac mencionou que a língua falada era a vida de um povo, mas que a escrita demarcava sua imortalidade. Todavia, o que dizer acerca da imortalidade de tantos brasileiros (in)visíveis que ficaram alijados desse processo representativo em que poucos indivíduos letrados puderam registrá-la em papel?

“Do Brasil que escreve”, portanto, advém as primeiras lacunas. Ainda que o objeto de pesquisa seja a língua e suas discussões compreendam temas dos mais eruditos e acadêmicos possíveis, sabe-se que uma língua é formada igualmente por seus aspectos cotidianos, pela maneira como é falada e transformada diariamente por aqueles que nem sequer conhecem seus registros escritos. De acordo com Peter Burke, “muito da cultura popular deixou de ser registrado por escrito não só porque muitas pessoas comuns não sabiam escrever, mas também porque os literatos não tinham interesse pela cultura popular”,³⁴ além de serem “incapazes de transcrever uma cultura oral para a forma escrita da língua”.³⁵

Segundo Mônica P. Velloso, “a linguagem inscreve-se na cidade e nos grupos sociais, sendo, simultaneamente, vetor e indício de conflitos e negociações. Subentende uma esfera organizacional-administrativa e outra composta pelas diversas maneiras de falar cotidianas”.³⁶ Por esfera organizacional-administrativa, compreende-se a língua escrita, literária, as regras gramaticais e quaisquer outras convenções estabelecidas em torno da língua. Por outro lado, existe a língua cotidiana, que muitas vezes desconhece tais preceitos.

³⁴ BURKE, Peter. *A Arte da conversação*, São Paulo: Ed. UNESP, 1995, p. 34.

³⁵ BURKE, Peter. *A Arte da conversação*. Op.cit, 1995, p. 34

³⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. *ArtCultura*, Uberlândia, v.7, n.11, jul. – dez. 2005, p. 162

Referindo-se ao caso do Rio de Janeiro em específico, a autora afirmou que “a cidade das letras” era composta pelos “doutos acadêmicos” que coexistiam e contrastavam de forma significativa em relação ao que era vivido nas ruas.³⁷

Corroboro a ideia dos autores de que muitos registros foram perdidos e saliento que as discussões aqui apresentadas foram trazidas à tona por aqueles escritores que conseguiram chegar ao público. Mesmo aqueles que assim o fizeram, instilaram novos desafios, na medida em que a autoria dos artigos é muitas vezes desconhecida. Existem textos assinados pelo nome de seu respectivo escritor, outros são registrados com pseudônimos – prática bastante comum na imprensa da época – e outros, ainda, que sequer fazem referências ao autor.

Há casos em que a informação biográfica gerou as reflexões sobre os textos em foco e nesses casos, a autoria não foi desprezada, especialmente quando se considerou pertinente o diálogo entre o autor e sua obra. Em outros momentos, porém, essas informações não contribuíram diretamente para pensar sobre as questões em torno da língua que estavam sendo tecidas. É preciso considerar também que, devido à quantidade de intelectuais mencionados, uma averiguação detalhada de cada um deles tornaria a pesquisa inexequível.

Além dessa inviabilidade e da não assinatura dos textos pesquisados é válido recordar que, mesmo naqueles em que a autoria é conhecida, existem ausências. Como bem recordou David Harlan,³⁸ ao traçar as diferenças entre atos de fala e atos de escrita, não há diálogo entre escritor e leitor como acontece entre aquele que fala e aquele que escuta. O leitor está ausente no ato de escrever, assim como o escritor está ausente no ato de ler e, assim sendo, o leitor não pode interrogar o escritor, assim como o escritor não pode responder o leitor.³⁹

Considerando o texto como um produto dinâmico diante do qual o leitor não se coloca para extrair um sentido único, procurei refletir sobre as diversas camadas de significações presentes nas fontes encontradas, reconhecendo a impossibilidade de abarcá-las integralmente.

Outra ausência que devo mencionar e que está relacionada ao título da tese, “Do Brasil que escreve”, diz respeito ao Brasil em termos territoriais. Refiro-me aqui, especificamente ao trabalho com as fontes, em que busquei, por um lado perscrutar o país

³⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade. Op.cit, 2005, p. 164.

³⁸ HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Ed.Unicamp, 2000, p.32.

³⁹ Sobre esse debate, ler: BARTHES, Roland. A morte do autor [1968]. In: *O rumor da língua* (1984). Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 65-70. FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: *Ditos & Escritos III*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

de modo geral, fugindo ao binômio Rio-São Paulo para pensar a língua nacional – um Brasil que, ressalvas feitas aos limites arquivísticos e documentais mencionados, inclui e valoriza a diversidade de posturas e de debates difusos pelo território. Por outro lado, ainda que as produções advindas dos mais variados locais tenham sido colocadas *pari passu*, é preciso reconhecer que a cidade do Rio de Janeiro funcionou como um centro dinamizador das publicações impressas e que quase metade do material analisado, foi publicado na capital.

Para termos ideia dos materiais encontrados sobre a língua portuguesa e que foram considerados na pesquisa, apresento de forma sucinta algumas informações e números. O Estado do Rio de Janeiro desponta com 500 publicações, das quais apenas 14 não advêm da capital. O Paraná dispõe de 106 textos, sendo todos eles publicados em Curitiba. Minas Gerais apresenta 67 publicações que aparecem de forma distribuída entre as diversas cidades do Estado. De qualquer forma, um número maior de publicações ocorreu em Ouro Preto, Alfenas e Juiz de Fora. No Estado de São Paulo foram analisados 60 textos dos quais todos foram veiculados na capital. Do Maranhão foram analisados 33 artigos; do Mato Grosso, 26; Espírito Santo, 25; Ceará e Acre, 24; Pernambuco, 19; Bahia, 17; Rondônia, 12 e os demais Estados, menos de 10 cada um.

Apresento o trabalho com as fontes e o mapeamento em nível nacional, pois a ideia de nação que é vetorizada por meio dos debates sobre a língua portuguesa está diretamente relacionada aos documentos focalizados. É importante pensar acerca do Brasil que se trata e de quem são as vozes que chegam ao público compondo tal quadro. O conhecimento histórico não é idêntico ao das fontes que dele dão testemunho e o método de trabalho do historiador tem uma racionalidade própria. Uma experiência histórica é transformada metodologicamente e passa a ter autonomia. Ainda assim, os documentos têm o poder de obstar afirmações que poderiam ser consideradas falsas ou inadmissíveis e são protagonistas das histórias aqui tecidas. Seu protagonismo não deixa esquecer, porém, que as revistas e jornais possuem projetos culturais, políticos e econômicos próprios e que seus conteúdos devem ser encarados de forma crítica.

Assim como neste trabalho, muitos outros exploram os materiais produzidos pela imprensa enquanto fonte de pesquisa. Porém, é válido recordar que diversos estudos no Brasil têm dado importância à imprensa enquanto objeto de investigação, considerando, neste caso, elementos como: a materialidade dos impressos, seus suportes, procedimentos

tipográficos, avanços técnicos, uso/ausência de imagens, publicidade, etc.⁴⁰ Além disso, jornais e revistas edificam-se através da ação de um conjunto de indivíduos que atuam em seus bastidores em nome de um projeto coletivo e de suas redes de sociabilidades, daí a importância de pensar a linha editorial e seus colaboradores, tendo em vista aspectos como sentidos políticos e doutrinários, dentre outros. Em que pese sua importância, não estiveram no foco desta pesquisa devido à grande quantidade de periódicos compulsados e a centralidade da questão proposta. De todo modo, permanece em aberto a possibilidade de pesquisas futuras.

Outro aspecto fulcral que precisa ser elucidado de antemão diz respeito aos tantos termos que aparecerão nesta tese que, somados aos seus usos, assumem proporções múltiplas, cambiantes, e por vezes, contraditórias. Expressões como: purismo, clássico, decadência, passadismo, nostalgia, modernismo, progressismo, futurismo, erudito, popular, dentre outros, abundam neste trabalho. Não foi intenção explorar historicamente cada uma delas, mas sim, compreendê-las a luz dos seus usos no passado. Ainda que tais investigações sejam oportunas, perscrutar cada conceito em sua extensa gama de sentidos e acepções demandaria investigações diferentes das que pretendi aqui realizar. Ademais, é importante recordar que muitos termos colocados pelos debates foram empregados por pessoas que não dominavam, e não estavam preocupadas em dominar, seus potenciais significantes. O termo regionalismo, por exemplo, é utilizado em menção aos textos escritos em dialeto caipira e não há preocupação por parte de seus autores de problematizá-los teoricamente ou explorar as vertentes literárias do movimento.

Ressalvas feitas, procurei organizar a realidade multifacetada que encontrei em relação aos debates na imprensa de forma a respeitar as diferentes percepções da realidade linguística, dos aspectos identitários e da própria passagem do tempo. Isso significa que a tese não obedece a uma linearidade cronológica precisa. Idas e vindas foram feitas no tempo, tanto horizontalmente quanto verticalmente, no intuito de captar essas diferentes nuances humanas e suas formas de encarar o mundo. Não obstante, foi preciso organizar o material, diga-se de passagem, bastante extenso, de forma a torná-lo compreensível ao leitor. Aspectos que foram considerados a partir do que Reinhart Koselleck denominou de repetições. Todos os âmbitos da vida e ação humanas contêm diferentes estruturas de repetição que, se

⁴⁰ Conforme os trabalhos desenvolvidos por Tânia Regina de Luca. Sobre o assunto, ver: LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003.p.111-153.

modificam em diferentes ritmos.⁴¹ Para além das singularidades, existe repetibilidade, ainda que em grau mínimo, nas ações humanas e essas disposições de repetição que nunca se reproduzem de forma homogênea delineiam e explicam a organização da tese.

Todos os capítulos deste trabalho estão dispostos em dois tópicos, de modo a apresentar os embates que foram travados na época. Devo salientar que os dualismos aqui apresentados foram edificados como recursos didáticos no intuito de dar a ver os debates. Dito de outro modo, procurei ressaltar a maneira pela qual as discussões mais prementes sobre a língua portuguesa ocorreram no interior da própria imprensa. Os binômios estabelecidos, portanto, não guardam ingenuidades sobre a infinidade de outros debates possíveis. Além do mais, cada tópico busca problematizar a própria visão dualista em que os debates foram travados na época. Por exemplo, por mais que muitos textos indicassem para uma verdadeira “guerra” entre os chamados passadistas e futuristas, havia muitos que expunham suas opiniões sobre a língua, mas não necessariamente se enquadravam nessas “igrejinhas”. Os itens que compõem cada capítulo procuram apresentar a história da língua em suas antíteses e contradições históricas.

Em realidade, a vida e/ou a história, não podem ser vistas de maneira dual porque a realidade, presente ou passada, é complexa demais para encaixar-se nesse esquema. Tantas outras formas narrativas poderiam ser realizadas a partir do trabalho do historiador que, como bem recordou Durval Muniz de Albuquerque Júnior, tece narrativas, relaciona, entrelaça “linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final.”⁴²

Esse trabalho de tessitura ao qual se referiu Durval Muniz, é apresentado na tese através de suas disposições em capítulos. O primeiro deles, denominado “(N)os tempos que percorrem a língua”, volta-se para o panorama linguístico através de um enfoque nas temporalidades e apresenta a ideia de decadência da língua por um lado, e o anseio de renovação e libertação do passado, por outro. O capítulo 2, “O que se deve e o que se não deve dizer” apresenta o embate entre a vertente dos “progressistas” da língua, os quais objetivavam a simplificação e a popularização da escrita, e os “passadistas” que rejeitavam esses mesmos ideais. O capítulo 3, “Diálogos (in)ensos entre Brasil e Portugal” versa sobre a ideia de identidade que foi vetorizada por meio dos debates sobre a língua no Brasil a partir do confronto entre o que se pode denominar “língua brasileira” versus “língua portuguesa”,

⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Op. cit., 2014, p. 14.

⁴² ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História – a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 37.

ou língua nacional versus língua europeia. Já o capítulo 4, “Estranjomania”, trata das relações linguísticas do Brasil em relação ao mundo ocidental em suas antíteses.

Peter Burke questionou certa vez “por que um historiador cultural escreveria sobre linguagem. Por que não deixar o tópico para os linguistas?”. Indagação a que respondeu afirmando que “a linguagem é sempre um indicador sensível – embora não um simples reflexo – da mudança cultural”. Para o autor, os historiadores passaram a reconhecer a importância da linguagem (e da língua de modo específico) devido a dois fatores principais. Em primeiro lugar, “reconheceram tal estudo como um fim em si mesmo, a linguagem sendo vista como instituição social, como uma parte da cultura e da vida cotidiana”.⁴³ Em segundo lugar, “por ser esse estudo um meio para a melhor compreensão das fontes orais e escritas pela via da consciência de suas convenções linguísticas”.⁴⁴

Para encerrar a introdução, enfatizo a importância contida nos debates gerados a partir das questões linguísticas enquanto objeto de estudo e reflexão do e sobre o passado. Utilizando expressão de Eça de Queiroz, a língua possui uma fatalidade quase sobrenatural, não se trata de mera superstição.⁴⁵ Como espécie de “mãe mental”, conforme dizia Monteiro Lobato,⁴⁶ a língua é fator primordial da própria existência humana. “Uma língua não é só um instrumento; é a própria música cerebral”. Ela “é uma diferenciação humana; os seus segredos, os seus mistérios, os seus terríveis enigmas formam um patrimônio intelectual colectivo”.⁴⁷

Por fim, retomo a menção a Diderot realizada pela famosa revista *Fon-Fon* em 1918. O periódico afirmava que, para o filósofo, a língua é o “termômetro do estado dos espíritos numa nação” e arrematava dizendo que se o autor da enciclopédia “revivesse daqui a um século para saber onde se tinha chegado, pediria a última obra de literatura impressa.”⁴⁸

Diderot não teve a oportunidade de reviver para ter conhecimento de como a língua estaria e de onde a humanidade teria chegado um século após a sua existência. Todavia, é possível fazer movimento inverso, ou seja, visitar a aventura humana no passado de modo a refletir historicamente sobre ela a partir de suas reverberações e dos indícios que chegaram até nós. É a partir desses relatos sobre a língua que se narra a história a seguir.

⁴³ BURKE, Peter. *A Arte da conversação*. Op cit, 1995, p. 09.

⁴⁴ BURKE, Peter. *A Arte da conversação*. Op cit, 1995, p. 09/10.

⁴⁵ A Reforma Ortográfica. *Alto Madeiro*. Porto Velho, n. 1318, 09 fev. 1930, não paginado.

⁴⁶ LOBATO, Monteiro [1944]. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010, p. 140.

⁴⁷ A literatura actual do Brasil. *Revista Brazileira*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1898, p. 81.

⁴⁸ DIDEROT. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 47, 23 nov. 1918, p. 30.

1 - (N)OS TEMPOS QUE A LÍNGUA PERCORRE

Muitos consideraram que a arte da palavra escrita atravessava uma “crise” em finais do século XIX e o malogro era estampado nas páginas da imprensa sem constrangimentos. Sentia-se e vivia-se uma espécie de estado mórbido do idioma em decadência e muitos registros pautados pela nostalgia lamentavam a língua que havia se perdido. Os descontentamentos referiam-se às transformações “inovadoras” que “atacavam”, “deturpavam”, “achincalhavam” e “prostituíam” a doce língua portuguesa. Naquele meio, parecia não haver redenção possível para o Brasil e sua pátria em ruínas.

Essa interpretação, não obstante, não era unívoca, uma vez que as transformações inovadoras eram benquistas por muitos que as consideravam habituais em um mundo “eminentemente moderno” e com “ânsia para o infinito”. Bem como tudo no correr da vida, era legítimo que a língua tendesse a alterar-se com os anos. Os novos tempos e as novas linguagens tinham vindo para ficar, era preciso encará-los com certo entusiasmo e rejeitar “o passadismo estéril”.

Havia, portanto, dissonâncias em relação à língua portuguesa que sinalizavam diferentes formas de vivenciar e encarar a(s) temporalidade(s). Embates entre o novo e o velho, entre o passado, o presente e o futuro que permeiam toda a discussão sobre a língua no Brasil e envolvem aspectos complexos da cultura brasileira em sua historicidade sempre múltipla. Essas contradições se sobressaem nos debates com presença que marcou intensamente a vida intelectual daqueles que se dedicavam à imprensa e era carregada de dramaticidade e lamento, mas também de euforia e expectativa.

Em função dessas questões, este capítulo volta-se para esse panorama em que o (res)sentimento de decadência e o anseio por uma língua renovada são encaradas pelo ponto de vista da temporalidade. Ademais, busco analisar o sentido de suas inscrições para superar ingenuidades quanto à absolutização dos modos de olhar tanto o presente quanto o passado.

1.1 - A arte da palavra em decadência

O Dr. Castro Lopes foi um médico e polígrafo que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1827 e 1901. Ficou conhecido por ser um exímio latinista, mas também por escrever sobre astrologia, espiritismo e homeopatia, tendo criado diversos neologismos cunhados com o intuito de substituir os termos em francês e em inglês que circulavam no Brasil. Suas criações, tais como “lucivelo” para substituir abajur, “venaplauso” no lugar de claque, “ancenúbio” ao invés de nuance, dentre outras, não obtiveram sucesso e nem se mostraram exequíveis. Aliás, a imagem que se criou em torno dele era um tanto chistosa, chegando a se tornar inclusive, personagem das crônicas de Machado de Assis.⁴⁹

Retomo a figura de Domingos Castro Lopes a fim de remeter a texto de sua autoria publicado alguns anos após o seu falecimento em periódico de Porto Alegre. Nele, apresenta-se um colóquio entre “um tio velho” e um “sobrinho ainda joven” que foi transladado pelo latinista. Dizia a figura do tio: “Estou quasi com 80 annos de idade, e vivo aborrecido: tudo quanto vejo, ouço e observo me confirma na crença de que vamos cada vez para peor; esta mocidade...”. O sobrinho rebatia, buscando justificar as lamentações do tio: “É que a grande differença de idades, as inclinações, as propensões, trazendo diversidade...”.⁵⁰ As escusas do sobrinho foram imediatamente rebatidas pelo tio em sua explanação seguinte: “Não me refiro a isso; quero fallar da decadencia literaria! Ignora-se a lingua portugueza a tal ponto, que já não se conhece o significado das palavras as mais comesinhas, dos termos os mais corriqueiros.” Era “fóra de duvida que, ao inverso do que deveria, a linguagem portugueza no Brasil [ia] piorando de dia para dia”.⁵¹

O episódio relatado pelo Dr. Castro Lopes é interessante porque expõe os argumentos daqueles que acreditavam no processo de degeneração ao qual a literatura e a língua estavam imiscuídas. Ainda que se desconheça a diferença de idade entre o “tio velho” e o “sobrinho ainda joven”, o certo era que havia passado tempo suficiente para que o mundo das letras decaísse significativamente. Foi no decorrer do tempo que a língua se deteriorou e chegou àquele estado funesto.

As alterações suscitadas na linguagem humana guardavam relação com a “nova realidade” que se apresentava. Atrelando-se ao modo como as pessoas sentiram e lidaram

⁴⁹ As crônicas foram publicadas na série “Bons Dias!” lançada no periódico *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1888 e 1889.

⁵⁰ LOPES, Dr. Castro. Calças. *A Capital*, Porto Alegre, n. 18, 04 jan. 1909, não paginado.

⁵¹ LOPES, Dr. Castro. Calças. *A Capital*, Porto Alegre, n. 18, 04 jan. 1909, não paginado.

com a passagem do tempo, as modificações na língua de finais do século XIX traziam sentimentos intensos de nostalgia. Embora esse sentimento de decadência tenha prevalecido na virada do século, ele permanece, ressalvadas as peculiaridades, durante todo o período de pesquisa. As vanguardas artísticas da década de 20 em seu anseio pelo futuro, precisaram conviver – em equilíbrio ou não – com aqueles que desejavam que o passado permanecesse presente, ou no presente.

O sentimento de desilusão e degradação humana que pode ser percebido a partir dos registros linguísticos enraizavam-se, sobretudo, naquilo que poderia denominar descompasso temporal. Era fato incontestável que alguns progressos ocorreriam, de quando em quando com a língua. Porém, segundo texto publicado n’*A Época* em 1888, tais modificações teriam que ser administradas “com a lentidão do tempo geológico, pouco menos moroso que a evolução do planeta.”⁵²

Em 1884, Pedro da Silveira declarou, reforçando essas ideias, que “romper contra o passado [era] cometer um crime de lesa origem, que o entendimento de modo algum [poderia] auctorisar”.⁵³ Não se poderia interromper subitamente as experiências que haviam sido vividas outrora.

Nem sempre é tarefa fácil para o historiador “medir” de que forma ambicionou-se deixar o passado para trás, esquecido, porque o tempo histórico está associado a homens concretos que possuem formas específicas de pensamento e ação, muitas vezes contraditórias, não totalmente racionalizadas e marcadas por ambiguidades. De todo modo, é possível assinalar o apego aos valores do passado, especialmente no que diz respeito ao esmero da língua, sua erudição e pureza.

Em 1904, na revista *Kosmos*, José Veríssimo afirmou que aqueles, tais como membros da Academia Brasileira de Letras, que procurassem frear a marcha “demasiado apressada, sinão precipitada, do portuguez no Brasil,” prestavam um bom serviço para a língua. Era necessário que os escritores estabelecessem uma “justa ponderação entre as fórmulas tradicionais da língua e as fórmulas mais modernas e mais legítimas, sem jamais esquecerem que, embora a syntaxe e o lexico de uma lingua evoluam tambem, há nella uma virtude ou propriedade chamada índole [...]”. A língua possui uma índole, “que tem ao menos a fixidez apparente das estrellas que pretendemos fixas. A sua índole é que é preciso

⁵² Notas a Lapis. *A Época*, Rio de Janeiro, n. 91, 19 abri. 1888, p. 02.

⁵³ SILVEIRA, Pedro da. *Philologia. Revista do retiro litterario portuguez*. Rio de Janeiro, n. 19, 31 jan. 1884, p. 02.

respeitar, para lhe assegurar a compostura e a regularidade, indispensáveis a uma língua que se presume de culta.”⁵⁴

Assim, José Veríssimo, consoante os estudos de Edith Pimentel Pinto, aceitava as novas ideias, mas insistia na prevenção dos excessos quanto à correção do vernáculo. Para a professora de linguística, o principal argumento de Veríssimo era o de que “a vernaculidade e o respeito à índole da língua não significavam necessariamente purismo e submissão aos modelos clássicos.”⁵⁵

Machado de Assis, por sua vez, havia declarado em 1887 nas páginas d’*A Semana*, periódico carioca, que a precipitação da escrita não era benquista. Havia, de acordo com ele, um “prurido de escrever muito e depressa” e uma intenção em igualar as criações do espírito com as da matéria, como se elas não fossem inconciliáveis. “Faça muito embora um homem a volta do mundo em oitenta dias; para uma obra-prima do espírito são precisos alguns mais”.⁵⁶ Para a criação de uma obra-prima em literatura era preciso dispendar mais tempo do que o acostumado com as coisas relacionadas à matéria.

O literato, portanto, admitia não ser possível escrever como se escrevia há séculos atrás. Em suas palavras, “não ha duvida que as linguas se augmentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no seculo de quinhentos é um erro igual ao de affirmar que a sua transplantação para a America não lhe inseriu riquezas novas.” Ainda que esse fato fosse dificilmente contestado, não era razoável admitir todas as alterações da linguagem, sobretudo, aquelas que destruíam as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma.⁵⁷

Machado de Assis afirmava que um dos problemas a assolar a língua no Brasil era a falta de leitura dos clássicos e confessava que “escrever como Azurára ou Fernão Mendes seria [...] um anachronismo insupportavel. Cada tempo tem o seu estylo.” Isso não significava, porém, que fosse desnecessário estudar as formas mais apuradas da linguagem. “Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o peculio comum”.⁵⁸

As palavras de José Rodrigues no ano de 1891 em periódico de São Luiz do Maranhão, também são interessantes para refletir sobre as transformações da arte e da escrita

⁵⁴ VERÍSSIMO, José. Vida literaria. *Kosmos* – Revista artística, Scientifica e literária Rio de Janeiro, n. 04, abr. 1904, não paginado.

⁵⁵ PINTO, Edith Pimentel. O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978. V.1: 1820-1920 Fontes para a teoria da história, p. XLI.

⁵⁶ ASSIS, Machado de. A lingua. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887, p.117.

⁵⁷ ASSIS, Machado de. A Lingua. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887, p. 117.

⁵⁸ ASSIS, Machado de. A Lingua. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887, p. 117.

vivenciadas naquele momento de “decadência dos valores humanos”. Segundo seu ponto de vista, vivia-se a época da industrialização, da luta pela existência, em que o braço humano era substituído pela máquina e que se desejava apenas a velocidade para fabricar aquilo que era útil ao homem. A humanidade vivia em febre de agitação naquele século e tudo o que se fazia aspirava a ser um produto mecânico. “Não se pergunta a quem escreve se escreveu bem, mas se escreveu muito. A noção da quantidade leva de vencida a da qualidade e d’ahi uma rapida degenerescencia artistica”.⁵⁹

Na realidade emaranhada das modificações da língua, estava em jogo o que consideravam a decadência da própria arte. Nessa “crise” em que a sociedade vivia, questionava A. Piccarolo em artigo publicado pela *Gazeta Artística* de São Paulo, se a arte tendia para uma forma mais democrata ou, se estava simplesmente se degenerando. Afirmava o escritor em 1910 que a arte não era um fenômeno isolado, segregado, que vivia por si só. Ela era uma das tantas manifestações humanas e se transformava simultaneamente à sociedade. “A arte vae degenerando com a degeneração da sociedade e passa pelos effeitos da crise que, certamente prepara um renovamento geral de todos os factos sociaes.”⁶⁰

Muitos críticos da cultura estavam interessados em declarar nos jornais o momento de decadência espiritual, cultural e artística em que viviam. Se ser moderno por um lado indicava “aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor”, por outro lado, tudo o que se tinha, tudo o que se sabia e tudo o que se era estava sendo ameaçado. Vivia-se um intenso turbilhão de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidades e angústias.⁶¹ Esses incômodos eram, muitas vezes, expressos na forma de nostalgia, de maneira a atrelar ao tempo uma ação nociva, relacionada à ausência de algo que ficou no passado e que, portanto, não voltaria mais. Como mencionou Andreas Huyssen, “o significado primário de nostalgia tem a ver com a irreversibilidade do tempo: algo do passado deixa de ser acessível.”⁶²

Palavra de origem grega, nostalgia é formada por dois componentes: *nostos* que significa “voltar à casa” e *algia*, que remete à ideia de anseio. No século XVII, o termo era adotado por médicos e especialistas para descrever uma doença (curável) caracterizada pelo

⁵⁹ RODRIGUES, José. Prosas e Glosas. *A Cruzada*, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891, não paginado.

⁶⁰ PICCAROLO, A. Democratisação ou degenerescencia da arte. *Gazeta Artística*, São Paulo, n. 04, 30 jan.1910, p.03.

⁶¹ BERMAN, Marshall [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

⁶² HYUSSEN, Andreas. Nostalgia das ruínas. In: HYUSSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Trad. Vera Ribeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014, p. 91.

apego excessivo a um lugar ou a um tempo distante.⁶³ Apesar de, por muito tempo, ser considerada uma patologia, as declarações de nostalgia não arrefeceram nos últimos séculos, ganhando projeção com a “modernidade”, quando a celebração ao novo passou a predominar, o que tornou, por contraste, mais evidente esse desejo pelo passado.

Nesse sentido, em conformidade com Svetlana Boym, “uma história da nostalgia poderia nos permitir rever a história moderna não buscando apenas a novidade e o progresso tecnológico, mas também por possibilidades não realizadas, viradas imprevistas e encruzilhadas”. Em outras palavras, o que interessa “não é meramente uma doença individual, mas sim um sintoma de nossa época, uma emoção histórica”.⁶⁴

Para refletir sobre a nostalgia (aqui já vivenciada como um sentimento) e os anseios por uma realidade que fosse experienciada através de ritmos temporais mais lentos, apresento artigo intitulado “Nova língua” assinado por M.M. no periódico carioca *O Seculo*. Escrito em 1907, expõe-se a ideia da deterioração linguística:

Por pouco que surta efeito a conspiração que se trama na Academia de Letras contra a orthographia corrente e tradicional do nosso idioma, teremos em breve o desprazer de não poder mais comprehender a prosa escripta dos senhores academicos. Ao lado do Esperanto, eles terão creado uma outra lingua, uma espécie de neo-portuguez, portuguez modern-style, up-to-date...

Se continuar esta faina de desfigurar a physionomia das palavras que nos são mais familiares, e se a nova maneira de escrever como se fala for adoptada nas escolas, teremos por longos annos o seguinte curioso espectáculo: nem as novas gerações poderão ler os livros velhos, nem as velhas gerações poderão ler os livros novos!

E como disse: haverá duas linguas. Então se escreverá correntemente: a gente da Baía é jeitosa. Entenderam?

Os ultimos boatos informam que os academicos pensam em supprimir umas dez paginas do dictionario: não haverá mais Geographia, nem Genero humano, mas Jeographia e Jenero humano.⁶⁵

Segundo M. M., em breve, devido à modificação intensa que impingiam à língua, a prosa escrita seria algo incompreensível. A Academia de Letras estaria criando uma espécie de novo português, o “neo-portuguez” ou “portuguez modern-style” ou “up-to-date”. Os

⁶³ O médico Joaquim Manuel de Macedo explicitava que a maior propensão para a doença estava relacionada ao clima, aos temperamentos, as idades, as profissões e aos gêneros de vida. Os sintomas eram: tristeza, saudade, abatimento e astenia; os tratamentos: jogos, espetáculos, festas, saraus, amor, ginástica, equitação, música, dentre outros. MACEDO, Joaquim Manuel. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2004, p. 88.

⁶⁴ BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*. Ouro Preto. n.23, pp. 153-165, abril de 2017, p. 154 e 155.

⁶⁵ M.M. Uma nova língua. *O Seculo* – Rio de Janeiro, n. 249 – 08 jun. 1907.

protestos do escritor demarcam o lamento por um passado que estava de fato passando e, ao mesmo tempo, um presente que se pretendia inovar:

Ó delírio das inovações! Ó epidemia das inaugurações! Até os academicos, corporação que ser por essência conservadora e moderadora e que não deveria nunca arriscar sua autoridade ainda fraca em aventuras perigosas, até os academicos, digo, querem abrir e inaugurar uma avenida no Dicionário Português!
Ó deuses immortaes! Como diz o Bilac.⁶⁶

O entusiasmo diligente pela inovação havia se tornado uma espécie de delírio. Não se pensava mais com clareza, almejava-se apenas “inaugurar uma avenida no dicionário português”. Até mesmo a Academia de Letras, instituição conservadora e moderadora por excelência, a guardiã da autoridade e manutenção do idioma, aventurava-se por caminhos perigosos. O lamento parecia uma maneira de frear o tempo, sua passagem e as transformações dele advindas.

Um dos maiores indícios do declínio dos novos tempos cuja presença feria diretamente a pureza idiomática dizia respeito à forma. Era necessário cultuar os textos, utilizar os clássicos como modelos do vernáculo e não desprezar o latim, fundamental para o conhecimento da língua. Acerca desse tema, várias expressões foram utilizadas para designar a elegância e a delicadeza (ou a falta dela) na escritura: beleza de retórica, perfeição da linguagem, esmero na forma, estilo e/ou estética.⁶⁷

Embora a forma literária, ou simplesmente “a forma”, como alguns argumentavam, fosse muitas vezes considerada “nada”, pois o que valia realmente eram as ideias, o descuido em torno dela era constantemente assinalado e visto como elemento que alterava diretamente o nível de excelência da escrita. Nesse sentido, Monteiro Lobato em carta ao amigo Godofredo Rangel afirmava que a ideia não era suficiente “como a reação contra o classicismo nos fez crer”. Seria difícil ler belas ideias se elas estivessem embrulhadas “em panos sujos”. Não se expressa bem uma ideia se ela não estiver em ótima forma. “Sem limpidez, sem asseio de forma, a ideia vem embaciada, como copo mal lavado. E o pobre

⁶⁶ M.M. Uma nova língua. *O Seculo* – Rio de Janeiro, n. 249 – 08 jun. 1907.

⁶⁷ A palavra estilo é originada do latim *stills* e designa originalmente uma pequena haste utilizada para escrever. Foi com o passar dos anos que se desenvolveu um novo sentido e passou a indicar a maneira específica como alguém falava ou escrevia. Atualmente ter estilo remete para certo refinamento e bom gosto. Já o sentido original da palavra, de pequena haste, foi recuperado na palavra estilete, indicando punhal fino, pequena haste de grafite. In: Caldas Aulete dicionário. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/estilo>. Acesso em: 10 jan. 2021.

leitor vai tropeçando – vai dando topadas na má sintaxe, extraviando-se nas obscuridades e impropriedades.”⁶⁸

Não é possível afirmar que Monteiro Lobato seja um defensor do purismo linguístico, mas pode-se dizer que, para ele, a grafia correta e o conhecimento da língua contribuíam para a beleza, a exatidão e a ideia de um texto.⁶⁹ Afirmou em outra carta ao amigo Rangel: “Acho razoabilíssimo que se escreva, por exemplo, ‘estética’; mas acho fidalgo, distinto, cheiroso, escrevê-la à antiga, com aquele inútil ‘h’ a flunar no meio da palavra”.⁷⁰

Segundo Cassiana Lacerda Carollo, ser caracterizado como um escritor sem estilo naquela época era o mesmo que ser lançado para fora da classe dos artistas, indo ocupar lugar entre os homens que escreviam a pedidos. Os escritores que escreviam na seção “a pedidos” eram considerados menores por parte de intelectualidade brasileira. Esse tipo de seção publicava cartas, acusações, recomendações médicas, reclamações, anúncios, brigas políticas, dentre outros. Ter estilo era considerado primoroso e aspecto de sobrevivência dentre os artistas e intelectuais.⁷¹

Para o crítico literário Antoine Compagnon, estilo é um termo fundamentalmente complexo e ambíguo em seu uso moderno. Ele pode expressar a singularidade de uma obra ou de um escritor ou significar uma classe, uma escola ou um gênero. Em geral, nas fontes encontradas, o estilo foi visto como um modelo, geralmente individual, a ser seguido.⁷²

Eu seu livro *Páginas de esthetica* de 1905, João Ribeiro⁷³ reconheceu que não havia língua perfeita e era mérito da forma literária rejuvenescer os vocábulos, ainda que ela fosse considerada algo menor se comparada ao estilo. A forma é uma espécie de máscara, enquanto o estilo, uma postura natural. “Póde-se desconhecer um escriptor, tal seja a mudança das suas roupagens, mas logo o estylo o descobre e põe a vista. Uma é o frontispicio, a outra o

⁶⁸ LOBATO, Monteiro [1944]. *A barca de Gleyre*. Op. cit., 2010, p. 184.

⁶⁹ Conforme análise de Edith Pimentel Pinto, Lobato foi alterando suas percepções mais rígidas em relação à língua ao longo dos anos. Nas próprias cartas trocadas com Rangel é possível identificar expressões mais eruditas, tais como “estou a penitenciar-me”, mais próxima do gosto português e dos puristas brasileiros e “dar topadas” ou “p’r’ali”, expressões mais cotidianas. Lobato justificava o uso dessas últimas devido ao fato de não fiscalizar gramaticalmente suas frases em cartas, já que “língua de cartas é língua em manga de camisa e pé no chão”. PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1988, p. 43.

⁷⁰ LOBATO, Monteiro [1944]. *A barca de Gleyre*. Op. cit., 2010, p. 266.

⁷¹ CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadismo e simbolismo no Brasil – crítica e poética*. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos editora: INL, 1980, p. 343.

⁷² COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*/ tradução de. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 166, 167 e 170.

⁷³ João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) era membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista, crítico literário, filólogo e tradutor. Escreveu diversos livros sobre a língua naquele período, tais como: *Páginas de esthetica* (1905), *A língua Nacional e outros estudos linguísticos* (1906), *Estudos philologicos* (1884), dentre outros.

lar.”⁷⁴ Não se deve, porém, considerar, segundo Ribeiro, que o estilo se restrinja à beleza ou graça, já que ele reside “na força e ainda na grosseria e rudeza da força”. Ele pode ser “suave ou rustico, polido ou tosco”.⁷⁵ Ter uma estética ou estilo, como no sentido amplo descrito por Ribeiro, era algo benquisto no Brasil e os escritores de renome como Machado de Assis ou Ruy Barbosa eram aclamados justamente por tais atributos.

Em entrevista concedida ao escritor João do Rio em 1906, João Ribeiro saiu em defesa dos clássicos. Mesmo que outras escolas tivessem direito à vida, essa era eterna, as outras eram “antes modas efêmeras, diárias, anuais, bisonhas, e quando muito ao cabo de três ou quatro anos são excelências que degeneram em sensaborias, elegâncias que cada transatlântico desfaz ou recompõe.”. Já “o clássico é o nu daquela nudez que o Eça queria mal velada por um manto diáfano [...]”.⁷⁶

De acordo com João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, João Ribeiro⁷⁷ buscava uma imersão profunda, não apenas estética, mas também moral nos clássicos e teceu comparação com Alfredo d’Escagnolle Taunay. Para Taunay, sua importância estaria na forma, na busca por modelos de boa linguagem e não no conteúdo. Em suas palavras: “O que vamos buscar n’esses classicos é menos a informação historica proficua, ou o simples deleite e entretenimento, do que quase exclusivamente a lição phraseologica e gramatical e a amenidade de estylo [...]”.

O ensinamento dos clássicos para Taunay, portanto, estava na forma escrita, no uso da língua portuguesa. Renato Almeida em artigo publicado pela *Revista Americana*⁷⁸ lamentou-se pelo fato de o estudo da língua vernácula ir, “infelizmente, e por toda parte, decrescendo tanto e tanto, que dele bem poucos ainda cuidam com assento e afincos devidos. As linhas sóbrias rijas do idioma portuguez vão sendo esquecidas por frageis construcções de fantasia [...]”. Ademais, “a leitura dos classicos ficou sendo uma velharia enfadonha e bem poucos se lembram do nosso Camões e do nosso Vieira, para não fallar em Gil Vicente ou Bernardim Ribeiro.”⁷⁹

⁷⁴ RIBEIRO, João. *Páginas de esthetica*. Lisboa: Livraria classica editora de A. M. Teixeira, 1905, p. 31.

⁷⁵ RIBEIRO, João. *Páginas de esthetica*. Lisboa: Livraria classica editora de A. M. Teixeira, 1905, p. 16.

⁷⁶ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, s/d., p. 17.

⁷⁷ Segundo Edith Pimentel Pinto, a linha de pensamento de João Ribeiro sofreu constantes reformulações ao longo do tempo. Sua obra *A língua Nacional* de 1921, por exemplo, é antagônica a *Páginas de Estética* de 1905, descrita no que a autora chamou de “auge do purismo”.

⁷⁸ O artigo foi publicado originalmente no *Jornal do Commercio da tarde*, em maio de 1918 no Rio de Janeiro.

⁷⁹ ALMEIDA, Renato. A cultura classica e o professor Aloysio de Castro. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 08, maio 1919, p. 164.

Os clássicos eram considerados o orgulho e o caráter da língua, eram eternos, valorizados pela forma pura, pela correção, elegância, estilo e deveriam, portanto, ser estudados e utilizados. Sua relevância demonstra o quanto o passado ainda estava vivo naquela sociedade.

Em relação a esse “desejo de permanecer no passado”, a insistência pela manutenção, conservação e utilização do latim é interessante. Por volta do século XVI, o português já havia sido enriquecido com diversos termos em latim, mesmo que sem acomodação fonética. De acordo com o filólogo Francisco da Silveira Bueno, o grande erro dessas ações estava em reproduzir apenas o latim literário, língua morta, quando a fonte viva sempre havia sido o latim vulgar.⁸⁰

O latim literário sempre gozou de prestígio, mesmo anos após a dissolução do Império Romano Ocidental, o que não impediu que alguns letrados, nos séculos XVIII e XIX, se dispusessem a questionar a vinculação do português a uma origem latina. Contra tais esforços, defensores de uma raiz grega ou céltica,⁸¹ vozes pungentes clamaram: “a língua portuguesa é filha da latina”⁸² e, portanto, seria necessário compreendê-la como parte de nós.

Afirmava Francisco A. Campos, “sem temor d’exageração, que quem quiser entender os nossos classicos, e ter um conhecimento completo dos termos e expressões da nossa lingua, precisa saber a latina, porque della tiramos a maxima parte dos vocabulos e formas [...]”. Sem o conhecimento do latim, “julgo absolutamente impossivel que ninguem possa saber soffrivelmente o portuguez.”⁸³

O latim era considerado a base para a formação do homem letrado no Brasil. Apesar de não possuir mais falantes nativos, ele permaneceu sendo alvo de estudos e muitas obras de ciências, medicina e filosofia eram traduzidas para essa língua. “Melhor que as linguas rudes e elementares dos barbaros, que invadirão a Europa, o latim prestava-se ás exigencias

⁸⁰ BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Op. cit. 1967, p. 250.

⁸¹ Francisco de S. Luís (conhecido como Saraiva) publicou *Memória em que se pretende mostrar que a língua portuguesa não é filha da latina* e José Correia Nobre França publicou *A Philologia perante a historia*. Ambos defenderam a origem céltica para o português. Já Bacelar publicou o *Dicionário da língua portuguesa* em 1783 e defendeu sua vinculação grega. Sobre o assunto, ver: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. 314f. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 85.

⁸² Faz alusão a obra *A língua portuguesa é filha da latina, ou refutação da memória em que o senhor patriarca eleito d. Francisco de J. Luiz nega esta filiação* de 1823 de autoria de Francisco Antônio de Campos. Segundo o autor, o português era composto em sua maior parte de palavras latinas, depois de palavras célticas que haviam ficado da antiga língua da Lusitânia, em seguida por palavras árabes e só depois, em menor número, de alguns outros povos de línguas teutônicas, fenícias, hebraicas, gregas e de línguas modernas. CAMPOS, Francisco Antônio de. *A língua portuguesa é filha da latina, ou Refutação da memoria em que o senhor patriarca eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. Lisboa: M.J. Coelho, 1843, p. 77 e 78.

⁸³ CAMPOS, Francisco Antônio de. *A língua portuguesa é filha da latina*. Op. cit., 1843, p. 04.

da civilização, amoldava-se às filigranas da metaphisica e aos mysterios da alchymia e da cabala e era finalmente a lingua sagrada [...].”⁸⁴ Creio que esse fosse o espírito pelo qual muitos encararam o latim, sobretudo, em finais do século XIX: uma língua sagrada, que precisava ser respeitada, recriada, velada.

Em realidade, desde o século XIX, com a vinda da família real, as línguas clássicas, tão importantes para a educação no Brasil, começaram a perder fôlego em detrimento de um ensino mais profissionalizante. O latim virou exclusividade dos cursos da área de humanidades como o direito para, em seguida, deixar de fazer parte dos currículos.

Muitos lamentaram essas mudanças e protestaram contra elas nas páginas impressas. Em um debate sobre a importância do estudo do latim nas escolas de ensino primário ocorrido na Assembleia Legislativa Provincial de Ouro Preto e transcrito por *A Actualidade*, o posicionamento do interlocutor, Sr. A. de Mattos, transparece:

Que lingua se fala nos concilios do Vaticano? Não é o latim a lingua da igreja catholica?” Como havião os estudantes de direito, se não soubesse latim traduzir as Pandectas de Justiniano? Como havião os estudantes de medicina, se não soubessem latim, traduzir os aforismos de Hippocrates?” [...] Parece que se a lingua latina fosse desnecessaria, já teria sido riscada dos regulamentos de instrucção superior [...]. Se não fosse o latim, teríamos sacerdotes como um monsenhor Silverio e tantos outros, que fazem honra á igreja mineira, á igreja brasileira? Srs., me parece que não ha razão para um procedimento desta ordem!⁸⁵

A língua latina não era vista como matéria desnecessária e não poderia, portanto, ser eliminada do ensino, fosse nas escolas primárias ou no ensino superior. Mesmo com as alterações a partir do influxo de outros povos, ela havia conservado “a sua propria superioridade, poderosamente auxiliada pela conversão dos barbaros ao christianismo; e ainda que corrompida no uso vulgar, ele ficou sempre sendo a lingua da nação e dos escriptores”.⁸⁶

O gosto pelo latim sobreviveu ao tempo, fosse ele vulgar ou não, mantendo atado o presente ao passado por meio da escrita. Para muitos de seus defensores, toda língua possuía uma índole e o latim, em sua proeminência, consagração e aventura, deveria ser conservado na medida em que garantia a continuidade dessas tendências.

⁸⁴ Assembleia Legislativa Provincial. *A Actualidade* Órgão do Partido Liberal, Ouro Preto, n. 25, 16 mar. 1881, p. 2.

⁸⁵ Assembleia Legislativa Provincial. *A Actualidade* Órgão do Partido Liberal, Ouro Preto, n. 22, 08 mar. 1881, p. 1.

⁸⁶ CAMPOS, Francisco Antônio de. *A língua portuguesa é filha da latina*. Op. cit. 1843, p. 64.

A forma escriturária do passado era considerada por muitos algo elevado em importância, qualidade e elegância. A busca pela pureza que havia sido perdida, a utilização dos modelos clássicos e o estudo do latim, funcionavam como tentativas de resgatar os valores de outrora. Apesar das tentativas sôfregas de se frear o tempo, as mudanças dilaceradas tendiam a provocar um intenso sentimento nostálgico. De acordo com Svetlana Boym, “a nostalgia é uma revolta contra a ideia moderna de tempo, o tempo da história em uma mitologia individual ou coletiva, de revistar os tempos como espaço, recusando render-se à irreversibilidade do tempo que atormenta a condição humana.”⁸⁷

Reinhart Koselleck afirmou que no mundo moderno, marcadamente mais rápido, com a aceleração da produção das próprias mudanças e com um desejo de progresso que se intensificava, a diferença entre experiência e expectativa começava a aumentar paulatinamente. Em suas palavras, “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então.”⁸⁸

O sentimento de nostalgia em relação às transformações que ocorreram na língua portuguesa, bem como o desejo de resgatar os valores do passado, sinalizam para a tentativa de frear não apenas o tempo, mas o modo como as pessoas lidaram com ele no regime moderno, ainda que o caso brasileiro guarde suas peculiaridades em relação ao processo europeu. Tratava-se de um sentimento de inadequação, de perda de valores, de decadência literária e linguística que se tentava sofregamente e, talvez sem esperanças, impedir.

Desse modo, o tempo da história estaria disposto em múltiplos tempos e os processos que o historiador escolhe estudar, ainda que dotados de temporalidade própria, não são separáveis. Não há história se não se levar em consideração as múltiplas temporalidades e os efeitos que são induzidos dos deslocamentos que elas mantêm entre si. As vivências múltiplas do presente mantêm vivo o passado e dão lugar ao sentimento nostálgico que resiste a esse mesmo presente.

Interessa pensar de que maneira a nostalgia em relação à língua portuguesa apareceu na imprensa brasileira. Segundo Svetlana Boym, existem dois tipos nostálgicos: o restaurador e o reflexivo. O primeiro deles, o restaurador, tenta de uma forma um tanto ingênua restabelecer o passado no presente como tentativa de salvaguardá-lo. Já a nostalgia

⁸⁷ BOYM, Svetlana. *Mal-estar na nostalgia*. Op. cit., 2017, p. 154.

⁸⁸ KOSELLECK, Reinhart [1979]. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 314.

reflexiva seria a crítica e nela há consciência da impossibilidade de retorno ao passado.⁸⁹ “Saudade e pensamento crítico não se opõem, pois, as lembranças afetivas não livram o indivíduo da compaixão do julgamento ou da reflexão crítica.”⁹⁰

As colocações de Svetlana sobre os tipos de nostalgia remetem para duas posturas possíveis frente ao estado de decadência, aludidas na obra do romancista e crítico literário Paul Bourget. Uma delas almejaria “a correção do corrompido, buscando o revigoramento da ordem, por meio inclusive da eliminação de suas fissuras e de seus germes.” A outra postura implicaria “a submersão no próprio estado e o perscrutamento de suas formas estranhas ou independentes, prefigurando ainda possibilidade de uma configuração sob novas bases”. Em conformidade com Virgínia Camilotti, em decorrência da ênfase nessa segunda postura, Paul Bourget teria apresentado um estado decadencial em sua positividade.⁹¹

Nem sempre é fácil discernir entre o lamento sentimental de uma determinada perda e a reivindicação crítica desse mesmo passado na perspectiva de se construir um futuro alternativo.⁹² De todo modo, é possível sustentar que os textos sobre a língua portuguesa publicados pela imprensa, não apenas representaram a sociedade e seu estado, mas agiram por meio de seus discursos sobre ela. O sentimento nostálgico que aparece nas entrelinhas desses discursos é, em certa medida, ação, já que escrever um texto nunca é uma atividade neutra. Por detrás do lamento pela língua perdida, há uma inscrição e uma intervenção na realidade.

Em outros casos, porém, fica perceptível o que Svetlana Boym denominou de nostalgia reflexiva, ou seja, aquela que reconhece a impossibilidade de um retorno ao passado, mas o faz de modo crítico para refletir e questionar o próprio presente “reconfigurando suas bases”. Esse é o caso do artigo intitulado “Pela pureza de nossa língua”, publicado n’*O Estado Diario Vespertino* de Santa Catarina em 1920. Nele, o escritor de autoria desconhecida, afirma:

Existem em nosso meio social espiritos brilhantes que, a par de um cultivo solido e polymathico, cuidam com especial carinho da pureza do nosso vernáculo, que

⁸⁹ BOYM, Svetlana. *Mal-estar na nostalgia*. Op. cit., 2017, p. 159.

⁹⁰ HYUSSEN, Andreas. Nostalgia das ruínas. In: HYUSSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente*. Op. cit., 2014, p. 93.

⁹¹ CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: idéias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 268 e 269.

⁹² HYUSSEN, Andreas. Nostalgia das ruínas. In: HYUSSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente*. Op. cit., 2014, p. 93.

infelizmente, vive por ahi aos trambolhões, ouriçado dos mais descabelados vícios da linguagem, quando o não é de erros grosseiros e horrendos.⁹³

Diante de uma língua que vivia aos “trambolhões” e carregada de vícios terríveis, o escritor conclamava uma campanha saneadora e doutrinária por parte dos brilhantes cultivadores da língua. Era necessário doutrinar e corrigir os leitores semanalmente através das colunas daquele jornal. Em suas palavras:

Assim, urge que essa plêiade ilustre inicie uma campanha saneadora. E vós, que vos tendes colocado sempre á frente das mais belas iniciativas, certamente, não deixareis de acquiescer a esse apelo que vos faço agora, para conseguirdes, que, pelo menos uma vez por semana, os cultores da nossa lingua mater, nesta capital, doutrinem nesse sentido pelas columnas do vosso apreciado jornal, corrigindo erros, que a todo momento commetemos em nossa linguagem falada e escripta.⁹⁴

O escritor recorria ao “sr. Redactor” do jornal e garantia que essa era a forma “mais eficaz para desenvolver o amor da pureza da língua”. Era preciso o empenho de todos para o êxito desse grandioso projeto para a língua e para a pátria.

É perceptível que a nostalgia imiscuída no texto não corresponde à inocente busca por um passado inacessível. Ela também não funciona como resistência, mas é, em realidade, uma forma de atuação regeneradora do próprio presente. O escritor não negou o presente como ele era, pelo contrário, buscou atuar na realidade que encontrava à sua frente. O mundo havia mudado, a escrita havia mudado, era preciso agir de modo condizente com a sociedade que se desnudava.

O jornalista e escritor francês Anatole Baju afirmou, na segunda metade do século XIX, que o desejo dos escritores decadentes era em realidade a vida, eles estavam sedentos “desta vida intensa tal como foi feita pelo progresso”, eles precisavam “embriagar-se dela” e “extrair seu suco”. Há uma extravagante contradição segundo Baju nessa ideia que é explicada “pelo efeito do desespero, a necessidade de viver é a característica desta época em que parece termos atingido a sombria e assustadora certeza do nada.”⁹⁵

O jornalista e político português Augusto de Castro, em *A Cigarra* (SP), afirmou que “a nossa doce língua portuguesa” se prostituía e se abastardava. Porém, esse mal não era

⁹³ Pela pureza de nossa lingua. *O Estado* – Diario vespertino. Santa Catarina, n. 1449, 02 mar. 1920, p. 01.

⁹⁴ Pela pureza de nossa lingua. *O Estado* – Diario vespertino. Santa Catarina, n. 1449, 02 mar. 1920, p. 01.

⁹⁵ BAJU, Anatole. A Escola decadente. In: MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989, p. 94.

apenas nosso, o mal era da época. O escritor comentava ter lido em uma revista francesa “um longo artigo sobre a ‘crise do francez’, em que o articulista se queixava de ver abandonada á invasão do vicio cosmopolita a lingua pura de Racine.”⁹⁶

Considerava-se a decadência da língua algo universal. Consoante o escritor, a vida era cada vez mais utilitária e cada vez menos estética. “A thecnologia scientifica, por um lado; a thecnologia industrial e comercial, o barbarismo, o estrangeirismo, por outro lado, invadem por toda a parte e tomam de assalto a linguagem moderna.”⁹⁷ Essa linguagem à qual se refere o autor, tornara-se a expressão rude e rápida da existência fremente em que as pessoas viviam.

Escreve-se cada vez mais e, por isso, cada vez peor. Fala-se cada vez mais depressa e, por isso, cada vez menos escrupulosamente; fala-se cada vez mais, línguas estranhas e, por isso, cada vez peor a própria língua. Isto não é deste, nem daquelle paiz; não é defeito nosso ou alheio: é uma condição da época.⁹⁸

Escrevia-se em grande volume, mas escrevia-se mal. Falava-se depressa, sem os devidos cuidados e sem o conhecimento do próprio idioma. Eis a suposta condição que fora imposta à época segundo tantos pensadores.

Paul Bourget, mencionado anteriormente, ao tratar do decadentismo afirmou que “um estilo de decadência é aquele em que a unidade do livro se decompõe para ceder o lugar à independência da página, em que a página se decompõe para ceder o lugar à independência da frase e a frase para ceder o lugar à independência da palavra”.⁹⁹

O “*mal du siècle*”, o sentimento de decadência, desilusão, vazio existencial pareciam colocar em xeque as novas crenças e valores da humanidade que pareciam em decomposição. Segundo Charles Brunot, o decadentismo não é uma escola, mas “um espírito de revolta”, uma “atmosfera comum de desconfiança dentro da interrogação do que será este mundo a que a ciência tanto promete.”¹⁰⁰ Fulvia M. L. Moretto ao tratar do decadentismo francês, admite a complexidade interpretativa do termo ao afirmar que o “decadentismo é um clima, o extremo e exacerbado individualismo, mais acentuado do que o romântico, é

⁹⁶ CASTRO, Augusto de. Portuguez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago.1921, não paginado.

⁹⁷ CASTRO, Augusto de. Portuguez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago.1921, não paginado.

⁹⁸ CASTRO, Augusto de. Portuguez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago.1921, não paginado.

⁹⁹ BOURGET, Paul. Teoria da decadência. In: MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989, p. 55.

¹⁰⁰ BRUNOT, Charles apud MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989, p. 31.

um cansaço de quem vive os últimos tempos mas que, ampliando-se, ultrapassa seus limites históricos, derramando-se pelo século XX [...]”.¹⁰¹

Não importa aqui o decadentismo enquanto movimento organizado, mas como um “clima” ou “um cansaço” de quem viveu naqueles tempos conforme assinalou Fulvia M. L. Moretto. A língua que estava surgindo acompanhava as transformações, a velocidade e a efemeridade da vida, marcas do viver moderno. Muitos consideravam que a linguagem precisava ser otimizada já que novas práticas de leitura se estabeleciam, trazendo junto de si um estilo mais apressado, quantitativo e frenético.

Em trabalho sobre a metrópole na obra de Walter Benjamin, Willi Bolle caracterizou a linguagem moderna como sendo definida pela prontidão. Na “nova cidade”, as coisas seriam regidas em fragmentos, imagens, “tabuletas da escrita”, o que Bolle chamou de imagens do pensamento, ou seja, fragmentos do urbano que registram “a experiência da metrópole, o aparelho gigantesco da vida social, a escrita da cidade.”¹⁰²

Em sentido análogo, o crítico literário Antoine Compagnon ao descrever os traços da modernidade de acordo com o poeta Charles Baudelaire, afirmou que havia na “vida trivial”, na “metamorfose diária das coisas exteriores”, um “movimento rápido” que exigia do artista uma mesma velocidade de execução. Os artistas pintavam apenas impressões rápidas, tanto que Baudelaire falava em arte mnemônica. Essas atribuições asseguravam o aspecto fragmentário e não finalizado da arte moderna que parecia nunca estar pronta.¹⁰³

Nesta altura, os termos moderno, modernismo e modernidade podem ecoar ao leitor de modo emaranhado. Hans Ulrich Gumbrecht nos recorda que, devido à etimologia das palavras que derivam do latim *hodiernus*, tem sido possível usar o adjetivo moderno desde o final da Antiguidade para estabelecer distinções entre o estágio presente e o anterior da história das instituições.¹⁰⁴ De fato, o termo moderno é o mais antigo e segundo Antoine Compagnon, apareceu em latim vulgar no fim do século V dando a entender algo recente, vinculado ao agora. *Modernus* não designaria o que era novo, mas o presente, o atual, contemporâneo daquele que falava. Nesse caso, o moderno se distinguiria do velho e do antigo.

¹⁰¹ MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989, p.33.

¹⁰² BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 293.

¹⁰³ COMPAGNON, Antoine. *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 28.

¹⁰⁴ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 09.

O modernismo foi comumente compreendido no sentido de gosto (a maioria das vezes julgado excessivo) pelo que é moderno. Embora sua primeira aparição comprovada tenha ocorrido ainda em 1879,¹⁰⁵ o sentido do termo foi vinculado, de forma bastante intrincada, às “vanguardas artísticas” da primeira e segunda décadas do século XX, quando seus participantes se sentiam imbuídos da “missão histórica de ser ‘subversivos’ ou mesmo ‘revolucionários’.” Em grande medida, portanto, a noção de modernismo esteve ligada ao desejo de romper, esteticamente, com a função que se estabeleceu para a representação.¹⁰⁶

O substantivo modernidade, por sua vez, aparece pela primeira vez em Balzac no ano de 1823 no sentido do que é moderno.¹⁰⁷ O termo modernidade é bastante plural e pode carregar consigo diversas interpretações.¹⁰⁸ Embora o termo tenha surgido apenas no século XIX, os anos de 1750 e 1850 representaram, de acordo com Reinhart Koselleck, uma transição entre o início da modernidade e a modernidade propriamente dita. O conceito só passou a ganhar sentido em contraste com o período anterior.¹⁰⁹

Para além de um conceito socioeconômico referente ao desenvolvimento do capitalismo e as mudanças tecnológicas como industrialização, urbanização, crescimento populacional e desenvolvimento dos meios de transporte, a modernidade também configurava um conceito moral, político, cognitivo e neurológico. Ele pode ser compreendido através dos registros da experiência subjetiva que ficaram caracterizados pelos choques físicos e perceptivos do ambiente urbano moderno. A estrutura da experiência humana poderia ser percebida em um mundo “marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana.”¹¹⁰

A linguagem da prontidão era parte dessa espécie de mundo que parecia estar se configurando em fragmentos, de um presente que andava a passos apressados e que supervalorizava o efêmero. No caso da língua, a escrita apresentava-se de modo mais sintético e simplificado, com redução de palavras e letras e com vocabulário menos prolixo.

¹⁰⁵ COMPAGNON, Antoine. *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Op. cit., 2010, p. 28.

¹⁰⁶ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. Op. cit., p. 18-19.

¹⁰⁷ COMPAGNON, Antoine. *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Op. cit., 2010, p. 17.

¹⁰⁸ Marshall Berman divide a modernidade em três fases. A primeira delas, entre os séculos XVI e o XVII, corresponde ao período em que as pessoas estão começando a experimentar a vida moderna, mas ainda não possuem consciência dela. A segunda fase se inicia com a onda revolucionária de 1790 e suas reverberações demarcavam os sentimentos de se viver uma era revolucionária. A última fase se inicia no século XX, quando o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge grandiosos triunfos na arte e no pensamento. BERMAN, Marshall [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Op. cit., 1986, p. 17.

¹⁰⁹ KOSELLECK, Reinhart. [1979] *Futuro Passado*. Op. cit., 2006, p. 34.

¹¹⁰ S SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: *O cinema e a invenção da vida moderna*. Trad. Thompson, Regina. São Paulo: Cosac & Naif, 2001, p. 115.

O texto denominado “O Século da rapidez” publicado em São Paulo no ano de 1915, traz à tona justamente esses aspectos como indicado no excerto:

Já não lemos livros. A nossa ambição de saber contenta-se com a leitura das revistas, onde as lições de sciencia e noções de arte são synthetizadas em meia coluna e em estylo telegraphico. Queremos clareza no estylo e vocabulario facil. Odiamos os belos períodos, de feitura caprichosa e vocábulos raros, porque, para lhes penetrar a essencia, precisamos reflectir um segundo; e esse segundo de reflexão assusta-nos e esmorece-nos a curiosidade.¹¹¹

Os livros eram muitas vezes substituídos por textos mais enxutos, com estilo límpido, objetivo e com vocabulário simplificado. Os belos textos, feitos com capricho e vocabulário nobre, iam ficando em um segundo plano, pois, para lê-los e compreendê-los, seria necessário tempo considerável, algo que não parecia confortável para aquela sociedade.

Defronte essas questões, muitos não toleraram o desleixo ortográfico, o uso de neologismos, especialmente os estrangeiros, o descaso pela forma, dentre outros inconvenientes. Daí a aluvião de textos críticos que tomaram as páginas da imprensa clamando pela salvação do idioma. Combater as mudanças linguísticas era um trabalho profilático necessário contra um mal tido como devastador. As transformações eram encaradas como uma doença contagiosa que precisava ser de todas as formas combatida.

Julio Pires em *Heliopolis*, publicação do Recife de 1913, tratou da necessidade de esmero em relação à língua e seu ensino, pois sem a perfeição da linguagem, nunca se conseguiria apreender outra ciência. “Aperfeiçoi vossa linguagem, revesti-a de galas, purificai-a, como faz o lapidário com as pedras brutas que se transformam em diamantes. Nenhum trabalho produziria efeitos e nem poderia durar “sem a pureza no escrever ou sem a pureza no exprimir.”¹¹²

Segundo Julio Pires, era preciso cuidar da pureza e reagir contra o “falseamento de nossa linguagem tam descurada [...] obrigando vossos discipulos desde crianças a corrigi-la, modifica-la, aperfeiçoa-la, pois só assim adquirirão eles o titulo de instruídos”. Para ser instruído era preciso ler e escrever com perfeição a língua em sua mais delicada pureza. Algumas palavras estrangeiras, caso não houvessem termos correspondentes no português, poderiam ser utilizadas. O que perturbava o escritor eram os termos empregados fora de propósito, as locuções impróprias, o emprego de palavras de línguas estrangeiras por

¹¹¹ C. Século da rapidez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 255, 14 jan. 1915, não paginado.

¹¹² PIRES, Julio. Oração. *Heliopolis*. Recife, n. 09, nov. 1913, p. 12.

pedantismo. Contra a invasão desses termos, era preciso reagir de forma contundente, sem contenção de esforços.¹¹³

De acordo com Peter Burke, os movimentos pela purificação linguística na Europa moderna foram bastante significativos. Pelo menos três tipos diferentes de pureza eram defendidos. “A língua precisava ser moralmente pura em oposição à linguagem obscena ou grosseira: o dicionário da Académie Française excluía o que o prefácio chamou de ‘palavras de baixo calão ou que ofendiam o pudor’.” Em segundo lugar, “a língua precisava ser socialmente pura, em outras palavras, seguir o uso das classes superiores. Por essa razão, o dicionário da Academia normalmente excluía os termos técnicos usados por artesãos [...]”. Em último lugar, “a língua precisava ser o que hoje se descreve como ‘eticamente’ pura, empregando expressões nativas e não estrangeiras”.¹¹⁴

Conforme a análise de Peter Burke, além da questão linguística, é possível observar um ideal de pureza difuso em muitos âmbitos nos primórdios da Europa Moderna. Um dos principais domínios em que a preocupação com a pureza foi notável diz respeito à religião. “Erasmus escreveu um tratado sobre a pureza da Igreja, *de puritate ecclesiae*. Lutero falou e escreveu sobre o ‘evangelho puro’.”¹¹⁵ Do lado católico, a heresia era vista como uma espécie de veneno ou doença. “Grande parte da violência das guerras religiosas do século XVI na França e em outros lugares era justificada, se não motivada, pela necessidade de purificar as sociedades dessa infecção.”¹¹⁶ No período do Renascimento teríamos passado da linguagem da pureza para a pureza da linguagem. “Os humanistas do Renascimento estavam extremamente interessados na pureza das línguas antigas, especialmente o hebraico, o grego e o latim”.¹¹⁷ Lamentavam a perda da pureza do latim, movimento que dataram desde o primeiro século d. C, “observando o surgimento de barbarismos provincianos e de outras ofensas.”¹¹⁸

Ainda que com nuances distintos, o ideal purificador sobrevivia e atuava no intuito de extirpar os perigos que a língua moderna impunha à sociedade brasileira. Em muitos casos, tornar a língua livre de substâncias impuras era lutar pela salvação da pátria e da humanidade como um todo. Esse sentimento de decadência em relação à língua adentrou o século XX e conservou-se perceptivelmente nas décadas seguintes.

¹¹³ PIRES, Julio. Oração. *Heliopolis*. Recife, n. 09, nov. 1913, p. 12.

¹¹⁴ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010, p. 157/158.

¹¹⁵ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 159.

¹¹⁶ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 159.

¹¹⁷ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 160.

¹¹⁸ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 160.

Em texto de 1926 em periódico baiano, o escritor D. G. explicitou bem o sentimento decadente que ainda pairava nos anos 20. Segundo ele, havia relação entre a incapacidade das pessoas de utilizarem a norma culta, a decadência literária e a degenerescência humana de modo geral. Com exceção de gramáticos e filólogos, ninguém no Brasil, de fato, se importava com os rumos da língua portuguesa. O título do artigo “pelo asseio da linguagem” sinaliza para a necessidade de um trabalho contínuo e que

compreendesse todos os pontos do território, pátrio, como uma profilaxia necessária á iminência de invasão de um mal devastador. Só então, deste modo, teríamos livros e jornais expurgados de defeitos linguísticos, que atestassem o grau elevado da nossa cultura e pudessem ser mais tarde o monumento erguido em honra do nosso século pelos nossos pósteros. Mas... os mestres recolhem-se tímidos ao silêncio dos seus gabinetes e as suas lições só são ouvidas ao alto das suas cátedras, por um numero muito limitado de moços.¹¹⁹

Os defeitos linguísticos sinalizavam para degradação cultural e os trabalhos intelectuais restringiam-se aos círculos reduzidos de mestres da língua. Adiante, o autor retomou a ideia de decadência da escritura ao afirmar que “nos tempos que correm, a maioria prefere aprender a colocar uma bola no goal a aprender a colocar [...] um pronome na frase”.¹²⁰ O autor não lamenta apenas a incapacidade das pessoas de utilizarem a norma culta, mas também a predileção ao futebol, considerado menor que a literatura.

A década de 1920 ficou marcada pelos movimentos das vanguardas artísticas em suas diversas contestações. Sobretudo em meio ao futurismo¹²¹, havia uma tentativa retórica antipassadista intensa. Annateresa Fabris afirmou que a temporalidade dos escritores do grupo dirigia-se para o futuro. “O presente dos modernos é diferente daquele da tradição que fazia culminar o passado na atualidade: é um momento de transição que só tem validade como matriz do futuro, como forja da história em contínua metamorfose”.¹²² No que se refere à língua, buscavam demolir determinadas convenções, como por exemplo, o apego desmesurado à forma, a escrita gramaticalmente correta e acadêmica, o distanciamento entre fala e escrita, dentre outras caturrices.

¹¹⁹ G., D. Pelo asseio da linguagem. *A Capital*. Bahia, n. 19, 10 out. 1926, não paginado.

¹²⁰ G., D. Pelo asseio da linguagem. *A Capital*. Bahia, n. 19, 10 out. 1926, não paginado.

¹²¹ O futurismo brasileiro foi inspirado no movimento europeu que surgiu em 1909 com a publicação do *Manifesto Futurista* do poeta italiano Marinetti. Os adeptos do movimento tendiam a rejeitar o passado, baseando suas obras em aspectos considerados modernos e tecnologicamente avançados. Fortemente marcado pela atuação de Oswald de Andrade e Anita Malfatti, fortaleceu a ocorrência da Semana de Arte Moderna em 1922.

¹²² FABRIS, Annateresa. *O Futurismo Paulista: Hipóteses para o Estudo da Chegada da Vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994, p. 83.

Com os movimentos, o sentimento decadente de modo geral não desaparece, ele apenas transmuta-se e concebe uma nova forma de combate. A presença do passado, mesmo quando a figuração da temporalidade tendia a projetar-se ao futuro, permanecia viva. Tanto é assim, que Ricarêdo de Góes no periódico cearense *A Reforma*¹²³ em 1924, teceu crítica virulenta ao “exagero” dos futuristas e daqueles que desejavam apagar nosso passado, a língua clássica portuguesa. Em tom irônico, para principiar o assunto, descreveu alguns escritores e os ideais futuristas no Brasil:

No mez passado na Academia Brasileira de Letras, Graça Aranha, em um discurso vibrante e admiravel, tambem pregou o futurismo e considerou o passadismo como imprestavel e inutil.

Paulo Silveiram ha muito vem condemnando o passadismo e dando combate a literatura da Academia.

O que é exacto é que estamos na época das originalidades que vão chegando a granel, sem podermos saber ainda se são boas ou más.

Combate-se o soneto, os escriptores que respeitam a grammatica e a logica são diariamente chacoteados e até mesmo grosseiramente insultados, sem se respeitar os que já dormem o eterno somno.

O idéal da nova gente está em varrer-se do scenario literário brasileiro a chapa o já visto e tudo mais que cheira mofo.

Querem atirar pela janella todo nosso passado, tudo finalmente que é usado e velho.¹²⁴

Vivia-se entre os futuristas a era das originalidades – o que importava era apagar o passado, combater o soneto e a gramática usual. Para os futuristas, deveria ser eliminado tudo o que “cheirava mofo”, atirar pela janela tudo o que vinha do passado, tudo o que era velho e usado. De modo irônico, o escritor sugere neste caso “fazermos uma lingua nova (mais curta)”, “queimar os proprios dictionarios e tornar passível de pena os que invocassem, os nomes de Vieira, Bernardes, até Ruy Barbosa.”¹²⁵

O futurismo não passava de uma doença fomentadora da preguiça mental em sua ânsia por novidade absoluta - o que para o escritor era “signal de gosto pervertido, e talvez...invertido”. O grupo artístico que propunha revolucionar a arte e a língua nada mais vociferava que desleixo e preguiça.

José de Sá Nunes, em 1928, no periódico *Excelsior* (RJ) arrolava as contribuições nefastas do futurismo para a língua no Brasil. O escritor pleiteou cuidado para com nosso

¹²³ A publicação original segundo o próprio periódico deu-se em Seabra em julho de 1925.

¹²⁴ GÓES, Ricarêdo de. Gramixó e o futurismo. *A Reforma*, Tarauacá, n. 307, 27 jul. 1924, p. 02.

¹²⁵ GÓES, Ricarêdo de. Gramixó e o futurismo. *A Reforma*, Tarauacá, n. 307, 27 jul. 1924, p. 02.

vernáculo e afirmou que apenas aqueles que jamais leram os clássicos poderiam contestar sua legitimidade. Segundo ele, a língua materna estava sendo tratada “como o bijagó dos africanos, ou como o era o idioma grego na antiga cidade de Soles, pois que o futurismo – [...] menospreza a gramática e o dicionário, profliga a pureza da linguagem e a beleza das formas puras e consagradas”.¹²⁶ Essa era a verdade, digam o que quiserem os “iconoclastas futuristas”. Não havia respeito pelas tradições e pelo vernáculo e os futuristas muito contribuíram para nossa depreciação linguística.

José de Sá Nunes em outro texto, dessa vez publicado n’*O Estado do Paraná* afirmou: “Querem ser futuristas? Sejam-no [...] Eu continuarei a pensar, como pensava o archetipo da hiperintellectualidade da raça novi-latina, que ‘um povo insensível á mutilação do seu territorio não se poderá doer da adulteração de sua língua’.” Para o autor, as pessoas queriam fazer do idioma “o que lhes dava na veneta” e insistia na manutenção e respeito em nome da tradição e amor à pátria. “Escrevam e falem como quiserem, que eu sempre ensinarei a falar e a escrever em harmonia com a fala e com a escripta dos grandes mestres da mais escrupulosa linguagem portuguesa”.¹²⁷

A *Cigarra* também publicou texto sobre o movimento futurista, enfatizando seus “exageros” e “incoerências”, apesar de admitir suas conquistas. Em realidade, todas as escolas artísticas que se apresentavam com violência, com propósitos “de pôr por terra os processos costumeiros”, tinham certa antipatia do público. De acordo com o registro, para fazer literatura futurista não era preciso saber a língua e suas regras de sintaxe e construção, não era preciso nenhum senso de observação e muito menos de lógica. Apesar dos aspectos negativos quanto à língua e à arte, esperava-se que, passada a primeira fase do movimento, os futuristas de talento pudessem legar novas expressões e processos de narração artística.¹²⁸

Julio d’Altayr afirmou em 1929 em periódico de Vitória que os futuristas “andam em guerra contra os passadistas”, mas que “surgem com idéas tão complexas de cousas inúteis, que não acham moldes onde encaixal-as nem vehiculos para transportal-as.” Eles querem dar lugar a uma balbúrdia desenfreada e se afastam da ética e da nobreza mental do povo. “Que criem uma nova língua com os caracteres differentes que possam representar os sons e rythmos... dos urros do leão, do jaguar, do touro, do latir e uivar dos cães, dos cânticos e

¹²⁶ NUNES, Dr. José de Sá Nunes. Viva o idioma nacional. *Excelsior*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1928, p. 54 e 55.

¹²⁷ NUNES, José de As. *O Estado do Paraná* – Propriedade de uma associação anonyma. Curitiba, n. 16, 28 jan. 1925, p. 02.

¹²⁸ Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 195, 01 nov. 1922, não paginado.

pios das aves [...] e de tudo enfim que se mova”. Porém, “eu, enquanto isso, continuarei por aqui: mesmo, assim como estou, seguindo a esthetica dos velhos mestres.”¹²⁹

De fato, os futuristas em nada acrescentavam intelectualmente ao país. Essa era a opinião declarada em 1929 por Hermes Barroso em periódico de Fortaleza, no qual se ressaltou a importância da conservação do estilo e da beleza das escolas do passado em seus modos de tratar a língua. “Essa tendencia de aniquilar tudo quanto vem do passado, é, pois, inevitavelmente manifestação de mediocres, incapazes de criar e pensar” e era justamente na mediocridade que o instinto de destruição se explicava. Para o escritor, o “antropofagismo e o modernismo não passam do desejo de retornar aos rudimentos da cultura, dando-lhe, porém, feição de novidade.” Eles fingiam rejeitar nosso opulento passado porque em realidade, não eram capazes de segui-lo e nos faziam regredir ao caos e a barbárie.¹³⁰

Argumento semelhante realizou Mattos Pinto no mesmo ano, em periódico carioca, ao assinalar que os modernistas não traziam consigo uma lúcida consciência de renovação, tampouco demonstravam inteligência que vivificasse a arte contemporânea: “Elles gritam ousadias mentaes e escrevem idéas bizarras, em inquietante linguagem, mas sem uma exacta noção da obra que produzem; agitam-se porque os anima um extranho dynmismo de nevrose social [...]”.¹³¹ Para muitos era um fato, as vanguardas nada trouxeram de novo ao idioma, pelo contrário, ao agitarem-se, descuidaram dele completamente.

O discurso modernista que rechaçava o passado e projetava a temporalidade para o futuro não deve ser confundido com toda a modernidade estética da qual tenho falado ao longo do texto. A corrente “modernitarista” como referiu Jacques Rancière, dizia respeito a uma corrente específica que de fato marcou o trabalho de significativos artistas no Brasil e no mundo. Mário de Andrade é, sem dúvida, uma figura de destaque da literatura nacional e seus reclamos em prol da coloquialidade, da “maneira como falamos” e “como somos” são bastante conhecidos e serão analisados adiante. Embora movimento literário canônico, haviam limitações quanto à incorporação dos ideais modernistas.

O período que compreende essa pesquisa é marcado pelo apego ao passado, à pureza, à tradição, aos usos dos clássicos e do latim. Isso não significa afirmar que outras projeções temporais fossem anuladas e ideias libertadoras quanto à grafia, à estrutura, o estilo, o vocabulário, dentre outros, desaparecessem. O sentimento de decadência e nostalgia

¹²⁹ ALTAYR, Julio d'. Pela literatura moderna. *Vida Capichaba*, Vitória, n. 160, 31 jan. 1929, não paginado.

¹³⁰ BARROSO, Hermes. A mediocridade literaria. *A Razão*, Fortaleza, n. 79, 13 jun. 1929, p. 05.

¹³¹ PINTOS, Mattos. Chronica literaria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 1168, 22 set. 1929, p. 10.

funcionava justamente como figuração contrária às diferentes percepções temporais, como no caso das vanguardas.

A nostalgia em relação às transformações da língua portuguesa, assim como Andreas Huyssen havia pensado sobre a nostalgia das ruínas, “é central para qualquer teoria da modernidade que queira ser mais que o triunfalismo do progresso e da democratização [...]”.¹³² Assim, como bem colocou Svetlana Boym, “o século XX se iniciou com utopia e terminou em nostalgia. A crença otimista no futuro tornou-se obsoleta, enquanto a nostalgia, para bem ou para mal, nunca saiu de moda, permanecendo estranhamente contemporânea”.¹³³

1.2 – “A modernolatria dos modernos”

O título foi tomado de empréstimo ao artigo do cronista e advogado paranaense Laertes Munhoz publicado em 1924, para (re)iniciar a discussão das transformações da língua em suas percepções e temporalidades. “A modernolatria dos modernos” remete para a ânsia de libertação e renovação que marcaram outras tantas correntes do pensamento linguístico, sobretudo, mas não exclusivamente, a partir da década de 1920. A modernolatria estava ao lado, convivendo, e disputando espaço (ou seria o tempo?) com “as velharias bolorentas” naquilo que havia se tornado uma “guerra de valores da inteligência” humana.¹³⁴

Em prol da renovação e contra os “antigos preconceitos”, muitos bradavam: “les morts vont vite”. Era preciso deixar para trás os mortos ao invés de ficar imitando-os por toda a vida em busca da perfeição, em verdade, sempre relativa. Era necessário ser “absolutamente moderno” porque “as idéias se renovam como a moda. [...] Sejam assim revolucionarios no terreno espiritual das idéias.”¹³⁵

Ao tangenciar o que seria a nova realidade linguística, Laertes Munhoz afirmou que o que valia, de fato, era o pensamento: “A enclise e a proclise não são mais preocupações de perfeição”. Era preciso atribuir importância à capacidade crítica em detrimento da forma, impedindo a medíocre escravidão da ideia ao “systema metrico das determinações

¹³² HUYSEN, Andreas. Nostalgia das ruínas. In: HUYSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente*. Op. cit., 2014, p. 98.

¹³³ BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. Op. cit., 2017, p. 153.

¹³⁴ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

¹³⁵ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

acadêmicas”. A colocação do escritor vai na contramão do grupo que se viu amargurado pelas transformações que a língua estava sofrendo. A forma não era tudo! Importava tanto mais, o pensamento e o conteúdo de um texto que a colocação pronominal.¹³⁶

Munhoz coloca abaixo não apenas a necessidade de manter o estilo interligado ao passado mas questiona também os aspectos relativos ao volume dos textos. Não importava a extensão de um determinado discurso e sim a sagacidade e profundidade do pensamento. A inteligência humana não poderia mais ser medida pela quantidade de páginas, versos ou palavras. Não era mais preciso “mil versos para se ter talento. Pode-se, também, em um único dizer-se uma coisa genial”. A erudição e a complexidade, portanto, poderiam ser explorados de forma mais sintética.

Edgar Allan Poe já alertava que um dos primeiros indícios da mudança dos tempos era o “caminhar para o que é breve, condensado, bem digerido”. Com o abandono da bagagem volumosa e da dissertação, daria-se as boas vindas ao jornalismo e passaria-se a “preferir a artilharia ligeira às grandes peças”. Não é possível afirmar que os homens passam a ter o pensamento mais profundo “mas indubitavelmente, eles o têm mais ágil, mais rápido, mais reto, mais metódico, menos pesado”.¹³⁷

Laertes Munhoz ao questionar esse cenário descrito por Poe, afirmava que as pessoas almejavam “medir o pensamento, como quem mede, nas vendas do varejo, os cortes de chita. A capacidade do talento precisa caber dentro dos litros e dos decilitros acadêmicos”. Esse era um grande erro pois “a inteligência não tem medida. Ela pode ser grande como o infinito e caber dentro de uma frase. Cem páginas podem ser demasiadas”.¹³⁸

A colocação do escritor é bastante elucidativa: cem páginas podem ser excessivas em um mundo marcadamente frenético, em que a circulação de informações e textos se dão de modo mais rápido. Segundo ele, “o espírito moderno dominava as paisagens da sensação”, os neurônios estavam alvoroçados e era preciso construir uma língua e, para fazê-la, era preciso a libertação do pensamento. As agremiações literárias tendiam a destruir os valores pessoais na medida em que uniformizavam os trabalhos e as formas de pensar. “Emancipemo-nos! Sejamos absurdos, mas não imitemos. Sejamos absurdos, mas não sejamos comuns. Também no absurdo há originalidade. Repetir não significa talento.”¹³⁹

¹³⁶ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

¹³⁷ POE, Edgar Allan. *Excertos da marginalia*. In: Ficção completa, poesia & ensaios. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, p.986.

¹³⁸ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

¹³⁹ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

Era preciso subverter a ordem da arte escrita na medida em que os grandes volumes não tinham mais razão de ser naquela sociedade. Willi Bolle ao analisar os trabalhos de Walter Benjamin afirmou que a escrita, que possuía asilo no livro impresso com uma existência autônoma, havia sido inexoravelmente arrastada para a rua. “Benjamin não fala do escritor que é ‘arrastado para a rua’ [...], ele fala da escrita. Ao invés de colocar em primeiro plano a pessoa do escritor, ele dirige o olhar sobre o material com que ele trabalha”. Nesse panorama, o escritor deveria reaprender a escrever. Em busca da mudança necessária, Benjamin tirava sua energia literária da escrita da cidade, da “linguagem da prontidão”, das placas das ruas, dos letreiros de lojas, das tabuletas e assim por diante. *Ad plures ire*: era preciso ir para onde estava a multidão. Era preciso inserir-se no novo mundo com uma linguagem que lhe fosse condizente.

“O espírito moderno” clamava por uma língua emancipada e sem apegos ao passado. Enquanto a realidade vivida há séculos atrás funcionasse como espectro, sempre pronta a ditar modelos e “regrinhas” para a língua, não haveria emancipação. O escritor Laertes Munhoz finalizou seu texto com a seguinte mensagem: “O passado há de glorificar ao futuro que apenas o conservará nos museus, para o mostrar o ridículo e imbecil aos olhos dos que se fizeram no abandono de suas incoerências”.¹⁴⁰

O futuro precisaria conservar o passado no espaço circunscrito de um museu. Ridículos e imbecis são aqueles que tentam trazê-lo a tona para reviver inoportunamente. Pelo texto de Munhoz, é possível perceber o embate entre um presente que se queria passado e um presente que almejava que o passado, de fato, ficasse para trás, enterrado. Coexistindo com os veementes nostálgicos, portanto, estavam aqueles que compreendiam que as línguas evoluíam, tornavam-se mais flexíveis, rápidas e acompanhavam o progresso.

O texto de Munhoz, de 1924, expõe um pensamento comum na imprensa brasileira em relação à língua nos anos 20: a necessidade de emancipação e renovação. De todo modo, vale a pena recuar cronologicamente e visualizar a existência de registros a bradar pela mudança linguística ou pela “adequação dos tempos” desde o século XIX.

Em 1889, *A Lanceta*, periódico recifense, já havia chamado atenção para o papel da imprensa diante das mudanças linguísticas. Para o escritor (não identificado), a imprensa deveria “aparecer a maneira moderna”, digerindo as coisas com maior rapidez, dando vivacidade ao espírito e fazendo com que a alma se tornasse risonha. A imprensa, enquanto

¹⁴⁰ MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924, p. 04.

um dos principais veículos de (in)formação, teria de utilizar uma linguagem adequada, mais efêmera, acessível e democrática

Há nesse texto uma crítica contundente ao modo como o “Sr. Figueiroa” – referindo-se ao conhecido filólogo e escritor português Cândido de Figueiredo – lidava com a língua portuguesa. Segundo mencionava, o idioma em que o Sr. Figueiroa escrevia era o da “língua morta de Felinto, de Bernardes, de João de Barros, com alguns cacophatons de mais e algumas belezas de menos, mais erros de orthographia e menos vernaculidade, mais disparates e menos inteireza de animo”.¹⁴¹

Em conformidade com publicação d’*A Lanceta*, “a língua moderna elastece, cabriola, assobia, apupa, redicularisa, não tem as flores de rhetorica, tem o estylete lancinante e fino”. Assim sendo, a língua da imprensa não deveria ser “um elefante”, mas “uma águia”, não “um boi grave e sisudo”, mas “um pássaro hilariante e faceta.” Por fim, o escritor registra uma súplica àqueles que escreviam para jornais e revistas: “Não escrevam com a mão calosa, senhores, usem luvas, mudem de toilette e sobretudo abandonem a pomada rançosa e barata, façam uso de espirito que é a arma franzina e catita da imprensa moderna”.¹⁴²

A arma da imprensa moderna era uma língua com espírito leve e delgado ajustada aos novos tempos. Sobre a necessidade de uma mudança gradativa, fora publicado no ano de 1898, texto interessante escrito por Clovis Bevilacqua no *Almanach de Pernambuco*. O escritor sustenta a ideia de que a língua é um instrumento de expressão do pensamento, mas que ela se transforma e evolui sempre. “Quando os Dante, os Cervantes, os Camões teem a necessidade de fundir idéas novas e grandiosas em moldes adequados, quando mudam os aspectos da vida exterior, quando as noções da sciencia e os sentimentos humanos se desdobram e se avolumam” é necessário não a conter.¹⁴³

Existia uma espécie de “senso de época” definida pelas instâncias que regiam a vida naquele momento: ciência, linguagem, sentimento, economia, política, dentre outras. Não era possível livrar-se das marcas do seu tempo de modo a buscar incessantemente os valores do passado. Do contrário, arriscava-se transparecer ao mundo uma imagem anacronicamente exótica.

De acordo com muitos intelectuais, libertar o pensamento humano do cárcere significava despir-se dos resquícios de uma linguagem que, na prática, não mais existia. Uma crônica veiculada em Sobral, no Ceará, no ano de 1904, afirmava que o pensamento humano

¹⁴¹ A Imprensa indigena. *A Lanceta*, Recife, n. 03, 18 dez. 1889, p. 01.

¹⁴² A Imprensa indigena. *A Lanceta*, Recife, n. 03, 18 dez. 1889, p. 01.

¹⁴³ BEVILACQUA, Clovis. Grammatiquices. *Almanach de Pernambuco*, Recife, n. 02, 15 set. 1898, p. 61.

não poderia ser enclausurado “porque o espirito da mocidade não se subordina ao estreito circulo das escolas que asphyziam a inteligência e matam as aspirações.” Tudo no mundo evolui e “a linguagem, esta divina manifestação do pensamento se aperfeiçoa, modifica-se e corrige-se, novos termos são conquistados, novos synonymos são aceitos e a lingua que hontem era pobre hoje torna-se rica e pomposa.”¹⁴⁴

Ajustar a língua falada à nova realidade experienciada libertando-a dos fantasmas do passado era um processo natural. José Veríssimo, por exemplo, buscou manter uma postura crítica em relação a essas questões, ainda que propusesse uma espécie de meio termo entre “as fórmulas tradicionais da língua” e as “fórmulas mais modernas e mais legítimas”.¹⁴⁵ Questionou-se na revista *Kosmos* (RJ) a respeito do que convencionalmente se chamava de língua clássica: “Que é classico? Quem são os classicos? Que classicos são para seguir ainda hoje, e quaes apenas poderão servir como subsidiários ao estudo histórico-grammatical da lingua?” Era impossível “encontrar” um escritor clássico na moderna Portugal, quem dirá no Brasil diante de tantas suscetibilidades advindas do novo meio.¹⁴⁶

De fato, a questão dos clássicos permanece intrincada ainda nos dias atuais. O conhecido escritor Ítalo Calvino¹⁴⁷ procurou demonstrar a impossibilidade de uma definição precisa para o termo. Poder-se-ia admitir como clássicas, segundo Calvino, as obras ou autores que possuem uma riqueza inigualável, aquelas que são inesquecíveis, que sempre permitem releituras e críticas variadas, que são universais ou que não perdem a atualidade. Como bem descreveu Calvino, os significados podem ser variados e talvez o clássico esteja interligado de modo mais proeminente aos valores atemporais que ao passado propriamente, já que aquilo que foi considerado aprazível ontem, pode deixar de sê-lo hoje.

Apesar da multiplicidade de significados, o clássico aparecia nas fontes como maneira ultrapassada de registrar a escrita. Com o passar dos anos, a crítica a eles se tornou cada vez mais intensa e frequente. De modo irônico, o escritor Sylvio Figueiredo em *A Manhã*, periódico carioca, fez uma associação da “velha, classica, e vernaculíssima” língua portuguesa com os antigos instrumentos imperfeitos da indústria pré-histórica. Questionou: utensílios tão antiquados poderiam servir aos homens contemporâneos da era do avião e do

¹⁴⁴ Chronica. *A Cidade*, Sobral, n. 65, 07 jul. 1904, não paginado.

¹⁴⁵ VERÍSSIMO, José. Vida literaria. *Kosmos* – Revista artística, Scientifica e literária, Rio de Janeiro, n. 04, abr. 1904, não paginado.

¹⁴⁶ VERISSIMO, José. Briga de grammaticos. *Kosmos* – Revista artística, Scientifica e literária. Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1905, não paginado.

¹⁴⁷ CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos* – tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

rádio?¹⁴⁸ Sylvio Figueiredo comparava o clássico a um “carro de bois a chiar pela estrada do pensamento, esbarrando numa syntaxe pedregosa, afundando as rodas em restrições como em carreiros lamacentos, escorregando e marcando passo no aclave de uma pobreza sinonímica sem igual [...]”. A língua moderna por outro lado, pela qual ela deveria ser substituída, era “um auto, em estrada macadamizada, com correntes anti-derrapantes...”.¹⁴⁹ Entre uma língua e outra havia abismo profundo demais para não ser percebido e contestado.

Era necessária uma língua que funcionasse como uma luva, que fosse “elástica, manejável, escravizada á nossa psyche”. O modo como Figueiredo coloca a questão remete para a necessidade de “ajuste dos tempos”. Era necessário sincronizar o pensamento da geração passadista, classicista ou latinizante (os termos utilizados eram variados) com o novo pensamento que estava edificando raízes. Havia um descompasso ou uma espécie de fissura na qual os homens se prendiam ao passado e pareciam não querer mais sair.

Segundo Figueiredo, para impor a nova língua, era necessário “anarchizal-a, subvertel-a, infringir arrogantemente os seus cânones obsoletos, perder a superstição da sua sacrosantidade, [...] desconjuntal-a toda, lubrificá-la a muito bem, acrescentar-lhe peças á vontade.” Chama atenção na colocação do escritor o questionamento da legitimidade dos próprios cânones da língua. O termo cânone deriva do grego *kánon* e trata do que seria uma regra, modelo ou norma a ser seguida. Nesse caso, o cânone linguístico estaria atrelado à língua pura, com zelo pela forma, ligada aos clássicos, dentre outros valores benquistos.¹⁵⁰

A busca por “inovar, criar sem medo dos grammaticos que hão de surgir indefectivelmente, regougando purismo por todos os orifícios” sinaliza para o combate contra os cânones e o purismo. Numa espécie de “luta dos tempos”, eles precisariam ser eliminados, tanto pela quantidade significativa de adeptos, quanto pelo “barulho” que causavam.

De acordo com Sylvio Figueiredo, essa luta deveria ser travada “dictatorialmente, sem dar contas a ninguém, como fez Pereira Passos com o Rio colonial!”.¹⁵¹ Era preciso sem piedade “botar abaixo” o passado, sua língua e cânones, assim como fizera o prefeito com suas reformas urbanas na capital.

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, Sylvio. *Lingua Nacional. A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 886, 30 out. 1928, p. 03.

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, Sylvio. *Lingua Nacional. A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 886, 30 out. 1928, p. 03.

¹⁵⁰ Os cânones literários suscitam discussões interessantes e controversas, remontam à questão da hierarquização da arte, das relações de poder, da reprodução hierárquica das classes sociais, dentre outros temas interessantes que não serão tratados aqui. Sobre o assunto, ver: COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Op. cit., 1999.

¹⁵¹ FIGUEIREDO, Sylvio. *Lingua Nacional. A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 886, 30 out. 1928, p. 03.

Para Peter Burke, é falsa a impressão de que não houve resistência aos puristas. Ao longo da história, há várias manifestações de reações antipuristas. Um sinal simples dessa reação seria o próprio termo “purista”. Na França, por exemplo, o escritor Jean-Pierre Camus fazia observações críticas sobre a “*académie des puristes*” antes mesmo de a *Académie Française* ser fundada.¹⁵² No Brasil, críticas ao purismo e à Academia Brasileira de Letras abundaram nos jornais e revistas e voltaram-se, sobretudo, para a falta de sistematização e simplificação da língua.

Nesse panorama, o uso do latim era questionado com frequência e ardor nas páginas impressas. Se determinadas formas de escrita do passado eram obsoletas, que se dirá de uma língua “morta”? Os autores destacavam que as formas latinas sobrecarregavam a escrita de letras inúteis, tais como hh, yy, consoantes dobradas e consoantes mudas que não possuíam correspondência fonética.¹⁵³ Tudo feito em nome do “amor ao latim”.

Euclides Cezar no periódico *A Razão* de Fortaleza, mencionou que as línguas são semelhantes aos seres vivos, não ficam paralisadas e se alteram com o progresso ou a decadência de um povo. Para ele, o latim, tanto na escrita quanto no ensino escolar, era um verdadeiro entrave para o progresso. Guardava sentido estudar o latim “no esplendor do século de Augusto, quando Roma, dictava leis ao mundo [...]” mas o momento em que se vivia era outro. Havia uma divergência temporal e cultural expressa através da língua e era preciso respeitá-la. Para desenvolver seu pensamento, o autor lança a seguinte conjectura:

Figuremos que num festim na Cidade Eterna, surgisse por encanto magico um etrusco, falando seu idioma rude e millenario. Quem o compreenderia? Um talentoso orador portuguez do reinado de d. Frinando o Frumoso que aparecesse hoje fazendo um discurso em Lisbôa enaltecendo os feitos de Sacadura, quem o compreenderia?¹⁵⁴

Euclides Cezar afirmava ironicamente que os classicistas pareciam desconhecer a lei de Spencer, a lei da evolução, e consideravam que a língua portuguesa deveria “permanecer imutavel como as pyramides do Egypto”. Para Cezar, suspender a imitação dos clássicos era possibilitar que eles volvessem definitivamente para as cinzas de onde haviam saído.¹⁵⁵

Cyro Silva em periódico curitibano em 1923 afirmou que um dos grandes problemas quanto à língua no Brasil estava justamente no apego desmesurado à tradição. Os estetas

¹⁵² BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 171.

¹⁵³ Cf BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Op. cit., 1967, p. 234.

¹⁵⁴ CEZAR, Euclides. O povo e os grammaticos. *A Razão*, Fortaleza, n. 409, 12 ago. 1930, p. 03.

¹⁵⁵ CEZAR, Euclides. O povo e os grammaticos. *A Razão*, Fortaleza, n. 409, 12 ago. 1930, p. 03.

falavam em nome da tradição e da história “gritando contra a ruína dos monumentos que vem esculpidos numa perna do h e na dobra de um y” porque “dizem que a beleza da língua desaparecerá”.¹⁵⁶ Ora, a tradição nada tinha a perder com as modificações linguísticas:

Os seus cultores continuarão, da mesma forma, a lhe dedicar esmerado estudo, como esses abnegados arqueólogos que até agora descobrem mumias muitas vezes milenárias. E nem por isso foi necessário que todo o mundo soubesse decifrar ieroglifos e andasse escarafunchando os areiaes do deserto.¹⁵⁷

Uma coisa é o aprendizado do latim ou a decifração dos hieróglifos e sua transmissão para as novas gerações, outra coisa bem distinta é obstar as transformações naturais das línguas e almejar que todos tenham o mesmo nível de esmero dos puristas “maníacos”. Segundo Cyro Silva, as classes letradas são “por natureza, conservadoras. Elas apenas cultivam e apuram o idioma. Querem somente usar a ferramenta velha” quando em realidade deveriam estar preocupadas em construir uma linguagem simples e inteligível a fim de transmitir o pensamento.¹⁵⁸

Para Silva, de acordo com a intensidade da vida moderna, era necessário o “aproveitamento máximo do tempo”. As pessoas não precisavam escrever “conforme a origem das palavras, com conhecimento especial de uma por uma” dispondo de paciência necessária para embrenhar-se em tais dificuldades. Seria importante que as pessoas otimizassem o tempo, diferentemente do modo como fizeram seus antepassados.¹⁵⁹

José de Castilho em *A.B.C.*, revista de política, letras e artes do Rio de Janeiro argumentou que a língua portuguesa do século XVII era perfeita em relação à mentalidade dos homens que a falaram. “Hoje, os homens pensam doutro modo. Ha outras necessidades. Ficar com a linguagem dos seiscentistas seria voltar, decair, certamente. Um idioma não pôde ser estavel, principalmente quando é transportado para natureza diversa.”¹⁶⁰

Percebe-se que José de Castilho inverteu a noção de decadência da língua descrita no tópico anterior. A corrupção linguística não estava mais atrelada à transformação do português e a perda de sua pureza, mas justamente à sua imutabilidade e falta de adequação aos novos tempos. Em suas palavras, “é falso dizer-se que uma lingua não pôde alterar sem

¹⁵⁶ SILVA, Cyro. A grafia portuguesa. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923, p. 05.

¹⁵⁷ SILVA, Cyro. A grafia portuguesa. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923, p. 05.

¹⁵⁸ SILVA, Cyro. A grafia portuguesa. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923, p. 05.

¹⁵⁹ SILVA, Cyro. A grafia portuguesa. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923, p. 05.

¹⁶⁰ CASTILHO, José de. *Macrobios da lingua. A. B. C. - Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 430, 02 jun. 1929, não paginado.

se corromper. Renan estava fóra de verdade dizendo: ‘une langue bien faite n’a plus besoin de changer’...”¹⁶¹ A língua é mutável e acompanha o tumulto da própria realidade vivida. Ela não é uma simples criação de gramática e sempre que novas manifestações aparecerem, novas necessidades surgirão com elas. O autor sintetiza essas ideias de modo categórico:

Novo ambiente, nova gente, novas coisas, novas necessidades de expressão: nova língua – syntetiza Monteiro Lobato.

Profundo senso tem Graça Aranha pensando que cada época tem o seu estylo, e neste é que se devem amoldar as emoções humanas.

Por certo, hoje, quem mantivesse as bolorentas formulas estabelecidas pelos seiscentistas, saíria da sua época, retrogradando. Tornar-se-ia espectral, phantasmagórico. E não só isto. Seria artificial, ridículo. Teria um cheiro insupportavel a velhariaas dos museus.

As fórmulas classicas exhumadas e revividas teem o frio e a cor das catacumbas, teem qualquer cousa de funebre e sobrenatural. Expressões mortas e resuscitadas semelham-se a essas joias antigas e mofadas, que foram o adorno de collos femeninos. Na idade trovadoresca, trazidas á luz por antiquarios maniacos.¹⁶²

Ao revolver a noção de corrupção da língua, Castilho compreende que ela necessariamente precisa caminhar junto à humanidade, pois cada geração possui um estilo e não é possível “sair de sua época” para viver em outra. Se assim o fizer, parecerá um espectro, um ser fantasmagórico, artificial, ridículo e que cheira a museu. Utilizar as formas clássicas no presente lembrava algo fúnebre e sobrenatural como antigos objetos mofados trazidos à tona pelos “antiquários maníacos”. Percebe-se que os adoradores do purismo linguístico são comparados aos excêntricos colecionadores de objetos do passado. Colecionar diz sobre o ato de recordar aquilo que a sociedade de alguma forma negou ou “descartou”. Na tentativa de ressurreição, os sinais da morte são evidentes.

Sobre o tema da morte e possíveis formas de presentificação, retorno ao tema do latim através da charge publicada na *Careta* em 1925. O autor da charge é desconhecido mas sua composição deixa entrever aspectos interessantes sobre os usos da língua em associação com a política. O título “democracia em latim” ao lado da imagem do pregador distanciado de seus ouvintes, aparentemente falando sem ser compreendido, sinalizam tanto para uma democracia quanto para uma língua inacessíveis. O diálogo confirma essa hipótese. Afirma

¹⁶¹ “Uma língua bem feita não precisa mais mudar”. CASTILHO, José de. *Macrobios da lingua. A. B. C. - Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 430, 02 jun. 1929, não paginado, tradução nossa.

¹⁶² CASTILHO, José de. *Macrobios da lingua. A. B. C. - Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 430, 02 jun. 1929, não paginado.

o pregador: “Sub lege e libertas, Libertas quae sera tamen. In vino verita. Quod abundat non nocet...”. Responde um dos ouvintes: “Afimal que quer dizer tudo isso”, ao qual replica o pregador: “É a linguagem contra o povo e para o povo...”.



Figura 01: Democracia em latim... *Careta*, n. 898, 05 set. 1925, p. 11.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira¹⁶³

As frases proferidas em latim são lugares-comuns dispostos de modo concatenado. Trata-se de frases que ficaram conhecidas ao longo do tempo, principalmente a “libertas quae sera tamen” – liberdade ainda que tardia – que figura na bandeira do Estado de Minas Gerais. Todavia, a aparente complexidade através da consagração do uso do latim não necessariamente significava sabedoria.

O conteúdo das frases sinaliza para o ideal de liberdade. Esse ideal, porém, é contrastado com a ideia de “democracia em latim”, ou seja, uma democracia inalcançável e incompreensível ao povo. O gesto de acanhamento e a fala dos transeuntes ao perguntarem

¹⁶³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pesq=&pagfis=36313>
Acesso em agosto de 2020.

“que quer dizer tudo isso” advertem para uma língua e uma política exclusivistas. Quem tem acesso ao estudo do latim nas escolas e a quem isso importava em uma sociedade de analfabetos? Quantos cidadãos de fato possuíam direito ao voto ou à participação na política brasileira no início da República? Tratava-se no fundo, de uma linguagem que era feita “para o povo” mas que mantinha-se contrária a ele.

A figura do pregador pode bem representar os estudiosos da língua, tais como os gramáticos, os filólogos ou um daqueles “sabedores que se dizem puristas do português”. Mesmo que não sejam compreendidos, são eles que detêm o direito à fala dentre os demais. Suas vozes possuem autoridade e serão, portanto, ouvidas, seja para aceitá-las ou rechaçá-las.

Os gramáticos foram considerados os grandes cultores da língua no Brasil. Apesar de colherem os louros, eram também responsabilizados pelas mazelas do idioma, tais como o apego aos clássicos, a falta de incentivo às reformas ortográficas, o purismo excessivo, dentre outras. Para ficar em parco exemplo dos danos causados pelos gramáticos quanto à manutenção do atavismo linguístico, pode-se observar o texto escrito por João de Minas¹⁶⁴ em 1923 em periódico carioca. Ao tratar das dificuldades para a sistematização ortográfica no país, o escritor afirmou que os gramáticos eram cavalheiros ácidos, secos, furibundos, e portanto, honradamente, indesejáveis. Ler o que eles escreviam era desolador:

No livro ou na imprensa eles, de palmatoria em punho, affirmam tudo cathegoricamente, e por causa de uma vaga preposição ou de um melancholico pronome são capazes de correr ás sepulturas de todos os classicos, agarral-os pelos cabelos, pelas pernas (ou por outros appendices do corpo humano), e nol-os trazer para que os coitados nos digam que tal concordancia, ou regencia, ou collocação é assim mesmo como affirma o grammatico, porque daquelle modo é que se escrevia ha trezentos annos...¹⁶⁵

Reverter as catacumbas dos clássicos só para provar como tal e tal palavra deveria ser escrita porque assim fizeram os escritores há séculos atrás, parecia um contrasenso. Para João de Minas não havia atitude mais odiosa e imbecil que rejeitar o direito à evolução, “negando, assim, um espírito, uma vida a essa língua que, por ser língua, não póde ter a

¹⁶⁴ João de Minas (em alusão a João do Rio) era pseudônimo do conhecido escritor e jornalista mineiro Ariosto de Colona Morosini Palombo. Sobre sua trajetória, ver o trabalho de Leandro Antonio de Almeida “As mil faces de João de Minas: a construção do escritor e a repercussão de seus livros no campo literário brasileiro (1927-1989).

¹⁶⁵ MINAS, João de. Oxygenio na “morgue” da linguagem. *Hoje* - Periodico de Acção Social, Rio de Janeiro, n. 210, 31 mar. 1923, não paginado.

immobilidade da morte”. Para o jornalista João de Minas, “o pior e o mais burro grammatico é aquelle que, para ensinar o falar de hoje, nos dá montanhas de exemplos do falar classico”. Alguns até poderiam argumentar que “esses exemplos denotam a busca nas fontes da lingua, no manancial puro dentro dos tempos.” Porém, “essa busca historica, provando capacidade de trabalho do grammatico, não prova inteligencia. Prova estupidez. Por isto: a lingua não envolve tanto do passado, mas mais do presente [...]”.¹⁶⁶

De acordo com os relatos da imprensa, buscava-se em nome da tradição e dos costumes, obstar o progresso da língua. Os puristas e os gramáticos sentiam prazer em desenterrar modismos e vocábulos há décadas sepultados, como se tais caturrices pudessem, de fato, frear a marcha natural e evolucionista da língua.

Segundo muitos registros da época, os responsáveis por tecerem a “adequação dos tempos” quanto à língua e a crítica aos gramáticos “anacrônicos” eram os modernistas ou os futuristas. Conforme análise de Angelo Guido na revista *Frou-Frou* (RJ), a arte moderna havia obstaculizado o passadismo que se desenvolvera no país a partir dos movimentos literários anteriores:

Num paiz onde se vivia decalcando as obras francezas: num paiz onde a poesia morria na frieza do parnasianismo ou num romantismo de costureirinhas, onde o pensamento se afogava numa aguada philosophia escolastica ou num materialismo decadente e grosseiro, esse grito de revolta que foi a “Semana de Arte Moderna”, é digno dos applausos dos que não se fossilizaram no dogmatismo estreito das egrejinhas passadistas.¹⁶⁷

O modernismo havia sido um grito de revolta contra o passadismo. Apesar do entusiasmo de Guido, se reconhece que não foi da noite para o dia que esses intelectuais subverteram a forma escrita e as percepções temporais concernentes à língua. O próprio Mário de Andrade em carta a Carlos Drummond de Andrade, ao referir-se a *A Revista*, publicação de Belo Horizonte, elogiou a atuação do periódico que foi utilizando uma linguagem simplificada aos “poucos”. Em suas palavras:

Façam uma revista como A revista botem bem misturado o modernismo bonito de vocês com o passadismo dos outros. Misturem o mais possível. É o único meio da gente fazer do público terra-caída amazonense. E isso é que é preciso. Ele pensa que

¹⁶⁶ MINAS, João. Oxygenio na “morgue” da linguagem. *Hoje* - Periodico de Acção Social, Rio de Janeiro, n. 210, 31 mar. 1923, não paginado.

¹⁶⁷ GUIDO, Angelo. Arte Moderna. *Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929, p. 109.

está firme no passadismo e de supetão vai indo de cambulhada, não sabe e está se acostumando com vocês.¹⁶⁸

A ideia de criação e libertação dos modelos acadêmicos clássicos em *A Revista* se deu de maneira gradativa, misturando o passado ao presente e angariando a aceitação do público. Mário de Andrade também deixou claro no seu “Prefácio interessantíssimo” que o passado era coisa para se meditar e não reproduzir.¹⁶⁹ Ele não negava o passado como forma de reflexão, mas como cópia. Afirmou: “Sou passadista, confesso. Ninguém pode se libertar duma só vez das teorias-avós que bebeu; e o autor deste livro seria hipócrita se pretendesse representar orientação moderna que ainda não compreende bem.”¹⁷⁰

Ainda que o modernismo em seu primeiro momento não dispusesse de um programa bem definido, rejeitava enfaticamente o academicismo, a objetividade, o rigor à forma – especialmente poética – a falta de liberdade intelectual, dentre outros. Segundo Annateresa Fabris, a soma das “negatividades” compunha a própria compreensão de arte e literatura para os modernistas. O “credo moderno não acontece tanto através de propostas concretas quanto pelo rechaço do passado, quer em termos globais, quer em atitudes estéticas determinadas que investem contra o romantismo e o realismo e seus derivados – regionalismo e parnasianismo”.¹⁷¹

A negação ao “passadismo linguístico”, como venho tentando demonstrar, não se circunscreve às balizas temporais dos anos 20, tampouco às proposições da escola modernista. De fato, esse desejo tomou as páginas da imprensa de forma proeminente nesse período, mas ele já estava sendo delineado desde o século XIX.

Modernidade e vanguarda não teriam surgido ao mesmo tempo. Segundo Antoine Compagnon, a vanguarda não é apenas uma modernidade mais radical e dogmática. Se a modernidade está ligada ao presente, a vanguarda possui uma consciência histórica do futuro, um desejo de “ser” avançada em seu tempo. Em outros termos, de modo distinto aos vanguardistas, os modernos não falaram sempre em nome do novo, já que a modernidade é em si, ambígua. Tanto é assim que modernidade e decadência caminham juntas, “pois a renovação incessante implica a obsolescência súbita. A passagem do novo para o velho é, a

¹⁶⁸ ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, p. 46.

¹⁶⁹ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 75.

¹⁷⁰ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 60.

¹⁷¹ FABRIS, Annateresa. *O Futurismo Paulista*. Op. cit., 1994, p. 76.

partir daí, instantânea”. Era justamente esse “destino insuportável” que as vanguardas conjuravam. O mesmo acontece com a língua e suas nuances temporais.¹⁷²

Para analisar esses aspectos apresento o texto declaradamente futurista, escrito por Berilo Neves na revista *Careta* (RJ). O cronista e crítico literário explicitou de forma enfática o modo como a língua deveria ser encarada diante da “sensibilidade puramente mecânica da vida moderna”. Para o escritor, a mania de usar adjetivos em excesso precisaria ser abolida “porque com a vertigem da vida moderna não [havia] mais tempo para andar collocando o rabo do adjectivo no papagaio do substantivo”. Era preciso libertar o pensamento das fórmulas convencionais que o escravizavam: “Se pensarmos uma asneira digamos a asneira, porque pelo menos tem o valor das idéias puras. Os philologos são uns sujeitos implicantes que andam catando o piolho do galicismo na cabeça dos pobres autores provincianos”. O que fazer diante dessa situação? “precisamos de dar um banho de gasolina nos filólogos, nos grammaticos, em todos esses typos detestaveis na tabaqueira do classicismo bolorento”.¹⁷³

A mensagem deixada pelos futuristas quanto à língua era a da libertação das fórmulas convencionais, o banimento completo dos gramáticos e filólogos classicistas. “Expressar pensamentos novos em novas formulas tal é o ideal do futurismo. Onde já se vio um pé novo abafado dentro de um chinelo velho? Depois do banho é preciso vestir uma pyjama limpa – o futurismo é esse pyjama limpa que Marinetti nos trouxe da Italia”. Assim, “mettamos a literatura dentro do banheiro e munamo-nos de vassoura, creolina e ‘Pixavon’”.¹⁷⁴

Segundo Berilo Neves, pensamentos novos precisam ser expressos por uma linguagem condizente. A língua, bem como a arte futurista, deveria acompanhar a velocidade e a tecnologia da era industrial. As frases, curtas e fragmentadas, dariam ideia de velocidade. Não haveria mais espaço para o passado que, por sua vez, seria apagado com vassoura, creolina e shampoo pixavon. Para finalizar, declara o autor: “Que leve o diabo ao passado, e mais aos passadistas de hontem, de hoje e de amanhã. Modernisemo-nos, reformemo-nos, automobilisemo-nos. A machina é o futuro, é toda a vibração da alma moderna, anciosa por adquirir um automovel”.¹⁷⁵

“Abaixo ao passado e aos passadistas, modernisemo-nos!”. Expressão que sinaliza que há por parte de Berilo Neves um desejo intenso por distanciar-se do passado e daqueles que nele queriam (re)viver. É comum encontrar manifestos como esse na imprensa, mas

¹⁷² COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria*. Op. cit., 1999, p. 40.

¹⁷³ NEVES, Berilo. Fragmentos. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 937, 05 jun. 1926, p. 30.

¹⁷⁴ NEVES, Berilo. Fragmentos. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 937, 05 jun. 1926, p. 30.

¹⁷⁵ NEVES, Berilo. Fragmentos. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 937, 05 jun. 1926, p. 30.

geralmente eles não aparecem vinculados a um movimento literário específico, como nesse caso em que há vinculação explícita ao futurismo.

Sobre essa questão, há crônica relevante publicada n’*A Cigarra*, periódico de São Paulo, demonstrando que entre os projetos passadistas e futuristas, haviam aqueles que não se posicionavam. Muitos nem sequer compreendiam seus programas, o que não significa dizer que eram incapazes de se posicionar criticamente quanto às questões linguísticas.

Conforme assinalado nessa crônica, os passadistas eram “os escriptores da velha escola, mais ou menos obedientes aos canones classicos, respeitadores da lingua e da fôrma”. Já dos futuristas, faziam parte “os revoltados, os que se libertaram de leis e principios, tirando efeitos da inverosimilhança, do jogo de palavras, do desvario das idéas, das affirmações chocantes e paradoxaes”.¹⁷⁶

Havia escritores de mérito em ambos os grupos. Entretanto, se fosse necessário atribuir superioridade a algum, a verdade não estaria nem com uns, nem com outros. “Emquanto passadistas e futuristas, de penna em punho como lança de combate, mutuamente se atacam e levam até o seu proposito a vias de facto, os verdadeiros victoriosos parecem que são os regionalistas”. Esses eram indiferentes a tudo, “espectadores risonhos dessas contendás”, continuavam “a obter os seus triumphos, a fazer as suas coisas sem curar de, pelo escandalo e pelo espectaculo, ganhar o applauso das galerias e entrar na sympathia dos leitores”. Os regionalistas, “bem avisados, não querem classicismos, que não entendem, nem futurismos, que lhes cheiram a logogryphos, e sim a lingua corrente que fala o povo e idéas que fiquem a seu alcance”.¹⁷⁷

A verdade era que, na briga entre “passadistas” e “futuristas”, o público leitor ficava ao lado dos “regionalistas” porque ao menos eram compreensíveis e jocosos e aproximavam a escrita da fala cotidiana. O regionalismo foi concebido como espécie de “saída” possível entre as “duas vertentes temporais” extremistas e incompreensíveis. Não se pode negar a dimensão das vanguardas na proposição de uma língua ajustada aos novos tempos. Não obstante, para se posicionar criticamente, as pessoas não necessariamente precisaram estar vinculadas a um grupo ou outro. Além disso, muitos escritores já estavam, de modo independente, propondo movimentos pela renovação linguística para o país desde o século XIX.

¹⁷⁶ Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 209, 01 jun. 1923, não paginado.

¹⁷⁷ Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 209, 01 jun. 1923, não paginado.

É importante perceber como as pessoas lidaram com as transformações que estavam ocorrendo na língua portuguesa pela perspectiva da temporalidade. De um lado, vimos que a ideia de decadência atrelada a um sentimento de desilusão e degradação da língua foi delineada, sobretudo, na virada do século XIX, ainda que tenha resistido ao longo de todo o período da pesquisa. Para muitos, estava-se vivendo um momento de desequilíbrio cultural e artístico devido às modificações excessivas na pureza e na forma idiomática, especialmente no que tange à ortografia, à rejeição aos clássicos e ao latim. A nostalgia e sua relação com o passado era uma forma de negar a própria ideia moderna de tempo.

Por outro lado, havia aqueles que gritavam: “Não há coisa mais ridícula que a falta de senso de época”. Almejar em pleno século XX “escrever e falar á moda quinhentista, num verdadeiro carnaval literário” era um disparate.¹⁷⁸ Era preciso aceitar os novos tempos e as novas linguagens com entusiasmo. Esse tipo de pensamento ganhou força na década de 20, mas há muito estava sendo veiculado pela imprensa. Muitos foram aqueles que encararam os novos tempos com bons olhos e questionaram por meio de seus discursos aquilo que consideravam passadista.

As percepções díspares sobre a língua portuguesa situam-se nas contradições insolúveis e, ao mesmo tempo, inerentes da realidade vivida. A busca pelo novo e as projeções para o futuro conviviam com o nostálgico desejo pela língua do passado. Essa convivência nem sempre era harmoniosa, o que justifica os debates infundáveis que marcaram esse período.

A ideia de temporalidade múltipla remete para o trabalho do filósofo Jacques Rancière que também alertou para o perigo de conceber modernidade por uma perspectiva única, já que em realidade, ela admite a co-presença de temporalidades. Um único termo não daria conta de tantos objetos e percepções da realidade e a busca pelo novo, quase sempre vinculada à modernidade, reduziria ela a um vazio artístico. Trata-se de um conceito difuso e aglutinador que indica, seja para enaltecer ou deplorar, uma linha simples de passagem ou de ruptura do tempo entre o antigo e o moderno. Essa noção pode conduzir a equívocos e produzir uma espécie de corte na configuração complexa da realidade ao instituir regimes de historicidade que tendem a definir o presente e o passado por uma chave explicativa de sentido único.¹⁷⁹

¹⁷⁸ X. Querida amiga. In: SERRANO, Jonathas. Um programma de português. *A Escola primaria*, Rio de Janeiro, n. 08, 1925, p. 78.

¹⁷⁹ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 35-37.

Para Rancière, esse tempo desordenado que irrompe e permite vivências múltiplas e temporalidades heterogêneas, poderia ser de modo mais adequado denominado como regime estético das artes “que é o verdadeiro nome daquilo designado pela denominação confusa de modernidade.” O regime estético das artes não faria oposição entre o antigo e o moderno, mas sim entre dois regimes de historicidade. “No regime estético da arte, o futuro da arte, sua distância do presente da não-arte, não cessa de colocar em cena o passado”.¹⁸⁰ As ideias de Rancière, atreladas ao que tentei desenvolver neste tópico, remetem para a necessidade de identificar os “estratos do tempo” em um mesmo período histórico.

Afirmava Domingos Ribeiro Filho na *Careta* que “o bom gosto é, como tudo, uma questão de épocas.” Aquilo que ontem havia sido considerado bom gosto, hoje era intolerável. “Não é que o gosto evolua; é que ele apenas varia [...] O verso, a moda, a arte, o sentimento, as formas, as forças, as ideias, tudo se submete ao gosto que impõe seu preconceito à época.”¹⁸¹

Acrescentaria à colocação de Domingos Filho que o gosto ou o preconceito das pessoas não estão exclusivamente atrelados a uma determinada época, mas ao modo como elas encaram o próprio tempo em sua passagem. As percepções a respeito da língua envolvem as relações entre passado, presente e futuro e muitas vezes se dão de forma difusa, desencontrada, interseccionada. Essas relações temporais fazem com que o passado seja analisado sem a necessidade de excluir “épocas” ou “estratos do tempo” para compor o quadro heterogêneo da história e da historicidade do período estudado.¹⁸²

¹⁸⁰ RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Op. cit., 2005, p. 35.

¹⁸¹ FILHO, Domingos Ribeiro. Uma caretinha para todos – Architectura e grammatica. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 763, 03 fev. 1923, não paginado.

¹⁸² O termo e as ideias de estratos do tempo foram retirados do trabalho de Reinhart Koselleck. Ver: *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

2 - “O QUE SE DEVE E O QUE SE NÃO DEVE DIZER”

*O que se deve e o que se não deve dizer deveria ser o título geral, e exacto, da coleção completa dos trabalhos [...] que sobre a língua portuguesa se têm publicado no Brazil.*¹⁸³

Em 1905, José Veríssimo publicava uma espécie de balanço relativo à tônica dos debates e questionamentos que haviam se estabelecido em torno da escritura da língua portuguesa. Em seu argumento, o fato de sermos “o único país civilizado que não sabia escrever o próprio nome” prenunciava as incertezas e agitações que reinavam naqueles tempos quanto à grafia.

De acordo com o escritor, cada um parecia escrever como desejava, não havia regras gramaticais e quando elas existiam, eram tão prolixas, que ninguém as entendia. Qualquer possibilidade de reforma tornava-se contenda inflamada e irresolúvel nas páginas impressas. Ademais, havia o imbróglio quanto a permissividade do uso de “termos populares”, que segundo os relatos da época, poderiam ser gírias, palavras de baixo calão, plebeísmos ou, meramente, o linguajar falado no dia-a-dia.

A linguagem se deslocava “dos escritores, das academias, dos salões, para o calão da desordem, para a banalidade dos retóricos da rua [...]”.¹⁸⁴ Apegados ao passado e à tradição, muitos consideravam que a língua estava sendo invadida pelo popular, por palavras e expressões gramaticalmente incorretas e, por conta desses ataques, era preciso declarar guerra, “e guerra sem treguas aos que procuram transformar a língua em uma gíria plebéia e nescia”. Era imprescindível cuidar para que ela não fosse entregue “à ignorância boçal da arraia miúda”.¹⁸⁵

Havia também os adeptos da renovação e do progresso, os que acreditavam que a língua não era privilégio dos eruditos, membros da academia de letras, gramáticos, filólogos, escritores, ou quaisquer integrantes das classes letradas que eram, por natureza,

¹⁸³ VERÍSSIMO, José. Vida Literária. *Kosmos*— Revista artística, Científica e literária, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1905, não paginado.

¹⁸⁴ CASTRO, Augusto de. Português. *A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago.1921, não paginado.

¹⁸⁵ ALVEZ, Vilhena. A utilidade das grammaticas. *Folha do Norte*. Pará, n. 79, 19 mar. 1896, p. 01.

conservadoras e não dispunham do direito de imputar a todos o mesmo estancamento que impunham a si. Dessa perspectiva, a língua deveria aproximar-se da fala cotidiana, pois ela pertencia ao povo “e a tendência do povo [era] para a simplificação, não só na prosódia como na escrita”.¹⁸⁶ Aliás, a própria imprensa estampava em suas páginas falares e coloquialidades, elevando à categoria escrita o que outrora era considerado gramaticalmente incorreto pela “fina flor do intelectualismo brasileiro”.

Na busca por registrar essa “luta quixotesca pela métrica, pela rima e pela colocação dos pronomes”, o escritor, jornalista e historiador Gondin da Fonseca definiu a “vã agitação litteraria brasileira” em periódico carioca. Um dos grupos da disputa era “chefiado pela decrépita Academia de Letras” e levado adiante por “grammaticos com os seus preparados infalliveis para se aprender a escrever direito”. Apegados aos clássicos, esses indivíduos colocavam os pronomes “ruybarbosamente”, faziam versos rimados e estudavam gramática, “apenas grammatica, simplesmente grammatica”.¹⁸⁷

O outro grupo era “chefiado por um barulhento scratch Rio-São Paulo”. Eram fantasiosos, não respeitavam rigorosamente as regras gramaticais e lançavam a escrita ao improviso, colocando os pronomes “morrodafavellamente”, fazendo versos sem rima e sem metro, distante, portanto, da rigidez dos acadêmicos extremistas.”¹⁸⁸ O “barulhento scratch Rio-São Paulo” mencionado por Fonseca, referia-se à ação dos intelectuais modernistas em suas manifestações, tidas por ele como exacerbadas.

Os embates relativos à escrita no Brasil já estavam postos na imprensa há tempos, fosse por meio do riso, da nostalgia ou de ambas as formas embaralhadas. Nesse sentido, pretendo neste capítulo retomar “os fios da controvérsia” que se configurou em torno das variedades ortográficas em finais do século XIX e início do século XX, problematizando a ênfase de análises tradicionalmente centradas na década de 1920. Como jocosamente mencionou Ferreira da Rosa, em periódico carioca, enfrentar contenda como essa é “meter-se num formigueiro”, ou ainda, “revirar uma casa de marimbondos”.¹⁸⁹ É sobre esse tema carregado de risos, entusiasmos, exacerbações e ressentimentos diversos, encarado como proibido ou, no mínimo, temerário, que tratam os tópicos a seguir.

¹⁸⁶ SILVA, Cyro. A grafia portuguesa. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923, p. 05.

¹⁸⁷ FONSECA, Gondin da. Padre J. M. de Madureira, S. J. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 799, 21 jul. 1928, p. 03

¹⁸⁸ FONSECA, Gondin da. Padre J. M. de Madureira, S. J. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 799, 21 jul. 1928, p. 03

¹⁸⁹ ROSA, Ferreira da. Fo’ra da controvérsia... *A.B.C - Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Lettras e Artes*, Rio de Janeiro, n. 256, 31 jan. 1920, não paginado.

2.1 - “O Zé- Povo”

“O Brasil é a terra dos gramáticos” – epíteto corrente na virada do século XIX. De fato, abundavam naquele momento os estudos e conferências sobre o léxico e a ortografia, além de orientações gerais sobre a arte da escrita. Essas compilações apresentavam-se na imprensa sob nomes variados: “estudos filológicos”¹⁹⁰, “licções a ignorantes”¹⁹¹, “grammatica Portugueza”¹⁹², “defeitos de linguagem”¹⁹³, “a lingua portugueza no Brazil”¹⁹⁴, “mentiras grammaticas”,¹⁹⁵ dentre outros.

A contradição das invectivas estava no fato de os brasileiros, mesmo diante de material extenso, continuarem vivenciando uma verdadeira babel linguística na qual ninguém se entendia. Não era para menos, a ortografia da língua portuguesa chegou até o ano de 1911 sem interferência oficial, quer do Governo, quer das Academias de Letras, que visasse inseri-la em normas científicas. Os estudos, apesar de abundantes, não resolviam em definitivo os imbróglios e, como bem mencionou texto d’*O Paiz* (RJ) em 1902, havia “um milhão de grammaticas e, portanto, de grammaticos”, número suficiente “para parar a roda do mundo”. O problema era que “cada carreiro puxava o carro da língua com unhas e dentes para uma direção particular”.¹⁹⁶

As deficiências dos compêndios gramaticais eram perceptíveis e muitas regras mantinham-se apenas pela tradição e não pelo uso. Eles eram considerados de difícil compreensão e não sistematizavam, de fato, a língua. De acordo com o historiador João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, a impressão que se tem de finais do século XIX e início do século XX, “é de que havia liberdade quase que total na adoção da ortografia. Para ficar em alguns pálidos exemplos da confusão que reinava, podia-se escrever “mãe ou mãi, mao ou mau, physica ou phisica, litteratura ou literatura” e assim por diante. Para o autor, “o que havia eram inúmeras formas de escrita que tinham, cada uma delas, as mais variadas justificativas [...]. O que não faltavam eram atestados de boa procedência e desculpas racionalmente ou historicamente incontestáveis”.¹⁹⁷

¹⁹⁰ Série de textos publicados pelo *Comercio do Acre*, Xapury.

¹⁹¹ Série de textos publicados por *A Campanha*, Maranhão (cidade não identificada)

¹⁹² Série de textos publicados por *A Capital*, Rio de Janeiro.

¹⁹³ Série de textos publicados por *A Reforma*, Tarauacá.

¹⁹⁴ Série de textos publicados por *Gil Blás*, Rio de Janeiro.

¹⁹⁵ Série de textos publicados por *O Dia*, Curitiba.

¹⁹⁶ PESSOA, Frota. A questão ortographica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 6657, 30 dez. 1902, p. 01.

¹⁹⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001, p. 183.

Uma das contendas mais inflamadas na época dizia respeito às letras excessivas do nosso vocabulário. Letras como o “k”, o “th”, o “ph”, o “y”, o “w” e o “x”, além de consoantes geminadas, consideradas inúteis e que precisavam ser eliminadas. Por que se haveria de escrever farmácia ou fósforo com “ph” se na prática não se pronunciava as palavras dessa forma? Como espécies de parasitas, as letras áfonas mantinham-se apenas pela tradição e nada mais.

Consoante o filólogo Francisco da Silveira Bueno, no século XIX proliferaram geminações de todas as espécies, “os hh e os yy se distribuíam a torto e a direito, colocavam-se consoantes onde quer que fosse, tivesse ou não valor fonético; não se sabia distinguir entre m, n, ç, ss, s, z, j [...] etc”. Diante de tantas incoerências, Verissimo do Bomsucesso publicou em 1902 um curioso e burlesco diálogo entre a letra “X” e a letra “Y”. Publicado em forma de poema no periódico *O Porvir* de Curvelo (MG), as referidas letras disputavam (des)importância no reino do alfabeto:

Na república das letras-
Duas delas disputavam:
Uma era o – X – outra o – Y,
Que desta sorte altercavam:

Dizia o –X- orgulhoso
Com desmedida arrogância:
“- Na culta litteratura
Qual é a tua importancia?

Cá na lingua portugueza
Ninguém precisa de ti,
Porque és bem substituído
Pelo nosso colega – L

Eu, e muitas cá da classe,
Gozamos duplo valor,
Já no reino do algarismo,
Já na pena do escriptor.”

Ao contendor diz o – Y-
Prudente, calmo a sorrir:
“ – Cala essa bocca, pedante,
Que já te vou confundir.

Tu me chamas de supérfluo,
Ora esta não está mal
Pois para substituir-te
Não temos o – Ch!”

Sem valor, os presumidos,

Quando travam discussão,
Assim ficam reduzidos
A' mais simples expressão.¹⁹⁸

Afora a (in)utilidade do Y e do X, as piadas prosseguiam. Comentários chistosos do tipo “um homem sem h não é um homem completo” ou então, “phosphoro com ff não dá fogo”¹⁹⁹ demonstravam que o escárnio, para além da tristeza e do ressentimento, era forma possível para lidar com a questão.

Com ou sem riso, não restavam dúvidas. Havia urgência na realização de uma reforma ortográfica no país e como bem afirmou Frota Pereira em 1902 nas páginas d’*O Paiz*:

Urge uma reforma. Todos sentem a sua necessidade e as suas conveniencias. Esta é uma lingua ha seculos quase estacionaria, cheia de órgãos rudimentares innuteis, cujo desaparecimento é obstado com zelo singular pelos grammaticos e puristas. Ha todo um cascalho futil e ridículo a eliminar, uma trapalhada de penduricalhos parasitarios que se aferram ás palavras, sem nenhum interesse a lingua ou para o estylo, ou para a phonetica.²⁰⁰

Estagnada há anos, a língua portuguesa achava-se carregada de elementos gráficos, classificados por alguns como dispensáveis e anacrônicos. “Esses penduricalhos parasitarios” não guardavam nenhum significado específico e deveriam, o quanto antes, ser suprimidos. A jocosidade de certos críticos advinha justamente da falta de critério objetivo para o uso da grafia, conforme charge a seguir publicada na *Revista da Semana* em 1910:

¹⁹⁸ BOMSUCCESSO. Verissimo do. O X e o Y. *O Porvir*, Curvelo, n. 31, 16 mar. 1902, p. 02.

¹⁹⁹ AMARAL, Amadeu. Comédia Ortográfica. In: *O elogio à mediocridade* (estudos e notas de literatura). São Paulo: Nova Era, 1924, p. 73.

²⁰⁰ PESSOA, Frota. A questão ortographica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 6657, 30 dez. 1902, p. 01.



Figura 02: Ortographia politica. *Revista da Semana*, n. 505, 16 jan. 1910, p. 32.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira²⁰¹

Além da confusão ortográfica reinante, a charge satiriza os políticos, tanto pela falta de domínio na escrita, quanto pelo “falseamento” das ideias. Conforme menção de Rui Barbosa citada na *Brasileira* (RJ): “Onde estaríamos, se dos nossos homens políticos se exigisse tintura de boas letras? Os mais fortes, aqueles mesmos cuja possança é inegável, professam o desprezo da retórica e, até, o da sintaxe.”²⁰²

De forma gradativa, os chistes passaram a frequentar as páginas dos impressos, não sem propósito, já que no desenrolar do século XX, a questão tornava-se cada vez mais intrincada e sem solução crível. A charge do caricaturista Voltolino²⁰³ publicada no periódico paulistano *O Pirralho* em 1912, expõe essas ideias:

²⁰¹ Disponível http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_01&pagfis=10411. Acesso em dezembro de 2020.

²⁰² BITTENCOURT, Liberato. *Concepções filosóficas. Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 03, 01 jul. 1925, p. 11.

²⁰³ João Paulo Lemmo Lemmi nasceu em São Paulo em 1884 e foi um dos caricaturistas humorísticos mais atuantes na imprensa paulistana. Contribuiu com suas obras nos jornais: *Cara Dura*, *O Malho* e *O Pirralho* (onde criou a caricatura do escritor macarrônico Juó Bananére).

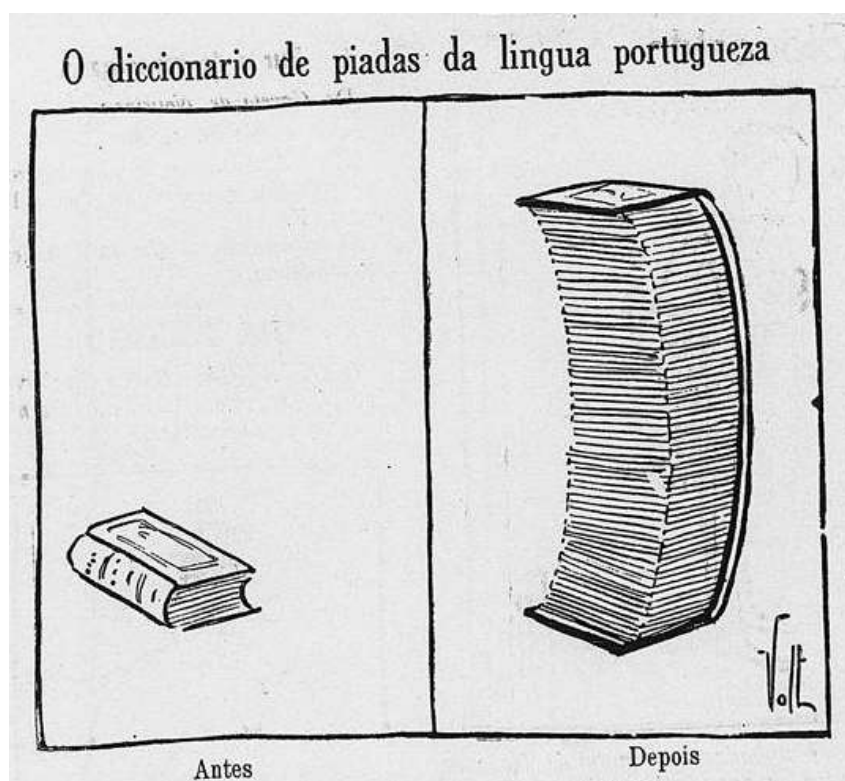


Figura 03: O dicionário de piadas da lingua portuguesa.
O Pirralho, n. 70, 14 dez. 1912, não paginado.
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira²⁰⁴

As pilhérias, bem como as dúvidas ortográficas, eram intermináveis. A desordem precisava ser resolvida com certa urgência, pois aqueles que desejassem escrever no Brasil viam-se assolados por aborrecimentos e ambiguidades diversos. A propósito, se havia algum critério legítimo quanto ao idioma, esse era o da imprevisibilidade.

Para facilitar a vida dos intrépidos que se aventuravam na arte da escritura, a revista *Careta* informava um invento deveras proveitoso em 1910. Tratava-se de uma caneta que seria vendida nas principais livrarias do Rio de Janeiro e que embora se assemelhasse a uma caneta tradicional, possuía uma peculiaridade: “A sua utilidade é a seguinte: quando, no meio da escripta, se tem duvida sobre a orthographia de uma palavra, aperta-se um pequeno botão, a tinta respinga e borra o papel.” Dessa forma, “o escriptor tem assim tempo de consultar o dictionario ou, se o não tem a mão, pode deixar o escripto borrado, ficando a correção a cargo dos revisores. O resultado é seguro”.²⁰⁵

A invenção da *Careta* estampava a faceciosa situação ortográfica do país. Malgrado subterfúgios humorísticos como esse, a piada em certas ocasiões encontrava-se pronta.

²⁰⁴ Disponível http://memoria.bn.br/pdf/213101/per213101_1912_00070.pdf. Acesso em julho de 2020.

²⁰⁵ Invento importante. *Careta*, Rio de janeiro, n. 113, 20 jul. 1910, não paginado.

Como escrever, por exemplo, Academia Brasileira de Letras? A palavra brasileira deveria ser grafada com S ou Z? Letras ou Lettras?

Para refletir sobre a palavra “brasileira”, era preciso adentrar a longa discussão sobre o uso do “S” e do “Z”. Por décadas, artigos foram publicados na imprensa dedicando-se ao estudo do uso de tais letras e quando se contabiliza o caso da palavra Brasil, eles aumentam exponencialmente. Segundo Antonio de Araújo de Mello Carvalho em contribuição à *Revista Americana* (RJ), ao passar uma vista d’olhos nos erros de português que corriam naquela época a respeito do H, do Y, do L, do N, dentre outros, percebe-se que eles eram ínfimos “em face dos que se teem cometido, e se commettem ainda, em relação ao S e ao Z.”²⁰⁶

A questão do “S” e do “Z” tornava-se confronto verdadeiramente apaixonado quando envolvia a palavra Brasil. Afinal de contas, décadas passaram-se após a virada do século XIX e muitos permaneciam em dúvida sobre a grafia do nome do próprio país. As opiniões dividiam-se, formavam-se partidos e materiais eram reunidos para comprovar a grafia exata. Para os partidários do Brasil com “Z”, utilizavam-se diversos argumentos. Brasil com “Z” vinha do dicionário Aulete, do excelente dicionário americano Webster e do Diário Oficial. Era a forma que perdurou por longos anos na fachada e nos reposteiros das repartições públicas e também era a forma como escreviam franceses e ingleses quando remetiam mercadorias para nosso país.²⁰⁷

Por outro lado, havia aqueles que defendiam que Brasil, desde a chegada dos portugueses, era escrito com “S”. Nas línguas oriundas do latim, era com “S” e não com “Z” que se escrevia o nome do nosso país. “Em italiano Brasiele; em hespanhol, Brasil; em francez Brésil; em provençal, Brésilh. Era também com S que se escrevia em diversos outros idiomas, tais como o alemão (Bresilien), o sueco (brasilien) e o antigo holandês (bresyl).” Por que a língua portuguesa haveria de discordar de suas “co-irmãs?”²⁰⁸ Além do mais, até os fonetistas, como Candido de Figueiredo, estudante do antigo falar português, informou que nunca se havia pronunciado com “Z” um “S” intervocálico. Brasil com “S” era a única forma aceitável.²⁰⁹

²⁰⁶ CARVALHO, A. de A. Mello. O s e o z no português. *Revista Americana*. Rio de Janeiro, 01, jan. 1911, p. 175.

²⁰⁷ CARVALHO, Antonio de Araújo Mello. A graphia de Brasil, *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 06, mar. 1920, p. 397 e 398.

²⁰⁸ GUERRA, Alvaro. Brasil com Z ou S? *Jornal da exposição*, Rio de Janeiro, n. 21, 26 set. 1908, p. 03.

²⁰⁹ GUERRA, Alvaro. Brasil com Z ou S? *Jornal da exposição*, Rio de Janeiro, n. 21, 26 set. 1908, p. 03.

Com efeito, o Brasil com S possuía número maior de adeptos. Como dizia Antonio de Araújo Mello Carvalho, “Brasil com z é um refinadíssimo despautério, uma parvoíce reveladora de muita ignorancia, porque é um êrro científico, um desmentido á sciencia da linguagem, a negação dum facto histórico [...] e uma calumnia aos melhores lexicos do nosso idioma”.²¹⁰

Para inflamar ainda mais a questão debatida há décadas e sem solução à vista, a casa da moeda, por motivo da comemoração do primeiro centenário da Independência, cunhou em 1922, moedas de quinhentos e mil réis em que a palavra Brasil aparecia grafada BBASIL. Para alguns, tratou-se de erro de cunhagem, para outros, erro de ortografia ou simples “capricho” da Casa da Moeda. Estupefação, vergonha, decepção, riso, dentre outros sentimentos advieram desse ato. Passados alguns anos, questionava o escritor da *Careta*: o que pensariam os estrangeiros a nosso respeito quando se deparassem com uma daquelas moedas? Era o cúmulo! “o Brasil, com cem anos de idade, ainda não sabia assignar o nome!...”.²¹¹

O nome do próprio país em suas versões gráficas causava escárnio e desonra. Riso e nostalgia alternavam-se e às vezes embaralhavam-se nas expressões sobre a língua. O país urgia uma reforma ortográfica de modo a colocar fim em situações vexatórias como essa.

A primeira reforma ortográfica foi finalmente proposta por Medeiros e Albuquerque²¹² em 1907. A ideia primordial era uniformizar e simplificar a língua portuguesa, tornando-a mais próxima dos ideais fonetistas. Os adeptos ao fonetismo advogavam uma escrita presidida pelos sinais orais, a chamada ortografia sônica. Esse tipo de escrita opunha-se à etimológica ou histórica, que consistia em representar as formas vocabulares como em sua “origem”. Ironicamente, as polêmicas giravam em torno da própria palavra etimologia, afinal de contas, dever-se-ia escrever etymologia ou ethymologia?

De acordo com a reforma simplificadora, as seguintes letras seriam integralmente suprimidas (havia exceções): *y*, *w*, *k*, *h* mediano, consoantes geminadas e consoantes nulas sem valor fonético. Substituir-se-ia o *ph* por *f*, o *ch* com som de *k* por *qu*, o *x* por *es*, *s* ou *is*,

²¹⁰ CARVALHO, Antonio de Araújo Mello. A graphia de Brasil. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 06, mar. 1920, p. 429.

²¹¹ BLOCK- NOTES. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 1049, 28 jul. 1928, p. 20.

²¹² José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque nasceu no Recife em 1867. Foi funcionário público, professor, poeta e romancista. Como membro da Academia Brasileira de Letras e jornalista, atuou sistematicamente pela simplificação ortográfica no país.

o *j* por *g*, o *ç* por *s*, o *s* por *z* (quando o som de *z* estiver entre vogais), dentre outras.²¹³ A ideia dos fonetistas era eliminar as letras áfonas que se mantinham no vocabulário apenas pela tradição.

Em tom humorístico, publicava-se poesia em *O Paiz*, no ano de 1907, expondo as peculiaridades de escrita etimológica e fonetista:

I

Ainda em muito tabefe
A orthographia dará,
Pois se aquelle a quer com f,
Este a quer com p h.
Um quer que se escreva a histor
Não com h mas com i;
Quer outro o c em victoria
E o ipssilone em tupy.

II

Como a gente escrever deve
Logar? ... com u ou com o? ...
O verbo aceitar se escreve
Com dois cc ou co'um c só?
Uns querem Brazil com s
E outros o querem com z.
É Matto Grosso? Parece
Que é suficiente um só t.²¹⁴

Os etimologistas poderiam protestar em nome da tradição, não importava. Almejava-se representar o pensamento de modo simples e objetivo para que todos pudessem ler e escrever facilmente. De acordo com Medeiros e Albuquerque que, aliás, sofreu ataques ferinos “dos tradicionalistas da língua”, “os que vivem a pedir que alguns termos conservem certo aspecto antigo, que já não corresponde a nenhuma utilidade moderna, lembram alguém que exigisse de um adulto que trouxesse sempre na mão uma mamadeira, para lembrar a sua mais tenra puerícia”.²¹⁵

²¹³ “A refôrmaorthographica”. *Revista Matto Grosso: Revista Mensal de Sciencias, Letras, Artes e Variedades*, Cuiabá, n. 08, ago. 1907, p. 215.

²¹⁴ O anno que passa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8278, 03 jun. 1907, p. 04.

²¹⁵ ALBUQUERQUE, Medeiros e. A questão orthographica. *Gazeta de Notícias*, Rio e Janeiro, n. 188, 07 jul. 1907, p. 03.

O autor da reforma declarava em um de seus discursos que “a pior casta de orthographiadores é a dos que vivem a reclamar para que attendamos á etymologia”.²¹⁶ Para ele, “a etymologia é uma sciencia que ninguém sabe: ninguém, ninguém, absolutamente ninguém. Os dictionarios etymologicos são florestas de pontos de interrogação. Os autores, de palavra em palavra, vão confessando honestamente a sua ignorância”.²¹⁷ Além do mais:

A língua não se faz para os eruditos; faz-se para o povo. Ella não é um fim; é um meio, um instrumento de aquisição e transmissão de ideias. Que haja quem a estude até os seus infimos detalhes, tanto melhor. Mas isso não quer dizer que se possa exigir o mesmo de toda a gente. As regras de bem falar e bem escrever devem ser de tal natureza, que todos, com o simples recurso do raciocínio, as possam compreender.²¹⁸

A proposta de Medeiros e Albuquerque fortalecia os debates acerca da imprescindibilidade de aproximação entre fala e escrita no Brasil. O periódico carioca *O Século*, através de texto denominado “O Povo e a Orthographia”, apontou em 1907, para essa demanda e enfatizou a soberania do “Zé-Povo”²¹⁹ em detrimento dos “sábios doutores”:

“Quem faz a lingua é o povo”, disse um dia.
Com vivo applauso dos espectadores,
Um dos nossos mais dignos escriptores,
Discutindo a questão da orthographia.

Como o membro da douta companhia,
Penso que o povo, e não, sabios doutores,
É o jardineiro que cultiva as flores,
No vasto campo da philologia.

Ao menos nisso seja soberano
O eterno ilota do rebanho humano,
O tributado a atribulado Zé.

Si aquella opinião, portanto, é séria,
Si o povo vae ter voto na matéria,
Escrevamos – “mió”, “cuié”, “muié”.²²⁰

²¹⁶ ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Orthographia*. *Revista da ABL*, Rio de Janeiro, n. 55, julho 1926, p. 249.

²¹⁷ ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Orthographia*. *Revista da ABL*, Rio de Janeiro, n. 55, julho 1926, p. 249.

²¹⁸ ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Orthographia*. *Revista da ABL*, Rio de Janeiro, n. 55, julho 1926, p. 249.

²¹⁹ Zé-Povo era um personagem ilustrado da imprensa brasileira, com destaque para a revista carioca *O Malho* (1900-1910). Como espécie de “anti-herói” resistente ao regime republicano, positivista e elitista, apareceu primeiramente na revista ilustrada *Lanterna Mágica* em Lisboa no ano de 1875.

²²⁰ O Povo e a Orthographia. *O Século*, Rio de Janeiro, n. 273, 06 jul. 1907, p. 01.

Era o povo que cultivava as flores no vasto campo da filologia e, portanto, ele era considerado linguisticamente, livre. Conforme artigo publicado no periódico *O Município* de Tarauacá (AC): “A língua de um paiz não é obra de eruditos, philosophos, nem contadores de historietas, o que fazem é polir, limiar e aperfeiçoar. O povo sim, este é que é o creador da lingua e cria palavras para significar o que a necessidade, de momento lhe exige”.²²¹

Segundo essa perspectiva, as palavras surgem a partir da realidade vivida, do confronto de ideias diárias. Em *A alma encantadora das ruas*, João do Rio, em 1910, corroborou a ideia da transformação linguística a partir das experiências do dia-a-dia. “Os Cândido de Figueiredo do universo estafam-se em juntar regrinhas para enclausurar expressões; os prosadores bradam contra os Cândido.” Porém, “a rua continua, matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é o patrimônio clássico dos léxicons futuros”.²²²

A alusão do cronista ao eminente filólogo português Cândido de Figueiredo remete para o debate estabelecido há anos entre língua formal e erudita de um lado e língua popular e diária do outro. Willi Bolle²²³, ao tratar da escrita em Walter Benjamin, afirmou que havia, sobretudo no século XIX europeu, uma oposição entre a cultura livresca e a cultura da rua. Apesar da apreciação de Benjamin em relação às origens e sapiência da escrita, a fisionomia da metrópole moderna alertava sobre os perigos de acumular um saber livresco morto.

Consoante França Pereira em periódico do Recife, dantes partia-se da regra para o texto, ou seja, da gramática para a língua, porém, a realidade havia mudado. “A Grammatica é feita não para a Lingua, mas é a Lingua quem a faz, limitando-se o grammatico a registrar os usos que no momento vigoram.” Para o escritor, não existia nada mais digno de riso “do que ver entre nós as eternas disputas grammaticaes, verdadeiros attestados do chinêzismo intelectual que nos caracteriza em matéria de Lingua”.²²⁴ Prosseguia:

1ª A língua é um todo. Ninguém fala com um dicionario de um lado e uma grammatica do outro. Ninguém fala tampouco por palavras, mesmo quando só pronunciamos um vocabulo, esse vocabulo tem para nós o valor de uma phrase.

²²¹ GIZ. Colaboração. *O Município*, Tarauacá, n. 273, 28 mai. 1916, p. 03.

²²² RIO, João do [1910]. *A Alma encantadora das ruas*: crônicas; organização Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 29.

²²³ Ver: BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. Op. cit., 2000.

²²⁴ PEREIRA, França. A Moderna methodologiagrammatical. *Heliopolis*, Recife, n. 05, mai. 1914, p. 10.

2ª A segunda constatação, é que a vida da linguagem reside, não nos signaes que servem para escreve-la, mas nos sons que esses signaes representam. [...]²²⁵

Não se fala e não se escreve com uma gramática e um dicionário na mão. Assim como França Pereira, muitos bradaram por uma grafia mais inteligível, dinâmica, sem pormenores e formalismos exacerbados. Exigia-se da Academia Brasileira de Letras, criada em 1897, uma postura nesse sentido. Se havia alguma instituição responsável por essa querela, decerto era a organização que tinha por objetivo justamente o cultivo da língua portuguesa e da literatura brasileira.

Ainda assim, como muitos afirmavam, parecia que o único trabalho da agremiação era eleger um substituto em caso de morte de algum membro: “Do seu brilhante programma já ninguém se lembra e nenhum beneficio tem provido à litteratura pátria da sua existência.”²²⁶

Além do mais, assegurava Alvaro Paes nas páginas de *A. B. C.*, que dos imortais que compunham a Academia, a metade não era efetivamente do mundo das letras. “São quase todos gran-senhores da Marinha, do Exercito, da Magistratura e desse poder permanente que está sempre acima de todos os outros – a política.”²²⁷ Se, o “luzido cenáculo” dos quarenta membros da instituição conseguisse unificar e sistematizar a ortografia, ao menos ficaria ressalvada, na opinião do autor, a inércia decorativa da sua existência. Sobre o assunto, publicou-se n’*O Malho*, famoso periódico do Rio de Janeiro, a seguinte charge:

²²⁵ PEREIRA, França. A Moderna methodologiagrammatical. *Heliopolis*, Recife, n. 05, mai. 1914, p. 12.

²²⁶ L.F. Aos domingos. *A Capital*. Nitheroy, n. 356, 31 out. 1903, p. 02.

²²⁷ PAES, Alvaro. Que é o espermacete? *A. B. C.* - Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes. Rio de Janeiro, n. 103, 24 fev. 1917, não paginado.



Figura 04: Ora, graças! *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 234, 09 mar. 1907, p. 17.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira²²⁸

A Academia de Letras por sua vez, propunha-se a reformar a ortografia. Por um lado, essa atuação excitava, por outro, causava medo e desconfiança.²²⁹ Para o filólogo Solidônio Leite, “até 1909, o único trabalho a que se consagrara a Academia Brasileira de Letras (além da questão de saber se Brasil deve escrever-se com s ou com z) foi a reforma ortográfica, ultimamente desprezada por inadmissível”.²³⁰ Com efeito, a proposta causou debates

²²⁸ Disponível <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300> Acesso em julho de 2020.

²²⁹ Ora, graças! *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 234, 09 mar. 1907, p. 17.

²³⁰ LEITE, Solidônio Ático. *A língua portuguesa no Brasil*. Op. cit., 1922, p. 59.

incontrolados e foi repelida por professores, educadores, acadêmicos e a imprensa em geral. Ainda que a proposta fosse aceita por alguns, apreendê-la e colocá-la em prática parecia inviável.

Após as polêmicas e súplicas intensas, a Academia de Letras adotou em 1915 a reforma ortográfica implementada por Portugal em 1911. Encabeçada por Gonçalves Vianna, a proposta trazia expectativa aos brasileiros quanto à possibilidade de simplificação, já que havia sido planejada por “um grupo de saberes de vulto de Portugal”. Ademais, o país que estava iniciando a vida civilizada das boas letras, deveria ter aproveitado o projeto português, conforme afirmava Liberato Bittencourt²³¹ nas páginas da *Brasiliana*.²³²

A base científica da reforma – fonética, mas com atenção às transformações históricas – era tida como inatacável por Amadeu Amaral. Em tom de lamento quanto ao Brasil, declarava o poeta e filólogo anos depois: “Que mais se queria, que mais se podia razoavelmente exigir no meio da confusão vergonhosa e prejudicial em que vivíamos? Era quase o caso de se aceitar jubilosamente a reforma, sem a discutir [...]”.²³³

As contestações, porém, não foram suficientes, pois de modo geral, os brasileiros exteriorizaram verdadeira repulsa à reforma de 1915, já que a instituição deixava de lado suas próprias ideias para seguir regulamentações alheias. Em conformidade com Tania de Luca, havia aqueles que recusavam a proposta portuguesa pelo fato de os próprios brasileiros não terem sido consultados sobre ela; havia os que defendiam a ortografia fônica, ou seja, que fosse fiel à prosódia brasileira e por fim, havia “aqueles que, preocupados com a afirmação da nossa autonomia, interpretavam a adoção do modelo português como verdadeira capitulação diante da antiga metrópole, amplamente inferiorizada no tocante ao número de usuários do idioma”.²³⁴

Por certo, os brasileiros ficaram ressentidos por considerar que a reforma de 1915 havia sido “imposta de fora para dentro”. Ademais, ela foi considerada “platônica”, já que não submetia ninguém, nem os próprios acadêmicos a segui-la.²³⁵ Após quatro anos, por meio da liderança de Osório Duque Estrada, ela foi revogada. Consoante o crítico literário

²³¹ Manuel Liberato Bittencourt era redator chefe da *Brasiliana*. Foi crítico literário, escritor, jornalista e contribuiu em jornais como *O Paiz* e *Correio do Brasil*. Foi reconhecido, sobretudo, por sua carreira militar.

²³² Conforme BITTENCOURT, Liberato. Primeiras lições de vernaculidade. *Brasiliana*, Rio de Janeiro, n. 06, abr. 1926, p. 06 e 07.

²³³ AMARAL, Amadeu. *O elogio à mediocridade*. Op. cit., 1924, p. 74.

²³⁴ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*. Op. cit., 1999, p. 248.

²³⁵ ALBUQUERQUE, Alexandre. A Reforma orthographica. *A.B.C: Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, n. 247, 29 nov. 1919, não paginado.

João Ribeiro, “não houve intenção por parte dos brasileiros, a menor intenção ou proposito de repelir a simplificação decretada em Portugal. Houve completa indiferença”.²³⁶

Em tom de lamento, Amadeu Amaral ao tratar das reformas linguísticas declarou: “É o triste destino de todas as leis no Brasil: não serem cumpridas, nem sequer por aqueles que as instituem”.²³⁷ De fato, as propostas de 1907 e 1915 não obtiveram sucesso, aliás, o mesmo acontecera com a reforma de 1931, ano em que a Academia de Letras firmou um acordo de unificação com a Academia de Ciências de Lisboa e a partir de então, o Brasil adotaria a ortografia vigente em Portugal, com possibilidade de alterações. Na prática, nossa instituição submeteu-se aos cânones lusitanos e, contra esse projeto, esbravejaram múltiplas vozes autorizadas.

Argumentava-se que o malfadado acordo era repellido no Brasil porque não representava nossa prosódia. Os hábitos linguísticos diferiam muito num território e noutro, de modo que seria impossível determinar uma grafia em comum. Os fonetistas argumentavam que os diferentes timbres vocálicos impediam a fixação de uma única norma ortográfica, quer aceitassem ou não “os amadores de grammatiquices” e “escarafunchadores de etymologias.”²³⁸

Na medida em que fracassavam as reformas ortográficas no Brasil, avultava a necessidade de sistematização e a ojeriza aos gramáticos tradicionalistas. Era imprescindível libertar-se dos cárceres linguísticos conservadores que tanto aprisionavam. Ninguém mais poderia se ater ao “ossario da lingua” em uma “teimosia ridícula” e anacrônica.²³⁹

Os gramáticos eram vistos como os principais responsáveis por essa situação de retardamento em que se encontrava a escrita no Brasil. Embora a gramática não fosse tida como um problema em si, desde que o pensamento não se subjugasse de forma determinista a ela, os “doutores da língua”, os “cavalheiros pedantes” que infestavam o campo das humanas letras com suas regrinhas exageradas e frívolas eram frequentemente inconvenientes.

Xavier Pinheiro argumentava no *Correio da Noite* (RJ) em 1915 que aqueles que viviam ensinando gramática e pregando teorias sobre o modo pelos quais se deveria escrever, “jámais conseguiram triumphos, antes odiosidades profundas [...]” As pessoas precisavam

²³⁶ RIBEIRO, João. Dia sim, dia não – A orthographia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 78, 01 ab. 1926, p. 78.

²³⁷ AMARAL, Amadeu. *O elogio à mediocridade*. Op. cit., 1924, p. 71.

²³⁸ LINS, Alberto Rego. O impossivel accordo orthographico. *Brazileia*, Rio de janeiro, n. 05, dez. 1931, p. 17.

²³⁹ LINS, Alberto Rego. O impossivel accordo orthographico. *Brazileia*, Rio de janeiro, n. 05, dez. 1931, p. 17.

de lições práticas, que corrigissem e mostrassem seus defeitos ortográficos, uma vez que se sentiam “fartas de regrinhas tolas e enfatuadas desses que nos embotaram o espirito”.²⁴⁰

Nas páginas d’a *Vida Moderna* (SP) em 1921, Laertes Munhoz também declarou a inflexibilidade dos gramáticos que valorizavam as obras tão somente pela grafia, o que era uma verdadeira tortura para os escritores. “É isso uma especie de mania peculiar aos indivíduos affectados de um ‘certo rachitismo intelectual’”, uma espécie de “grammaticalismo”. Eles pensam que “a lingua é um fim e não um meio. Tudo que lhes não perecer gramaticalmente bem escripto, embora seja genialmente bem pensado, não tem valor, não tem intelligência, não tem verdade, não tem nada”. Concluía:

O ideal se lhes resume em escrever precisamente de accôrdo com todas as normas grammaticaes que conheça. Essas normas porém, não são por eles applicadas senão para destruir as obras dos outros porque não escrevem. É quasi geral entre os grammaticalistas não serem eles escriptores. Não escrevem. Não sabem escrever mesmo. Já houve quem dissesse que todo o individuo que se acorrenta ao ‘grammaticalismo’ é literato falho. Todo o nome que subscreve uma dissecção grammatical de um certo livro, muito raramente é o nome de um escritor competente e nunca o de um pensador emerito. Digo de um pensador emerito para não recorrer a um pensador vulgar, porque por mais mediocre que seja o pensador, nunca é elle proselyto do ‘grammaticalismo’”.²⁴¹

Segundo essa visão, os escritores, mesmo os “mais medíocres”, tinham como arma a inteligência, o pensamento, a ideia, a argúcia e jamais entregavam-se ao “gramaticalismo”. Já os gramáticos faziam-se destruidores de trabalhos alheios, ficavam à procura dos deslizes gramaticais por meio de “uma duzia de pequenas normas mais ou menos decoradas e não compreendidas, rebuscadas nos cartapácios philologicos que amarelecem nas estantes poeirentas das velhas bibliotecas”.²⁴²

Os gramáticos eram vistos como “praga de gente”, como “cães das boas letras” que não serviam “senão para roer ossos”,²⁴³ cavalheiros ácidos, seccos, furibundos, e portanto, honradamente indesejáveis.”²⁴⁴ Eles eram “safados,” porque procuravam amarrar a língua,

²⁴⁰ PINHEIRO, Xavier. Palestras literárias. *Correio da Noite* – Jornal independente, Rio de Janeiro n. 63, 14 jan. 1915, p. 03.

²⁴¹ MUNHOZ, Laertes. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 420, 10 nov. 1921, não paginado.

²⁴² MUNHOZ, Laertes. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 420, 10 nov. 1921, não paginado.

²⁴³ GOMES, Alfredo. *Ortographia Uniforme. A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 10, 01 jul. 1917, p. 292.

²⁴⁴ MINAS, João. Oxygenio na “morgue” da linguagem. *Hoje* - Periodico de Acção Social, Rio de Janeiro, n. 210, 31 mar. 1923, não paginado.

empobrecendo-a. “E com que direito?”²⁴⁵ Tratavam-se de “catadores de pulgas”, “bichos de pé” ou “percevejos” que tinham mania de perseguição, sempre fantasiando perigo”.²⁴⁶ Ao desejarem o regresso dos clássicos, tendiam a negar a evolução da língua.²⁴⁷

Os gramáticos constituíam-se, portanto, nos legítimos passadistas, apegados aos clássicos das eras mais longínquas. Por esse e outros motivos que a língua não poderia estar acorrentada a tal elite erudita, tão distante da realidade do povo e do que era falado nas ruas. De forma irônica, afirmava Euclides Cezar que “acima dos philologos e grammaticos estava o Zé-Povo”. Para o autor, conforme todos deveriam saber, o português veio do latim de Cícero, do latim falado pela plebe romana, do chamado latim castrense dos soldados de Júlio Cesar. Os gramáticos, assim, duelavam-se constantemente com o povo, porém, esse último sempre vencia, porque era ele quem afinal “fazia a língua”.²⁴⁸

Angel Rama argumentou que a consciência da distância entre a escrita e a prática oral na América Latina já estava posta desde o período colonial. Para o intelectual uruguaio, o comportamento linguístico dos primeiros colonizadores poderia ser dividido em duas instâncias. A primeira era a pública, impregnada da norma cortesã procedente da península Ibérica que teria servido para a oratória religiosa, as cerimônias civis, as relações protocolares dos membros da “*cidade letrada*” e fundamentalmente para a escritura, já que somente essa língua chegava a se constituir como registro escrito. A outra instância era a popular e cotidiana, utilizada pelos espanhóis e portugueses nas suas relações sociais dentro e com um “estrato baixo”, do qual se conta apenas com raros registros escritos e, mesmo os existentes, foram, em sua maioria, produzidos por letrados.²⁴⁹

O professor e gramático Celso Cunha também remontou ao período colonial brasileiro para justificar as desmedidas diferenças entre língua popular e língua culta. Segundo o autor, uma insignificante minoria pôde receber instrução universitária e “raros foram aqueles que auferiram o privilégio de ver o produto do seu talento em letra de fôrma”.²⁵⁰ Seria apenas no século XIX que o Brasil teria o primeiro estabelecimento de ensino superior e a primeira imprensa. Até às vésperas da Independência, as normas

²⁴⁵ MINAS, João. Oxygenio na “morgue” da linguagem. *Hoje* - Periodico de Acção Social, Rio de Janeiro, n. 210, 31 mar. 1923, não paginado.

²⁴⁶ FIGUEIREDO, Sylvio. *Lingua Nacional. A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 886, 30 out. 1928, p. 03.

²⁴⁷ MINAS, João de. Sobre Portuguez. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 217, 12 mai. 1923, não paginado.

²⁴⁸ CEZAR, Euclides. O povo e os grammaticos. *A Razão*, Fortaleza, n. 409, 12 ago. 1930, p. 03.

²⁴⁹ Ver capítulo “A cidade escriturária”. RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

²⁵⁰ CUNHA, CELSO. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: edições Tempo Brasileiro LTDA, 2009, p. 20.

gramaticais eram obedecidas pelos letrados da colônia e por conta disso, a forma culta teria se mantido unificada, ainda que devido ao artificialismo de tal unificação tenha aumentado significativamente a distância entre as duas formas de linguagem que praticamente deixaram de comunicar-se.²⁵¹

Amenizar o fosso existente entre fala e escrita era uma das justificativas que se utilizava para legitimar a atitude dos que bradavam pela participação dos não letrados na composição da nossa língua, especialmente a partir dos anos 1920. Sabe-se que a busca por um “linguajar”, uma expressão das variações da realidade brasileira que aproximasse a escrita da fala, foi em grande medida atribuída a algumas tendências do modernismo. Alguns escritores ligados ao movimento propunham, conforme afirmou Oswald de Andrade no Manifesto Pau-Brasil, uma “[...] língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos”.²⁵²

Com críticas intensas aos parnasianos e sua rigidez à forma, à ortografia, à métrica e à rima, aspiravam ao uso das palavras em liberdade. Como bem estampou Oswald de Andrade em seu poema *Pronominais*:

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.²⁵³

No poema, retomou-se a acalorada discussão da colocação dos pronomes. De acordo com Jorge Schwartz, tratava-se de um verdadeiro recorte da realidade com *status* poético, já que o buscado era “o efeito de um ready-made de Duchamp. O simples deslocamento do oral ao escrito, o fato de lhe dar *status* poético a uma situação cotidiana, automaticamente transforma o poema em paródia da norma gramatical [...]”.²⁵⁴

²⁵¹ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa*. Op. cit., 2009, p. 21.

²⁵² ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias* (Manifestos, teses de concursos e ensaios), 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 06.

²⁵³ ANDRADE, Oswald de. Andrade de. *Obras completas*, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

²⁵⁴ PAES, José Paulo. A ruptura vanguardista: as grandes obras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, Campinas: UNICAMP, 1993. Vol. 3, p. 40.

A intensa polêmica em torno da questão pronominal já vinha sendo colocada pela imprensa por anos a fio e era, de certo modo, retomada pelos modernistas. Frota Pessoa, por exemplo, no ano de 1902, já afirmava no jornal *O Paiz* que era imprescindível resolver de uma vez por todas essa antiga e “idiota questão da collocação dos pronomes”. Era “preciso ainda eliminar, deitar fora, cancelar de uma vez o infinito pessoal, de uma metaphysica entontecedora.”²⁵⁵

Do mesmo modo, Mário de Andrade preocupou-se intensamente com as contradições da cultura brasileira em relação à língua. Em carta de 1927 a Alceu Amoroso Lima, declarou que não tinha a pretensão de fazer uma coisa de improviso, mas algo sério e sistematizado: “Pois então não se percebe que entre o meu erro de português e o do Oswald vai uma diferença da terra à lua, ele tirando do erro um efeito cômico e eu fazendo dele uma coisa séria e organizada?”²⁵⁶

Uma das características mais marcantes do estilo de Mário de Andrade, segundo Edith Pimentel Pinto, era a frequência da posposição, fossem adjetivos, advérbios ou preposições, como por exemplo, na expressão “sofrimento muito”.²⁵⁷ O escritor também empregava uma grafia peculiar, como prá / prà (para a), de pro (para o), si (conjunção se), sinão, sube (soube), melhor, melhorar, milhormente (melhor), dentre outros. Havia também o emprego de diversos termos populares como amolar, brabo, estrilar, vosso, bocado, botar, parentada, pegado, etc.²⁵⁸

O autor considerava que os modernistas deveriam atuar em busca de uma escrita mais próxima do povo. No *Prefácio Interessantíssimo* anunciou usar palavras em liberdade, já que as gramáticas apareceram após a organização das línguas e não antes. Como dizia, o inconsciente não sabia da existência de gramáticas, nem de línguas organizadas, apenas comunicava-se.²⁵⁹

Em *Macunaíma*, Andrade deu vida a um herói que não sabia ler nem escrever. Para ele, a cultura da metrópole paulistana poderia ser bem representada por um herói sem escrita, um analfabeto.²⁶⁰ Há uma preocupação nessa obra com a sintaxe e com o vocabulário, algo

²⁵⁵ PESSOA, Frota. A questão ortographica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 6657, 30 dez. 1902, p. 01.

²⁵⁶ ANDRADE, Mário de. (s.d.). In: FERNANDES, Lígia (ed.). (s.d.). *71 cartas de Mário de Andrade coligidas*. Rio de Janeiro: Livraria São José.

²⁵⁷ Segundo Edith Pimentel Pinto, a manipulação estilística foi seguida por João Guimarães Rosa como na frase: “quanto a condições de fixidade e conforto-que” retirada de Darandina, *Primeiras estórias*, p. 138. Conforme: PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Op. cit., 1988, p. 54 e 55.

²⁵⁸ PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1988, p. 54 e 55.

²⁵⁹ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 73.

²⁶⁰ Sobre a obra *Macunaíma* e sua relação com a linguagem moderna, ver: BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna*. Op.cit.,2000,p.286 e seg.:

que chocou muito os gramáticos, que chegaram, inclusive, a considerar tais palavras simples erros de português.²⁶¹

Ainda que não tenha sido concluída, Mário de Andrade chegou a propor uma gramática a partir da fala, sistematizando “erros” diários de conversação. Malgrado o empenho, o escritor foi condenado por figuras como Graciliano Ramos, Rubem Braga e Manuel Bandeira. Esse último, por exemplo, viu em *Macunaíma* uma espécie de artifício de linguagem. Tratava-se para o poeta, certamente de um fenômeno da escrita, de uma obra de arte que, contudo, não seria capaz de condensar a fala brasileira, tão cheia de variedades.²⁶²

Conforme Edith Pimentel Pinto, “Mário de Andrade, na busca por aproximar seus textos da língua falada, lançava-se a recolha de quanto vocábulo, locução ou frase lhe chamasse atenção, por frequentes ou pitorescos”. Muitas vezes, o autor não distinguia o que era predominante do que era peculiar, o que era próprio ao indivíduo e o que era próprio ao grupo social, ele “amalgamava todos os traços recolhidos numa língua literária sincrética e, por isso, artificial – o que ele mesmo mais de uma vez declarou.”²⁶³

A despeito das condenações tecidas a Mário de Andrade, Edith Pimentel reconheceu que, com a emergência do modernismo, os traços da oralidade começaram a ser vislumbrados como uma possibilidade frente à norma culta. Segundo a autora, “desde Monteiro Lobato e Lima Barreto, mas, sobretudo, a partir do modernismo, a literatura se torna cada vez mais permeável aos coloquialismos de nível familiar e até vulgar”.²⁶⁴

José Paulo Paes também afirmou que foi com o modernismo que o domínio da língua ganhou autonomia em relação à “prisão erudita”. Para Paes, o movimento “empenhou-se em denunciar-lhe a bacharelise, o ‘lado doutor’ da pedagogia jesuíta continuada pelas faculdades de direito, e o verbalismo que lhe é congênito, o ‘falar difícil’ da língua culta submissa à norma gramatical lusitana”.²⁶⁵

Não restam dúvidas quanto à importância dos intelectuais modernistas na busca de uma escrita mais próxima da oralidade. Todavia, como venho tentando demonstrar ao longo deste capítulo, essas ideias, ainda que de forma diluída e não sistematicamente estruturadas, estavam dispersas na imprensa desde a virada do século XIX. Uma língua que não estivesse

²⁶¹ ANDRADE, Mario de. Gramatiquinha, p. 321. In: PINTO, Edith Pimentel. *Atos do drama ortográfico*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 31 jan. 1976. Suplemento de Centenário, p. 321.

²⁶² SCHWARTZ, Jorge. “Nwestra ortografia bangwardista”: tradición y ruptura em losproyectos lingüísticos de los años veinte. In: PIZARRO, Ana. *América Latina*. Op. cit., 1993. Vol. 3, p. 42.

²⁶³ PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Op. cit, 1988, p. 22.

²⁶⁴ PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Op. cit, 1988, p. 21.

²⁶⁵ PAES, José Paulo. A ruptura vanguardista: as grandes obras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina*. Op. cit., 1993. Vol. 3, p. 104.

presa ao “labirinto ortográfico” dos gramáticos e que fosse próxima da fala cotidiana, não era projeto isolado de um movimento literário específico, seja ele o romantismo ou o modernismo.

Amiúde, os intelectuais colocaram em jornais e revistas os seus pensamentos, de modo a fomentar os debates sobre a língua portuguesa. Verdade seja dita, a imprensa não apenas acolheu essas polêmicas, como as incorporou em suas páginas por meio da forma escrita. Ela foi, de modo indubitável, espaço de anuência para uma escrita inovadora e mais próxima do linguajar coloquial, ao mesmo tempo em que atuou culturalmente por meio de seus discursos.

Os deslocamentos linguísticos não se davam apenas pelo que os textos diziam, mas também pela forma como expressavam seu conteúdo. Ao analisar esses aspectos nos jornais e revistas de primórdios do século XX, Heloisa de Faria Cruz afirmou que no lugar de descrições áridas e pesados artigos de fundo, passaram a ser veiculadas quadrinhas, historietas, diálogos curtos e a crônica cuja base é o linguajar do dia a dia. Além disso, personalidades e grupos sociais diversos foram alegorizados em personagens que possuíam falas próprias. Outro ponto de destaque é que a “gíria da moda, os estrangeirismos franceses e depois yankees” penetraram os textos, bem como os falares dos imigrantes e a presença da população do interior, os quais foram traduzidos em fala macarrônica e garantidos pela presença do dialeto caipira.²⁶⁶

Compreende-se por língua macarrônica, em concordância com Otto Maria Carpeaux,²⁶⁷ a mistura intencional e literária de duas línguas para fins parodísticos. Nesse sentido, não se tratava de uma língua nova, “artificial”, mal conhecida ou copiada, mas, sobretudo, de um procedimento intertextual de construção da sátira. A linguagem macarrônica brasileira foi composta da mistura do português e outro idioma, especialmente o italiano, ensejando representar o linguajar dos imigrantes que vieram ao país.

Muitos desses textos não estiveram engajados de modo direto na questão linguística, entretanto, o próprio “falar errado” do caipira e do imigrante já era um ato considerado insolente por si só. Ainda que a escrita “estropiada” fosse suficiente para realizar a crítica em relação às formalidades da escrita, ela trouxe muitas vezes o tema linguístico para o debate. Em trecho de carta caipira retirado de *A Vida Moderna* (SP), por exemplo, Ambrózio

²⁶⁶ CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*. Op. cit., 2000, p.111.

²⁶⁷ CARPEAUX, Otto Maria. Uma voz da democracia paulista. In: *Reflexo e Realidade*. Rio de Janeiro: Fontana, s.d., p.251.

da Conceição retratou a ortografia com traços de oralidade por meio de um viés assertivo e cômico:

Cá' O Estado de S. Paulo,
Meu cumpade, tem bem dia,
Tá botando nos escrito
Uma nova torgrafia
Que elle chama de foneta,
E que tem muita valia
Pr'a o povinho inguinorante
Que não foi nas cademia.

Eu tou muito sastifeito,
Pois penso agora escrevê
Cum muito acerto as palavra,
Mêmo sem nada sabe.²⁶⁸

O autor referia-se às mudanças ortográficas propostas pela Academia de Letras, à defesa de uma escrita fonética e a situação do caipira diante do “novo” regimento gramatical. O texto é assinado por Ambrózio da Conceição, ao que tudo indica, pseudônimo de Cornélio Pires, estudioso da cultura e do dialeto caipira. Pires residiu muitos anos em São Paulo e, por meio de sua vivência, registrou os diversos falares que a metrópole comportava.²⁶⁹

Os textos macarrônicos também trataram da questão linguística de maneira jocosa. Esse é o caso do escritor Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Bananére foi um importante cronista macarrônico, não apenas pela extensão do material produzido, mas pela agudeza com que se utilizou deste recurso linguístico. Escrevia numa mistura intencional de italiano e português, expondo a voz do imigrante que vinha ao país, a voz do falante não letrado da cidade de São Paulo. Através da linguagem “estropiada”, Bananére ridicularizava a maneira moderna de escrita: “A artugrafia moderna é uma maneira discrevê, chi a genti escreve uguali como dice. Per imsempio: - si a genti dice Capitó, screvi Kapitó; si si dice Alengaro, si screvi Lenkaro; si si dice dice, non si dice dice, ma si dice ditche [...]”.²⁷⁰

²⁶⁸ CONCEIÇÃO, Ambrózio da. Carta de um caipira. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 125, 11 julho 1912, não paginado.

²⁶⁹ Sobre os textos em dialeto caipira que foram publicados pela imprensa paulistana no início do século XX, ver: RODRIGUES, Beatriz. *Linguagens urbanas na “Babel amalucada”* - cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900-1926). Jundiaí: Paco editorial, 2020.

²⁷⁰ BANANÉRE, Juó. As cartas s'abax'o Pigues. *O Pirralho*. São Paulo, n. 49. 13 jul. 1912, não paginado.

Bananére zombava da “ortografia moderna” sem-cerimônia e elaborava paródias dos poemas de Olavo Bilac para contestar a rigidez da forma e da grafia parnasiana. A título de demonstração, pode-se ler trecho do poema “Via Láctea” do renomado poeta e a versão “Uvi Strella” do cronista macarrônico:

Ora (direis), ouvir estrelas! Certo
Perdeste o senso! E eu vos direi, no entanto
Que, para ouvi-las, muita vez desperto
E abro as janelas, pálido de espanto...

E conversamos toda a noite, enquanto
A via Láctea, como um pálio aberto,
Cintila. E, ao vir do sol, saudoso e em pranto,
Inda as procuro pelo céu deserto.²⁷²

Che scuttá strella, né meia strella!
Vucêstá maluco! E io ti diró intanto
Chi prás cuitalas muitas veiz levanto,
I vô dá uma spiada na gianella.
I passo as notte acunversánoc’oella,
Inguanto che as outra lá d’um canto
Stó mi spiano. I o sol come um briblianto
Nasce. Oglíio p’ru çeu: - Cadê strella?²⁷¹

Otto Maria Carpeaux referiu-se à Bananére como a primeira voz da democracia paulista, justamente porque ele legitimava a voz das minorias. De acordo com o autor, ao ridicularizar os poetas parnasianos, Bananére desmoralizava a expressão literária da classe dominante, da velha oligarquia dos “cartolas”.

A língua macarrônica, portanto, não era uma língua nova ou mal escrita, tratava-se de um procedimento intertextual de construção da sátira. Mikhail Bakhtin²⁷³ referiu-se à poesia em latim macarrônico do final da Idade Média como uma complexa sátira linguística. Os poetas utilizaram a estrutura do latim clássico introduzindo palavras em “italiano”, considerado inferior, no intuito de “empulhar” os puristas ciceronianos, já que a língua desses “implicava um estilo elevado; ela era, na realidade, não uma língua, mas um estilo. Esse estilo, com norma lexical elevada e rígida que os macarrônicos parodiavam”.²⁷⁴

Por conseguinte, ao mesmo tempo em que a linguagem macarrônica representou o momento de transformação cultural que estava sendo delineado no Brasil no início do período republicano, ela era parte daquela realidade que se transfigurava. O mesmo pode ser dito acerca dos textos em dialeto caipira, já que as migrações para os grandes centros urbanos eram intensas e modificavam o falar e o escrever diários.

²⁷¹ BANANÉRE, Juo. *La divina increnca*, 1924 1ª ed., p. 32, *apud*, SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.39. p.217.

²⁷² BILAC, Olavo, 1903, *apud*, SALIBA, E. T. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.217.

²⁷³ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética* (A teoria do romance). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 394.

²⁷⁴ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética*. Op.cit., 1998, p.251.

A linguagem renovada, portanto, mais simplificada, próxima da fonética e do linguajar das ruas, era, desde o século XIX, uma das características da imprensa. Concomitantemente, o desejo por uma escritura distante das insípidas regras gramaticais era exaustivamente registrado pelos textos publicados. Na década de 20, inclusive pela força injetada pelos intelectuais modernistas, assistiu-se ao estímulo das transformações linguísticas que jornais e revistas registraram e ao mesmo tempo conceberam com tanta perspicácia.

A “modernolatria dos modernos” difundia-se cada vez mais no desenrolar dos anos e uma realidade linguística heterogênea e cambiante frente ao “passadismo estático” parecia triunfar. A língua em sua heterodoxia era “abalada” em nome do que era simples, objetivo e popular.

Conforme declarou em 1921 o escritor TIC n’A *Cigarra* (SP), a linguagem do povo era de uma eloquência extraordinária: “O nosso jargão é de uma riqueza maravilhosa. Os homens de letras e a maior parte das pessoas que não têm contato com a camada popular, não fazem bem idéia de quanto é rico o nosso calão”.²⁷⁵ Já o escritor Nelson Costa em 1923 afirmou que as palavras utilizadas no dia a dia, as gírias, “num momento se integram no vocabulário comum e aí de quem desprezal-as: – ficará leigo ao ouvir ou ao ler muita coisa”.²⁷⁶

Na terra dos gramáticos, porém, foram muitos os que ousaram desprezar as palavras do dia a dia, sem a menor cerimônia ou apreensão. Concepções tidas como progressistas e libertadoras como as que foram vistas nesse capítulo, não passaram incólumes e foram tomadas como formas de corrupção das boas normas. A anarquia invadia pavorosamente o idioma nacional que estava “mais remendado que capa de pedinte”, “descosido e errado”.²⁷⁷ A língua portuguesa, de modo enternecedor, precisava ser salvaguardada e não se economizariam esforços para que isso ocorresse.

²⁷⁵ TIC. A nossa língua verde. *A Cigarra*, São Paulo, n. 165, 01 ago. 1921, p. 36.

²⁷⁶ COSTA, Nelson. A língua que falamos. *A.B.C. - Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923, não paginado.

²⁷⁷ R., S. O. Língua materna. *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 09, 01 jun. 1918, p. 210.

2.2 - “Grammaticalismo”

Declarar que a língua era feita pelo povo havia se tornado hábito incauto no Brasil, de maneira que se reproduzia tal expressão pelos “ares de liberdade” que ela transmitia, mas não se refletia sobre o sentido efetivo da inscrição. Ora, do que importava expressá-la, se afinal de contas, eram os eruditos que registravam a língua portuguesa? Ou mesmo: “Por que razão ha de a gente que falla portuguez escrever ‘em Pae João’, em vez de escrever ‘em Camões’? E não seria muito preferivel fallar como se escreve, em logar de escrever como se falla?”.²⁷⁸

O questionamento de Antonius nas páginas da *Fon-Fon* não poderia ser facilmente respondido. Havia, entretanto, uma percepção muito bem assentada de sua parte, sobre a qual figuravam seus argumentos: a língua não era feita pelo povo, analfabeto em sua esmagadora maioria e, no geral, incapaz de gravar as palavras para a eternidade. Uma escrita que se baseasse nos costumes populares, era “a maior e mais criminosa subversão das boas normas”, era “o caos da linguagem”, a “anarchia no domínio ortográfico”.²⁷⁹ O falar e o escrever era prerrogativa de todos, mas o bem falar e o bem escrever encontrava-se reservado tão somente àqueles que logravam fazê-lo.

Ideias como essas foram defendidas por diversos intelectuais brasileiros e apareceram estampadas nas páginas impressas durante todo o período que compreende essa pesquisa. O discurso do professor e poeta paraense Vilhena Alves,²⁸⁰ autor de diversas obras dedicadas à língua portuguesa, já alertava, em 1896, em periódico de Belém, sobre os perigos relativos à ampliação da liberdade em matéria ortográfica. Se cada um escrevesse da forma que julgasse mais adequada, ignorando a gramática e “soltando as rédeas ao espírito anarquista”, em pouco tempo estaria-se todos no “campo da asneira”. Eram justamente as gramáticas que tornavam as línguas estáveis e conservavam sua pureza, impedindo que ela fosse entregue ao “pedantismo e a ignorancia”.²⁸¹

²⁷⁸ ANTONIUS. A orthographia. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 43, 21 out. 1916, p. 19.

²⁷⁹ GOMES, Alfredo. Ortographia uniforme. *A Escola Primaria*, Rio de Janeiro, n. 08, 01 mai. 1917, p. 226.

²⁸⁰ Francisco Vilhena de Ferreira Alves, nascido em Vigia era integrante da “Mina Literária”, associação linguística inaugurada em 1895 no Pará. Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Estado e foi responsável pela “Comissão de pesquisa de documentos” e da “Comissão de estatutos e redação” da revista da instituição, no qual ocupou a cadeira número 39. Algumas de suas obras são: *Compêndio de análise moderna*: *Lexicologia e Sintática* (1895), *Gramática Portuguesa: curso superior*, (1895) *Exercícios de Português* (1900), *Seleção Literária*, (1900) dentre outras.

²⁸¹ ALVES, Vilhena. A utilidade das grammaticas. *Folha do Norte*, Belém, n. 79, 19 mar. 1896, p. 01.

Diversas são as publicações em que a tônica das proposições recaía sobre as dificuldades inerentes ao ato de desvincular uma língua de suas regulamentações gramaticais. Imaginava-se uma fronteira entre instância falada e instância escrita cujos limites, uma vez perfurados, serviriam de cômodo para a desordem. Segundo essas percepções, uma coisa era a língua falada diariamente pelo povo: “rústica”, “improvisada” e “descriteriosa”. Coisa bem diferente era seu registro escrito: “polido”, gramaticalmente “correto” e “elevado”.

Peter Burke reconheceu a ligação entre o desejo pela fixação de regras e a padronização da linguística. Para o historiador, línguas sem um padrão, correntemente, foram tachadas como bárbaras, já que a “civilização” estabelecera a necessidade dos códigos de comportamentos, aí incluído, o comportamento linguístico. Retomando a ideia de “processo civilizatório”, tal como elaborada por Norbert Elias²⁸² para os primórdios da Europa Moderna, o autor conclui: “Utilizar a variedade aprovada ou padrão da língua era, pelo menos para muitos falantes, uma forma de autocontrole, já que o que lhes vinha ‘naturalmente’ (ou ao menos habitualmente) era uma outra variedade, como um dialeto.”²⁸³

Quanto à necessidade de padronizar a língua, Machado de Assis afirmava n’*A Semana* em 1887 (RJ), que entre as obrigações dos escritores figurava a necessidade de frear a influência do povo no processo de escritura. Em outras palavras, era papel do escritor “joeirar” os termos populares, selecionando o que deveria ser promovido a registro escrito no objetivo de manter a padronização:

a influencia popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrario, elle exerce tambem uma grande parte de influencia a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.²⁸⁴

Os termos populares espalhavam-se a tal ponto que os escritores deveriam instá-los, para assim, evitar o aprofundamento da degradação linguística. A concepção de Machado de Assis era corroborada por intelectuais como Osório Duque-Estrada, que transcorridos alguns anos da citação acima, declarava no *Correio da Manhã* (RJ) que a utilização de uma linguagem popular extrapolava os limites sociais aceitáveis. “Usos e costumes fazem lei em

²⁸² ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. V.1: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann: Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

²⁸³ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 105.

²⁸⁴ ASSIS, Machado de. A língua. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887, p.117.

taes assumptos, mas est módus in rébus [...]”,²⁸⁵ como exprimiu o poeta romano Horácio, em uma de suas sátiras, “há um limite nas coisas”.

Para Duque-Estrada, existiam duas instâncias que regulavam a evolução das línguas. Uma delas era a “*popular*, corruptora, revolucionaria, inconsciente”. A outra, “a *erudita*, que reage como principio conservador, de restauração e de vernaculidade”. Na corrente popular, adotam-se “as fôrmas apanhadas no linguajar da plebe: nois cheguemos, vamo ferrá uma barganha, faz muito que nois não tópa, e que jandas bellezas do mais apurado estylo acadamico”. Segundo Estrada, a corrente erudita haveria sempre de reagir contra “o elemento popular inconsciente e perturbador da pureza e das boas normas da linguagem”.²⁸⁶

Estrada foi autor do hino nacional brasileiro, escrito em formato parnasiano, ornado de preciosismo vocabular e de inversões na ordem do discurso – característica corrente entre os acadêmicos do século XIX. Gostava de evidenciar, a partir de seus posicionamentos e da própria forma como escrevia, que a geração de intelectuais “puristas” não iria aderir facilmente ao processo de simplificação ou popularização da escrita. Pelo contrário, no que dependesse dele, tentariam, ao máximo, impedi-lo.

Era imprescindível colocar fim ao “liberalismo aplicado à orthographia sob a autoridade do costume popular”.²⁸⁷ O ponto fulcral era saber de que maneira isso seria realizado. Não havia um caminho único a ser trilhado mas muitos acreditavam que para a realização de tal empreitada, dever-se-ia destruir tudo aquilo que não compunha o cânone das letras.

Nessa acepção, a ninguém passava despercebido que diversos jornais e revistas se posicionavam como adversários da pureza idiomática no Brasil. Consoante os relatos da época, os jornalistas não dominavam a sintaxe, a gramática e nem o vocabulário da língua. Julgavam que escrever era jogar palavras em um texto, mesmo que sem elegância ou correção gramatical.

Para José de Sá Nunes, cujo ponto de vista se encontra expresso nas páginas da revista *Brasiliiana*, o mal que a imprensa causava para a língua vinha de longe: “Certos jornalistas, baldos de amor às excelências da viril linguagem portuguesa, grandemente prezada dos Camões, Bernardes, Felintos e outros, encaminham o esbelto idioma para o

²⁸⁵ ESTRADA, Osório Duque. A orthographia academica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 3034, 17 mai. 1907, p. 01.

²⁸⁶ ESTRADA, Osório Duque. A orthographia academica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 3034, 17 mai. 1907, p. 01.

²⁸⁷ RODRIGUES, Felix Contreiras. A Reforma orthographica. *Estado de Goyaz*, n. 89, 05 fev. 1930, p. 05.

despenhadeiro dos barbarismos, solecismos e quejandas soezas corruptelas”.²⁸⁸ Segundo Nunes, desde os próprios primórdios da imprensa que todos percebiam o modo pelo qual os periodicistas e escrevedores de jornais tratavam a língua. Quanto mais os lia, mais se arraigava a convicção de que eram eles “os mais terríveis corruptores da nossa casta linguagem”.²⁸⁹

José Rodrigues também argumentou em 1891, dessa vez por meio d’*A Cruzada*, periódico de São Luiz do Maranhão, que o jornal era o principal instrumento a contribuir “para a rápida barbarisação da língua”:

Escreito *au jour de jour* aos impulsos instantâneos de penas que têm de ser rápidas na tarefa de servir diariamente ao publico uns tantos artigos e noticias, não possui o acabado de forma do livro calmamente planeado e modelado no gabinete do pensador, e do artista. É sendo o jornal o alimento comum da parte da população que lê, tendo elle até destronado o livro, nada mais natural do que os estragos que a sua litteratura ligeira vai realisando no idioma. Quem lê o que é mal escripto e portanto mal pensado, habitua-se a fallar mal, que tambem é pensar mal. A influencia do jornal tem sido pois dissolvente entre nós [...]. Campo de batalha oferecido ao escriptor, serve para adestral-o, mas a habilidade que n’elle se adquire é compensada por um estrago na concepção artística das cousas. Faz o dilettanti, porem mata o artista; ensina a escrever depressa, mas faz escrever mal.²⁹⁰

Na ânsia por servir ao público leitor diariamente, o jornal era escrito através dos impulsos instantâneos dos profissionais. Assim sendo, seu produto não seria esmerilhado como o dos livros, acurados na forma e na grafia. Por motivos como esse que muitos registros da época declaravam o “estrago” ou a decadência que essa “literatura ligeira” causava na língua portuguesa.

O filólogo e professor Marcos Bagno afirmou que a ideologia que aproxima o “falar certo” do “ser certo” é muito antiga. Trata-se de identificação de caráter aristocrático que os gramáticos latinos chamavam de *consensus bonorum* ou *consensus eruditorum*. Por meio desse tipo de distinção, “as pessoas de bem, honestas, civilizadas e idôneas só podem exprimir-se, por natural consequência de seu caráter, numa língua correta, límpida, bonita e

²⁸⁸ NUNES, José de Sá. Consultório de Advocacia Gramatical. *Brasiliana*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1925, p. 62.

²⁸⁹ NUNES, José de Sá. Consultório de Advocacia Gramatical. *Brasiliana*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1925, p. 61.

²⁹⁰ RODRIGUES, José. Prosas e Glosas. *A Cruzada*, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891, não paginado.

elegante”. Por outro lado, “se alguém fala ‘errado’ é porque pensa ‘errado’, ou seja, é porque é ‘errado’”.²⁹¹

Para aqueles que comungavam desses preceitos, as boas ideias quando escritas em mau português, nada valiam. Pouco importava se o jornalismo era considerado o sustentáculo da vida intelectual, ele permanecia sendo, para muitos, espécie de subproduto das belas artes. Nesse sentido, é válido observar que aproximadamente até meados do século XX, a técnica escrita utilizada pelos jornalistas era bastante próxima da literária, tanto que a crônica, o folhetim e o artigo de fundo, gêneros mais flexíveis e aproximados do mundo literário, eram comuns. Ademais, a imprensa funcionou como espaço de divulgação de obras, já que os escritores passaram a ser reconhecidos socialmente.

De acordo com a professora e jornalista Cristiane Costa, embora a imprensa tenha desenvolvido as condições sociais para a profissionalização do trabalho intelectual, junto dela veio também um intenso processo de massificação da escrita. Ao contrário das expectativas de certos letrados, esse processo de profissionalização não teve como veículo principal a arte e a literatura, mas o jornalismo e a indústria.²⁹²

A massificação a que se refere Costa era um dos motivos pelos quais tanto se resistia à escritura jornalística, posto que, proporcionasse visibilidade e consagração aos escritores, mas os incitasse indiretamente ao descuido da língua.

No que diz respeito a essa contenda, é válido recordar a obra de João do Rio publicada em 1907: *O momento literário*. Com informações extraídas de entrevistas, o escritor esboçava um quadro difuso das percepções que constituíam o panorama literário da época. Apresento, ainda que de modo sucinto, algumas menções quanto às questões linguísticas. Afinal, o jornalismo era bom ou mau para a língua portuguesa?

Para principiar, apresento a opinião de João Ribeiro, membro da Academia de Letras, que afirmava com pesar que o jornalismo era um importante veículo a declarar guerra à linguagem clássica: “Os jornalistas com a sua técnica repentina não se podem prender por esses polimentos demorados, por essas limagens preguiçosas que não podem ir por máquina”.²⁹³ Não era o caso de supervalorizar “gramáticas ou gramaticões”, impertinentes e molestos”, tratava-se apenas de conceber o devido lugar à escola clássica, ou seja, aquela que preza pela perfeição da forma. As outras escolas tinham direito à existência, “mas eram

²⁹¹ BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. Op. cit., 2001, p. 69.

²⁹² COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel*. Op. cit., 2005, p. 24 e 25.

²⁹³ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d., p.09.

antes modas efêmeras, diárias, anuais, bisonhas [...]”.²⁹⁴ Para João Ribeiro, as novas formas escritas não passavam de “roupagens enquanto o clássico é o nu daquela nudez que o Eça queria mal velada por um manto diáfano, e outros o querem... por um capote...”.²⁹⁵

Inglês de Souza declarava que fazer literatura e fazer jornalismo eram coisas diversas, tal “como fazer arquitetura e fazer engenharia”. Isso era justificado, entre outros fatores, pela forma pela qual os jornalistas escreviam. Para Souza, “se pode ser ótimo jornalista sem saber ler nem escrever”.²⁹⁶ Por outro lado, admitia a existência de redatores de periódicos que se contavam entre os melhores literatos.²⁹⁷

A ambiguidade de Inglês de Souza é semelhante a de muitos escritores entrevistados por João do Rio. Apesar do ressentimento, admitiam os benefícios advindos da imprensa. Silvio Romero,²⁹⁸ por exemplo, assegurava que era graças ao trabalho com periódicos que muitos escritores aprendiam a arte da palavra escrita, justamente pela oportunidade de praticar o ofício.

Apesar de certo apoio à linguagem utilizada nos jornais e revistas, considerada democrática e próxima ao “falar cotidiano”, muitos a rejeitavam por completo. A imprensa de modo geral era tida como um mal, “um grande mal – ao menos para a saúde da linguagem”.²⁹⁹

No afã da vida moderna, os jornalistas precisavam produzir em grande escala e na celeridade típica da profissão, o idioma era infiltrado de erros hediondos e termos vulgares. Embora a prática jornalística estivesse associada à sobrevivência financeira, ela estava longe de ser uma profissão bem remunerada e a necessidade de complementação de renda era habitual. Mesmo escritores famosos eram polígrafos que dividiam seu tempo e força de trabalho por diversos órgãos da imprensa ou que acumulavam outros cargos profissionais.³⁰⁰

Para o historiador Nicolau Sevcenko, a despeito da baixa remuneração, exigiam-se “uma facúndia e prolixidade tal dos escritores, que impediam qualquer preocupação com o apuro da expressão ou do estilo”.³⁰¹ Essa omissão, somada aos eventuais “erros ortográficos”

²⁹⁴ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Op. cit, s/d., p.09.

²⁹⁵ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Op. cit, s/d., p.09.

²⁹⁶ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Op. cit, s/d., p. 74.

²⁹⁷ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Op. cit, s/d., p. 74.

²⁹⁸ RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Op. cit, s/d., p. 17.

²⁹⁹ C. S. O jornalismo e a patologia da linguagem. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 270, 12 ago. 1913, não paginado.

³⁰⁰ Conforme COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel*. Op. cit., 2005, p. 55.

³⁰¹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 100.

e à legitimação dos “dizeres populares” atribuía aos escritores de modo geral, não somente aos jornalistas, a alcunha de deturpadores da língua.

Conforme assinalou Lourenço de Souza em periódico curitibano de 1908, os escritores, como um todo eram vistos como os maiores causadores dos estragos na língua, pois tinham o poder de “elevar erros diários” à categoria escrita. Por espírito de arbitrariedade e inovação, por ignorância ou por imitação de guias incompetentes, eles iam “grafando exquisitamente certas palavras, e, pois, sem o criterio solidamente fundado na sciencia grammatical”.³⁰²

Devido à convicção de que os escritores danificavam a língua, alguns sugeriram que lhes fosse retirado o direito ao voto em assembleias na Academia Brasileira de Letras. Os acadêmicos, apesar de afamados, não eram capazes de legislar nessa matéria, pois não conheciam, de fato, a estrutura da língua: “É o erro de muita gente: supôr que uma grande autoridade literaria é igualmente autoridade em questões de linguagem.” Até poderia acontecer de “reunir-se, e de facto se reúnem algumas vezes, as duas autoridades numa só pessoa: mas o contrario é que é a regra; em geral, os mais, laureados escriptores não se preocupam de orthographia, nem de problemas de linguagem”.³⁰³

O poema “Pobre língua!” publicado em 1907 no periódico *O seculo* (RJ), expõe a ratificação desse pensamento. Nesses versos, a “nata da sabença” ou os “vultos da ciência” incorriam em erros ortográficos graves e, diante de tal fato, o que esperar dos “cidadãos incultos”?

Um membro do Illustrissimo Congresso
De Instrucção, que findou sua obra immensa,
Em um artigo dirigido á imprensa,
Desta maneira começou: “Vos peço,”

Suppondo que só tenha tido ingresso
Nessa assembléa a nata da sabença,
É o caso para que sobre o progresso
Da instrucção não se tenha a menor crença.

A lingua de Camões e de Vieira
Na terra do café, da bananeira,
A um ponto chegará de causar dó.

Si assim escrevem da sciencia os vultos,
Não admira que os cidadãos incultos
Prenunciem p’ra modee mais mió.³⁰⁴

³⁰² SOUZA, Lourenço de. A Reforma da escripta. *A Escola*, Curitiba, n. 01, mar. 1908, p. 21.

³⁰³ Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 234, 03 out. 1907, p. 01.

³⁰⁴ Pobre lingua! *O seculo*, Rio de Janeiro, n.50, 16 out. 1906, p. 01.

O poema tornava evidente a impossibilidade de estabelecer expectativas quanto ao progresso da língua de Camões e de Vieira no Brasil. Os iletrados levariam nosso idioma a um estado de “causar dó” se algo não fosse feito para salvaguardá-lo: “e tudo isso em nome do que? do povo!”.

Em texto assinado por Filo-Logo e publicado na *Careta* em 1912, reiterava-se a ideia de que a formação do léxico da língua portuguesa remontava as duas correntes: erudita e popular. A corrente popular fazia “quasi tudo, principalmente a parte asnatica da lingua”. Já a erudita era “de utilidade inegável” e caso convenientemente empregada, eliminaria as confusões ortográficas que reinavam no país. Por exemplo, “si alguém disser...”

-F. está com bexigas.

Quem ouvir não perceberá bem de que é que se trata, pois essa expressão tanto póde significar que a pessoa está atacada de moléstia contagiosa, como que tem nas mãos, ou nos bolsos, varias bexigas de boi ou qualquer outro bicho. Ora, a intervenção erudita põe termo á confusão:

- F. está com variola.

Quem é que não compreende logo?³⁰⁵

À corrente erudita era conferido o papel regenerador da grafia portuguesa contra os “plebeísmos” diversos. Por que razão se proferia “bexiga”, termo confuso e mal-apessoado, em vez de “variola”, mais elegante e elucidativo? Era imprescindível purificar a língua de termos tão vulgares como esse, para que todos pudessem facilmente se compreender.

Conforme análise do filólogo Francisco da Silveira Bueno, a língua do povo, do vulgo ou da plebe, desde tempos imemoriais mereceu consideração menor. O seu falar sempre fora considerado corrupto e indigno das classes elevadas, tais como o clero e a nobreza. Por volta do século XVI, por exemplo, o enriquecimento da língua portuguesa era uma tendência contrária ao vulgar: “Fazia-se mister limpá-lo, escoimá-lo dos defeitos da fala do povo, consertando-lhe os aleijões fonéticos, prosódicos e semânticos, numa palavra: enriquecê-lo, mas sobretudo enobrecê-lo.”³⁰⁶

Percebe-se, portanto, que para muitos, os esforços de polimento e purificação da língua portuguesa, portanto, obedeceram ao velho princípio latino da luta contra a rusticidade do povo e contra os plebeísmos que ridicularizavam a língua.

³⁰⁵ FILO-Logo. Questões grammaticas. *Careta*, n. 209, 01 jun. 1912, não paginado.

³⁰⁶ BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Op. cit., 1967, p. 250.

Retomando novamente Peter Burke,³⁰⁷ as maneiras de falar e defender determinados ideais quanto ao registro escrito, tendem a revelar aspectos de “diferentes classes sociais”.³⁰⁸ A língua não é algo passivo, mas um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle. Desse modo, o historiador defende a ideia de que a história social da linguagem não pode ser separada da questão do poder.³⁰⁹ Ancorado no pensamento de Antonio Gramsci, defende a ideia de que existem vários tipos de gramáticas possíveis e a escolha de uma delas nunca será uma atividade neutra: “A imposição da gramática normativa é um ‘atto politico’.”³¹⁰ Para Burke,

não é necessário aceitar o marxismo de Gramsci para perceber que, empiricamente, sua observação está correta. Quando o Estado francês começou a erradicar o *patois*, quando o professor Graur decidiu que o moldávio era uma língua independente, quando Manzoni decidiu escrever em italiano, essas manifestações culturais refletiam decisões e escolhas políticas mais ou menos conscientes. Proferir palestras em italiano em 1765 não era uma atitude neutra; significava afirmar a diversidade do mundo cultural. Proferir palestras em latim significava afirmar sua unidade.³¹¹

Em sentido amplo, a cultura e a língua fariam parte do que Gramsci entendia como hegemonia cultural. Corrigir a gramática ou o sotaque de uma criança, por exemplo, reforçava a manifestação de uma língua considerada dominante ou padrão. Dessa forma, tanto o ensino realizado nas escolas, quanto as atitudes em relação à língua, expressavam os valores predominantes de uma sociedade.³¹²

Ao tratar acerca do poder de jurisdição em relação à língua portuguesa, é possível refletir sobre a atuação (ou passividade) da Academia Brasileira de Letras. Conforme visto no tópico anterior, o cenáculo da intelectualidade literária aspirava por uma reforma ortográfica, que, aliás, parecia ser o único ponto em que “progressistas” e “passadistas” concordavam. Apesar do consenso, as divergências dentro da própria instituição sobre o modo de condução da reforma eram infundáveis. Era como se o poder centralizador da instituição estivesse diluído em feixes contraditórios que a impedia de deliberar algo concreto sobre a questão.

³⁰⁷ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., 2010, p. 175.

³⁰⁸ BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Op. cit, 1995, p. 23.

³⁰⁹ BURKE, Peter. *A arte da conversação*. Op. cit, 1995, p. 41

³¹⁰ BURKE, Peter. *História social da linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p. 244.

³¹¹ BURKE, Peter. *História social da linguagem*. Op. cit, 1997, p. 244.

³¹² BURKE, Peter. *História social da linguagem*. Op. cit, 1997, p. 245.

Essas disputas podem ser observadas a partir das polêmicas ocasionadas pela reforma fonética de 1907 proposta por Medeiros e Albuquerque. A “ala” mais conservadora da Academia de Letras considerava a proposta completamente inviável. Tornar o registro escrito mais próximo da oralidade não simplificava a língua de fato, pelo contrário, tornava-a mais imprecisa, já que um único termo poderia comportar mais de uma pronúncia.

Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, conhecido como Carlos de Laet, figura de prestígio e fundador da cadeira n. 32 da Academia, foi um dos maiores críticos da proposta de Medeiros e Albuquerque, publicando diversos artigos na imprensa, especialmente na seção “Microcosmo” d’*O Paiz*, periódico do Rio de Janeiro.

O pensamento do jornalista, professor e poeta, foi apontado por muitos como reacionário, tanto em relação à reforma, quanto em relação ao movimento modernista que iria emergir anos mais tarde. Apesar das condenações, Laet acreditava que a reforma fonética não facilitaria o trabalho dos aprendizes, pelo contrário, “grave tem de ser o embaraço dos mestres, quando a seus discípulos houverem de explicar a cacografia acadêmica”.³¹³

Em um de seus artigos da seção referida, Laet afirmou ser necessário amparar a “sua caduquice”, justificando os principais motivos que o faziam considerar a reforma inexequível. Para tanto, elencava oito pontos principais que, de certa forma, resumem bem as ideias dos etimologistas, grupo que por décadas digladiou-se com os fonetistas.

O primeiro ponto era que a reforma era considerada contraproducente. A grafia fonética, ao buscar estabelecer uma equação entre o som e as letras, agia de modo aleatório. Não compreendia, por exemplo, porque suprimia-se o “h” mediano enquanto o “h” do início dos vocábulos – também sem significação – continuava a existir. Esse ato “transcende todas as raias do absurdo; e até me custa acreditar que por tal disparate hajam votado alguns homens evidentemente ilustrados”.³¹⁴

Como segundo ponto, Laet afirmava que a reforma era “selvagem, ou botocuda” pois ignorava a etimologia dos vocábulos clássicos, latinos e gregos, mas não alterava as palavras de origem tupi: “Ora, isto é a mais inqualificável das inconsequências. *Physica*, por exemplo, elles não mais admittem que se escreva com y; mas *Catumby* deve conservar o seu y, por ser palavra de procedencia indígena. Pode haver coisa mais tola?”.³¹⁵

³¹³ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8337, 01 ago. 1907, p. 01.

³¹⁴ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907, p. 01.

³¹⁵ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907, p. 01.

No terceiro ponto, aparecia que a reforma era anti-patriótica porque escancarava ao mundo a incompetência literária dos brasileiros. Diriam lá fora que a reestruturação linguística era totalmente desprovida de cultivo e saber.

Em quarto lugar, a reforma era inoportuna, na medida em que não havia consultado os mais competentes eruditos do outro lado do Atlântico e arbitrariamente legislava sobre o que era propriedade comum entre brasileiros e portugueses. “Que impressão desagradabilíssima a do monarca portuguez, quando, ao tomar um jornal brasileiro, lesse periodos cachographados a Medeiros, e em muitas palavras só respeitando a tradição do bugre!”³¹⁶

No quinto ponto, Laet afirmava que a reforma era descriteriosa. Para o poeta, o fundamento fonético era autoritário, uma vez que eliminava as várias pronúncias locais em detrimento de uma única forma considerada por eles legítima.

Em sexto lugar, a reforma era antifilosófica, “pois que no processo para a unificação das linguas, a orthographia phonetica é um regresso”. Na escolha do critério fonético, desrespeitar-se-ia a identidade, a origem e o parentesco da língua. No caso brasileiro, por exemplo, dissipava os laços com os portugueses.

No sétimo ponto, Laet mencionava que a reforma era mal fundamentada, tendo em vista que rejeitava a etimologia. Rechaçar a origem dos vocábulos em seus critérios científicos e históricos era impropriedade das mais preocupantes.

Para concluir, Laet considerava a reforma “ridícula”, posto que muitas palavras adquirissem uma fisionomia burlesca: “Quem, por exemplo, conterà o riso lendo que – o código civil é um cágado (com accento na primeira) – ou, aprendendo, com o Sr. Medeiros, que Machado de Assis tem – sessenta e oito anos (com um n só)?”³¹⁷

Carlos de Laet utilizou todos os argumentos possíveis para justificar o mal que a reforma fonética proposta por Medeiros e Albuquerque traria à linguagem. Tanto na fala quanto na escrita, “o principal da arte é o decoro: Caput artis est decere. Um cacófato, uma cacographia basta para inutilizar qualquer obra de arte.”³¹⁸

Laet protestou intensamente contra reforma fonética de 1907 e a alteração da fisionomia da linguagem que desrespeitava as tradições clássicas. De fato, os pontos principais da reforma eram difíceis de ser apreendidos e colocados em prática, fato que se estampava com ironia n’*O Paiz*:

³¹⁶ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907, p. 01.

³¹⁷ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907, p. 01.

³¹⁸ LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907, p. 01.



Figura 05: Rephorma Jeral da Gramatica. *O Paiz*, Rio de Janeiro n. 8278, 03 jun. 1907, p.04.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira³¹⁹

A volumosa gramática carregada pelo cidadão brasileiro não deixava dúvida sobre as dificuldades de aprendizagem da nova ortografia. Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Mello,³²⁰ escritora, cronista, conferencista, dramaturga e crítica literária, assim como Carlos de Laet, publicou diversos artigos contrapondo-se à reforma ortográfica de 1907.

Em um deles, Dolores teceu analogia com o ramo da medicina, conjecturando a seguinte situação: um médico, desses inovadores da ciência, em um momento de fantasia, resolve suprimir certos órgãos no intuito de aperfeiçoar o corpo humano: “Para que dois pulmões, dois rins, dois olhos? Excesso organico, estupidez de creador!”. A civilização

³¹⁹Disponível:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=Acesso em julho de 2020.

³²⁰ Emília Moncorvo Bandeira de Mello contribuiu com suas crônicas e artigos no jornal *O Paiz* entre os anos de 1905 e 1910. À época, era considerada uma mulher ousada e destemida, “à frente de seu tempo”. Apesar de seu trabalho ser pouco conhecido, tem sido estudada pela literatura feminista contemporânea.

moderna mandava simplificar tudo e os indivíduos com espírito aberto às leis do progresso deveriam extirpar os órgãos em duplicata: “Viva-se com um pulmão só, um unico rim, apenas um olho – que os outros são desnecessarios”. O diálogo prosseguia após o questionamento do paciente:

- Mas, doutor, [...] eu ficarei com o aparelho pulmonar diminuído, sujeito mais depressa às nephrites e sobretudo feio, porque me tornarei caolho ...
Ao que o douto medico responderá com autoridade:
-Historias, meu amigo! Você é um atrasado! Pois a beleza e a força estão justamente na supressão do que lhe parece essencial!³²¹

A escritora é incisiva. Assim como os órgãos são fundamentais para o corpo humano, as letras o são para a língua, não sendo factível extirpá-los do dia para a noite. Segundo Dolores, a Academia de Letras julgava-se no direito de reformar “a orthographia da língua de Alexandre Herculano, Garret, Castilho e outros que esculpiram no bronze immortal da historia classica os moldes do portuguez verdadeiro, do portuguez puro”.³²² Porém, conforme assinalado em outro artigo, Medeiros Albuquerque não poderia arrogar-se a autoridade de reformar a ortografia, revolucionando completamente as bases do ensino, estragando as tradições clássicas, destruindo por capricho a grafia correta imposta pela origem latina.³²³

O que Carmen Dolores concebia como desrespeito à língua e à tradição, outros consideraram mais um episódio da burlesca novela ortográfica brasileira e as soluções “descabidas” encontradas pela Academia de Letras não passaram incólumes aos humoristas. No ano da reforma, *O Malho* publicava a seguinte charge:

³²¹ DOLORES, Carmen. A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8326, 01 jul. 1907, p. 01.

³²² DOLORES, Carmen. A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8326, 01 jul. 1907, p. 01.

³²³ DOLORES, Carmen. A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8340, 04 ago. 1907, p. 01.



Figura 06: A Reforma da ortographia *O Malho*, n. 243, 11 mai. 1907, p. 32.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira³²⁴

A ironia reinava porque tanto a ortografia anterior, quanto a posterior à reforma, não eram coerentes e factíveis. As ideias excessivamente libertárias da nova proposta, especialmente os pontos em que se suprimia algumas letras do alfabeto, não simplificavam a grafia portuguesa, apenas dilatavam suas confusões.

Na mesma edição, *O Malho* publicou a perspicaz charge intitulada “A reforma da orthographia. Uma sessão da Academia de Letras”:

³²⁴ Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pesq=> Acesso em julho de 2020.



Figura 07: A reforma da orthographia. Uma sessão da Academia de Letras.
O Malho, n. 243, 11 mai. 1907, não paginado.
 Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira³²⁵

Devido ao tamanho reduzido da legenda, transcrevo a seguir os diálogos proferidos pelos membros da instituição:

Medeiros e Albuquerque: - Considerando que no título desta Academia ha duas palavras de orthographia duvidosa: que em moedas, sellos, notas do Tesouro e documentos officiaes a palavra Brazil está escripta ora com s ora com z, sendo, portanto, a unica nação que não sabe escrever o proprio nome; que a língua é um meio e não um fim: que devemos facilitar ao estrangeiro de ambos os sexos o uso desse meio... proponho: - Guerra ao y! ao w! ao h mediano! Ao ph! ao k! ao x!aos ff e rr dobradinhos! – Viva a orthografia espanhola! Com seu salero simples e apetitoso!

A senhora ortografia: -Ai que gracia tiene este muchachito ...

Souza Bandeira: - Os meus bigodes tremem de comoção...

³²⁵Disponível

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=Acesso em julho de 2020.>

Euclydes Cunha: – Eu declaro que não preciso de simplicidades para escrever bem...

Souza Ramos: - Que dizes tu, ó Ribeiro?

João Ribeiro: Só isto: Si a hespanholita triumphar sobre a Academia como triumphou sobre o Medeiros... Adeus erudição!...

Machado de Assis: - Tem a palavra a senhora D. Ortographia Portugueza!

D. Ortographia: - Em cá pouco tenho a dizer ... O joven Medeiros é um anarchista de nova especie ... Em vez de entrar, furioso, com bombas de dynamite, entra dançando com uma cachopa menos má... Percebo que os senhores estão, mais ou menos, babados por ella... Pois que lha façam bom proveito... Hão de se arrepender... Foi commigo que o Brazil nasceu ... Pode viver e morrer com aquella serigaita, que eu cá não me dispo... da minha dignidade! ... Cruzes, canhoto!

A charge de Alfredo Storni³²⁶ era corrosiva, especialmente no que diz respeito à figura de Medeiros e Albuquerque e os pontos simplificadores presentes em sua proposta de reforma. Com tom indiferente, replicava Euclides da Cunha que “não precisava de simplicidade para escrever bem” e João Ribeiro, por sua vez, dava adeus à erudição em caso de aprovação da proposta. Após o comentário dos membros da instituição, manifestava-se a própria língua portuguesa, que afirmava não ter muito a dizer, malgrado o sentimento de desprezo. O Brasil nasceu sob a égide da língua portuguesa e a “espanholinha”, ou seja, “a reforma de Medeiros”, iria manchar nossa dignidade. Os brasileiros penitenciar-se-iam eternamente em caso de aceitação da disparatada reestruturação linguística.

Era um fato, a Academia de Letras era alvo de galhofas e descontentamentos diversos. De acordo com Osório Duque-Estrada, a forma como a instituição conduziu o processo da reforma foi desacertada, já que o problema era excessivamente dramático e não poderia ter sido deliberado de maneira rudimentar. Apesar de possuir membros qualificados como Ruy Barbosa, Carlos Laet, João Ribeiro e Silva Ramos, a agremiação relegou justamente ao incompetente, obstinado, perigoso e “infartado parasita da Republica”, Medeiros e Albuquerque, a condução da reforma.³²⁷

Não foi apenas em 1907 em meio ao processo da primeira reforma que a Academia de Letras sofreu reprovações sistemáticas. O cenáculo dos letrados foi rejeitado por décadas devido às suas ações libertadoras e descriteriosas. A instituição não mantinha credibilidade e não inspirava segurança, fato que justificava a assertiva d’*O Dia* (PR), periódico

³²⁶ Alfredo Storni nasceu em 1881 na cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Foi caricaturista e chargista em inúmeros jornais e revistas brasileiras, tais como *Careta*, *D. Quixote*, *O Tico Tico* e *n’O Malho*, em 1906 e 1907, onde publicou a charge analisada.

³²⁷ ESTRADA, Osório Duque. A ortographia academica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 3034, 17 mai. 1907, p. 01.

paranaense, que declarava sua incompetência. O “Petit Trianon” reunia membros que “se davam ao luxo de escrever nas horas vagas”, mas que, de fato, nunca estudaram a língua.³²⁸

A falta de sistematização ortográfica e as ideias catárticas da Academia assolaram as páginas da imprensa por décadas, adentrando o início do século XX. Nem a própria instituição mantenedora do idioma nacional era capaz de conservá-lo diante de tamanha “barbarização”. Por volta dos anos 1920, a situação parecia tornar-se insustentável. A aclamação pelo uso dos termos populares e por uma escrita mais simplificada, conforme aparece no tópico anterior, tornava-se cada vez mais premente.

É válido recordar que no início da década de 1920, muitos trabalhos destinaram-se a pesquisar uma linguagem brasileira, isso incluía os coloquialismos populares, neologismos, regionalismos, gírias e jargões. Raul Pederneiras publicava a *Geringonça Carioca, verbetes para um dicionário das gírias* em 1922; Antenor Nascente editava o *Linguarj Carioca* em 1922; Orestes Barbosa, o *Bambambã* em 1923.³²⁹

Com o crescimento das cidades brasileiras, as gírias tornavam-se cada vez mais comuns na linguagem dos diferentes grupos sociais. Em 1923, por exemplo, o romancista Lima Barreto intitulou de *Bruzundangas* uma de suas obras, que significa “trapalhadas” ou “confusões”, remetendo para a ideia do Brasil como “República das Bruzundangas”. Lima Barreto denunciou o artificialismo dos puristas, mandarins da língua, e advogou o direito dos escritores de utilizar uma linguagem informal e condizente com a realidade brasileira.³³⁰

A ideia de uma língua popular vulgarizava-se na década de 1920 e assumia denominações variadas: calão, gíria, geringonça e plebeísmo eram os mais comuns. Apesar dessa ampliação e diversificação, não ocorreu uma preocupação lexicográfica em relação aos termos, que na maioria das vezes, eram registrados como exóticos, tais como as gírias dos malandros ou das favelas cariocas.³³¹

Para o escritor, pintor e ilustrador Raul Pederneiras, “a geringonça, a língua verde, o patuá, ou que melhor nome tenha”, designava o calão dos malfeitores, dos vadios, da

³²⁸ A Reforma orthographica. *O Dia*, Curitiba, n. 2443, 11 jan. 1930, p. 01.

³²⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. Triunfos as ondas do mar: linguagens e espaços urbanos no Rio de Janeiro. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Escritas, linguagens, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 208.

³³⁰ Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* publicado em 1909, Lima Barreto instilava críticas às normas artificiais e ineficientes da língua portuguesa no Brasil.

³³¹ Na década de 1930, esse tipo de linguajar ganhou destaque na figura do malandro que era identificado como um dos detentores mais originais e criativos da fala brasileira. No samba *Não tem tradução* (1933) de Noel Rosa, afirmava-se: “tudo aquilo que o malandro pronuncia com voz macia é brasileiro, já passou do português”. Conforme VELLOSO, Monica Pimenta. Triunfos as ondas do mar. Op. cit., 2004, p. 207.

escoria.³³² A geringonça assumia frequentemente a ideia de uma classe em específico, expressando palavras de capoeiras, ciganos e ladrões.

Os dicionários de gírias criados naquele período, apesar de indicarem uma maior utilização dos termos populares, sinalizavam também para a oposição bem marcada entre língua culta e língua vulgar. Oliveira Netto em texto publicado em 1927, no periódico baiano *A Capital*, apresenta a seguinte definição para o termo calão:

Trata-se de um “falar pitoresco e imaginoso, costumeiro a classe baixa do povo ou como exprime Victor Hugo, na sua brilhante linguagem; é um vocabulário abjecto que gotea lama, vocabulário postuloso do qual cada palavra parece o anel imundo de um monstro do lodo e das trevas; é a lingua disforme, inquieta, dissimulada, traidora, venenosa, cruel, ambígua, vil, profunda da miséria.”³³³

O escritor aproxima o calão das classes baixas e usa diversos adjetivos para desqualificá-lo: “abjeto e pustuloso”, “monstro de lodo e das trevas”, um tipo de fala “disforme, inquieta, dissimulada, traidora, venenosa, cruel, ambígua, vil e profunda miséria”. São qualificações enérgicas, sem dúvida. Adiante, Oliveira Netto afirma que tais palavras eram geralmente empregadas por criminosos e malfeitores:

quem faz uso do calão são os Matta Escura, os João Pancada, os Sete Mortes, os Antonio vulgo Pente Fino, os Manoel Bem-te-vi, os Parrudo das Frades de Ferro, as Adelia do Tesouro, as Dudu do Trinta e cinco, as Alvida das Dores, enfim os carroceiros, estivadores, ganhadores, engraxates e toda a sorte de desordeiros, vagabundos e desocupados que enfestam a cidade.³³⁴

Com a abolição da escravatura, muitos negros libertos deslocaram-se para as cidades à procura de trabalho. Houve também por volta desse período, um crescimento no número de migrantes vindos tanto do interior quanto do exterior do país. Capoeiras, negros alforriados, migrantes e imigrantes e pessoas pobres em geral compunham a massa urbana que, não raro, era criminalizada. A passagem do século XIX foi marcada pela perseguição aos criminosos e capoeiras (termos próximos na época), pela higienização das cidades e pela destruição de alguns espaços populares, tais como os cortiços, quase sempre identificados

³³² PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1922, p. 03. Apud RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 236.

³³³ NETTO, Oliveira. Pela cidade: o calão. *A Capital*. Bahia, n. 82, 01 jan. 1927, não paginado.

³³⁴ NETTO, Oliveira. Pela cidade: o calão. *A Capital*. Bahia, n. 82, 01 jan. 1927, não paginado.

como sinônimos de locais de vadiagem, imoralidade e crime. Segundo Oliveira Netto, eram justamente os desordeiros, vagabundos e desocupados que “infestavam” as cidades e transformavam a língua em algo grotesco.

Ninguém sabia de onde vinham essas palavras, “mas quase sempre da sabedoria vadia dum vadio qualquer”.³³⁵ Em realidade, o termo calão vem de caló, palavra em romani, a língua dos ciganos. De acordo com o historiador João Paulo C. S. Rodrigues, o termo originário da Índia, ao chegar à Europa, desenvolveu variantes e caló passou a referir-se ao idioma falado na Península Ibérica, onde os ciganos instalaram-se por volta do início do século XV. O termo, mantendo sua estrutura em romani, assim como seu povo, sempre fora estigmatizado, tanto em Portugal, quanto na Espanha: “Daí que ‘calão’ tenha passado a servir para designar um linguajar impenetrável, quase secreto, restrito a um grupo marginalizado, ou que se marginaliza da sociedade.”³³⁶

No Brasil, a palavra gíria se sobrepôs ao termo calão e manteve a ideia de vocabulário secreto empregado por certos grupos. Essas expressões sobretudo, por meio de dicionários, chegaram a ser estudadas por policiais e outros membros da segurança pública – daí a expressão “gíria de gatunos” ou “gíria de malandros”. Já o termo calão perdeu esse sentido, mantendo apenas a noção pejorativa de expressão grosseira, chula.³³⁷

Em realidade, a denominação não importava. O que mortificava era a capacidade de deturpação linguística atribuída a esses vocábulos. Conforme assinalou escritor d’*A Cigarra* em 1925, a língua pura, ou mais ou menos pura, era privativa das classes cultas e utilizada por pouquíssimos escritores, poetas principalmente. As transformações depreciativas que operavam nas camadas baixas haviam atingido as classes cultas e seu poderio era irreversível:

Há uns vinte anos, quando muito, nunca uma pessoa educada arriscava uma palavra de calão a não ser para obter um efeito humorístico ou por méra chalaça. Como as boas maneiras eram mais correntes que hoje, havia, entre as pessoas educadas, uma natural repulsa contra as palavras de origem plébea. E essas reduziam-se a poucas, sendo as mais correntes as seguintes: “chuva”, “pachola”, “bilontra”, “azeite”, para significar bebado, pedante, leviano, namoro e algumas mais, que já saíram da moda para ser substituídas por outras igualmente baixas.³³⁸

³³⁵ COSTA, Nelson. A língua que falamos. *A.B.C: Políticas, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923, não paginado.

³³⁶ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 234.

³³⁷ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 236.

³³⁸ Chronica. *A Cigarra*. São Paulo, n. 257, mar. 1925, p. 23.

As “boas maneiras” ficaram definitivamente no passado. Vários termos categorizados como baixos pel’A *Cigarra*, eram títulos de periódicos brasileiros, tais como *O Azeite* e *O Bilontra*, e demonstravam justamente a receptividade da imprensa para esse tipo de linguajar. Concluía o escritor em sua crônica:

Hoje, infelizmente para os nossos creditos, o calão escalou as mais altas esferas, e já não ha ninguém, por mais escrupuloso que seja, que, levado pelo exemplo, não recorra aos mais repelentes plebeísmos, sob pretexto de que eles têm mais graça, mais pittoresco e mais vivacidade que as expressões correspondentes na linguagem culta. Esta vae desaparecendo rapidamente, e em menos de meio século estará mumificada nos codigos e nas anthropologias.³³⁹

De acordo com a publicação d’A *Cigarra*, os plebeísmos atingiram as mais altas esferas da sociedade e não havia nada que pudesse ser feito a esse respeito. Na “cidade das letras”, a “nata da sabença” era obrigada a conviver com o “mundo obscuro” da linguagem popular. Em conformidade com o que foi exposto até aqui, porém, coabitar o mesmo espaço ou o mesmo tempo, não foi tarefa das mais simples.

As formas escritas de finais do século XIX e início do século XX, conforme muitas fontes analisadas nesta pesquisa, oscilaram entre o erudito e o popular, a gramática e o cotidiano, o acadêmico e o povo, dentre outras denominações. Não obstante, é preciso cuidar para não restringir o pensamento linguístico a polos dicotômicos rígidos. Quando se pensa em termos de “língua popular”, por exemplo, em realidade, lida-se com elementos culturais variáveis e móveis que, não raro, apresentam oscilações para um mesmo termo.³⁴⁰

Além disso, baseado nas ideias do sociólogo francês Pierre Bourdieu, é preciso considerar que a utilização do termo “popular” remete a uma luta interna ao campo dos intelectuais. Aqueles que se sentem autorizados a falar em nome do povo, seja politicamente ou intelectualmente, buscam demarcar o seu lado do confronto, ajudando a criar de certa forma a diferença entre ambos. Essa demarcação funcionaria como estratégia discursiva, pois os que estavam mais próximos dos “dominados” teriam acesso privilegiado ao povo e maior capacidade de representá-los.³⁴¹

³³⁹ Chronica. A *Cigarra*. São Paulo, n. 257, mar. 1925, p. 23.

³⁴⁰ Conforme MELO, Gladstone Chaves [1946]. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971, p. 91.

³⁴¹ BOURDIEU, Pierre. Usos do Povo. In: *Coisas ditas*, São Paulo: Brasiliense, 2004, p- 181-187.

O “falar em nome do povo”, não obstante, não significava necessariamente constituir parte dele. Da mesma forma, a chamada corrente erudita não configurava um grupo homogêneo e, tampouco, sempre se vinculava a um monopólio dos letrados. Apesar da tendência em outorgar aos acadêmicos, gramáticos e outros intelectuais o conhecimento e a competência escritora, a imagem desses frequentemente oscilava entre uma vertente e outra, já que eles eram tidos como os protetores e, ao mesmo tempo, os algozes do idioma.

Finalizo concordando com o poeta e filólogo Amadeu Amaral para quem, em língua nenhuma se conseguiu, nem se conseguirá jamais, estabelecer um sistema de escrita que seja capaz de se ajustar como uma luva à imensa variabilidade dos fenômenos vivos, no tempo e no espaço. Esperar que todos concordem nessa matéria é devaneio dos mais utópicos, é como esperar que se resolva o difícil problema “da quadratura do círculo”.³⁴²

³⁴²AMARAL, A. *Comédia Ortográfica*. Op.cit., 1924, p.77.

3 - DIÁLOGOS (IN)TENSOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL

O culto à língua é uma manifestação corrente de patriotismo que constitui a história cívico-nacional brasileira. Respeitar a língua, estudá-la e transmiti-la às gerações futuras era o papel daqueles que “amavam seu país” e, nesse sentido, todo esforço competente em seu favor não era mera questão de luxo vocabular e sintático, mas expunha o “elevado” apreço pela pátria. Essas questões, porém, suscitavam imbróglio cujas bases não recaíam sobre a invectiva do culto, e sim sobre a língua a ser adorada: a portuguesa ou a brasileira? O quadro caleidoscópico das respostas compõe o panorama dos debates nacionais que marcou o país em finais do século XIX e início do século XX. A língua pela qual se lutava, dizia respeito à forma como os brasileiros se viam e queriam ser vistos diante do restante do mundo.

Durante a virada do século XIX, a língua “bárbara”, “tupi” ou “brasileira” foi encarada como degradação da língua portuguesa que levava a uma espécie de “dialecto incolor”, um “*patois* insuportável” que arranhava os ouvidos.¹ Desse modo, havia um sentido na busca pela legitimação da língua portuguesa, friso, europeia, que estava inerentemente marcada pelo purismo e pelo respeito ao vernáculo. Ainda assim, a despeito dessa visão, percebe-se que durante o período que compreende essa pesquisa, procurou-se estabelecer um caminho diferenciado para o português do Brasil cujo ritmo, pronúncias e regras se aproximassem do falar da “nossa gente”. Assim, buscou-se legitimar elementos linguísticos que fossem reconhecidos como nossos e que deflagrassem a intransponibilidade entre o mundo europeu e o americano.

Neste capítulo, objetivo refletir acerca das identidades vetorizadas por meio dos debates sobre a língua no Brasil, enfocando especialmente suas aproximações ou distanciamentos em relação a Portugal. Nesse sentido, as polêmicas relativas à língua não são vistas como representações da nação descoladas da realidade vivida, mas são encaradas

¹ RODRIGUES, José. Prosas e Glosas. *A Cruzada*, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891, não paginado.

como parte do processo de edificação e remodelação da identidade brasileira que, assim como a própria história, é cambiante, múltipla e, por vezes, contraditória.

Concomitantemente, enseja-se problematizar uma espécie de linha do tempo convencionalmente utilizada nas reflexões acerca da história da língua no Brasil. Nessa organização temporal, subsistem duas fases marcantes: a primeira vai de meados do século XIX até aproximadamente os anos 1880 e a segunda, se inicia na década de 1920 – juntas, elas abarcariam, respectivamente, o que se denominou nos estudos literários como romantismo e modernismo. Por outro lado, as décadas finais do século XIX e as duas primeiras do século XX, vivenciaram grande efervescência das correntes favoráveis ao purismo linguístico e à busca por uma linguagem genuinamente portuguesa, próxima à falada pelos europeus. Dessa maneira, os materiais publicados na imprensa e analisados aqui, instilam uma realidade mais complexa e contrastante do que as estruturas temporais mais homogeneizantes tenderam a edificar.

3. 1 - “Os paladinos da Brazilidade”

Policarpo Quaresma requisitou no Congresso Nacional que decretassem o tupi-guarani como língua nacional e oficial do povo brasileiro. O “tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante” seria “a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza”, adaptando-se “perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais”. Como se sabe, a petição de Policarpo causou rumores e tumultos imensos e a ideia, tida como tresloucada, virou motivo de escárnio e internação do conhecido personagem criado por Lima Barreto.²

Se, como afirmava Policarpo, “a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original”,³ é no mínimo compreensível que a emancipação política do país caminhasse de mãos dadas com emancipação idiomática. “Resistir, defender, suportar, não ceder”. Expressões diferentes que designam atitudes semelhantes, adotadas por aqueles que buscaram de formas variadas, valorizar o português do Brasil frente ao de Portugal. Por que não se subsistiria ao apagamento das nossas tradições linguísticas, da nossa variedade de falares e da nossa riqueza histórica? Esses foram alguns

² BARRETO, Lima [1915]. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17 ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 52.

³ BARRETO, Lima [1915]. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17 ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 52.

questionamentos levantados, na imprensa, a respeito da valorização do modo de falar e escrever no Brasil, bem como no tocante à defesa de uma língua própria, a língua brasileira.

Para ser bons brasileiros, pensavam muitos, era necessário deixar de assinar Almeida, Souza ou Silva e utilizar nomes de famílias conhecidas no Brasil, tais como Caramurús, Tupinambás, dentre outros. Retomava-se, assim, a rejeição à herança cultural portuguesa manifesta desde os tempos coloniais por meio da adoção de nomes indígenas. Dito isso, designativos como “Luiz Nagô, João Cabinda, Manoel Cassangue, Joaquim Benguela, ou Carlos Moçambique”, ganhavam difusão e legitimidade, termos que refletiam inclusive nossas origens africanas.

Muitos consideravam que “o Brasil não seria jamais um país branco”, tanto é que seu povo nem de longe, falava uma língua semelhante à dos portugueses. Como bem lembrou o escritor Caro Lino Mica Ellis⁴ em *A Maça*, conhecido periódico carioca, “a multidão brasileira não queria saber [...] nem do Camões, nem do Herculano, nem de qualquer outro varão de além-mar.” Já era tempo dos gramáticos, filólogos e outros intelectuais envolvidos no mundo das letras desligarem-se de Portugal. Era preciso “descolonizar” o pensamento, a cultura e a língua em relação à antiga metrópole.

Assim como Mica Ellis, muitos outros saíram em defesa da criação de um dialeto ou, de uma língua propriamente brasileira. Pode-se remontar, nesse sentido, ainda que sucintamente, aos estudos e projetos linguísticos realizados no (e sobre o) Brasil, para que se possa perceber a historicidade desse movimento que marca os debates intelectuais na imprensa, tanto na virada do século XIX, quanto nas primeiras décadas do século XX.

Os estudos sobre língua indígena, língua geral ou brasílica existiam há tempos.⁵ Para ficar em apenas algumas menções, destaco a importância dos relatos de viajantes, como os do alemão Hans Staden e do francês Jean de Léry que registraram e publicaram textos em tupi. Ainda que essas narrativas estejam marcadas pelo exotismo e carregadas de uma visão moral, religiosa e etnocêntrica, cabe assumir que legaram registros das línguas nativas e conservaram informações valiosas que permanecem até os dias atuais.

Os missionários jesuítas também produziram contribuições importantes no tocante ao léxico e à gramática do período da colonização, sobretudo por conta de seu trabalho de

⁴ Provavelmente trate-se de pseudônimo em alusão à Carolina Michaëlis, crítica literária, escritora e filóloga portuguesa. Foi a primeira mulher a lecionar em uma Universidade de Coimbra e sua família ficou tradicionalmente conhecida pela cunhagem dos dicionários Michaelis.

⁵ É válido lembrar que a base da língua geral era o tupi, mas que ela era dividida em dois ramos: a língua geral meridional, também chamada de língua geral paulista e a língua geral setentrional, também denominada língua geral amazônica, que deu origem ao nheengatu no século XIX, língua falada até os dias de hoje na região do vale do Rio Negro.

interpretação e tradução. Isto porque, na expansão da fé cristã, conhecer e dominar a língua indígena tornava o projeto catequético mais exequível. Para dar uma ideia do comprometimento com esse princípio, saliente-se que José de Anchieta escreveu a peça *Na festa de São Lourenço* em três idiomas: tupi, castelhano e português, sendo sua maior parte em língua tupi. Merece nota também que as atividades linguísticas dos jesuítas se encontram registradas em dois livros fundamentais: a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, do Padre Anchieta de 1595 e a *Arte de grammatica da lingua brasilica*, do Padre Luiz Figueira de 1621.⁶

No período imperial, institutos históricos e arquivos como a Biblioteca Nacional e as instituições religiosas também desempenharam papel importante na coleta e publicação de documentos. Muitos dos materiais que haviam sido deixados por missionários e viajantes foram organizados em um trabalho de compilação e reelaboração. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve papel primordial nas atividades relacionadas à produção de dicionários tupi-português e contribuiu para a formação de expedições científicas naturalistas que resultaram em diversas descrições gramaticais. O naturalista, etnólogo e botânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius durante suas expedições pelo Brasil, especialmente no interior amazônico e províncias de Goiás e Mato Grosso, reuniu número significativo de vocábulos de diversas línguas indígenas. Um de seus trabalhos, que tem por título *Glossaria Linguarum Brasiliensium* de 1867, ainda é uma obra significativa para a lexicografia.⁷

É válido lembrar também que foi a partir da sensibilidade de muitos escritores do século XIX que se passou a dar preferência às palavras com construções mais orais e sonoras, com leves modificações na ortografia e uma semântica voltada aos povos indígenas, demarcando a variante brasileira.⁸ Vários poemas indianistas veicularam notas sobre vocabulários tupis e buscaram trazer o mundo nativo para seus versos. O escritor Gonçalves Dias devotou suas obras para a elaboração de sentidos históricos e culturais brasileiros

⁶ Com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus e o fechamento dos diversos colégios em meados do século XVIII, iniciar-se-ia uma política linguística orientada pela Coroa que faria cessar o ensino das línguas gerais e incentivaria diretamente o ensino do português.

⁷ Segundo João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, para Martius era muito importante que os selvagens conhecessem a língua geral para a garantia da vinculação do Brasil aos “domínios abençoados da civilização”. A coletânea de Martius tinha como objetivo se fazer conhecer as variações da língua geral e introduzir os outros idiomas brasileiros de forma a facilitar o contato inicial. “[...] Era quase um panfleto em apoio à política oficial e à mitologia do Império de integrar harmoniosamente os índios no seio da nação.” RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 31 e 32.

⁸ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994, p. 459.

aplicados ao tupi e buscou traduzir para o português a linguagem do índio por meio de expressões linguísticas, musicais e métricas que se aproximassem dessa cultura. Um de seus trabalhos publicados que, provavelmente, mais evidencie esse interesse é o *Dicionário da língua tupi chamada língua geral dos indígenas do Brasil* de 1858.⁹ Ademais, o título de seu mais conhecido poema I-Juca Pirama, por exemplo, vem de um termo originalmente tupi.

Pode-se notar, ainda que sucintamente, o caso de José de Alencar, que se tornou um verdadeiro símbolo do pensamento romântico no que diz respeito à língua no Brasil. O autor demonstrou imenso interesse pelo vocabulário tupi no século XIX e inseriu notas de rodapé em *Iracema*¹⁰ e *Ubirajara*¹¹ que funcionam como uma espécie de dicionário tupi-português ao estilo de Gonçalves Dias. Em frase que se tornou célebre, questionou: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?”¹² Para Alencar, culturas, climas e costumes tão diferenciados quanto os do Brasil e Portugal, deveriam ser transfigurados para o idioma de modo a manter as peculiaridades: “Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegariamos nossa pátria, e não só ela, como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria”.¹³

Entre os anos de 1870 e 1875, Alencar recebeu ataques de escritores diversos, tais como Manuel Pinheiro Chagas, Antônio Henrique Leal, Franklin Távora e Joaquim Nabuco. Em polêmica de 1875, ocorrida nas páginas d’*O Globo*, por exemplo, Joaquim Nabuco afirmava que o escritor fazia mau uso da língua portuguesa e francesa. Para Nabuco, Alencar pretendia ser o patrono de uma nova língua, criando algo que era, em realidade, artificial, pois não condizia com a fala dos brasileiros.

Flora Süssekind afirmou que Alencar imaginava uma língua tupi e, a partir dela, multiplicava “onomatopeias, símiles, frases ‘mais simples e concisas’ nos seus romances indianistas, para que se [aproximassem], assim, das ‘tendências do espírito’ dos selvagens”.¹⁴

⁹ DIAS, Gonçalves. *Diccionario da língua tupy chamada língua geral dos indígenas do Brasil*. Leipzig: F; A. Bockhaus, 1858.

¹⁰ ALENCAR, José de [1865]. *Iracema*. São Paulo: Ática, 2004a.

¹¹ ALENCAR, José de [1874]. *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 2003b.

¹² ALENCAR, José de. Sonhos D’Ouro [1872]. In: *Ficção Completa*. Vol I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965, p. 498.

¹³ ALENCAR, José de. O nosso cancioneiro. Rio de Janeiro: ed. De Manuel Esteves e M.Cavalcanti Proença, 1962, p. 22.

¹⁴ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op.cit., 1994, p. 466.

Edith Pimentel Pinto¹⁵, por sua vez, sublinha que, ainda que o escritor aludisse a um português alterado, ele não se preocupou com o seu grau de diversificação e a sua categorização em termos de entidade linguística autônoma. Desse modo, Alencar defendeu uma língua operada pelo povo, sugerindo uma espécie de língua brasileira que mais se assimilava a um ramo da matriz europeia, o “nosso dialeto” seria identificável como uma espécie de “português americano”.¹⁶ Assim, ainda que sugerisse um “cisma gramatical” nunca teria deixado de recorrer à gramática normativa tradicional e aos prestigiados dicionários da língua portuguesa.

Muito criticado, Alencar defendeu-se diversas vezes. Em trecho do pós-escrito da segunda edição de *Iracema*, publicado em 1870, afirmou que o corpo de uma língua se compunha de sons e vozes peculiares e que essa só poderia ser modificada pelo povo que, nesses assuntos, legislava diretamente pelo uso. Entretanto, os bons escritores eram fundamentais, pois eles “talhavam” e “poliam” o “grosseiro dialeto do vulgo, como quem “cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino valor.”¹⁷ Percebe-se, portanto, que Alencar não apenas defendeu o poder do povo de alterar a língua portuguesa, como também, o do escritor de refinar e registrar tais mudanças. “Desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral, entendo eu que torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou.”¹⁸

Percebe-se que, tanto a partir da atuação de escritores como José de Alencar e Gonçalves Dias, quanto pelas pesquisas desenvolvidas em torno da língua indígena, como por meio daquelas realizadas pelos viajantes, jesuítas e membros do Instituto Histórico, houve uma preocupação sistemática, desde o século XIX, que visava conhecer, registrar e defender uma língua nacional no Brasil.

Conforme caminha-se para finais do século XIX, percebe-se o delineamento de uma nova tendência que privilegia correntes linguísticas, nas quais o “falar nacional” estava baseado em uma sintaxe, fonética e vocabulário interligados ao português de Portugal. Em uma tentativa de aproximação com a antiga metrópole, a preocupação com uma língua brasileira e suas raízes indígenas cede lugar ao “zelo” em torno da língua portuguesa.

Segundo João Paulo C. S. Rodrigues, embora a República não testemunhasse a morte da tupifilia, ela foi fenômeno eminentemente imperial. O autor refere-se ao declínio nos

¹⁵ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., 1978-1981. Vol. 2 1881, p. XXII.

¹⁶ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., 1978-1981. Vol. 2 1881, p. XXIII / XXIV.

¹⁷ ALENCAR, José de. *Iracema* (Pós-escrito). In: PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., 1978-1981. Vol. 2 1881, p. 74.

¹⁸ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., 1881, p. 80.

estudos referentes às línguas indígenas, especialmente o tupi, que remonta ao período colonial:

O tupi, às vezes o índio de uma maneira geral, não reinou mais sozinho e inconteste, encontrando o negro e, principalmente, o mestiço. Declinaram sensivelmente os estudos sobre o tupi antigo, sobre o nheengatu e até mesmo sobre os outros idiomas indígenas.¹⁹

Ainda segundo o autor, “a mesma década que viu nascer a geração do racismo científico, do darwinismo social, do elogio irrestrito aos poderes dissecadores da ciência moderna, da difusão do realismo literário e das teorias positivistas” também encarou o surgimento de uma nova vertente em relação à questão da língua nacional. Tratava-se do início de um longo período de preocupação com os rumos do português e de mobilização pela sua salvação.²⁰

De fato, na passagem do século XIX, tanto em jornais como em revistas, existem muitos relatos em defesa da pureza linguística, da aproximação idiomática com Portugal e do desprezo pelos termos indígenas. Aspirava-se manter nossas raízes com a cultura e a língua europeia, de modo que qualquer tentativa que se desviasse desse projeto, não era benquista.²¹ Os chamados “brasileirismos”, “regionalismos” ou “barbarismos”, que poderiam referir-se aos termos de origem tupi ou africana, passaram a ser considerados desvios corruptores do idioma.

A insistência em uma língua portuguesa “pura” e próxima de Portugal será vista no tópico seguinte. Por ora, é importante destacar que apesar dessa valorização da língua em seus moldes europeus, a busca por uma vertente nacional não deixou de ser registrada pela imprensa brasileira durante todo o período que compreende essa pesquisa. Ainda que nem sempre se tenha falado em língua ou dialeto brasileiro precisamente, a todo o momento buscou-se representar o nosso povo em suas variedades culturais e linguísticas.

Nesse tocante, os jornais e revistas acolheram o trabalho de diversos intelectuais em prol de uma vertente nacional para a língua no Brasil, mesmo no “auge do purismo” em que vigoraram diversos projetos “civilizadores” para o país, conforme será visto adiante. Para

¹⁹ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 85.

²⁰ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 119.

²¹ Apesar da tendência generalizante, é válido recordar o *boom* da borracha na região amazônica na virada do século, fato que intensificou o contato com os povos indígenas e a preocupação e estudo em relação ao nheengatu.

visualizar alguns desses trabalhos, começo destacando uma caricatura denominada “O Trocadilho” de Raul Pederneiras, publicada na *Revista da Semana*, periódico do Rio de Janeiro, em 1904.

Na análise de Mônica Pimenta Velloso, a personagem da caricatura aparece atrelada à cultura circense (uma espécie de domadora) e sua vestimenta lembra a de uma portuguesa. “Empunhando um chicote – e tendo uma pena de escrita escondida às costas –, ela procura domar as letras do alfabeto, transfiguradas em diminutos seres humanos. Estes tentam, a todo custo, escapulir ao seu controle.”²² O livro abaixo dela com o dizer “léxicon” representaria o conjunto de palavras que pertenciam originalmente ao português de Portugal e as letras, representariam uma língua ativa, que tem vida própria. É como se, de alguma forma, (no caso da caricatura apelou-se para a prática circense) Portugal tentasse manter inalterável a sua língua na antiga colônia.

²² VELLOSO, Mônica Pimenta. *Falas da cidade*. Op.cit, 2005, p. 166.



Figura 08: O Trocadilho por Raul Pederneiras.
Revista da Semana, n. 231, 16 out. 1904, não paginado.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira²³

Uma das formas de manter o elo com Portugal estava justamente na ortografia unificada entre os dois países. Conforme visto, as tentativas por parte da Academia Brasileira de Letras de legitimar uma ortografia única, tanto na reforma de 1907, quanto na de 1915 e 1931, causaram celeumas profundos. As diferenças prosódicas dos dois países não poderiam ser negligenciadas no nível ortográfico.

²³ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_01 Acesso em janeiro de 2020.

Sobre essa questão é interessante a publicação assinada por S. E. Vos Saporski em Curitiba em 1907. Nela, o escritor discorre de modo pormenorizado sobre a formação linguística de Portugal, para em seguida comentar sobre a realidade brasileira:

Foi mesmo no século XVI que se descobriu o vasto territorio do Brazil que hoje habitamos, e nelle se introduzio com os conquistadores portuguezes a lingoa portugueza que, com o passar do tempo, mesclou-se com a lingua geral ou Guarany que ha quem suponha ser lingua anterior ao sanscrito e que tambem se chama abanhenge, e tornou-se a lingoa nacional do Brazil, porem tendo uma doçura, uma flexibilidade, uma compleição, e digamos mesmo uma indole, já mascula, já musical, como nenhuma outra tem, e que lhe dá um aspecto mui diverso do portuguez falado na Europa; e só quem não tem analysado já pelo ouvido, já pela litteratura comparada de ambos os paizes, é que pode dizer que não existe a diferença que assignalamos.²⁴

De acordo com Saporski, a língua nacional era a mistura do guarani e do português. Ao lado desse amálgama, a doçura, a flexibilidade, a compleição e a musicalidade eram as marcas do nosso idioma, acentuadamente distinto do europeu. Apesar do aspecto diferenciado, o escritor reconhece não se tratar da formação de um novo dialeto.²⁵ Para o professor Jonathan Steinberg, no século XVIII, os dialetos não eram considerados erro ou ameaça. Porém, no século XIX, na medida em que as nações foram se conformando, eles passaram a representar uma ameaça à estrutura do Estado que se constitui Nação.²⁶

A denominação “língua” ou “dialeto” reverberava na construção da imagem que se pretendia para o Brasil. Os nomes empregados foram variados e, segundo Edith Pimentel Pinto, as designações eram tão incertas quanto sua vigência, “oscilava entre dialeto brasileiro (Alencar, Macedo Soares, Araripe Romero), luso-brasileiro (Macedo Soares, Batista Caetano, Paranhos da Silva), luso-americano (Romero), neoportuguês (Araripe), brasileiro (Macedo Soares)”, dentre outros. Fortalecia-se, portanto, a ideia de um “nosso idioma” ou uma língua em formação, que para muitos já se encontrava “suficientemente diferenciada da de Portugal, pela maior riqueza léxica, por peculiaridades fonológicas e sintáticas”.²⁷

Discussões em torno da nomenclatura da língua falada no país não eram exclusividades do Brasil. Conforme assinalou Richard Morse, o conflito entre “puristas e nativistas” deu-se em todo o continente americano e resumiu-se em saber se os idiomas

²⁴ SAPORSKI, S. E. Vos. Lingoa portugueza. *A Escola*, Curitiba, n. 10, out – dez. 1907, p. 152.

²⁵ SAPORSKI, S. E. Vos. Lingoa portugueza. *A Escola*, Curitiba, n. 10, out – dez. 1907, p. 152.

²⁶ STEINBERG, Jonathan. O historiador e a questione della língua. In: BURKE, Peter e ROY, Porter. *História social da linguagem*. Op. cit., 1997, p. 242.

²⁷ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., Vol. 2 1881, p. XXXII.

transplantados perderiam sua força ou se era justamente isso que os revigoraria. Nesse confronto que colocava em jogo nossa identidade nacional, havia muitos dissensos: seria correto falar em dialeto, aceitando apenas algumas variações linguísticas ou seria adequado lutar por uma língua inteiramente nossa?

Apesar das objeções e diferentes nomenclaturas, a defesa de uma língua nacional foi constante. Em artigo intitulado “A lingua brasileira” veiculado no *Commercio do Acre*, o escritor (que assinava B.B.) informava acerca da primeira utilização em documento oficial do termo “língua brasileira” em 1915. Em emenda apresentada pela reforma do ensino, o deputado Barbosa Lima, “o eloquente, o erudito, o formidável parlamentar” não duvidara em “chamar brasileira á língua que herdámos, ao idioma formosíssimo que falamos”. A atitude do deputado era louvável, afinal “porque não chamar brasileira á lingua portugueza do Brazil?”²⁸. Não havia dúvida:

Brazileira é a lingua falada por 22 milhões de brasileiros que serão 40, 50, 100 milhões, dentro de prazo relativamente pequeno. Também não restava dúvida que: Brazileira é a lingua que, excedendo o millenio normal da evolução linguistica, será falada com eloquencia e escripta com pureza por um povo jovem, de sangue vigorosamente caldeado com todos os sangues.

Brazileira é a lingua que, possuidora dos mais opulentos thezouros de formas e palavras, recebeu da fauna e da flora variadissimas do Brazil e de dois de seus componentes ethnicos mais de 5000 palavras novas, designando coisas, sentimentos e ideias novas. Brazileira é a lingua que brilha nas estrophes sublimes de um Gonçalves Dias e na prosa impecavel de um Machado de Assis.²⁹

Os brasileiros deveriam defender sua língua como um verdadeiro tesouro. Esse era, aliás, o dever daqueles que tinham consciência e patriotismo. Nessa perspectiva, tratava-se de um povo jovem, de sangue misto, donos de uma riqueza natural sem fim e, portanto, muito diferente dos portugueses.

Nesse panorama, merecem destaque as publicações da revista carioca *Gil Blas* que surgiu em fevereiro de 1919 e foi porta voz de um nacionalismo exacerbado.³⁰ É importante mencionar que a revista defendeu os ideais republicanos e manteve fortes laços com o governo de Epitácio Pessoa, o qual ocupou a presidência entre 1919 e 1922. Interessa-nos

²⁸ B.B. A lingua brasileira. *Commercio do Acre*. Xapury, n. 20, 17 out. 1915, p. 01.

²⁹ B.B. A lingua brasileira. *Commercio do Acre*. Xapury, n. 20, 17 out. 1915, p. 01.

³⁰ Sobre a revista *Gil Blas*, ver: JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate* (1919-1923). Assis, 2011. 202 p. Ilustrações, Gráficos. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus Assis, Universidade Estadual Paulista.

de maneira particular o modo pelo qual a questão da língua apareceu em suas páginas e, para tanto, destaco alguns artigos publicados em seu primeiro ano de circulação.

No primeiro deles, intitulado “O idioma brasileiro” e publicado em 1919 na *Gil Blas* (RJ), o escritor e pastor Themudo Lessa³¹ referiu-se às polêmicas suscitadas acerca de discurso proferido pelo presidente Epitácio Pessoa, no qual se sugeria que independentemente da presença dos estrangeiros, o ensino deveria ser realizado em “brasileiro” e que se ensinassem no país sobre “cousas brasileiras.”³²

A colocação do presidente teria levantado, segundo Lessa, censuras diversas: “pois que? Então o idioma que falamos não é, porventura, o mesmo em que foram escriptos os ‘Luziadas’, o mesmo que, com pequena differença, falam esses alentados alemtejanos e minhotos que vêm ao Brasil procurar, no commercio, um meio de fortuna rapida?”. Respondia Lessa de forma incisiva:

Não, duas vezes não, meus ingenuos e sentimentaes patrícios! Quem observar detidamente o modo de se exprimir do povo dos dois paizes, quem estudar a tendencia, tão clara nos nossos escriptores, de se afastar, cada vez mais, da lingua usada em Portugal, não experimentará a menor surpresa, antes verá com aplauso e sympathia aquelle ‘brasileiro’ de que se serviu com tanta naturalidade o Sr. Epitacio, para designar o idioma nacional.³³

Para o escritor, “a raça, o clima, tudo influe para essa notavel differenciação na linguagem de um e outro povo.” O Brasil estava em plena formação, preparando-se para desempenhar um papel importante diante do mundo e não poderia negar as próprias origens étnicas. “E essa influencia ha de, por força, crescer-se nos phenomenos linguisticos, destruindo cada vez mais os laços que ligam um paiz velho, pobre, que só tem passado, a uma nação nova, rica, cuja única preocupação está no seu porvir glorioso”.³⁴

Themudo Lessa insistiu na impossibilidade de considerar os termos guaranis e africanos como língua portuguesa. “‘Língua brasileira’ podemos dizer desde já, assim como os americanos do norte dizem, falando de seu idioma, ‘língua americana’”. Lamentava-se por aqueles que consideravam que era necessário restringir-se aos modelos clássicos, de

³¹ Vicente do Rego Themudo Lessa viveu entre os anos de 1874 e 1939 era pai do romancista Orígenes Lessa. Participou do movimento que fundou a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil e lançou em 1938 os *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana do Brasil*.

³² LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n.33, 25 set. 1919, p. 02.

³³ LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n.33, 25 set. 1919, p. 02.

³⁴ LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 33, 25 set. 1919, p. 02.

modo a repelir qualquer novidade. “É incontável o numero dos puritanos que vivem de olhos voltados para o outro lado do Atlantico, á espera da palavra dos doutos na lingua que, ‘por ser deles, não temos o direito de alterar’”.³⁵

E por fim, em defesa do presidente Epitácio Pessoa, afirmou Lessa: “Que os inimigos da evolução, os imitadores servís de Vieira e Herculano, esbravejem de colera. Nada alcançará o seu furor insano. O Sr. Epitacio Pessoa acaba de lhes dar uma proveitosa lição, rompendo corajosamente com os preconceitos em voga.” De fato, “‘lingua brasileira’ é já uma expressão consagrada”.³⁶

Victruvio Marcondes, ainda na revista *Gil Blas*, teceu reflexão semelhante em 1919. Admitiu que a defesa da língua nacional deixara de ser utopia na medida em que se adquiria consciência do papel de inovação idiomática, sobretudo, com a criação dos vocábulos. Diante disso, o que se deveria fazer era preparar “o espirito do povo para a formação da lingua brasileira, tão sómente nossa, a qual, dia a dia, vai tomando fóros de autonomia, não só quanto á sua estrutura, porém, como pronuncia de melhor sonoridade e elegancia [...]”.³⁷

A ideia de uma língua brasileira tornava-se cada vez mais factível, tanto que nos “mandamentos do patriota brasileiro” publicado pela *Gil Blas*, ainda em 1919, um dos decretos sustentava que falar e escrever em língua brasileira, ou seja, “em portuguez modificado e melhorado pelos brasileirismos e locuções da numerosa população brasileira”, era algo totalmente aceito, “incorporado ao nosso patrimonio linguistico.”³⁸

No cenário de aquiescência da língua brasileira, Alvaro Bomilcar, fundador e um dos maiores colaboradores da revista *Gil Blas*, buscou em 1919 demonstrar as arbitrariedades do processo colonizador. Segundo ele, os brasileiros eram os grandes prejudicados nessa aliança que “só tem servido para justificar uma exploração quatro vezes secular!”. A civilização portuguesa, “aparelhada para rodar sobre as terras do Novo Mundo” beneficiava-se daquela situação.³⁹ Nesse sentido, Alvaro Bomilcar publicou em 1916 *O preconceito de raça no Brazil*, livro que tratou justamente do culto exacerbado aos portugueses.

Para além dos que defenderam abertamente uma língua nacional, é preciso lembrar-se daqueles que o fizeram por meio da forma escrita, de modo a representar os diversos falares do país. Tendo em vista que muitos escritores escolheram o campo ou o sertão e seus habitantes como protagonistas, ou como espaço central para sua literatura, a língua tendia a

³⁵ LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 33, 25 set. 1919, p. 02.

³⁶ LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 33, 25 set. 1919, p. 02.

³⁷ MARCONDES, Victruvio. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 35, 09 out. 1919, p. 14.

³⁸ Mandamentos do patriota brasileiro. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 41, 20 nov. 1919, p. 04.

³⁹ BOMILCAR, Alvaro. A lingua portugueza no Brazil. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 38, 30 out. 1919, p. 02.

diversificar-se. Conforme foi apresentado no capítulo anterior, a imprensa passou a veicular textos mais leves, com linguajares menos cultos, sem preciosismo gramatical e que pretendia representar a fala dos brasileiros.

Apresento abaixo trecho de carta caipira publicada pela *A Vida Moderna*, periódico paulistano, em 1912. Nele, o narrador Ambrózio da Conceição representa a voz do homem do campo em plena metrópole em formação e comenta sobre a diversidade linguística após a chegada dos imigrantes:

Todo dia, meu cumpade,
Chega aqui gente de fóra.
Lá destas terra da estranja
Que aqui vem conta istóra.
Mais eu cumo não compreendo
Nada da sua oratóra,
Não vo vê as suas fala
Que pra mim não trais mióra.

Ainda se eles falasse
Protuguêis, podia sê
Que eu lá uma vêis ou outra
Fosse seus discurso vê,
Mais o diabo é que eles fala
Lingua que inté não sei lê –
Intaliano e francês
Que eu nunca pude entendê.⁴⁰

Ao constatar a mudança no idioma falado na cidade após a chegada dos imigrantes, o escritor problematiza a unicidade e a homogeneidade da língua portuguesa no Brasil. De acordo com Macedo Dantas, na década de 1910, o sertão estava em moda:

[...] maneira de escapismo do citadino sufocado pelo convencional, atração pelo exótico ou movimento de brasilidade. Tinham sido revalorizadas as coisas sertanejas, talvez por um influxo direto do grande livro do nosso genial Euclides da Cunha. Havia ainda o cansaço da cultura francesa que há um século comandava o nosso pensamento, nosso processo artístico. Havia também os excessos frios da

⁴⁰ CONCEIÇÃO, Ambrózio da. Cartas de um caipira mineiro. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 133, 05 set. 1912, não paginado.

perfeição parnasiana, a lembrar o conto de Eça [...] Belos versos bilaquianos, com aliterações originais, deviam acabar cansando os leitores.⁴¹

Em realidade, “a linguagem do sertão” como mencionou Dantas, foi tema de discussões contrastantes. Muitos consideraram os chamados textos regionalistas superficiais e tendenciosos e outros viram neles a possibilidade de expressão de vozes nacionais costumeiramente esquecidas pela literatura.⁴² De um modo ou de outro, o regionalismo demarcou a diversidade dos falares da língua nacional: o linguajar do sertão, dos pampas, dos morros cariocas, do interior de São Paulo e Minas Gerais, dentre tantos outros. Para Tania de Luca, os escritores regionalistas forçaram outra apreensão do idioma nacional que não poderia mais ser concebida a partir de premissas abstratas e genéricas de uma língua brasileira homogênea.

Ao longo da década de 1920, inclusive por meio do influxo regionalista, percebe-se uma maior quantidade de artigos publicados na imprensa a clamar pela independência linguística brasileira. Conforme exposto até aqui, esse tipo de manifesto, ainda que de forma esparsa, não deixou de ser veiculado pela imprensa ao longo das primeiras décadas do século XX. Porém, a partir da década de 1920, eles tornaram-se mais frequentes e intensos.

Antes de analisar essas publicações, ressalto que, apesar de alguns artigos manifestarem reações, geralmente positivas ao papel dos escritores modernistas em defesa da “brasilidade” linguística, nem sempre se dialogou diretamente com o movimento que foi, em realidade, ganhando força e consciência no decorrer dos anos e, não necessariamente, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922.

Para principiar, destaco artigo em que se tratou da língua brasileira como um fato incontestável, publicado pelo periódico carioca *A.B.C.* no ano de 1923 e escrito por Nelson Costa. O escritor declarava que a existência de uma língua brasileira não surpreendia mais ninguém: “Mesmo os velhos caturras, sabentos manuseadores dos dois volumes do dicionário de Candido de Figueiredo e de todas as grammaticas que entopem as estantes das livrarias estão já conformados com a evidencia dos fatos”.⁴³ O famoso filólogo e escritor português Antônio Pereira Cândido de Figueiredo aparece nesse texto, interligado à

⁴¹ DANTAS, Macedo. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p.75.

⁴² Sobre esse debate, ver: CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e Sociedade*. Op. cit., 1976 e LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: Quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

⁴³ COSTA, Nelson. A língua que falamos. *A.B.C.: Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923, não paginado.

manutenção da língua de Portugal no Brasil, símbolo de retrocesso e desconexão com a realidade idiomática do país. Para Costa, com exceção de “um ou outro grammaticoide” que “respinga aqui e ali, nas obras contemporaneas, um pronome independentemente colocado”, ninguém contestava a necessidade de uma língua brasileira.⁴⁴

No mesmo ano, José Medeiros e Albuquerque, conhecido pela proposta da reforma ortográfica, também destacou seu posicionamento em defesa da supremacia brasileira diante de Portugal. Em um de seus discursos transcritos n’*A Cigarra*, o membro da Academia declarava que o Brasil estava “destinado a tomar a si a hegemonia, a direção – por assim dizer – da língua portugueza”. Estaria ocorrendo naquele momento o que o autor denominou de “um phenomeno historico unico”. De acordo com seu raciocínio, “só ha, no mundo, duas nações que falam o portuguez: Portugal e o Brasil: – Portugal, cinco milhões e meio de habitantes. Brasil, trinta milhões. Incluem-se mesmo os 8 milhões das colonias portuguezas. Ainda assim são 13 contra 30”. Além disso, “a porcentagem de analphabetos entre nós é menor. Acontece que o Brasil é o mercado literario de Portugal”.⁴⁵

Diante dessas circunstâncias, era possível afirmar segundo o escritor, “sem basofia alguma, que a hegemonia sobre a lingua portugueza passou, pela força das circunstancias, para nós. Superioridade de numero. Superioridade de cultura. O Brasil augmenta a sua população de mais de meio milhão de pessoas por anno.” Diante dessa questão, perguntava o escritor: “Podemos continuar, com a superioridade de cultura e de população, a ser uma humilde colonia literaria de Portugal?”.⁴⁶ Segundo Tania de Luca, no final dos anos 1910, desenvolveu-se um discurso de longa vigência que desejava atribuir ao Brasil dimensões gigantescas: “A extensão do território, a população que ele poderia abrigar, as potencialidades econômicas, o peso estratégico do país na geopolítica do pós-guerra” vislumbrando, portanto, um futuro mais promissor para a ex-colônia que aquele reservado para a antiga metrópole.⁴⁷

As projeções para uma língua grandiosa e autêntica no Brasil, portanto, caminhavam ao lado de outras concepções que também tendiam a supervalorizar a nação. Os brasileiros haviam elevado em virtude uma língua que era em sua origem, portuguesa, tornando-a mais aprazível e delicada.

⁴⁴ COSTA, Nelson. A língua que falamos. *A.B.C.: Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Letras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923, não paginado.

⁴⁵ O Brasil e Lingua Portugueza. *A Cigarra*, São Paulo, n. 218, 15 out. 1923, p. 26.

⁴⁶ O Brasil e Lingua Portugueza. *A Cigarra*, São Paulo, n. 218, 15 out. 1923, p. 26.

⁴⁷ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*. Op. cit. 1999, p. 252.

Em artigo de 1924, intitulado “A eloquencia da palavra” publicado em periódico de Curitiba, o escritor M. defendeu o enriquecimento da língua na medida em que aqui se falava “com doçura, com encanto, com ternura, até.” Nossa pronúncia era “suave, sonora, comedida, duma modéstia que reflecte a propria simplicidade da nossa alma, tambem simples, mas sincera.”⁴⁸ Segundo M., os brasileiros souberam, artisticamente, modificar a língua que receberam de seus avós, dando-lhe graça nova, consoante o meio em que viviam.⁴⁹

A ideia da cordialidade dos brasileiros enquanto excepcionalidade cultural foi uma preocupação acadêmica constante entre os anos 1920 e 1950. Diversos intelectuais dispuseram-se a pensar as peculiaridades dos que aqui viviam diante da “transplantação” europeia para território tropical. Era lugar-comum – e o caso da língua parece corroborar essa imagem – que nosso padrão de sociabilidade desde o período colonial era marcado pela cordialidade, resquício da sociedade patriarcal.⁵⁰ Juntamente com a miscigenação e a “nova raça”, a nova língua demarcava o “caráter do brasileiro”.⁵¹

A feição brasileira, portanto, dava um colorido especial para a língua portuguesa. Em artigo intitulado *O dialecto brasileiro*, de 1929, o jornalista e crítico literário Edgard Roquette-Pinto também discutiu as diferenças entre o português falado nos dois continentes, especialmente no que tange aos aspectos fonéticos e prosódicos. “A lingua brasiliana” já estava tão desenvolvida que “dentro de uns dois seculos, ella propria começará a se alterar para dar outros dialectos [...]”.⁵²

O escritor futurista Mario Gracioti declarava em periódico de Curitiba de 1925 que o modernismo havia se colocado a resolver o problema da realidade linguística brasileira. Segundo ele, o movimento vanguardista reivindicava algo que era, de fato, nosso por direito, e não se tratava, portanto, de um nacionalismo irrefletido. “Não somos nacionalistas. Contentamo-nos de ser brasileiros.” Para Gracioti, “o modernismo é mais do que um dever:

⁴⁸ M. A eloquencia da palavra. *O Dia*, Curitiba, n. 431, 05 dez. 1924, p. 01.

⁴⁹ M. A eloquencia da palavra. *O Dia*, Curitiba, n. 431, 05 dez. 1924, p. 01.

⁵⁰ Juntamente com a ideia de cordialidade, tínhamos nesse mesmo sentido o personalismo, o patrimonialismo e o clientelismo, “vícios” ao exercício da vida pública.

⁵¹ As obras clássicas de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda suscitaram o debate acerca do patriarcalismo como forma de governo e da cordialidade como traço da personalidade dos brasileiros. Porém, conforme já havia alertado Holanda, ser cordial não significava ter boas maneiras e sim agir com o coração, sujeito às emoções diversas. Sobre o assunto, ver: FREYRE, Gilberto [1933]. *Casa-Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sobre o Regime da Economia Patriarcal*. São Paulo: Global Editora, 2003 e HOLANDA, Sérgio Buarque de [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁵² PINTO, Roquette E. *O dialecto brasileiro*. *Diario Nacional*, São Paulo, n. 568, 10 mai. 1929, p. 03.

é parte integrante desse estranho amor á Pátria, cujo destino repousa nas nossas próprias mãos”.⁵³

Sobre a língua e sua relação com as vanguardas, pode-se considerar parte das concepções de Euclides de Vasconcelos César, escritor, jornalista e professor, que contribuiu enfaticamente para as discussões referentes à questão no periódico *A Razão*, de Fortaleza. Sua atuação na imprensa esteve voltada ao desenvolvimento do sentimento patriótico, especialmente dos valores cívicos e morais. Uma de suas colunas denominada “Florilégio”, por exemplo, dedicava-se a enaltecer cearenses célebres que se destacavam por atividades literárias, artísticas, científicas, dentre outras.

Afirmava Cesar que o “modernismo abençoado e victorioso” ou “a tribu anthropophagica” “desportugalisaria” ou expurgaria “o lusitanismo miasmatico e deletério com a mesma energia com que Oswaldo Cruz acabou com a febre amarela no Pará”. Era preciso “fazer nesse classicismo o mesmo que fez Tito em Jerusalem, não deixando um judeu para se fazer um chá”. Deveria-se “arrazal-o, destruil-o por completo criando uma nova lingua, sem nenhuma semelhança com a dos nossos irmãos d’além-Mar.” No fundo, é sempre o raio da língua, “esse desgraçado fator que serve de standarte hyperbolico para uma pretensa amizade fraternal desse grande povo dotado de um cretinismo descompassado que até hoje só inventou tamanco e carro de bois!”⁵⁴

A cólera do escritor e o uso de palavras incisivas declaram a radicalidade presente na ação de muitos modernistas. Em algumas edições posteriores, reitera o posicionamento crítico aos “lusófilos”, “classicistas”, “lusitanistas”, “quinhentistas”, ou quaisquer outros termos, que definissem aqueles que queriam manter atados Brasil e Portugal:

Para os lusófilos e fetichistas da lingua portugueza, não é admissivel escrever versos em linguagem matuta, em ‘lingua nacional’ em portuguez modificado para melhor. Aham os classicistas gallegophilos que a lingua deve ser immutavel, não se achando subordinada á lei spenceriana, isto é, da evolução.

Estão muito enganados, esses lusitanistas empoeirados.

A grande finalidade da arte regional consiste em concorrer para a nossa demorada emancipação intellectual.

Para acabar com essa tutela, indecorosa, temos uma optima receita: porretada de cégo em tudo o que cheirar a lusitanismo, dentadas nas formas classicas pontapés no quinhentismo bolorento, nesse classicismo que é um dos elementos de que se servem

⁵³ GRACIOTTI, Mario. Paulistanas. *O Dia*, Curitiba, n. 712, 28 out. 1925, p. 02.

⁵⁴ CESAR, Euclides. Florilegio. *A Razão*, Fortaleza, n. 144, 29 ago. 1929, p. 03.

para nos engazoparem essas excellentissimas cavalgadas descompassadas d'Alem-Mar que sonham com a recolonização da “Ilha dos Papagaios”.⁵⁵

Os “penumbristas, futuristas, modernistas e antropofagistas” acreditavam estar contribuindo para combater os quinhentistas bolorentos.⁵⁶ O movimento de emancipação linguística estava irradiando-se cada vez mais e, no Brasil não se falava mais português e sim, brasileiro. Tudo parecia indicar que, em breve, com a colaboração das vanguardas, a língua nacional tornar-se-ia um dos fatores definitivos de emancipação.

No ano seguinte e no mesmo periódico de Fortaleza, Euclides Cesar volta a declarar de forma veemente o predomínio intelectual dos portugueses no Brasil, algo que deveria ser combatido:

Si observarmos a nossa Historia, veremos sempre portugueses contra brasileiros desde os primeiros anseios da sua independência até o memoravel 2 de Julho, cantado pela lyra imortal de Castro Alves. Si a Historia Patria encerra uma epopéa sangrenta entre portuguezes e brasileiros, como admitir-se pois uma aproximação, entre esses dois povos que sempre se mantiveram em constante antagonismo? Porque essa patacoada de *raça latina* tendente a uma aproximação luzo-brasileira? Já quando se fez a Independencia, a nossa raça se achava profundamente caldeada.”⁵⁷

Assim, para o autor, após a Independência, vieram as correntes imigratórias cujo influxo modificou o coeficiente étnico dos brasileiros, de modo que o sangue português que supostamente “corria em suas veias”, tornara-se insignificante. Dessa maneira, quanto mais rápido afrouxasse-se o laço “colonizador”, mais se faria desaparecer o intercâmbio com a antiga metrópole. Diziam que o Brasil tudo devia a Portugal. Ora, “Portugal foi quem durante seculos viveu ás custas do Brazil. Tudo o que valemós é o resultado de nossos sofrimentos e de nossos esforços. Nada de rhetorica a João de Barros, nada de xaropada alfacinha, nada de abraços de urso”.⁵⁸

Diante desse cenário, Euclides Cesar afirmava que aos “senhores futuristas” pesava toda a responsabilidade da tão desejada independência intelectual. Os futuristas “devem ser a guarda avançada das nossas aspirações libertarias, realizando no seculo XX aquillo que foi um sonho das gerações passadas”. Aliás, admirava que naquele cenário emancipador os

⁵⁵ CEZAR, Euclides. Florilegio. *A Razão*, Fortaleza, n. 191, 25 out. 1929, p. 03.

⁵⁶ CEZAR, Euclides. Florilegio. *A Razão*, Fortaleza, n. 191, 25 out. 1929, p. 03.

⁵⁷ CESAR, Euclides. Brazilidade e futurismo. *A Razão*, Fortaleza, n. 298, 18 mar. 1930, p. 04.

⁵⁸ CESAR, Euclides. Brazilidade e futurismo. *A Razão*, Fortaleza, n. 298, 18 mar. 1930, p. 04.

senhores modernistas continuassem a escrever “Brazil” com “z”, “a grafia etymologica pleiteada pelo famigerado mestre-escola portuguez Candido de Figueiredo”. Portanto, “aos futuristas e modernistas”, os “paladinos da Brazilidade”, competia “arrebentar todos os grilhões desse afrontoso captiveiro intellectual”.⁵⁹

Segundo Edith Pimentel Pinto, os modernistas rejeitaram o verbalismo da herança ibérica ao questionarem os grandes modelos tradicionais. A norma literária brasileira deixava de ser “a norma culta” portuguesa mediante adição de traços típicos da oralidade brasileira: “Difícilmente, a partir de então, um texto de autor brasileiro se confunde com o de um português, como acontecera no caso dos puristas”.⁶⁰

Percebe-se, portanto, que as vanguardas brasileiras intensificaram debates em torno da língua nacional que já aconteciam na imprensa. A propósito, muitas revistas que estavam diretamente vinculadas ao movimento, tais como *Klaxon*, *Antropofagia*, *Festa*, *Verde*, *Estética*, exerceram papel semelhante na defesa de uma língua nacional.

A título de demonstração, menciono artigo publicado pela revista *Festa* (RJ), em 1927, e assinado por Cardillo Filho, em que se registram os seguintes questionamentos:

Seria o portuguez a nossa lingua si o houvessemos deixado de fallar um largo trato de tempo e hoje alguém viesse dizer que a lingua nacional é a portugueza e nella começasse a escrever os seus versos e as suas cartas? Seria! ... Então, porque não o flamengo?! Porque não o francez? Porque não, principalmente, o idioma gentil, o ‘gera’, o guarani? Durante largos anos as senhoras e senhores paulistas fallaram o guarani; porque não será ele a ‘língua nacional’? E, a nossa língua, é a portuguesa apenas porque a recebemos dos descobridores?... Parece que não.⁶¹

Cardillo Filho declarava que seus ideais correspondiam aos dos “homens da Anta”. Esse grupo, também denominado “Verde-amarelo”, era composto de nomes como Plínio Salgado, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, compondo uma vertente nacionalista integrante do movimento modernista. Seus adeptos, defendiam um rompimento drástico com a cultura europeia como forma de alcançar a independência cultural e política do país. Cardillo Filho suplicava para que não se aclimatasse os costumes estrangeiros, dando-lhes apenas toques de cores e necessidades nacionais. O estilo português nunca foi e nunca seria o nosso.⁶²

⁵⁹ CESAR, Euclides. Brazilidade e futurismo. *A Razão*, Fortaleza, n. 298, 18 mar. 1930, p. 04.

⁶⁰ PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. Op. cit., 1988, p. 32.

⁶¹ FILHO, Cardillo. Raça e estylo. *Festa*, Rio de Janeiro, n. 06, 01 mar. 1927, p. 10.

⁶² FILHO, Cardillo. Raça e estylo. *Festa*, Rio de Janeiro, n. 06, 01 mar. 1927, p. 10.

Em meio a atuação dos diversos segmentos modernistas, Mário de Andrade, assumia papel de destaque. No *Prefácio interessantíssimo* feito para a *Paulicéia Desvairada*, o folclorista perguntava a si mesmo: “Pronomes?” ao qual respondeu que escrevia em brasileiro: “Si uso ortografia portuguesa é porque, não alterando o resultado, dá-me uma ortografia”.⁶³

Para Andrade, “existe uma língua oficial emprestada e que não representa nem a psicologia, nem as tendências, nem a índole, nem as necessidades, nem os ideais do simulacro de povo que se chama o povo brasileiro”.⁶⁴ Essa língua oficial “se chama língua portuguesa e vem feitinha de cinco em cinco anos dos legisladores lusitanos.”⁶⁵ O Brasil não teria nada a ver com Portugal: “O Brasil hoje é outra coisa que Portugal. E essa outra coisa possui necessariamente uma fala que exprime as outras coisas de que ele é feito. É a fala brasileira.”⁶⁶

Conforme assinalado anteriormente, Manuel Bandeira viu nos trabalhos de Mário de Andrade, especialmente em *Macunaíma*, uma espécie de “artificialização da linguagem”, na medida em que sua escrita não correspondia à realidade idiomática dos brasileiros, equivalendo-se no máximo, à fala dos paulistas. No afã de escrever brasileiro, Andrade construiu uma espécie de língua que em realidade, era de ninguém.⁶⁷

Em resposta à Bandeira, defendeu-se o escritor modernista:

Vamos logo pra questão do brasileiro [...] Você diz por exemplo que eu em vez de escrever brasileiro estou escrevendo paulista. Injustiça grave. Me tenho preocupado muito com não escrever paulista e é por isso que certos italianismos pitorescos que eu empregava dantes por pândega, eu comecei por retirar eles todos da minha escrita de agora. [...] Não estou escrevendo paulista, não. Ao contrário. Tanto que fundo na minha linguagem brasileira de agora termos do Norte e do Sul. [...] Não quero imaginar que o meu brasileiro – o estilo que adotei – venha a ser o brasileiro de amanhã. Não tenho essa pretensão, juro. [...] Estudei o português e estou consciente dos meus erros em português. Ao menos da grande maioria deles.⁶⁸

⁶³ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 74.

⁶⁴ ANDRADE, Mario de. Gramatiquinha, p. 321. In: PINTO, Edith Pimentel. *Atos do drama ortográfico*. Op. cit., 1976. Suplemento de Centenário.

⁶⁵ ANDRADE, Mario de. Gramatiquinha, p. 321. In: PINTO, Edith Pimentel. *Atos do drama ortográfico*. Op. cit., 31 jan. 1976.

⁶⁶ LOPES, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade, taxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p.113.

⁶⁷ ANDRADE, Mário; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Organização, introdução e notas Marcos Antonio de Moraes. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 180.

⁶⁸ ANDRADE, Mário; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Op. cit., 2001, p. 181-13.

Anos depois, Mário de Andrade teria deixado de utilizar a expressão língua brasileira para utilizar o termo língua nacional. Em uma de suas cartas de 1929, declarou: “Quando me senti escrevendo brasileiro primeiro que tudo pensei e estabeleci: não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal, isso sim”. Afirmava também que escrevia, de modo forçado, “português”, mas que naquela altura pouco importava se estava “escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo muito mais o Brasil que Portugal: enfim: a língua do Brasil”.⁶⁹

É mister reconhecer a importância de Mário de Andrade e dos escritores modernistas para a construção de uma língua nacional, ainda que caibam alguns cuidados na lide com os cânones literários. O professor Jorge Schwartz, por exemplo, fez a seguinte afirmação: “Mário de Andrade, em suas discussões sobre a língua e em seu projeto da *Gramatiquinha* da fala brasileira, leva adiante os mesmos princípios que José de Alencar postulava uns cinquenta anos antes”.⁷⁰ Talvez a afirmação seja um tanto excessiva, uma vez que seria mais adequado afirmar que as vanguardas brasileiras não retomaram, mas intensificaram os debates acerca da língua nacional. De maneira análoga, o filólogo Celso Cunha, por sua vez, afirmou que o caminho aberto por Alencar, só foi retomado pelo modernismo, com exceção de alguns casos isolados tais como Machado de Assis, Raul Pompéia e Euclides da Cunha. Afora esses escritores, “o panorama linguístico era de sonolenta monotonia”.⁷¹ Contradizendo as ideias de Cunha, os materiais publicados pela imprensa no período sob análise, incitam um quadro em que a defesa de uma língua nacional era causa bem menos excepcional do que geralmente se imagina.

Afirmações como as mencionadas, promovem o esquecimento do trabalho de muitos escritores, sobretudo os menos conhecidos cujos escritos, produzidos nas primeiras décadas do século XX, foram veiculados principalmente por jornais e revistas. Edith Pimentel Pinto teceu pensamento semelhante ao afirmar que o apogeu dos dialetistas havia se encerrado nos anos 80 do século XIX, momento de preponderância do trabalho dos puristas “que grosso modo, perduraria até o limiar do movimento modernista”. Nesse período, a questão dos neologismos denominativos (ditos brasileirismos) teria sido consideravelmente esvaziada.

⁶⁹ ANDRADE, Mário; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Op. cit., 2001, p. 425.

⁷⁰ SHWARTZ, Jorge. *Lenguajes utópicos. “Nwestra ortografia bangwardista”: tradición y ruptura em losproyectos lingüísticos de losãosveinte*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos*. Op. cit., 2004, p. 38.

⁷¹ CUNHA, CELSO. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Op. cit., 2009, p. 25 e 26

Procurei demonstrar que, mesmo durante o período “do auge do purismo linguístico”, aspirou-se por uma língua nacional nas páginas da imprensa, mesmo que nem sempre se defendesse uma ruptura total em relação a Portugal e seu idioma. Assim, não creio ser possível falar em encerramento do trabalho dos dialetistas ou então, de esvaziamento no movimento em prol dos chamados brasileirismos.

A busca de uma língua nacional para o Brasil configurou um projeto, sistemático ou não, desenvolvido nas páginas da imprensa durante a virada do século XIX, para além dos movimentos literários anteriores ou posteriores. Os debates ocorridos na imprensa desse período foram pejorativamente tachados com o rótulo de pré-modernistas, justamente porque considerou-se sua importância apenas em função do que viria *a posteriori*. Não cabe encará-los, entretanto, como precursores de movimentos literários consagrados, mas como parte de uma realidade pensante e ativa em prol da língua. As discussões levadas a cabo de forma apaixonada pelos modernistas percorreram uma longa trajetória que é anterior a 1922. Foi justamente essa historicidade que busquei explorar.

3.2 - De olhos no além-mar

A língua compõe fator fundamental na edificação da pátria. (In)diretamente o arcabouço linguístico se relaciona às maneiras, por meio das quais, os diferentes grupos narram histórias que engendram origens de filiação. Desse modo, ao pensar na relação entre a(s) identidade(s) brasileira(s) e suas raízes linguísticas depara-se com um fundo histórico/cultural tomado de “empréstimo” da Europa, princípios, memórias, heranças e desejos que se confundem, propositalmente ou não, com os de além-mar.

Conforme estampado em título de artigo d’*A Capital*, periódico manauara, havia quem defendesse que Portugal e Brasil, embora abrigassem dois povos distintos, compartilhavam uma só alma.⁷² Esse chamariz, ainda que excessivo, sinaliza na direção de aspectos concernentes ao modo como a relação do Brasil com a antiga metrópole era concebida, fatores que se pretende analisar neste tópico. Nesse sentido, o foco se direcionará para aqueles argumentos que consideravam legítimo aos brasileiros, orgulhar-se “da heróica nação portuguesa”, já que possuíam a mesma língua, constituíam a mesma raça e dividiam

⁷² Portugal e Brasil – dois povos e uma só alma. *A capital*, Manaus, n. 201, 05 fev. 1918, não paginado.

o mesmo espírito. Em lugar da herança linguística indígena, ou africana, essas vozes evidenciavam o legado português, o que (de)marcava não apenas o passado, mas também expectativas de futuro para a Nação.

Esse tipo de pensamento se disseminou na passagem do século XIX – período em que ocorreu uma redução dos estudos relativos à língua indígena no Brasil – prevalecendo até as primeiras décadas do século XX. A tentativa de manter a “pureza” linguística por meio da proximidade com Portugal e a rejeição aos “brasileirismos” caminharam juntas e instilaram a projeção do Brasil que se tinha em vista – ou ao menos, aquela que se desejava ter.

Remonto ao final do século XIX para perscrutar alguns artigos que foram publicados pelo periódico carioca *A Epoca*, assinados por Nereu. Provavelmente o pseudônimo pertencia ao conhecido filólogo, tradutor e jornalista sergipano João Ribeiro, um dos primeiros a desenvolver estudos linguísticos no Brasil. Seus trabalhos voltaram-se, sobretudo, para as doutrinas filológicas aplicadas ao ensino do vernáculo. Cito algumas obras: *Dicionario Grammatical* de 1900, *Estudos filológicos* de 1902, *Páginas de estética* de 1905, *A Língua Nacional* de 1921 e *Curiosidades verbaes* de 1928.

Em artigo publicado em 1888, Nereu admitia as diferenças entre o português europeu e o português americano: “Ha differenças prosódicas, morfológicas, e syntacticas. Há além d’isto um accrescimo da lexicologia, quero dizer do vocabulario oriundo das linguas tupi-guarany e africana. É inegável. É certo”.⁷³ Apesar da confissão, afirmava que o sistema de tais diferenciações deveria ser denominado dialeto, pois “a palavra dialecto tem um significado extensissimo e pode ser aplicada, creio, a qualquer systema de variações idiomáticas de qualquer lingua”.⁷⁴ Quando não ocorre separação profunda entre o dialeto e a “língua normal, não é nem ao menos possível, quanto mais razoável, transformal-o em lingua litteraria”.⁷⁵ Para Nereu, escrever em língua brasileira nada mais era que “escrever em máo portuguez”.⁷⁶

Em outro artigo, publicado ainda n’*A Epoca* (RJ), em 1888 – Nereu teceu críticas virulentas ao nacionalista Araripe Junior⁷⁷ na medida em que esse defendeu um sistema de diferenciações lexicais e sintáticas que “separavam” a língua do continente americano e a do

⁷³ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 84, 11 abr. 1888, p. 02.

⁷⁴ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 84, 11 abr. 1888, p. 02.

⁷⁵ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 84, 11 abr. 1888, p. 02.

⁷⁶ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 84, 11 abr. 1888, p. 02.

⁷⁷ Tristão de Alencar Araripe Júnior nasceu em Fortaleza em 1848. Escritor, crítico literário e advogado, era membro da Academia Brasileira de Letras e além das obras ficcionais, foi um reconhecido crítico da literatura brasileira. Seu nacionalismo é patente e pode ser visto em *Contos brasileiros* de 1868 com a exposição de crônica indianistas e sertanejas com linguagem similar à de José de Alencar.

européu. Não se contestava “a influencia do clima tropical e da syntaxe”, mas daí, a considerar que “o dialecto brasileiro esteja tão desviado do typo classico que haja necessidade ou ainda, seja possivel crear-se uma lingua literaria nossa”, era inadmissível.

Para Nereu, a ideia de uma língua brasileira era um descuido em relação ao vernáculo, fato que estava relacionado ao clima dos trópicos que, por sua vez, tornava os escritores indolentes. Em suas palavras, “o tropico faz com que os empregados publicos entrem às 11 horas para as repartições e os escriptores pouco frequentem a grammatica da lingua. Mas ha uma cousa que está acima de qualquer tropico; é o dever que creou o livro do ponto e creou a vernaculidade”.⁷⁸

Ao que parece, o estereótipo do brasileiro difundido no Jeca-Tatu⁷⁹, caracterizado pela indolência, apatia e falta de preocupação com o futuro, tornado famoso pelo personagem de Monteiro Lobato, já vinha sendo delineado por meio da discussão de nossas bases linguísticas.⁸⁰ A figura do brasileiro passivo, que acha que “não paga a pena” e fica de “cócoras para o ar” é homóloga àquela que deseja escrever como se fala, registrando as palavras de origem nativa para não se dar ao trabalho de aprender a língua clássica. As censuras, nesse caso, destinavam-se àqueles brasileiros que não se enquadravam na imagem do homem branco urbano, engajado no trabalho e falante de uma língua europeia.

Para encerrar a análise dos artigos de Nereu, há outro texto em que o escritor incisivamente contesta a existência do dialeto brasileiro defendida por Araripe Junior:

Existem livros, impressos no Brasil em linguagem mais ou menos impura, mais qual é o documento litterario integralmente escripto em lingua brasileira? Antes de afirmar se a existencia de um dialecto brazileiro culto, é mistêr prover a existencia de monumentos litterarios que a esse dialecto se refiram. Este ponto é de transcendente importancia; pois que não ha lingua escripta sem escriptores.⁸¹

Ressalte-se que, em sua atividade profissional, o filólogo João Ribeiro, a quem credito a autoria do trecho acima, defendeu veementemente a importância dos “mestres lusos” e do purismo linguístico. Considerava que a fisionomia e a formosura da língua

⁷⁸ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 77, 03 abr. 1888, p. 02.

⁷⁹ Sobre o estereótipo do brasileiro Jeca-Tatu, ver: SEIXAS, Jacy. Formas identitárias e estereótipo: o Brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Org.). *Conceitos e Linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013. (p. 235-256)

⁸⁰ A figura do Jeca-Tatu de Monteiro Lobato foi edificada principalmente em seu livro *Urupês* de 1918.

⁸¹ NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 91, 19 abr. 1888, p. 02.

havia sido alcançadas com custo elevadíssimo “desde quando lhe infundiram o sopro vital os Camões e os Vieiras” e que a ninguém cabia o direito de deturpá-la.⁸²

Ainda em finais do século XIX, o ilustre Dr. Castro Lopes, do qual tratei anteriormente a respeito da criação de neologismos, protestava acerca dos brasileirismos n’*O Estado de Goyaz*. Afirmava o latinista que havia locuções especiais faladas no Brasil, dentre elas, “muitas das quaes são até mimosas e elegantíssimas”. Porém, “nada mais ridículo havia do que chamar lingua brasileira o que não é sinão a lingua portugueza pervertida por solecismos e erros grammaticaes”. A valer, tratava-se de um intempestivo e impertinente patriotismo que se applicava à linguagem, conjurando tais erros aos chamados brasileirismos.⁸³

Os artigos do Dr. Castro Lopes, bem como os de Nereu, funcionaram como reação às ameaças de estabelecimento de uma língua nacional autônoma. De acordo com o pesquisador José Horta Nunes, esse momento se caracteriza por uma assepsia das línguas indígenas que fora impulsionada pela difusão das filosofias naturalistas. Buscava-se, ancorado em teorias internacionais, dar direção, compartimentar e classificar as línguas a partir de esquemas linguísticos universalistas e evolucionistas.⁸⁴

O famoso político e escritor Joaquim Nabuco, em defesa da unidade literária com Portugal, afirmou nas páginas do *Jornal da Exposição* (RJ), em 1908, que “a raça portugueza” por ser “pura” e ter maior capacidade de resistência, “guardava” melhor o idioma e que, portanto, seria necessário segui-la:

Devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renovar-as indo a eles. A lingua é um instrumento de idéas que póde e deve ter uma fixidez relativa; nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal á pureza do nosso idioma, a conservar as fórmulas genuínas, características, lapidarias, da sua grande época ... Nesse sentido nunca virá o dia em que o Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira.⁸⁵

Portugal gozaria de maior poder de manutenção no tocante à pureza do idioma, fato que por si só justificava nosso dever de “súditos” para com a antiga metrópole. Quaisquer

⁸² RIBEIRO, João. Páginas de esthetica. Lisboa: A. M. Teixeira, 1905, p. 118.

⁸³ LOPES, Dr. Castro. Questões grammaticaes. *Estado de Goyas*, Goiás, n. 44, 31 mar. 1892, p. 03.

⁸⁴ NUNES, José Horta. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil*: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Tese de doutorado em linguística, Universidade Estadual de Campinas, 1996, p. 21.

⁸⁵ NABUCO, Joaquim. Unidade literaria. *Jornal da Exposição*, Rio de Janeiro, n. 32, 07 out. 1908, p. 03.

inconvenientes que afastassem nossa língua do português “genuíno” deveriam ser liquidados.

Olavo Bilac, por exemplo, no famoso poema *Língua portuguesa*, que compõe a epígrafe desta tese, louvava a língua europeia, a última flor do Lácio, que tanto nos enchia de orgulho. Como afirmou Sabiniano Maia em *A Nota*, periódico cearense, a bela e divina língua portuguesa por meio da qual “Camões assombrou o mundo, cantando a bravura dos lusitanos [...]”, teve no poeta Olavo Bilac um “verdadeiro paladino”.⁸⁶

O professor David Brookshaw⁸⁷ falou em termos de construção de uma “identidade clássica” nesse período, tamanha a tentativa da literatura de valorizar a cultura portuguesa. No intuito de salvaguardar o país do atraso, o legado português aparecia como espécie de solução para a civilização latino-americana com suas marcas raciais e culturais degeneradas.

Conforme estampado nas páginas da *Careta* em 1911, Portugal era possuidor de um instrumento clássico de expressão, um povo feito, de sólida e velha cultura. Enquanto os brasileiros, “jovens e bárbaros” só muito recentemente haviam forjado um idioma que pudesse “traduzir a violencia indisciplinada da nossa natureza e da nossa alma.”⁸⁸

Percebe-se que as memórias e origens brasileiras, durante todo o período desta pesquisa, embaralhavam-se com as de além mar. A disputa acerca de “quem era o dono da língua” com frequência cedia espaço para um sentimento de comunhão, instilado pela vontade de aproximação e aliança.

Em artigo não assinado sobre a morte de Luís de Camões publicado em *A Razão*, declarava-se que mesmo após o processo de Independência, o laço entre Brasil e Portugal fora mantido. Era preciso que fossem cada vez mais “dois corpos numa só alma, duas nações numa só pátria!”. Seria importante formar um bloco cada vez mais compacto de modo a preservar a língua, “que é o nosso bem e o nosso thesouro commum, esse insubstitutivel instrumento de formação das patrias, esse inalienavel legado dos nossos heroicos avós!”.⁸⁹

De modo efusivo, declarava-se também honras a Camões, pois já era “tempo de erguer o nosso mais rendido hosanna áquelle que nessa lingua esculpiu um monumento sem par, e esse nunca bastante abençoado e louvado Luiz de Camões por cujos versos, tanto como pelos seus feitos, entrou a nossa raça na immortalidade”. Desse modo, “Portugal não póde legar a epopéa camoneana senão ao povo que é o seu filho unico” porque “a obra de Camões

⁸⁶ MAIA, Sabiniano. O Nacionalismo. *A Nota*, Fortaleza, n. 192, 19 jun. 1920, p. 06.

⁸⁷ BROOKSHAW, David. *Race and color in Brazilian literature*. Londres e Metchsen: The Scarecrow Press, 1986, p. 57-59 apud RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p. 164.

⁸⁸ *Careta*, Rio de janeiro, n. 174, 30 set. 1911, não paginado.

⁸⁹ Foi brilhante a comemoração de hontem no theatrolirico. *A Razão*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1917, p. 3.

contém em si a própria alma da nossa Pátria; e os seus versos são como as sagradas partículas em que essa alma communga com as nossas e lhes transmite ou lhes conserva a fé, a fortaleza, a abnegação, o heroísmo [...].⁹⁰

Para finalizar, o escritor d'A *Razão* suplicava que “os lusitanos dos dois mundos” cultuassem “o baluarte inexpugnável das nossas patrias e da nossa raça”:

Seja o poema de Camões
Santificado mil vezes,
Como livro de orações
De todos os portugueses!

E do poema de Camões
Sejam únicos herdeiro
Os filiaes corações
De todos os brasileiros!⁹¹

A ode a Camões e à língua portuguesa deveria dar-se por ambas as nações, afinal de contas, tratava-se de uma só pátria. De acordo com Fernando Catroga,⁹² a palavra pátria está interligada à presença do pai ou da terra dos pais. Seria, portanto, a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narrariam histórias que os filiarium e identificariam. “A ‘pátria’ é *origem* de todas as *origens*, matriz que se gera, também *filia* e se impõe como uma *herança* e como um dever de *transmissão*, ou melhor, como um *destino*, ou mesmo como uma *vocação*.”⁹³ Nesse caso, a pátria estaria interligada ao sentimento, às raízes, às memórias do passado, mas também dizia respeito às nossas expectativas e futuros: “A pátria funde-se com a *memória*, ou melhor, ela é a *polis feita, não só recordação (e comemoração)*, mas também *destino e expectativa*”.⁹⁴

Há, portanto, uma ligação entre o passado e o futuro no que diz respeito à construção de uma dada identidade que é baseada não apenas nas raízes históricas, mas também nas expectativas geridas por elas. Perscrutando ainda o trabalho de Fernando Catroga, percebe-se que “o conceito de pátria e o de nação têm origens e significados distintos – o primeiro supõe o ato de concepção e o segundo indica o nascimento. Porém, ambos se cruzam”.⁹⁵

⁹⁰ Foi brilhante a comemoração de hontem no theatrolyrico. *A Razão*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1917, p. 3.

⁹¹ Foi brilhante a comemoração de hontem no theatrolyrico. *A Razão*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1917, p. 3.

⁹² CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (Orgs). *Conceitos e Linguagens – construções identitárias*. São Paulo: Intermeios/ Capes, 2013, p. 17.

⁹³ CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. Op. cit., 2013, p. 17.

⁹⁴ CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. Op. cit., 2013, p. 18.

⁹⁵ CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. Op. cit., 2013, p. 21.

Dessa forma, “ainda que irmanadas com a de nação e, em menor grau, com a de Estado, as ideias de pátria e de patriotismo desempenharam papel nuclear no que respeita à mobilização das fidelidades grupais e coletivas”.⁹⁶

Não analisei se existiria distinção nos periódicos percrustados, entre os termos patriotismo/pátria e nacionalismo/nação, embora tenha consciência que o cenário para a nação moderna no caso brasileiro esteja interligado à unificação da língua falada e escrita. De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, é possível imaginar nações quando uma determinada língua escrita é tida como acesso para a construção de verdades ontológicas. Nesse caso, a língua cumpriria papel fundamental ao permitir a unificação da leitura, a manutenção de uma suposta antiguidade essencial que passou a se tornar oficial.⁹⁷ Para a autora, “por meio da língua, que conhecemos ao nascer e só perdemos quando morremos, restauram-se passados, produzem-se companheirismos, assim como se sonham com futuros e destinos bem selecionados”.⁹⁸

Schwarcz⁹⁹ chama atenção para aspecto importante, qual seja, a necessidade de eleição de uma língua oficial e a exclusão de outras variantes para a formação daquilo que se chama nação. Ainda que se recorde que a língua portuguesa tenha se tornado oficial no Brasil em 1757, a colocação da historiadora guarda sentido com a ideia que tenho tentado esboçar. Não apenas a oficialização da língua portuguesa no Brasil, mas também a sua valorização, estudo e tentativa de purificação, livrando-a de quaisquer atributos que a desviasse de sua origem latina europeia, personificava, demarcava e recriava a imagem de quem éramos e de quem desejávamos ser, aos olhos de nós mesmos, e do restante mundo.

Em realidade, a busca pela homogeneização da língua entre os dois países é antiga e remonta ao período colonial. Conforme análise da professora Andréa Daher, o processo de homogeneização dos signos linguísticos no Brasil começou no século XVI, com o processo de gramaticalização das línguas indígenas e a implementação de uma língua geral. Essa seria uma primeira estratégia de conversão que teria se concretizado posteriormente com o ensino da língua portuguesa como parte do processo de ocidentalização. Nesse sentido, as tentativas de erradicação da língua geral inseriam-se em uma etapa avançada de um processo

⁹⁶ CATROGA, Fernando. *Pátria, Nação*. Op. cit., 2013, p. 18.

⁹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação – Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. [1983] *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 13.

⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação – Imaginar é difícil (porém necessário). Op. cit., 2008, p. 14.

⁹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação – Imaginar é difícil (porém necessário). Op. cit., 2008, p. 14.

civilizacional que transformava a população indígena em “vassalos úteis e súditos leais” de Portugal, integrando-os harmoniosamente na sociedade colonial luso-brasileira.¹⁰⁰

Eric Hobsbawm, em seu trabalho *Nações e Nacionalismo desde 1870*, ressaltou o caráter “artificial” das línguas nacionais. Com frequência, configuraram tentativas de construir uma padronização “através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, os quais são, assim rebaixados a dialetos – e o único problema nessa construção é a escolha do dialeto que será a base da língua homogeneizada e padronizada”.¹⁰¹ A partir disso, conclui que a busca por uma língua “primordial” dificilmente poderia ser levada a sério, enquanto um critério acadêmico relevante para constatar a “existência” de uma nação. A identificação da nacionalidade estaria mais vinculada a uma “ideia platônica de língua”, sendo “mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma. É um conceito erudito e não vivido”.¹⁰²

Ernst Renan em seu clássico trabalho “Que é uma nação?” escrito em 1882 já havia feito questionamento semelhante. Na concepção do historiador e filólogo francês, a língua não é parte essencial de uma nação. “Os Estados Unidos e a Inglaterra, a América hispânica e a Espanha falam a mesma língua, e, entretanto, não formam uma nação única. No caso contrário, na Suíça, de tão bela formação [...] contam-se três ou quatro línguas”.¹⁰³ Para ele, haveria algo de superior à língua, tratava-se da vontade humana de querer estar junto e sentir-se enquanto comunidade, enquanto nação.

No caso brasileiro de *fin de siècle*, parecia que nossa força estava, de fato, na língua portuguesa, herança europeia, além de outros legados facilmente interligados ao velho continente. Os “portugueses fizeram uma formosa língua, irmã das línguas romances, derivadas do latim, trabalhada e polida pelo maior Épico dos tempos modernos, por uma legião de prosadores que se contrastam com os mais considerados da Europa inteira”.¹⁰⁴

O trecho acima foi retirado d’*A escola primária* (1919), escrito por Afrânio Peixoto, médico, professor, escritor, crítico literário e membro da Academia Brasileira de Letras que afirmava que Portugal nos deu “esta casta e sonora, forte e polida língua portuguesa, para a

¹⁰⁰ DAHER, Andréa. Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos*. Op. cit., 2004, p. 42.

¹⁰¹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 71.

¹⁰² HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Op. cit., p. 74.

¹⁰³ RENAN, Ernst. [1882] Que é uma nação? Trad. Samuel Titan Jr. [Nota introdutória por Angela Alonso e Samuel Titan Jr.] In: *Plural: Sociologia*, USP, S. Paulo, 4:154-175, 1. Sem. 1997, p. 169.

¹⁰⁴ PEIXOTO, Afrânio. A linguagem e a gramática. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro, n. 09-12, jun.-set. 1919, p. 268.

honrarmos e acrescentarmos na divulgação do grande povo que havemos de ser [...]”.¹⁰⁵ Nesse sentido, o país, e sua gente, só seria forte e grande na medida em que honrassem o legado da língua portuguesa. Contudo, segundo o escritor, apareciam algumas vozes,

[...] felizmente sem alcance e sem éco, a reclamar em nome do nativismo os abusos de prosódia, os erros de syntaxe, os solecismos intencionaes, os desleixos de estylo porque com isso, dizem eles, ou o pensam comsigo, faremos uma lingua brasileira, tristíssimo dialecto começado assim no erro, não do povo, o que seria de se excusar, mas de letrados, o que apenas é de sorrir. A lingua brasileira seria como a parentela brasileira, que alcançou o nosso desvario.¹⁰⁶

O escritor acrescenta que “assim como a gente não escolhe os seus parentes e, mercê de Deus, os nossos foram ilustres, também não escolhe a linguagem que balbucia no berço, e, bem aventurados os Brasileiros, porque essa é a illustre lingua portuguesa”.¹⁰⁷ Tecendo uma analogia entre a família e a língua como símbolo de nossas raízes, evidencia-se a noção de pertencimento para além de um desejo ou possibilidade de escolha.

As ideias de Afrânio Peixoto lembram aquelas defendidas pelo escritor, político, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras, João Francisco Lisboa.¹⁰⁸ De acordo com Lisboa, o português falado no Brasil e o português falado em Portugal funcionavam de maneira similar a uma relação entre pai e filho: há semelhanças no físico, nos hábitos e na índole, mas ainda assim, não deixam de ser pessoas distintas.¹⁰⁹ Ademais, o escritor “encarece a superioridade da língua portuguesa como veículo de comunicação entre civilizados, enquanto as línguas indígenas [...] assim como a das línguas africanas – servem apenas às tribos remanescentes e interessam apenas à poesia e a história”.¹¹⁰

No livro *A língua portuguesa no Brasil* de 1922, o filólogo Solidônio Leite traçou um panorama da realidade linguística brasileira em comparação à de Portugal. Segundo ele, “os nossos fóros de povo civilizados” fizeram com que conservássemos “o idioma que nos

¹⁰⁵ PEIXOTO, Afranio. A linguagem e a grammatica. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro, n. 09-12, jun.-set. 1919, p. 268.

¹⁰⁶ PEIXOTO, Afranio. A linguagem e a grammatica. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro, n. 09-12, jun.-set. 1919, p. 268.

¹⁰⁷ PEIXOTO, Afranio. A linguagem e a grammatica. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro, n. 09-12, jun.-set. 1919, p. 268 e 269.

¹⁰⁸ João Francisco de Lisboa nasceu no Maranhão em 1812 e muitos dos seus trabalhos publicados em jornais e revistas foram compilados em formato de livro, dos quais cito alguns: *Obras de João Francisco Lisboa*, *Obras escolhidas* e *Crônica maranhense*.

¹⁰⁹ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit., 1881, p. XVII.

¹¹⁰ PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil*. Op. cit. Vol. 2 1881, p. XVII.

herdaram os portugueses.” Assim, em qualquer Estado do Brasil, poderíamos nos compreender facilmente e, acrescenta, “[...] não ha receio de estacionarmos no caminho da civilização, devemos ter por certo que aumentarão dia a dia as forças defensivas da unidade da nossa língua”.¹¹¹

É perceptível como a defesa da unidade linguística em relação a Portugal aparece como símbolo de *status* para o Brasil. As diferenças regionais e as variações indígenas foram obliteradas em defesa do idioma oficial. Consoante Leite, “a língua, de que se servem os nossos escriptores mais polidos, como Ruy Barbosa e Laet, não difere da que admiramos nos melhores modelos clássicos; salvo as indispensaveis innovações a que todo o idioma está sujeito [...]” e que em nada alterava a estrutura, a índole e a feição idiomática.¹¹²

Renegar o português no Brasil era inaceitável para Solidônio Leite, já que as diferenças linguísticas entre nós e Portugal eram menores que algumas variações regionais dentro do próprio país. “A verdade é que no Brasil tem apparecido, ao lado da lingua literaria, diferenciações dialectaes; do mesmo modo que em Portugal e em toda a parte do mundo, agora e em todos os tempos.”¹¹³ É válido lembrar, como bem retratou Jonathan Steinberg, que “o Estado define ou deixa de definir a fronteira entre língua e dialeto”.¹¹⁴ Ou seja, existem critérios pessoais, culturais, políticos e administrativos que perpassam essa questão.

Como se percebe, havia uma tendência bastante acentuada pela manutenção do purismo linguístico em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Todavia, a ideia de estratos do tempo pontuada no primeiro capítulo da tese lembra o quanto as temporalidades são heterogêneas e as vivências múltiplas, tornando os processos históricos não isentos de contradições. É preciso, portanto, tomar cuidado com balizas temporais fixas porque, se de um lado, o desejo de estabelecer uma língua nacional não deixou de ser perceptível durante o “auge do purismo”, a década de 1920 não constitui período menos complexo. Ainda que seja marcada por anseios e lutas nacionalistas, as queixas acerca da decadência da língua foram infundáveis. Para muitos, afastava-se do nosso bem mais precioso: a pureza do vernáculo e suas raízes europeias.

Em realidade, era justamente o ímpeto nacionalista e sua proposta de diversificação, que justificava a premente presença dos mais ferrenhos opositores das propostas de estabelecimento de uma língua brasileira. Essas demarcações podem ser visualizadas, por

¹¹¹ LEITE, Solidônio Ático. *A língua portuguesa no Brasil*. Op. cit., 1922, p. 15.

¹¹² LEITE, Solidônio Ático. *A língua portuguesa no Brasil*. Op. cit., 1922, p. 17.

¹¹³ LEITE, Solidônio Ático. *A língua portuguesa no Brasil*. Op. cit., 1922, p. 37.

¹¹⁴ STEINBERG, Jonathan. O historiador e a questione della língua. In: BURKE, Peter e ROY, Porter. *História social da linguagem*. Op. cit., 1997, p.236.

exemplo, por meio de artigo publicado na *Gazeta* de São Paulo, em 1925, em que se estampava o respeito e a admiração pelas origens portuguesas da nossa língua. Tratava-se, para o autor, de uma herança preciosíssima recebida dos nossos antepassados e, por conseguinte ligada às tradições epopeicas. Todos os fatos, as glórias, as tradições de um povo estavam refletidas em um idioma e, no nosso caso, a língua portuguesa, rica, harmônica e nobre havia perpetuado “o cyclo maravilhoso das conquistas e dos heroísmos estereotipados no bronze da historia e da arte, com os caractéres inapagáveis de Camões”.¹¹⁵

Tratava-se, como salientou Henrique Fontes n’*O Estado do Paraná* em 1926, de uma “empresa patriótica procurar a unidade do idioma, porque a sua dispersão enfraqueceria os laços nacionais”. Aliás, “manter a unidade desse admiravel instrumento de comunicação, que [era] a lingua portugueza” não dizia respeito apenas a uma questão de patriotismo, “mas de solidariedade humana”.¹¹⁶

José de Sá Nunes também contribuiu para esse debate na *Revista Brasileira* em 1927, ao afirmar que as diferenças na prosódia, na sintaxe e no estilo entre Brasil e Portugal não caracterizavam a formação de um dialeto ou língua. As diferenciações ocorriam na linguagem falada porque na escrita, orgulhosamente afirmava-se “a comunhão das duas nacionalidades num grande idioma [...], idioma cuja unidade as variantes dialectais de além e aquém-mar opulentam, mas não destroem, nem substituem”.¹¹⁷

Era possível identificar distinções na pronúncia entre os dois países, porém, na escrita, éramos um só. Nessa esteia de pensamento, o “dialecto brasileiro” era utopia de apedeutas. “Para haver dialecto brasileiro, de mester seria houvesse língua brasileira. Ora, a língua brasileira ou brasílica é o tupi, cujo dialecto principal é o guarani”.¹¹⁸ Como se vê, pelo ano do artigo de José de Sá Nunes, a ideia de uma língua brasileira permanecia utópica às vésperas da década de 1930.

Nesse panorama, é fácil presumir que os críticos não permitiriam que o modernismo passasse incólume. Conforme visto, o movimento foi encarado e representado na imprensa como um dos baluartes da corrupção do português no Brasil. Para os adeptos do purismo, na tentativa de propor uma língua mais próxima de “como falamos e como somos”, uma língua que captasse nossa nacionalidade, os escritores modernistas acabaram por difamar o patrimônio linguístico e cultural do país.

¹¹⁵ *A Gazeta*, São Paulo, n. 5681, 05 jan. 1925, p. 2.

¹¹⁶ FONTES, Henrique. A lingua nacional. *O Estado do Paraná*, n. 419, 20 mai. 1926, p. 06.

¹¹⁷ NUNES, José de Sá. Língua portuguesa. *Brasiliانا*, Rio de Janeiro, n. 09, jan. 1927, p. 08.

¹¹⁸ NUNES, José de Sá. Língua portuguesa. *Brasiliانا*, Rio de Janeiro, n. 09, jan. 1927, p. 08.

A “mania” de enxertar regionalismos, termos indígenas e africanos desvirtuava nosso idioma de modo deprimente e os escritores modernistas eram um dos maiores causadores desse infortúnio. Ao tratar do movimento, afirmou o filólogo Francisco da Silveira Bueno que “os modernistas futuristas, verdamarelistas (verde e amarelo, as cores da bandeira nacional), nada trouxeram de novo ao idioma: ao contrário, descuidaram dele completamente.”¹¹⁹

Em artigo publicado em 1929 na *Revista do Ensino* de Alagoas, L. Lavenère argumentava que “alguns escriptores modernos” pensavam que a melhor forma de fazer do Brasil uma grande nação era dando-lhe “uma lingua bem diferente da de Portugal.” O autor não via nisso “nem sombra de logica, porque nos Estados Unidos fala-se a mesma lingua da Inglaterra e não foi motivo de impedir que a nação americana prosperasse e enriquecesse. Outros países também nada perderam por cultivar a lingua que importaram da Europa.”¹²⁰

Lavenère manifesta o elo entre língua e prosperidade econômica e conclui que o atraso brasileiro não poderia estar, a exemplo do caso norte-americano, em nosso idioma. Em seguida, o escritor condena a constituição de uma língua brasileira: “Como querem dotar o Brasil com uma lingua propria? Trasendo para a escripta o falar incorrecto da gente inculta?”. Não, “o Brasil não é uma nação que possa impor ao mundo a sua lingua e a sua sciencia, principalmente uma lingua viciada, sem grammatica, sem dictionarios, como a que fala o homem do povo, o matuto...”.¹²¹

Os brasileiros não estavam em condição de impor ao mundo uma língua própria porque os “sem erudição” ou os “incultos”, mal eram capazes de se comunicar. Eles eram donos de uma língua viciada e impregnada de erros – tanto na fala quanto na escrita – e nessa condição desvantajosa, seria pouco prudente se afastar dos “país portugueses”.

Elpidio Pimentel também afirmou em 1930 na revista *Vida Capichaba*, oriunda de Vitória, compreender como língua nacional a portuguesa – “esse mesmo opulento idioma em que Camões fundou, para a eternidade, no brônzeo engaste de suas rimas, a epopéia altiloquente dos *Lusiadas*”. Ele admitia as variações linguísticas no país e até compactuava com a ideia de um dialeto, “mas dahi ao extremo de nos vangloriarmos de uma lingua brasileira definitivamente caracterizada, com a sua lexiologia e syntaxe fundamente modificadas [...] - parece-me demasiado arrojo.”¹²²

¹¹⁹ BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Op. cit., 1967, p. 275.

¹²⁰ LAVANÈRE, L. Língua brasileira. *Revista de Ensino*, Alagoas, n. 15, mai-jun. 1929, p. 59.

¹²¹ LAVANÈRE, L. Língua brasileira. *Revista de Ensino*, Alagoas, n. 15, mai-jun. 1929, p. 59.

¹²² PIMENTEL, Elpidio. A língua nacional. *Vida capichaba*, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930, não paginado.

Não havia “indianismo romantico de Alencar”, “caboclismo assertanejado”, “vocabulários esquisitos dos praianos, caucheiros, boiadeiros, jangadeiros, tabaréos, mocorongos, caipiras e gaúchos” que transformassem as variações dialetais do país em uma língua diferente da portuguesa:

[...] Enquanto não conseguirmos um typo racial integralizado, manifestadamente definido, teremos que nos sujeitar á inferioridade dos povos, que manejam idiomas alheios, generosamente emprestados, até que obtida a emancipação sonhada, possamos ter, garantindo as obrigações de nossa alforria, uma lingua indiscutivelmente nossa.¹²³

A falta de integridade, tanto racial quanto linguística no Brasil, justificava a necessidade de aceitar de bom grado a língua portuguesa de empréstimo da Europa. Enquanto não ocorresse nossa emancipação, não seria possível sequer sonhar com uma língua ou literatura própria. Nesse terreno, se marcava “uma feição especial da literatura lusitana, transferida por intermedio de sua lingua, para o meio exuberante, tropical e grandioso da natureza americana”.¹²⁴

Referindo-se aos modernistas em 1930, Fernando Callage afirmou que aquela preocupação com o idioma, com a arte de escrever, com a colocação dos pronomes, os modelos ilustres e a expressão do sentimentalismo do país dos poetas, havia com eles acabado. Tudo aquilo dantes valorizado, havia se tornado mera excentricidade para os modernistas que, divididos em pequenos grupos, sustentavam aguerridamente a sua flâmula de combate, que de nacional, pouco possuía:

O ‘desvairismo’ do Sr. Mario de Andrade, de gloriosa memoria, foi um reflexo da renovação européa. Grito vermelho de liberdade, não há duvida. Mas grito intelectualista, importado. Consequencia do futurismo, e de outros ‘ismos’ negativistas [...] O ‘pau brasilismo’, de Oswald, mais primitivista e, portanto, menos intelectualista que o ‘desvairismo’ do sr. Mario foi uma especie de apresentação e enumeração de motivos para a obra mais alta de construcção que o espirito brasileiro deveria afrontar, e em que o proprio descobridor do Brasil em Paris, devia colaborar, com o seu talento maravilhoso e omnimodo.¹²⁵

¹²³ PIMENTEL, Elpidio. A lingua nacional. *Vida capichaba*, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930, não paginado.

¹²⁴ PIMENTEL, Elpidio. A lingua nacional. *Vida capichaba*, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930, não paginado.

¹²⁵ PIMENTEL, Elpidio. A lingua nacional. *Vida capichaba*, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930, não paginado.

A primeira frase de Mário de Andrade no manifesto dos modernistas no Brasil, *Paulicéia Desvairada*, foi: “Está fundado o desvairismo”.¹²⁶ Todavia, a ousadia e a busca pela liberdade estética proposta pelos intelectuais, consoante o texto de Elpidio Pimentel, não passava de “reflexo da renovação européia”. Tratava-se, pois, de um projeto feito em nome da língua, da literatura e da arte de modo geral, mas pautado em ideias importadas. Os ismos: cubismos, dadaísmos, futurismos juntavam-se aos desvairismos estrangeirizados de Mário de Andrade.

O movimento pau-brasil e a figura de Oswald de Andrade seria, para Pimentel, um tanto menos intelectualizado que o de Mário de Andrade. Ironicamente, porém, ele era tão estrangeiro quanto todo o movimento e seu livro de estreia em poesia, *Pau-Brasil*, havia sido publicado pela editora parisiense *Au Sans Parelli*.

Adiante, comenta Fernando Callage n’A *Capital* (BA) sobre os “seguidores” dos Andrade e a continuidade do movimento:

Vieram, depois, os primeiros fructos da renovação; pequenos oswaldos, marcos-mirins pululam por todos os cantos, numa proliferação de gafanhotos. Apareceu Guilherme, com o seu livro de estampas, recortes límpidos de paisagens tropicaes. Veio o morubixaba do ‘Losango Caqui’ com os seus primeiros ensaios experimentaes de uma lingua nossa, erroneamente caracterizada pela suppressão das virgulas e das maiusculas. Causa que produziu verdadeiro escandalo entre praxistas camonianos. Mas, que não correspondia em verdade, á formação do idioma nativo, identificado pela contribuição de seiva e côr, plasmado num material inédito, e temperado nas grandes necessidades inauguraes que a lingua de origem teve que traduzir. Veiu o sr Alcantara, com a sua ironia persistente. Com o seu ‘Pathé Baby’ cinematographico e multicolorido, exclusivamente dymnamico. Veiu Whitmann, não p’ra ensaiar uma especie de poesia internacional, propria de cerimoniaes ministeriaes.”¹²⁷

O número de adeptos ao movimento modernista aumentara significativamente, porém, o fato não contribuiu para a ocorrência da “verdadeira brasilidade”. *Losango Cáqui*, por exemplo, publicado em 1926 e escrito por Mário em 1922, com suas experimentações de uma língua nossa e a supressão errônea das vírgulas e das letras maiúsculas, fez produzir escândalo entre os acadêmicos “camonianos”. Apesar do impacto da obra, a língua utilizada não correspondia, de fato, à fala de nossa gente.

¹²⁶ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 59.

¹²⁷ CALLAGE, Fernando. Vamos caçar. *A Capital*, Bahia, n. 61, 04 dez. 1926, não paginado.

Percebe-se, portanto, que desde o século XIX, com o estudo e catalogação dos brasileirismos, passando pela literatura romântica, pelo modernismo e indo até o período final dessa pesquisa, ocorreram manifestações intensas pelo desejo de uma língua portuguesa, tal como falada no Velho Mundo. Muitas vezes, era justamente em contraposição aos ideais de uma língua brasileira, de um dialeto português, ou ao menos, de uma independência frente a Portugal, tanto no vocabulário, quanto na ortografia e na sintaxe, que os puristas se colocaram a protestar nas páginas da imprensa durante a década de 1920.

Era preciso admitir: a ideia de uma língua nacional ou brasileira não agradava a toda gente e muitos viram nela apenas corrupção e desvio da língua portuguesa. Sobre o intenso desejo de manutenção da pureza idiomática, Eric Hobsbawm lembrou aquilo que chamou de “nacionalismo filológico”, que seria “a insistência na pureza linguística do vocabulário nacional”.¹²⁸ Para o historiador, “o problema é mais agudo nas línguas que não foram grandes suportes da cultura, mas que gostariam de ser veículos adequados para, digamos, a comunicação moderna tecno-econômica ou a educação superior”.¹²⁹

Hobsbawm evidencia a ideia de que para existir uma nação, no caso, a brasileira, seria necessária a seleção de um vernáculo nacional de forma padronizada. A escolha da língua portuguesa tal como era falada em Portugal e a rejeição de uma língua nacionalizada interligava-se a razões práticas, já que de acordo com o autor, as “línguas mais prestigiosas, sagradas ou clássicas [...] eram um meio perfeitamente prático de comunicação administrativa e intelectual, de debate público e mesmo de composição literária”.¹³⁰

Sobre isso, em 1880 na *Revista Brasileira* (RJ), Silvio Romero já declarava:

Tínhamos Portugal em mui alta conta, e nossos escriptores tinham medo de tocar nos privilégios da supposta mais rica e harmoniosa lingua do mundo. O culto do pretendido classicismo era uma das fórmulas de sujeição brasileira e o desejo de ter alguma importancia litteraria, favor que nos vinha de Portugal, impunha a obediencia.¹³¹

Segundo Romero, conservar a língua portuguesa no Brasil era uma das formas de sujeição do nosso povo frente à antiga metrópole. Conforme já apontado, aquilo que Romero denominou sujeição, era aspiração constante por parte dos próprios brasileiros.

¹²⁸ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Op. cit., 1990, p. 72.

¹²⁹ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Op. cit., 1990, p. 72.

¹³⁰ HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Op. cit., 1990, p. 73.

¹³¹ ROMERO, Silvio. A colocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 05, jul.-set. 1880, p. 140.

Como salientado em texto publicado em Cuiabá em 1924, a Portugal não cabia apenas “a gloria de ter descoberto o Brasil mas tambem a de o ter colonizado tão superiormente e a de lhe ter transmitido com o espirito da raça a sua lingua de tão forte contextura e ampla riqueza de sonoridade”.¹³² Nesse mesmo sentido, *O Estado do Paraná* declarava, em 1926, que uma das maiores e mais inolvidáveis obras que havia nos legado “a colonização portuguesa”, era, sem dúvida alguma, “essa maravilhosa unidade de língua”.¹³³

Parecia não restar dúvida da importância da colonização portuguesa e do seu legado para a formação linguística brasileira. Os desvios do idioma de Camões deitavam borrões no que poderia ser nossa “salvação identitária”. Como já dizia José Murilo de Carvalho¹³⁴ aproveitando-se da fala de Aristides Lobo quando da Proclamação da República, o povo brasileiro estava longe de ser bestializado, estava mais para bilontra.

¹³² A Lingua. *A Violeta*, Cuiabá, n. 113, 30 jan. 1924, p. 04.

¹³³ A unidade nacional. *O Estado do Paraná*, Curitiba, n. 576, 19 nov. 1926, p. 01.

¹³⁴ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 160.

4 - ESTRANJOMANIA

No decorrer do século XIX, a língua foi concebida como “uma consequencia e um reflexo do ambiente moral e do meio physico, em que respiram e caminham os povos”.¹ Como um indicador sensível e pautado na realidade, ela era encarada como “a photographia do saber de um povo”, como um “psychographo que indica e deixa registrados os successivos grãos por onde o espirito [vai] ascendendo”.² Ela “é expressão mais viva da raça, da unidade do povo, do seu grao de civilização e nobreza de idéias”.³

Muitos registros encontrados na imprensa afirmavam que uma sociedade que não cuidava da sua língua demonstrava fraqueza diante da civilização moderna e tendia a diminuir-se diante de outras que progrediam. Se, de acordo com os teóricos cientificistas da época, existia uma lei que regia o mundo e justificava as transformações do idioma, da economia, da raça, da cultura, de que maneira os brasileiros deveriam portar-se? Se o progresso da linguagem seguia o desenvolvimento material das nações e das raças, qual caminho tomar?⁴

Neste capítulo tenho por objetivo refletir sobre tais questionamentos. Busco perscrutar as tessituras históricas e identitárias brasileiras a partir de relações e projeções frente a outros países, amiúde circunscritas à França e à Inglaterra devido às próprias referências encontradas nos periódicos. Além do mais, procuro analisar os intensos processos de oposição e/ou aceitação dos termos estrangeiros que, por sua vez, conduzem a reflexões importantes sobre a (re)construção da(s) identidade(s) brasileira(s). Parte dessas manifestações já foram alvo de análise no capítulo anterior, em que se discutiu a relação Brasil/Portugal. Não obstante, para além da antiga metrópole, era preciso lidar com uma “avalanche universal” que desejava adentrar as fronteiras tropicais.

¹ OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907, p. 01.

² JUNIOR, PACHECO. O dialecto brasileiro. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 05, jul. – set. 1880, p. 493.

³ BULHÃO, Mario. A lingua materna. *Beira Mar*, Rio de Janeiro, n. 12, 15 abr. 1923, p. 04.

⁴ Cf. FILHO, Dr. Mello Moraes. Cantos do Equador. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 08, abr.-jun. 1881, p. 287.

4.1 - O mal desta terra é a língua que se fala

De quando em quando, veiculava-se nas páginas impressas que o estudo da língua vernácula no Brasil era um dos mais superficiais e imperfeitos do mundo. No antigo hábito de tecer comparações, o país estava na extremidade oposta em relação à Inglaterra, França e Alemanha, onde a educação sempre esteve voltada ao apreço e ao conhecimento do idioma.⁵ Londres, Paris e Berlim eram “os centros planetários da cultura”, o lugar para onde sempre “estendíamos nossas vistas”. Em matéria de língua, os brasileiros e os hispano-americanos, além de outros povos, tais como japoneses e escandinavos, eram “os exóticos”.⁶

Esse sentimento linguístico de inferioridade, conforme os registros encontrados, poderia facilmente ser percebido em finais do século XIX. Como estampado nas páginas d’*A Semana* (RJ) em 1886, havia uma espécie de martírio por parte dos brasileiros que escreviam em uma língua, mas no fundo, desejavam escrever em outra, a francesa. Segundo o texto, não assinado, os escritores franceses eram os “felizes sacerdotes d’esta grande religião das letras”. Eles eram os únicos “verdadeiramente felizes no mundo incronprehensível do espirito”. Apenas eles sentiam a “voluptuosidade da [...] profissão de artistas da palavra” já que eram felizardos por poder escrever em “uma língua que todo o mundo lê ou finge ler”.⁷

Lamentava-se em *A Semana* o quão pobre era a língua portuguesa: “Ah, incofessavel martyrio é este de escrever a gente numa lingua e confessar que desejaria escrever noutra”. Afirmava-se sentir o “mais profundo desgosto, o mais negro pezar” a invadir-lhe a todo momento no processo de escritura. Escrever em língua portuguesa era como se nada tivesse sido escrito, porque esse idioma simplesmente não existia aos olhos dos outros.

Pensamento semelhante pode ser encontrado em outros periódicos do mesmo período. O português era visto corriqueiramente como uma língua sem alcance mundial, o que causava tristeza e desonra: “Ter uma lingua e não ter um idioma; escrever e não publicar senão para dois paizes que nada mais são ainda do que duas hypotheses no mundo em que se pensa, e se concebe, e se determina.”⁸ A língua francesa, ao contrário, era a língua universal, aceita, benquista e conhecida por todos os países do globo.

Como declarava o *Orgam Semanam* de Abaeté (MG), era difícil colocar o Brasil a par da Europa por uma razão evidente: a evolução das línguas: “O progresso da linguagem

⁵ Factos e boatos. *A provincia do Espirito Santo*. Vitória, n. 71, 30 ago. 1882, p. 02.

⁶ A literatura actual do Brazil. *Revista Brazileira*, n. 13, jan. – mar. 1898, p. 181.

⁷ Theatro. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 111, 12 fev. 1887, p. 53.

⁸ Theatro. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 111, 12 fev. 1887, p. 53.

segue o desenvolvimento material das nações e das raças em geral. É a lei da selecção, na linguagem, como consequencia inevitavel da lucta da vida originadora da victoria do forte contra o fraco”.⁹ Nessa perspectiva, os preceitos linguísticos seguiam as ideias da evolução que funcionavam como categoria explicativa para o desenvolvimento das sociedades e o progresso era o resultado da evolução natural do mundo. Na sociedade pós-revolução industrial, evidenciava-se aqueles que poderiam ser considerados os mais e os menos aptos, os mais e os menos ricos, os mais e os menos industrializados e assim por diante.

Ainda no mesmo artigo publicado na revista *Abaeté* e assinado por Censor, declarava-se que “através da degenerescencia da lingua de um povo se lhe póde vêr a degenerescencia da raça”. O Brasil “sofria desgraçadamente de uma moléstia grave”.¹⁰ Uma sociedade negra e mestiça, fortemente marcada pelas teorias racistas da Europa, tendia a ser encarada como uma nação doente, racialmente, socialmente e, porque não, linguisticamente. A degenerescência da língua se imiscuía na degenerescência da raça e ambas as formas de distrofia se alimentavam perfazendo as vis expectativas de futuro que se lançavam sobre o Brasil.

É válido lembrar que o conceito de raça, além da definição biológica, adquiriu, sobretudo, uma interpretação social no final do século XIX. Embasada na teoria da seleção natural de Charles Darwin, buscava-se explicar a diversidade das espécies através de um processo de evolução. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, combinou-se no Brasil a interpretação darwinista social com a perspectiva evolucionista e monogenista.¹¹ Compreendia-se que o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado da sua conformação racial pura. A evolução europeia, e em especial a do tipo ariano, representaria para pensadores como Gobineau, por exemplo, um caso extremo em que o apuro racial teria levado rumo à civilização.¹²

Assim como não era tarefa fácil (re)pensar a identidade da nação a partir da composição racial brasileira, a realidade linguística não vicejava desenlaces simplistas e promissores. A salvação do nosso futuro através de cruzamentos raciais da população e por meio da incorporação de uma matriz europeia, ganhava, na imprensa, contornos confusos e entusiasmados quando esses raciocínios eram direcionados às questões idiomáticas.

⁹ CENSOR. A lingua portugueza. Orgam Semanal. *O Abaeté*, Abaeté, n. 06, 16 out. 1904, p. 02.

¹⁰ CENSOR. A lingua portugueza. Orgam Semanal. *O Abaeté*, Abaeté, n. 06, 16 out. 1904, p. 02.

¹¹ A teoria monogenista, com forte aceitação nos dias atuais, defende a hipótese de origem única dos seres humanos, ao contrário do poligenismo que postula a existência de diferentes linhagens para as raças humanas.

¹² SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das Raças*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 80.

Não bastasse a mencionada reverência à língua alheia, a utilização de termos estrangeiros, especialmente franceses, configurava uma prática cada vez mais comum em terras brasileiras. *La langue parisienne* era símbolo de refinamento e elegância e a adoção de determinadas palavras francófonas, supostamente ambientava os brasileiros a valores universais assentados naquelas terras. O poeta Junqueira Freire já sugeria em 1852 que se extraísse do francês novas palavras sem correspondência direta no português: “Sigamos a França. Porque ela é o farol que ilumina todo mundo civilizado”.¹³ É necessário, “sem crime de lesa-majestade, abraçar [os] termos que carecemos”, do contrário, é possível ficarmos “pobres para todo o sempre”.¹⁴

Era necessário aceitar que o mundo se tornava cada vez mais conectado. Afirmava L. M. Percegueiro nas páginas d’*O Vassourense* (RJ), em 1883, que os termos estrangeiros, principalmente os galicismos úteis, não deveriam ser repelidos de nosso idioma. Se “o mundo marcha, se elle tende progressivamente a constituir-se uma só familia, a confraternizar-se com todos os povos”, como poderiam querer “os philologos puristas condemnar e prohibir os vocabulos que no desenvolvimento das idéas abstractas as tornão mais explicitas, digamos mesmo, mais concretas?”.¹⁵

Alfredo d’Escragnolle Taunay também afirmava em 1883 que os estrangeirismos deveriam ser aceitos de bom grado em caso de não equivalência dos termos em português, fato justificado “pela lei do progresso”.¹⁶ Seria impossível combater todas as importações, muito menos esperar que a sociedade assim o fizesse porque o francês estava de tal modo emaranhado em nosso idioma que a origem dos termos se embaralhava.

Quem poderia dizer ao certo, conforme publicação supracitada d’*O Vassourense*, se as palavras “ambiciosas, anedocta, annuidade, arabesco, armistício, cabotagem, cadastro, chicana, commandar, cumprimentar, contabilidade, conducta, deboche [e] decepção” eram galicismos ou neologismos? Se algumas expressões eram adotadas quando necessárias, por que razão outras seriam repelidas, “só porque as temos com a mesma idéa em portuguez?”.¹⁷

Para Lucia Lippi Oliveira, a vida letrada entre os anos de 1870 e 1914, caracterizava-se por um “esforço de universalização”. Tratou-se de um período dominado pelo “sentido

¹³ FREIRE, Junqueira. Pureza [1852] *apud* PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil*. Op. cit., 1881, p. 25.

¹⁴ FREIRE, Junqueira. Pureza [1852] *apud* PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil*. Op. cit., 1881, p. 23.

¹⁵ PECEGUEIRO, L. M. Os galicismos. *O Vassourense*, Vassouras, n. 16, 22 abr. 1883, p. 01.

¹⁶ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *Estudos críticos*, Rio de Janeiro: Leuzinger, 1883, p. 158.

¹⁷ PECEGUEIRO, L. M. Os galicismos. *O Vassourense*, Vassouras, n. 16, 22 abr. 1883, p. 01.

de atualização” ou “modernização” que almejava colocar o Brasil no “nível do século”, superando seu atraso cultural na marcha evolutiva da humanidade.¹⁸

Esse sentimento de atraso nos remete novamente para as concepções de nostalgia, sendo válido lembrar que o termo vem do grego *nostos*, “voltar à casa” e *algia*, anseio, sinalizando para o apego a um lugar ou tempo distante. No primeiro capítulo, já foi mencionado o quanto as mudanças na língua foram consideradas abruptas e sentidas com pesar por aqueles que julgaram sua marcha como apressada em excesso. Aqui, percebe-se que o sentimento nostálgico não nascia apenas daquilo que se era em relação ao passado, mas também daquilo que se constituía perante os demais no presente. Dessa forma, era possível sentir saudade da “antiga casa”, mas esse ressentimento somava-se ao desejo de uma casa outra, distante, mais próxima à Europa.

Esse tipo de abordagem fica perceptível em muitos registros da época. Mendes Oliveira destacou no *Pharol*, periódico de Juiz de Fora em 1907 que “si o estado de desenvolvimento do povo brasileiro já tivesse chegado ao ponto de fixar e, portanto, eternizar os caracteres da nossa linguagem, poderíamos nos apresentar ao mundo como uma grande nação viva, de definida característica e normas imutáveis”.¹⁹ Se havia o reconhecimento de nosso lugar menos elevado perante as nações civilizadas, havia também a plena consciência de “que a língua franceza, desde o seu desmembramento do tronco latino, [vinha] evoluindo sempre em paralelo e harmonia com o progresso e ascendência da França.” Aquela “considerável parte da Gallia antiga constitue, como sempre constituiu no continente europeu, um centro poderoso de civilização e de riqueza”. O francês, “devido á sua completa formação, quer quanto á parte mecânica, orthoepia e orthographia, quer quanto á parte logica, etymologia e syntaxe – é uma das linguas mais faladas, sendo que a sua litteratura é das mais brilhantes e conhecidas.”²⁰

Ao lado da França, Mendes Oliveira assinalou o desenvolvimento do idioma em outros países europeus, tais como a Inglaterra, que se tornara “uma nação poderosa, em todas as faces da sua actividade” e o inglês, por seu turno, um dos idiomas mais heterogêneos do mundo, perfeitamente escrito e articulado. Ninguém desconhecia “seus preciosos thesouros litterarios e a sua preponderancia social”.²¹ Diante do protótipo das nações desenvolvidas, era preciso que os brasileiros compreendessem que “as linguas só attingem a um grau

¹⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 81.

¹⁹ OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907, p. 01.

²⁰ OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907, p. 01.

²¹ OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907, p. 01.

elevado de correção e pureza, quando os paizes em que ellas se falam hajam chegado a um plano correspondente a esse aperfeiçoamento.” O Brasil, bem como “a’s nações novas, que estão em pleno periodo de formação, correspondem uma linguagem mobil, erronea, e uma litteratura ficticia e incipiente.”²²

Consoante registro da *Careta*, os brasileiros, “jovens e barbaros”, apenas há pouco haviam forjado uma língua que pudesse “traduzir a violencia indisciplinada” da sua alma e da sua natureza.²³ Essas inconveniências os impelia a conhecer e dominar línguas alheias. Em Portugal, por exemplo, conforme publicação maranhense, dificilmente encontrava-se uma pessoa “de mediana cultura” que ignorasse o francês. Seria “muita ignorancia”.²⁴

Fon-Fon também não ficou de fora desse debate. Um de seus escritores empenhou-se, em 1912, em explicitar a superioridade irrevogável da França e da Inglaterra, já que as outras nacionalidades precisavam curvar-se diante delas. O francês havia se tornado a língua universal e o inglês, por sua vez, tendia a ser mais utilizado no âmbito comercial. “Não ha homem de negocios que não conheça a fundo o inglez, assim como toda gente vae sentindo necessidade de se exprimir em francez.” Os dois idiomas irmanavam-se para um predomínio absoluto: “Trata-se de negocio ou de sport? A lingua é a inglesa. Falla-se em arte, elegancia, sciencia? O francez se impõe.” Trata-se da “*entente-cordiale* mais inteligente do mundo, não há duvida.”²⁵

Alexandre de Albuquerque também defendeu aspectos semelhantes ao declarar que “a vida moderna, depois do cyclo das navegações, tornou-se universalista, com um acentuado character internacional”. No “novo mundo” que surgia, não havia necessidade de colocar uma “muralla de preconceitos nacionalistas que isolava os povos”. Com a moderna intensificação do comércio internacional, “a língua passou a ser um elemento de penetração, um instrumento de ataque na rude concurrencia econômica”. Assim, a língua não deveria estar revestida por uma couraça, pois, as palavras estrangeiras não eram inimigas. Como forte aparelho de irradiação, ela deveria ser compreendida como um “phenomeno econômico”.²⁶ A questão da universalidade da língua estava imiscuída na defesa de um mundo que se tornava cada vez mais global. As práticas comerciais e econômicas pareciam

²² OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907, p. 01.

²³ *Careta*, Rio de Janeiro, n. 174, 30 set. 1911, não paginado.

²⁴ *A Campanha*, Maranhão, n. 14, 17 abr. 1902, não paginado.

²⁵ *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 46, 16 nov. 1912, p. 54.

²⁶ ALBUQUERQUE, Alexandre de. A Reforma Ortografica. *A.B.C.: Politicas, Actualidades, Questões sociaes, Lettras e Artes*. Rio de Janeiro, n. 247, 29 nov. 1919, não paginado.

interligadas aos diversos aspectos da vida humana e não seria de bom senso, além de contraproducente, instar o protecionismo na linguagem.

Os anseios universalizantes para a língua, em seu pragmatismo, foram intensos, de modo que se defendeu veementemente uma língua internacional. A primeira que ganhou vulto foi o volapuke, criado pelo alemão Johann Martin Schleyer em finais da década de 1870. No Brasil, seu alcance foi limitado e para pensadores como Medeiros e Albuquerque, ele foi, em realidade, uma desvantagem, posto a tamanha dificuldade que envolvia o seu aprendizado. Seu fracasso havia sido tão grande “que desanimou por um largo espaço grande numero de boas-vontades.”²⁷ O débil alcance do volapuke foi objeto de chacota nas páginas da *Fon-Fon*:

- O que é o volapuk?
- Uma lingua universal.
- E quem a falla?
- Ningnem!²⁸

Em meio ao insucesso do volapuke, o esperanto chegou a renovar as expectativas daqueles que acreditavam na aplicação de uma língua universal. Concebido por Ludwik Leizer Zamenhof em 1887, o esperanto foi criado com base no vocabulário das línguas indo-europeias e objetivava-se sua difusão por conta de sua fácil aprendizagem. Afirmavam os seus defensores que, se eram necessários dois meses em média para aprender o volapuke, para compreender o esperanto, bastava um dicionário: “A gramática do esperanto compõe-se de 16 regras [...]. Com uma simples leitura e um diccionario, em meia hora de trabalho, poderão verter de sua lingua para o Esperanto ou vice-versa”.²⁹

Acreditava-se que o esperanto poderia “salvar o mundo” das dificuldades linguísticas impostas.³⁰ Estampava-se nas páginas do *Correio de Petrópolis* em 1910 que, desde muitos anos, ele vinha fazendo progressos enormes pelo globo. A “maravilhosa lingua auxiliar” provava a cada dia “que não [era] somente propria para facilitar transações commerciaes, mas ainda para exprimir com uma precisão surpreendente as menores ‘nuances’ do

²⁷ ALBUQUERQUE, Medeiros e. Uma lingua internacional. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, abr. – jun. 1898, p. 67.

²⁸ *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 18, 08 ago. 1908, p. 11.

²⁹ ALBUQUERQUE, Medeiros e. Uma lingua internacional. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, abr. – jun. 1898, p. 77.

³⁰ Hil. Em favor do esperanto. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 15, 20 jul. 1907, p. 28.

pensamento, como o instrumento mais maravilhoso que jamais existiu para troca de ideias”.³¹

O esperanto, de fato, vinha “revolucionando o mundo”, “atrahindo as almas bondosas, as inteligencias lucidas, os campeões do progresso, os espiritos altruísticos”, todos aqueles que aspiravam à paz e ao amor, todos aqueles que desejavam “trabalhar para o bem da humanidade e para o seu proprio bem”.³²

Apesar do sucesso do esperanto, é preciso atentar para o fato de que, originalmente, ele seria utilizado apenas para facilitar transações comerciais e que, portanto, não suplantaria as línguas nacionais, muito menos apagaria a importância dos franceses na dinâmica internacional. O francês era a “língua dos diplomatas”³³ e mesmo aqueles que dominavam o esperanto, deveriam conhecê-la, juntamente com o inglês e o alemão, declarava Francisque Sarcey em periódico de Fortaleza.³⁴

Percebe-se que o êxito do esperanto e as ideias de língua universal não suplantavam a importância e a superioridade do francês para a aquisição dos conhecimentos econômicos, científicos e literários. Como bem lembrou o diplomata e ex-presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, “todo homem tem duas patrias, a sua e a França”. O francês era, afinal, a “língua da civilização”.³⁵

Como pontuado por Norbert Elias, “o conceito de ‘civilização’ refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”.³⁶ Seria difícil resumir em algumas palavras tudo o que se pode descrever com esse conceito, já que “rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’”.³⁷

Para Elias, porém, ao examinar o que verdadeiramente constitui a função “do conceito de civilização, a qualidade comum agregada por todas as várias atitudes e atividades humanas descritas como civilizadas, chega-se à seguinte conclusão: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”.³⁸ É como se a sociedade ocidental procurasse “descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o

³¹ Esperanto. *Correio de Petrópolis*, Petrópolis, n. 02, 10 abr. 1910, p. 02.

³² TOSTA, José. Espiritismo. *A época*, Rio de Janeiro, n. 145, 22 dez. 1912, p. 07.

³³ ALBUQUERQUE, Medeiros e. Uma lingua internacional. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, abr. – jun. 1898, p. 60.

³⁴ SARCEY, Francisque. O Volapuk. *A Constituição*, Fortaleza, n. 29, 07 mar. 1888, p.02.

³⁵ Association Polytechnique de Paris. *A Razão*, Rio de Janeiro, n. 107, 04 abr. 1917, p. 04.

³⁶ ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. Op. cit., 2011, p. 23.

³⁷ ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. Op.cit., 2011, p.23.

³⁸ ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. Op.cit., 2011, p.23.

nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão de mundo, e muito mais”.³⁹

Historicamente, o conceito de civilização se desenvolveu em detrimento de outros, tal como o de cortesia e, posteriormente, o de civilidade. Cortesia, civilidade e civilização corresponderiam a três estágios de desenvolvimento da sociedade ocidental. Essa interpretação corroborada pelo trabalho de Jean Starobinski⁴⁰, na medida em que esse percebe a civilização para além das noções de polidez, urbanidade e difusão do conhecimento. Em sua acepção, durante o século XIX o termo relacionar-se-ia à ideia de processo, estando baseado em uma percepção iluminista que encarava o avanço científico de maneira etapista. Nesse sentido, civilização passaria a ser mais que um estado, seria na realidade o estágio de um processo que deveria ser seguido pelas outras nações.

O anseio pela universalização da língua, bem como a inserção dos estrangeirismos, portanto, guardam relação com esse processo civilizador descrito por Elias e Starobinski. No caso brasileiro, conforme já visto, esse projeto se encontrava carregado de ressentimentos, já que sofrivelmente se buscava retirar nossa língua de seu estado de corrupção em nome da civilização moderna.

Para Antonio Candido, uma vez que o Brasil era um país novo, tropical e largamente mestiçado, a Literatura Brasileira, sofreria de certo sentimento de inferioridade diante da experiência de países europeus de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada e influenciados por condições geográficas diferentes. Nesse sentido, romantismo e modernismo representariam duas formas distintas de se lidar com uma dialética literária estabelecida entre questões locais e tensões cosmopolitas.

Segundo Candido, o romantismo prezara pelo nacionalismo literário e pela busca de autonomia ante a cultura portuguesa. Já o modernismo, teria rompido com as tendências anteriores ao inaugurar um novo momento na dialética do universal e do particular. Tratava-se de pensar a formação da nacionalidade de modo a não rejeitar nossas heranças europeias. Os modernistas teriam se informado “da arte Européia de vanguarda”, aprendendo a

³⁹ Norbert Elias citou a diferença entre o conceito de civilização entre as próprias nações ocidentais. Para o autor, a grande diferença estaria entre ingleses e franceses de um lado e alemães, de outro. “Para os primeiros, o conceito resume em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade. Já no emprego que lhe é dado pelos alemães *Zivilisation*, significa algo útil, mas, apesar disso, apenas um valor de segunda classe, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana. A palavra pela qual os alemães se interpretam, que mais do que qualquer outra expressa-lhes o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser, é *Kultur*.” ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. Op.cit., 2011, p.23.

⁴⁰ STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.11–56.

psicanálise e plasmando “um tipo ao mesmo tempo local e universal de expressão, reencontrando a influência europeia por um mergulho no detalhe brasileiro.”⁴¹

Em outros termos, o modernismo representava o “desrecalque localista” ou um “sentimento de triunfo” que assinalava o fim de uma posição de inferioridade no diálogo com Portugal e com os demais países ocidentais. Sem rejeitar o esforço sistematizador de Candido, pode-se perceber, entretanto, a partir dos registros linguísticos da década de 1920, que o sentimento de inferioridade em relação à língua, manteve-se vivo por muitos anos.

Em realidade, foram poucas as menções encontradas ao movimento modernista na imprensa no que se refere à questão do cosmopolitismo e do localismo. Esse aspecto poderia levar a questionar os próprios limites do modernismo enquanto transformador radical do paradigma *local versus o universal*. Na realidade vivida, cada um enfrentou e registrou da maneira que lhe foi viável suas percepções, nem sempre estando elas interligadas ao “estatuto” das escolas literárias.

Buscando problematizar essas questões, passo a perscrutar alguns relatos encontrados nos periódicos a partir da década de 1920. Ainda nesse momento, uma questão central permanecia sem resposta: quais argumentos colocavam a França no “auge” das civilizações? Porque ela “desfructa enorme prestigio no concerto internacional? Porque a patria de La Harpe é universalmente conhecida, universalmente admirada e universalmente respeitada? Porque á França se tem chamado, não sem razão, o cérebro do mundo?”. Por que afirmavam que o Brasil, juntamente com alguns países da América Latina, era “uma cópia da França em calão ordinário?”.⁴²

Segundo registro do *Commercio do Parana* de 1924, não era necessária muita “percuciencia analytica” para responder as interrogações realizadas, pois a resposta era evidente a todos: era justamente na língua que residia “o segredo de toda a ascendencia da gloriosa nação”.⁴³

A França reina espiritualmente no mundo por consequencia da universalidade da lingua franceza. Estudada nos collegios e cidades das cinco partes do globo, fallada e cultivada nos seus mais distantes centros populosos, o bello e sonoro idioma de Victor Hugo leva aos longínquos recantos da Terra a lembrança da França, da sua politica, da sua sciencia e da sua literatura. Ha como que uma infiltração da nacionalidade franceza nas demais nacionalidades, procurando estas, a todo o transe, assimilar-a e imital-a. Dahi o prestigio immenso desse povo ‘leader’, prestigio que

⁴¹ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2006, p. 127 e 128.

⁴² O portuguez em França. *Commercio do Parana*, Curitiba, n. 4684, 14 dez. 1924, não paginado.

⁴³ O portuguez em França. *Commercio do Parana*, Curitiba, n. 4684, 14 dez. 1924, não paginado.

está sendo também compartilhado, a pouco e pouco, por Inglaterra, Italia, Alemanha e Hespanha, dada a incipiente mas já notável expansibilidade que vão tendo os respectivos idiomas.⁴⁴

A língua francesa era universal, falada e lembrada nos mais recônditos lugares do mundo e isso tornava a França uma nação admirada e reconhecida mundialmente. Devido ao prestígio imenso, ela “adentrava” os demais países do globo, convivendo ao lado das línguas oficiais.

Leôncio Correio nas páginas d’*O Dia* em 1928, outro periódico do Paraná, também explicitou a predileção pela França. Afirmou que “em dado momento da vida do planeta, fixou-se, por uma especie de accordo espontaneo das intelligencias, a lingua franceza como a mais ajustada para servir de vehiculo do pensamento universal [...]”. O escritor não explicita que espécie de acordo seria esse, mas esclarece os motivos da escolha: “É que o francez, lingua pauperrima e áspera em sua origem, tornou-se sonora e graciosa, ductil e maleavel, graças a um trabalho continuo de varias gerações de ourives da palavra, que a cepilharam e a poliram e a joeiraram de todas as impurezas[...]”.⁴⁵

O esmero pela língua na França destoava do caso brasileiro em que o estado de decadência já havia tomado proporções expressivas. Conforme registro de jornal carioca em 1929,⁴⁶ nem sequer uma língua o país tropical possuía, estava por fazer-se. “O portuguez foi sempre a lingua mais atrasada do mundo, aquella que se desenvolveu mais vagarosamente. Falta-lhe elegancia, finura”. Isso era justificado em parte porque ela “foi cultivada em conventos e não em côrtes polidas como a de Carlos Stuart ou a de Luiz XIV”.⁴⁷

Brasil Gerson⁴⁸ em entrevista intitulada “O mal da raça” publicada na revista *Crítica* (RJ), em 1929, explicitou quais eram as infelicidades que justificavam o malogro do país. O primeiro infortúnio dos brasileiros havia se dado anos atrás quando da expulsão dos franceses. “Se Villegaignon não tivesse voltado, todo mundo compreenderia o ‘menu’ dos hotéis”. A segunda infelicidade encontrava-se na expulsão dos espanhóis. A terceira, na expulsão dos holandeses. “Que maravilha se Maurício de Nassau tivesse ficado! Estaria o

⁴⁴ O portuguez em França. *Commercio do Parana*, Curitiba, n. 4684, 14 dez. 1924, não paginado.

⁴⁵ CORREIA, Leoncio. Pela dignidade do idioma, *O Dia*, Curitiba, n. 1773, 13 mar. 1928, p. 02.

⁴⁶ Devido à mutilação da cópia digital do periódico disponível no acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, não é possível apreender detalhes desta publicação.

⁴⁷ *Crítica*, Rio de Janeiro, n. 197, 04 jul. 1929, p. 09.

⁴⁸ Brasil Gerson (1904-1981) nascido em São Francisco do Sul foi jornalista e contribuiu para diversos periódicos, tais como: *Gazeta Popular*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última hora*. Também escreveu diversos trabalhos como *Pequena história dos fanáticos do Contestado*, *A revolução brasileira de D. Pedro I*, *A história Popular de Tiradentes*, dentre outros.

Brasil, hoje, falando uma lingua européa. Quem fosse importante aqui, seria importante no mundo inteiro”.⁴⁹

Para Brasil Gerson, “o mal desta terra é esta lingua que nós falamos, e esta mistura de três raças secundarias e pretenciosas dando um projecto de raça com notavel inclinação para a ignorância [...]. Vejam só que mistura: bugre, negro e portuguez de Traz os Montes”.⁵⁰

O ano é 1929 e a língua permanece sendo encarada pelo ponto de vista da decadência e da mestiçagem degradante. Gerson declarava que nosso país era ínfimo diante das potências mundiais, “um phosphoro na ordem das coisas, um paiz que ninguem não viu”. Alguns poetas e escritores brasileiros até poderiam assombrar o mundo com seu talento, mas o anonimato sempre os impedia: “Tudo por causa desta lingua damnada que ninguem sabe falar”.⁵¹

Diante de tamanhas frustrações em relação à língua portuguesa, o francês alastrava-se “feito erva daninha”. De acordo com periódico cuiabano, o aumento desse fenômeno deu-se após a guerra: “As revistas francezas que appareceram muito contribuíram para isso. Muitas pessoas não sendo capazes de traduzir certas palavras, empregavam-n’as sem modificação, quer na conversação, quer na escripta [...]”.⁵²

Os estrangeirismos tornavam o Brasil *un peu de France*. Conforme muitos relatos da época, os elegantes termos parisienses indicavam com precisão o que o nosso vastíssimo vocabulário muitas vezes não era capaz de fazer. Esse era o caso, por exemplo, do verbo “*reveillonar*”, que não poderia ser substituído por nenhum outro termo nas Américas. Em um diálogo publicado no *Diário Carioca* em 1929, percebe-se a constatação de tal argumento de forma chistosa:

- “Reveillonaste”, então ? ...
- “Reveillonar” ...que vem a ser isto em lingua portugueza, minha cara?
- Um neologismo, se quiseres. Ou antes, um verbo novo para exprimir uma coisa nova, uma coisa que não se fazia antigamente. É assim que a lingua vae se enriquecendo. A novas necessidades, vocabulos novos ... [...]
- Poderíamos, pelo menos, traduzil-a para o portuguez.
- Deus me livre! Perderia todo seu character de elegancia, perderia o seu chic. Tudo que temos demais “smart” para conservar o seu smartismo, tem de, impreterivelmente, ser francez, inglez ou americano.⁵³

⁴⁹ GERSON, Brasil. “O mal da raça”. *Critica*, Rio de Janeiro, n. 54, 22 jan. 1929, p. 03

⁵⁰ GERSON, Brasil. “O mal da raça”. *Critica*, Rio de Janeiro, n. 54, 22 jan. 1929, p. 03.

⁵¹ GERSON, Brasil. “O mal da raça”. *Critica*, Rio de Janeiro, n. 54, 22 jan. 1929, p. 03.

⁵² Extranheirismo. *A Capital*, Cuiabá, n. 89, 01 mar. 1925, p. 01.

⁵³ CHIFFON. Reveillonar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 359, 25 dez. 1929, p. 7.

“Aportuguesar o verbo reveillonar? Deus me livre! E perder a elegância, o *chic* e o *smartismo* da língua francesa?” Não havia sutileza, delicadeza e elegância suficiente na língua portuguesa para representar uma vida sentida com tamanha efusividade e *glamour*. Os termos franceses já eram parte de nós, da nossa essência e identidade. Se não era possível “impedir” os tais termos, ao menos fazia-se deles piada.

A devoção pela França e por suas elegantes expressões parecia ajustar-se aos nossos projetos identitários cosmopolitas e civilizadores. O culto pela linguagem sempre fora “uma das formas superiores, senão a forma superior, duma civilização requintada e estética” segundo Augusto de Castro n’*A Cigarra*.⁵⁴ Sendo ela uma das imagens mais potentes a nos revelar ao restante do globo, era preciso esculpi-la e projetá-la de acordo com nossas ambições.

Percebe-se que o anseio por uma língua mais aberta às influências externas e com o direito à utilização dos termos estrangeiros, ainda que com nuances variadas ao longo do tempo, fora constante no Brasil. Isso não significa afirmar, porém, corroborando com o pensamento de Virgínia Camilotti, que o binômio localismo *versus* cosmopolitismo deva ser utilizado como único parâmetro explicativo para compreender a questão identitária do país. Nem sempre o passado é organizado a partir dessas premissas e é preciso cuidar para não reproduzir tais ideias como molde fixo de leitura do tempo.⁵⁵

A relação dialética colocada por Antonio Candido⁵⁶ ao definir no plano dos programas literários uma oscilação bem marcada entre o nacionalismo, de um lado, e a imitação dos padrões europeus, do outro, embaralha-se e tende a apresentar-se de modo diluído ao longo do tempo. Os debates sobre a língua publicados na imprensa expõem algumas contradições quanto aos projetos identitários brasileiros, como no romantismo, por exemplo, em que o desejo universalizante, bem como os estrangeirismos que se espriavam pelo território “lhe roíam a fria carne”. A luta pela língua ou, ao menos, pelo “dialeto brasileiro”, precisou coexistir com a atividade dos “amantes de Portugal” e com as intensas projeções ao mundo europeu, especialmente francês.

⁵⁴ CASTRO, Augusto de. *Portuguez. A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago.1921, não paginado.

⁵⁵ De acordo com Camilotti, há na atividade literária no Brasil uma espécie de programa marcado pelo embate entre o particular e o universal que tem se tornado parâmetro de medida para diversas gerações de intelectuais. É como se a partir dessa chave de leitura não se pudesse “ver outros dramas, outros dilemas e outras formas de representação daquilo que se passa[va] nos trópicos”. CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: idéias sem lugar*. Op. cit., 2008, p. 100.

⁵⁶ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2006, p. 16.

Segundo Flora Süssekind, desde o romantismo delineou-se um compromisso em duas frentes na literatura brasileira: “Tanto com uma sintonia ao panorama cultural internacional de então quanto com um todo-poderoso projeto de individuação nacional”.⁵⁷ Para a autora, havia uma espécie de “duplo contraditório” inseparável: de um lado, a afirmação da nacionalidade, do outro, a sintonização com o panorama artístico europeu. No que se refere às menções publicadas na imprensa nos anos seguintes sobre a língua no Brasil, percebe-se movimento semelhante. O desejo por uma língua universal ou a aceitação dos termos estrangeiros não “apagava” as tentativas nacionalistas. Pelo contrário, ambos os projetos precisaram conviver, harmonicamente ou não.⁵⁸

Já o período entre 1922 e 1945, definido por Candido como o do modernismo brasileiro foi, de fato, momento importante para se refletir sobre a nação, fazer balanços e propor retratos para o Brasil. Ainda assim, ao menos no que compete aos anos desta pesquisa, a tal nacionalidade orgulhosa de si descrita pelo sociólogo, continuava a conviver com o contínuo lamento da nossa realidade linguística degenerada.

Como bem lembrou Mario Gracioti em 1925 n’*O Dia* (PR) ao resgatar uma fala de Joaquim Nabuco, o povo brasileiro sofria cronicamente de uma moléstia grave: “Nostalgia pela Europa e pelas tradições europeas”.⁵⁹ Parecia que o sentimento de decadência a partir da projeção ao outro insistia em permanecer, das superficiais às profundas camadas da cultura brasileira, perfazendo nossa língua e identidade. Isso não significa afirmar, para encerrar este tópico, que nossa identidade estivesse sendo representada e (re)criada exclusivamente pelo sentimento malgrado da inferioridade linguística. Instilei apenas que os projetos nacionalistas não foram capazes de apagar, da noite para o dia, anseios e projeções identitárias interligadas aos lumiares da civilização ocidental.

4.2 – “A arte dos franchinòtes”

Para bem ou para mal, as palavras estrangeiras circulavam pelo país sem formalismos: jornais, livros, tabuletas, filmes... Elas estavam por toda parte. Prova contundente dessa presença era a quantidade massiva de declarações em jornais e revistas

⁵⁷ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. cit, 1994, p. 454.

⁵⁸ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. Cit., 1994, p. 468.

⁵⁹ GRACIOTI, Mario. Paulistanas. *O Dia*, Curitiba, n. 676, 16 set. 1925, p. 02.

referentes ao grande mal que os estrangeirismos causavam para a cultura e a nacionalidade brasileira. Contestava-se diariamente a “multidão desnecessária de termos e expressões estrangeiras, que nos [vinha] sobretudo da França, e que só [serviam] para deturpar e disvirtuar a nossa opulentíssima língua[...]”.⁶⁰

Conforme já mencionado, o sentimento de decadência no Brasil adveio por muito tempo da comparação com o outro, o europeu. Nesse ato em que se projetava tal e qual o ocidente, termos estrangeiros, especialmente franceses e ingleses, foram incorporados como parte da nação. Apesar desses aspectos e de modo aparentemente contraditório – aliás, como toda a história da língua no Brasil – a aproximação descomedida também foi considerada perniciosa para a língua, principalmente porque tal atuação feria o princípio da pureza idiomática.

Afinal de contas, a língua brasileira era “tão pobre” a ponto de necessitar “mendigar palavras para poder miseravelmente viver”? Se temos a tradução para os vocábulos, “porque é que havemos de pedir em casa alheia o que temos com tanta abundância na nossa?” Não se tratava de um vício, “era um crime, porque todo assassino é criminoso, e assim, não fazemos sinão matar aos poucos e brutalmente a língua lusitana, que tivemos a ventura de receber como língua pátria.”⁶¹

Segundo as fontes, motivos para justificar o estado de decadência não faltaram e o uso dos estrangeirismos, com intermitências de entusiasmos e esmorecimentos, era um percalço que acompanhava os brasileiros há muito. De acordo com Marcos Bagno, durante quase 200 anos, até o início do século XX, o grande “inimigo”, o terrível “invasor”, o cruel “destruidor” da língua portuguesa foi o francês. Nesse sentido, Frei Francisco de São Luís no final do século XVIII já falava sobre “o vício de pensar francês”. Em 1816, Cardeal Saraiva publicou o livro *Glossário das palavras e frases da língua francesa, que por descuido, ignorância ou necessidade se têm introduzido na locução portuguesa moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*.⁶² Afora essa primeira obra significativa sobre o assunto, há também os trabalhos de Almeida Garret na primeira metade do século XIX, os trabalhos do intelectual português padre José Agostinho de Macedo no mesmo período, do escritor e político brasileiro Ramalho Ortigão no final do século XIX, dentre outros.

⁶⁰ SOBRINHO, Rodolpho Gomes. Alguns estudos. *O Palládio*, Curitiba, n. 03, set. 1920, p. 12.

⁶¹ N., L. V. Coisas da epocha. *A Pátria*, Rio de Janeiro, n. 14, 20 mar. 1903, p. 01.

⁶² BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.) *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001, p. 60.

Em suas pesquisas sobre a língua portuguesa, o professor e gramático Celso Cunha afirmou que muitas pessoas não perceberam como a introdução dos galicismos desde fins do século XVIII “era o natural efeito de irradiação dos fulgores da cultura francesa – da Ilustração, da Enciclopédia, da Revolução, do Romantismo”⁶³. Alguns brasileiros julgaram que poderiam impedir “tal invasão submetendo os espíritos a uma atmosfera de pânico. Na entrada de galicismos viam uma nova ofensiva dos bárbaros (barbarismo passou a ser mesmo o sinônimo mais usado de galicismo)”. Assim, prenunciava-se “a anarquia, a decomposição e a morte do idioma”.⁶⁴

A luta pela pureza da língua é um tema recorrente na história nacional e um de seus espantalhos mais comuns foi o galicismo. Segundo o filólogo Silveira Bueno, a ortografia (nh, lh), a caligrafia (reforma carolíngia), “tudo se ressentia das contaminações literárias com a Provença, Borgonha e até o norte da França. O período galego-português, tôda a nossa literatura trovadoresca; os cronistas e historiadores, trabalhavam sob influências transpirenaicas”.⁶⁵ No período clássico, marcado por fontes latinas, essas influências passaram a ser combatidas a partir da possibilidade de construção de uma língua pura, sem importação de qualquer tipo de vocabulário ou sintaxe.⁶⁶

Neste cenário de “pânico moral”⁶⁷, é válido recordar da acirrada polêmica, em relação ao uso dos termos estrangeiros, envolvendo José de Alencar e Joaquim Nabuco em meados de 1875. Na época, o renomado autor de *Iracema* denunciara o excesso de francesismo de Nabuco, o qual considerava “fruto de seu dandismo aristocrático de filho de rica família pernambucana, com predileção por tudo que viesse de Paris”.⁶⁸ Por seu turno, Nabuco, juntamente com Pinheiro Chagas, retrucou acusando Alencar de também utilizar tais expressões. O que fez com que Alencar replicasse que os termos em questão se tratavam de autênticos lusitanismos.

⁶³ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Op. cit., 2009, p. 32.

⁶⁴ CUNHA, Celso. *Língua portuguesa*. Op. cit., 2009, p. 33.

⁶⁵ BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Op. cit., 1967, p. 239.

⁶⁶ O historiador Peter Burke remontou ao século XVII e XVIII para demonstrar que a busca pelo purismo se deu em diversos lugares e de diferentes formas. No século XVII na Alemanha, por exemplo, intensos debates sobre a questão ganharam força. Segundo Burke, as críticas à invasão do alemão por palavras francesas, principalmente relacionadas ao comportamento, eram intensas. Em realidade, a campanha linguística era parte de uma reação geral contra modelos culturais estrangeiros, “especialmente os franceses, do vestuário à gastronomia [...]”. Peter Burke comenta sobre o superintendente de escolas em Halle e membro da *Fruchtbringende Gesellschaft* que comparou a língua alemã a “uma donzela pura abraçada por línguas estrangeiras”. Recordou também do poeta Johann Rist que publicou um livro sobre como “salvar a nobre língua alemã’ de ser corrompida pelos modismos”. No século XVIII a campanha alemã contra as palavras estrangeiras ainda era intensa, o que prova, segundo Burke, que os puristas não obtiveram sucesso.

⁶⁷ BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. Op. cit., p. 163.

⁶⁸ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor*. Op cit., 2002, p.186.

Posteriormente, Alencar reconheceu que fizera uso de alguns galicismos, muito embora, estivessem “aportuguesados”. Segundo ele, uma vez “revestidas de português” e adotadas por escritores brasileiros, essas palavras seriam tão nacionais quanto quaisquer outras.⁶⁹ No seu entendimento “a iniciativa dessa nacionalização filológica do vocábulo exótico há de partir de alguém: um será o primeiro a dar-lhe o cunho brasileiro, e por que não pode ser este o escritor?”.⁷⁰

De acordo com Flora Süssekind, a argumentação de Alencar para o uso de galicismos e estrangeirismos diversos é, na verdade, “uma espécie de estratégia particular e necessária a mais do abasileiramento, obediente, paradoxalmente, ao programático nativismo romântico”.⁷¹ A bem da verdade, José de Alencar aceitando ou não, os vocábulos de origem estrangeira já se encontravam estampados nos periódicos brasileiros. Desde meados do século XIX abundavam críticas em jornais e revistas no país.⁷² Declarações pungentes e comoventes instilavam a capacidade dos estrangeirismos para o “abastardamento” da língua nacional. Nesse sentido, foi publicado espécie de manifesto n’*A Cruzada*, periódico baiano, em 1889. Nele, Evangelista Pereira clamava “contra o atrofiamento incessante de nossa língua” provocado pela “demencia e falta de patriotismo dos brasileiros”:

É um vicio que medonhamente nos atropela a tendência fatal para tudo que é estrangeiro. Até na linguagem cada vez toma proporções mais temíveis o desbragado estrangeirismo. Uma linguagem riquissima como a nossa, que contém para muito mais de 30 mil termos, não contando n’este numero os nomes proprios que não são em pequena quantidade, precisar de palavras puramente estrangeiras é incrível; porém os factos de cada dia ahi estão para protestar contra qualquer duvida. Elles estão a asseverar que constantemente vamos pedir termos aos francezes, aos ingleses, aos hespanhoes, aos italianos, etc.⁷³

A palavra *magasin*, por exemplo, apesar da dificuldade de pronúncia, era mantida na ordem do dia. Segundo Evangelista Pereira, esse fato era justificado pelo desejo premente que se tinha em demonstrar o “domínio do francês”:

⁶⁹ SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. cit., p. 465.

⁷⁰ ALENCAR, José de. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1875 *apud* SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. cit., 1993. Vol. 2, p. 465.

⁷¹ SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. cit., p. 465.

⁷² Na imprensa brasileira, desde pelo menos 1840 já havia crítica, como a do padre Lopes Gama no periódico pernambucano *O Carapuceiro*. Conforme SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. Op. cit., 1993. Vol. 2, p. 457 e 468.

⁷³ PEREIRA, Evangelista. Estrangeirismos. *A Cruzada*, Bahia, n. 01, 06 jun. 1889, p. 04.

Será isto beleza de rethorica ou perfeição da linguagem? Nada. Isto denota a decadência de um povo desleixado e sem patriotismo. É a miseria dos brasileiros. É triste o prognostico que se pode tirar d'esse presente de corrupção. Começa-se por abominar a propria lingua, acabar-se-ha por abandonar o proprio paiz. Palavra por palavra introduza-se aqui o estrangeirismo; e não tardará, que trocados a nossa lingua e os nossos costumes, entreguemos aos estrangeiros os nossos campos e as nossas cidades.”⁷⁴

A preocupação com o purismo da língua e a perseguição às expressões estrangeiras havia se tornado verdadeira fixação no Brasil. Assim sendo, nem mesmo o prestigiado escritor Machado de Assis passou incólume. A obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de 1881, foi acusada de estar imiscuída dos tais termos estrangeiros. Há trecho do livro em que, segundo Rodolpho Gomes Sobrinho, se pode observar tal aspecto mesmo anos após sua publicação: “Vinha de guardar a carta e o relógio, quando me procurou um homem magro e meão, com um bilhete de Cotrim, convidando-me para jantar [...]”. Sobrinho não tinha dúvida: “vinha de” era “francezia, equivalente em francez a ‘venir de’[...]”.⁷⁵

Malgrado condenações como essas, desde o século XIX, Machado de Assis ironizava a preocupação excessiva dos “puristas da língua”. Em uma de suas crônicas publicada na *Gazeta de Notícias* (RJ) na série “Bons Dias!”, em 1889, ele tratou do “delírio” da cruzada do médico Castro Lopes, anteriormente mencionado, contra tais neologismos:

Pego na pena com bastante medo. Estarei falando francês ou português? O Sr. Dr. Castro Lopes, ilustre latinista brasileiro, começou uma série de neologismos, que lhe parecem indispensáveis para acabar com palavras e frases francesas. Ora, eu não tenho outro desejo senão falar e escrever corretamente a minha língua; e se descubro que muita coisa que dizia até aqui, não tem foros de cidade, mando este ofício à fava, e passo a falar por gestos.

Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições; não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* dá idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra.⁷⁶

⁷⁴ PEREIRA, Evangelista. Estrangeirismos. *A Cruzada*, Bahia, n. 01, 06 jun. 1889, p. 01.

⁷⁵ SOBRINHO, Rodolpho Gomes. Alguns estudos. *O Palládio*, Curitiba, n. 03, set. 1920, p. 12.

⁷⁶ Bons Dias!. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 66, 07 mar. 1889, não paginado.

A ironia de Machado de Assis em relação a Antônio de Castro Lopes e à celeuma dos estrangeirismos era evidente. Eça de Queiroz, escritor e diplomata português, também sofreu diversos ataques ao longo da vida, apesar de suas declarações patrióticas. Em 1904 em periódico cearense, afirmou que “um homem só deve falar, com impecável segurança e pureza, a língua da sua terra – todas as outras se deve fallar mal, orgulhosamente mal com aquelle acento chato e falso que denuncia o estrangeiro”.⁷⁷ Apesar das declarações exaltadas, Pedro Muralha, ao analisar o histórico de suas obras, afirmou em *A Manhã* que ele nunca havia pregado seus ideais, pois apesar de reagir como poucos aos estrangeirismos, “como aliás já o fizera Garrett com anglicanismos, não foi dos mais impecáveis, visto que de francesismos perolisou muitos dos seus elegantes períodos, esquecendo assim o que sagazmente pré-gava [...]”.⁷⁸

O princípio antipatriótico que assolava até mesmo os escritores mais renomados, não era exclusividade do Brasil. Em *A Pátria* (RJ), por exemplo, em 1903, “N.” lembrou as acusações que a própria França recebeu devido às importações linguísticas. O país mais “iluminado e civilizado” do mundo, detentor de uma língua deveras cobiçada, era acusado de acolher as impurezas linguísticas que lhe chegavam da Inglaterra:

Em quanto nós aqui criticamos muita gente, que só escreve ou falla o portuguez (principalmente nas altas rodas) intercalando em cada frase duas, três palavras francezas, a imprensa parisiense começa a fazer uma forte guerra aos seus patricios, que não conversam sem chamar em auxilio vocábulos ingleses bem dispensaveis.⁷⁹

Se os brasileiros não conseguiam deixar de lado a língua francesa, os franceses, por sua vez, não eram capazes de abandonar o elegante inglês. Essa ausência de patriotismo linguístico era, conforme diversos comentaristas da imprensa, comportamento difuso em diversos lugares, mas que havia assumido proporções extraordinárias no Brasil. Assistia-se a essa situação com imenso pesar e procurava-se, na medida do possível, frear esse movimento. A imprensa não era apenas um *locus* de reclamações e ressentimentos, mas também lugar privilegiado de atuação dos “salvacionistas da pátria”.

De acordo com relato da *Fon-Fon* de 1908, o anseio por “destacar-se em sociedade” tornara-se uma verdadeira obsessão, promovendo uma “sarna gálica” que nos humilhava e

⁷⁷ QUEIROZ, Eça. A lingua vernacula. *A Cidade*, Sobral, n. 100, 27 set. 1904, p. 02.

⁷⁸ MURALHA, Pedro. Falar e escrever portuguez. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 365, 25 fev. 1927, p. 02.

⁷⁹ N., L. V. Coisas da epocha. *A Pátria*, Rio de Janeiro, n. 14, 20 mar. 1903, p. 01.

“diminuía enquanto nação”. De forma irônica, Braz da Nara, que era quem assinava essas ideias, demonstrou como esse desenfreado desejo de refinamento e elegância se espalhava:

Os elegantes chronistas do mundanismo carioca, na faina de bem orientar a nossa vida chic, andam a estragar a pureza da nossa lingua, enxertando-lhe desnecessarios termos francezes e ingleses que, no seu parecer são os unicos que podem dar idéaexacta do que desejam exprimir.

Fon-Fon que não é da Academia de Letras, nem mesmo do Instituto Historico, não vê com bons olhos essas tolices, pois acredita que a nossa lingua possui na riqueza innegavel do seu vocabulario, termos que equivalem perfeitamente as intronitadas expressões estrangeiras agora tão em moda.

Não ha dia em que os chronistas elegantes não empreguem as expressões: *Smart* e *Up-to date* para a significação de um individuo chic ou de uma festa elegante.⁸⁰

Nara tece crítica corrosiva aos “elegantes cronistas do mundanismo carioca” e propõe a substituição do termo *smart* (indivíduo elegante e com ares de civilizado) por “mettido a sebo” que era de origem popular e absolutamente nacional.

Ao tratar da Fundação futebolística de Juiz de Fora denominada “Paraguassú Foot-Ball Club”, o escritor V. F. d’O Paiz, posicionou-se sobre esse debate de forma sarcástica. Segundo ele, ao ler “esta comprida e tupyanglicanica denominação, a gente pensa, desde logo, que a sociedade projectada irá funcçionar como alguma colonia de índios, sob o protectorado da Inglaterra”. Porém, os jogadores eram “legítimos mineiros” e o Paraguassú Foot-Ball Club nada mais era, que juiz de forense.

Lamentava-se o escritor diante do fato: “A invasão de palavras estrangeiras na nossa lingua vai de tal modo se fazendo, que dentro em pouco será um tanto embaraçoso distinguir com precisão o idioma que falamos.” Não seria possível consentir que a língua se transformasse “numa salada anglo-franco-tupy-hispano-italo-portugueza”. Conclui:

E não ha de ser engraçado ver um mineiro, mesmo sem botas, após a digestão de um almoço de couve e de torresmo, ir para o *ground* do Paraguassú, como o mais entusiasta dos foot-balleers da localidade, disputar, com ardor, um ou mais teams, falando um inglez miseravelmente macarrônico?⁸¹

O escárnio do escritor é patente. A mescla do mineiro descalço que come torresmo e couve no almoço e vai com os *foot-balleers* para o *ground* do Paraguassú, montava um

⁸⁰ NARA, Braz da. Em bom portuguez. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 01, 11 abr. 1908, p. 30.

⁸¹ V., F. Tres tiras. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n.8980, 06 mai. 1909, p. 02.

cenário burlesco. As roupas, os costumes, bem como os termos estrangeiros utilizados, eram despautérios infundáveis e, para agravar a situação, o inglês utilizado compunha uma espécie de macarronismo, ou seja, tratava-se “quando muito, [de] uma salada de bobagens temperada com um amargo molho de pedantismo”. O ato de “estrangeirar”, portanto, ao invés de “chic”, era vergonhoso e digno de riso.

No mesmo esteio de pensamento, Raul Pederneiras publicou charge na revista *Fon-Fon* em 1914. O famoso caricaturista que buscou representar os diversos linguajares cariocas, especialmente as gírias, não conteve a ironia quanto aos neologismos estrangeiros. Intitulada “A lingua portugueza”, ela retratou o diálogo entre alguns “elegantes da cidade”:



Figura 09: A lingua portugueza. *Fon-Fon*, n. 30, 25 jul. 1914, p. 35.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira⁸²

Pelo título da charge se percebe a zombaria de Pederneiras. O que, de fato, compunha a língua portuguesa senão a mistura de termos ingleses e franceses? Pelo vestuário é possível caracterizar as personagens como membros da alta sociedade carioca e nesse caso, o uso das elegantes expressões colaborava para compor o almejado cenário de distinção social.

⁸²

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=259063&pasta=ano%20191&pesq=Acesso> em junho de 2020.

O escritor e pastor Themudo Lessa ao descrever em 1917 os elementos que compunham a vida elegante da capital carioca no periódico *Brazileia*, descreveu ironicamente o “tipo ideal do brasileiro”. Para tanto, compôs a seguinte conjectura:

Entra-se em um restaurante de luxo, ou mesmo em uma modesta *casa de petisqueiras*. Acode o empregado e apresenta-nos um cardapio escripto em pessimo francez (porque ficou convencionado que só em francez se devem escrever taes listas). Que fazemos, si algum visinho de mesa, desconhecedor da lingua de Balzac, não entende a denominação de um dos pratos?⁸³

A resposta era lamentável: “Rimo-lhes na cara, envergonhando-o pelo facto de não comprehender uma lingua que não é a sua”. Em seguida, o autor tece outra suposta situação:

Na secção elegante de um jornal, há um chronista que não escreve sem encaixar, em cada frase, pelo menos dois ou tres termos francezes ou inglezes ou italianos ou polacos; que descreve os trajes das senhoras que viu na véspera na Avenida em outra lingua que não a que falamos. Que epitheto nos merece a pessoa que acaso se queixa desse facto? O de ignorante.⁸⁴

Em conformidade com o escritor, o que poderia ser concluído? que “o typo idéal do brasileiro é o da mocinha, educada num pensionato *chic*, que fala francez como uma parisiense, ao passo que escreve Bahia sem h e diz que Maceió é a capital do Amazonas”.⁸⁵ Para Lessa, falar línguas estranhas não deveria constituir ordem de primeira necessidade em um país de analfabetos que mal sabe a própria língua.

Decorridos anos após a declaração de Themudo Lessa, lamentava A. J. Santos em periódico de Curitiba, questões parecidas em relação à falta de instrução no Brasil. Segundo Santos, “moças, educadas e instruidas em collegios sérios, não raro fallam e escrevem bem uma lingua estranha e são formidaveis topeiras em sua propria e nacional. Desbrasileiramos por vaidade! E por falta de educação nacionalistica!”. Até onde iria-se em nome estrangeirismo – “raça, lingua, religião, costumes, industria, commercio ... tudo! Tudo!... Vendemo-nos! Entregamo-nos!”.⁸⁶

⁸³ LESSA, Themudo. Simples apreciação. *Brazileia*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1917, p. 318 e 319.

⁸⁴ LESSA, Themudo. Simples apreciação. *Brazileia*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1917, p. 318 e 319.

⁸⁵ LESSA, Themudo. Simples apreciação. *Brazileia*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1917, p. 318 e 319.

⁸⁶ SANTOS, A. J. Veiga dos. Extranheirismos. *O Dia*, Curitiba, n. 1106, 11 dez. 1926, p. 02.

Nesse cenário cético quanto à educação no Brasil, ao contrário do que se poderia supor, o ensino fora registrado na imprensa como fator de desequilíbrio da pureza idiomática. O mal era antigo e já começava nas escolas primárias: “É tão comum verem-se crianças ignorantes no portuguez que já estudam e falam francez... de que maneira meu Deus! Como o francez, outros tantos idiomas vivem immiscuidos em nosso falar, deturpando-o horivelmente. É deplorável!”.⁸⁷

O. Souza Reis também chamou atenção em 1918 para esse aspecto no periódico *A Escola Primária*, do Rio de Janeiro. Segundo Reis, era comum no Brasil que os estudantes lessem romances e poemas de personalidades francesas, “que não são apenas Anatole France, Henri Bordeaux, Paul Bourget, Verlaine, Mallarmé e outros de igual tomo”, mas, também muitos livros medíocres eram apreciados apenas por serem franceses. “Concordo que não é vasta a obra de ficção dos nossos prosadores mas nenhum brasileiro tem o direito de ignorar, por exemplo, o incomparavel Machado de Assis [...]”.⁸⁸

De acordo com Reis, muitos fatores contribuíam para o baixo nível de conhecimento da língua materna, dentre eles, os colégios estrangeiros. O escritor não negou a possibilidade de se aprender neles “optimamente, o jogo do foot-ball” ou, a “pronuncia correcta para recitar *Le vase brisé* de Sully Prudhomme”. O problema era que, nesse tipo de escola, o ensino do português ficava relegado ao segundo plano, “quando não a um ainda mais remoto, e rapazes e moças ficam desconhecendo a sua lingua, as riquezas syntacticas que possui e os thesouros da sua literatura”.⁸⁹

Os professores eram amiúde acusados de serem usuários de termos estrangeiros no próprio ambiente escolar. Isso ocorria frequentemente em estabelecimentos de educação feminina, muitas vezes organizados e dirigidos por freiras estrangeiras. “Allegam serem as meninas, nesses collegios, desagregadas da terra natal, e a tal ponto que, concluindo o curso, falam admiravelmente o francez, ou o italiano, e desconhecem, em absoluto, o idioma natal [...]”.⁹⁰

Verifica-se ainda que, as críticas não se resumiam às atividades docentes, recaindo, principalmente, sobre as moças que frequentavam esses ambientes, as quais também receberam severas acusações. Conforme artigo assinado por Ancilla Domini em periódico de Petrópolis, as principais culpadas pelos remendos linguísticos no Brasil eram justamente

⁸⁷ *A Gazeta*, São Paulo, n. 5681, 05 jan. 1925, p. 02.

⁸⁸ R., O. S. Ideas e Factos. *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 09, 01 jun. 1918, p. 25.

⁸⁹ R., O. S. Ideas e Factos. *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 09, 01 jun. 1918, p. 25.

⁹⁰ LÊ, Lila. Estremecimento. *A Maça*, Rio de Janeiro, n. 50, 20 jan. 1923, não paginado.

as meninas, ainda que sob influência dos colégios e de seus professores estrangeiros. Ademais, havia “influencia do figurino francez. O jornal de moda [era] a principal leitura das *demoiselles*”. O domínio da moda francesa era tão intenso que “já em certa roda não se dizem mais as cores em portuguez: cinzento virou *gris*, castanho ou pardo, só póde ser *marron*, sem falar no *grénat*, *fraise*, *écrasée* e outras que taes!”.⁹¹

Ainda no mesmo artigo, Ancilla Domini afirmava que ouviu “contar de certa menina, brasileira legitima, que sempre que lhe era possível, se confessava em francez, porque assim os peccados ficavam mais *bonitinhos*. Até isso!”.⁹²

Nas mais diversas instâncias, o francês parecia reinar incontestemente. Para além das escolas e “domínios das moças”, as expressões circulavam impassíveis pelos lugares públicos. Para tanto, bastava em um passeio pelas ruas das cidades, olhar para as tabuletas do comércio. As fachadas das lojas no Brasil estavam impregnadas de estrangeirismos diversos.

João do Rio já havia mencionado em 1910⁹³ que as tabuletas eram como os brasões das ruas, “os escudos de uma complicada heráldica urbana, do armorial da democracia e do agudo arrivismo dos séculos.” Elas carregavam a expressão de uma época, contavam sobre a vida. Na babel de apelos à atenção, ressaltavam, chocavam, viviam estranhamente de forma extravagante e disparatada.⁹⁴ As tabuletas, como instilava João do Rio, não apenas representavam a cidade moderna, mas eram parte dela. Assim sendo, o cosmopolitismo espraia-se nos diversos recônditos da vida urbana e os vocábulos estrangeiros eram parte dessa realidade.

Willi Bolle ressaltou que as tabuletas, juntamente com placas de trânsito, outdoors, sinais, letreiros, anúncios, cartazes, folhetos, dentre outros, compunham os textos urbanos, com os quais Walter Benjamin se deparou em seu intuito de abordar a cidade de seu tempo como espaço de experiência sensorial e intelectual da modernidade. Seu livro *Contramão* seria um “fac-símile” do que os cidadãos, em suas andanças urbanas, tinham diante dos olhos, na maioria das vezes, de passagem, de modo distraído. Desse modo, as tabuletas, bem

⁹¹ DOMINI, Ancilla. Uma liga. *Beija Flor*, Petrópolis, n. 21, primeira quinzena nov. 1925, p. 322.

⁹² DOMINI, Ancilla. Uma liga. *Beija Flor*, Petrópolis, n. 21, primeira quinzena nov. 1925, p. 322.

⁹³ RIO, João do [1910]. *A Alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 97 e 98.

⁹⁴ O riso das tabuletas, segundo João do Rio, não advinha apenas de seu aspecto estrangeirizante, mas também dos erros ortográficos. Por exemplo, no nome *Casa Tamoio*, *Grande Armazém de líquidos comestíveis e miudezas*, “como saber que líquidos serão esses comestíveis, de que a falta de uma vírgula fez um assombro?”. Outro exemplo estava no caso dos “engraçadinhos” que escreviam as tabuletas de modo propositalmente errado, “como um negociante da rua Chile: ‘Colxoaria de primeraColxões contra purgas e percevejos?’”. RIO, João do [1910]. *A Alma encantadora das ruas*. Op. cit., 1997, p. 100.

escritas ou não, com a utilização de estrangeirismos ou não, configuravam parte da paisagem da metrópole moderna.⁹⁵

Para dar uma ideia do fenômeno em questão, os estrangeirismos eram tão comuns nos letreiros do comércio que essa prática chegou a se tornar problema judicial no início do século XX em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. A Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, com o intuito de proteger a língua vernácula exigiu, em 1915, que os estabelecimentos comerciais expusessem tabuletas apenas com denominações em português, do contrário, tributá-los-ia. Quem doravante quisesse “estropear o português”, que pagasse a licença respectiva ou traduzisse suas fachadas.

A *Gazeta*, posicionando-se contrária à medida, afirmava que essa lei visava arrancar da metrópole paulistana o cunho cosmopolita que possuía. Ainda assim, todos os estabelecimentos da capital submeteram-se às prescrições da prefeitura e apressadamente traduziram seus rótulos: “O *Bon Marché*, que qualquer estudante de primeiras letras traduziria O Barateiro, transformou-se em Bom Mercado [...]”. Quem estava com problemas para encontrar uma boa tradução na época era “a *Rôtisserie Sportsman*” que “ou se transforma[va] em Assadeira sportiva, ou paga[va] um conto de réis de imposto”.⁹⁶

Em artigo intitulado “Saibamos ser brasileiros”, um dos colaboradores d’*A Manhã* afirmava que a nacionalização das tabuletas, placas e letreiros era uma medida acertada e urgente. O que se poderia pensar, por exemplo, ao passar pela rua e ler “Casa New York” em uma fachada? Tinha-se a impressão de que se estava nos Estados Unidos, “mas aqui é a Bahia, aqui é o Brasil”. Ademais, as traduções deveriam ser feitas o quanto antes: o “*Royal Palace*” facilmente poderia virar “Palácio Real”, “*Au Louvre*” “A Elegância” ou “Ao Luxo”, e assim por diante:

⁹⁵ A esse respeito, ver capítulo 7: “A cidade como escrita”. BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. Op. cit., 2000.

⁹⁶ *A Gazeta*, São Paulo, n. 2676, 11 jan. 1915, p. 02.



Figura 10: Saibamos ser brasileiros. *A Manhã*, Bahia, n. 13, 21 abr. 1920, não paginado.
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira⁹⁷

Nas páginas da *Careta*, Horacio Acacio, ao que tudo indica pseudônimo de Lima Barreto, também afirmou que estava ao lado dos nacionalistas em relação à questão. Confessava que a medida de nacionalização “não resolvia grande coisa”, mas que a situação havia saído do controle e as expressões eram utilizadas conforme a moda, apenas. O escritor se questionava, qual o senso de um comércio denominado *À la ville de Brest*, “quando o que ele vende são fazendas e artigos de armarinhos”? Escrevia-se o título das lojas com termos estrangeiros por extravagância, mesmo que ele não guardasse relação com as mercadorias que eram vendidas.⁹⁸

Uma aluvião de intelectuais posicionava-se contra quaisquer tipos de intromissão e/ou proximidade com potências europeias. Não é possível denominá-los “nacionalistas” pelo fato de que muitos não se consideravam patrióticos, como o próprio Lima Barreto, cujas atitudes se voltavam para frear a difusão das expressões externas.

Um escritor d'*A Cigarra* afirmou em 1917 que “o gosto que o arrivismo literário” despertava nos moços que pretendiam “passar por ultra civilizados” fazia com que eles demonstrassem “a cada passo os seus absurdos e tonterias modernistas”. Era preciso

⁹⁷ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720151&pesq=&pagfis=77>. Acesso em dezembro de 2020.

⁹⁸ ACACIO, Horacio. Nacionalização das taboletas. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 586, 13 set. 1919, não paginado.

combater a “tempestade de estrangeirismo que cruzava o Brasil, flagelando a lingua, desfigurando-a, assassinando-a, tornando-a um manequim para todos os paladares”.⁹⁹

O pintor, escultor e escritor Ângelo Guido, mencionado em outro momento da tese, publicou artigos na imprensa sobre a infundável polêmica dos estrangeirismos que tomaram as páginas da imprensa desde o século XIX, conforme visto até aqui. Apesar de problema antigo, Guido atribuía já no desenrolar da década de 1920, ao movimento modernista esse eterno “elo com a Europa”. O pintor dizia considerar a si mesmo um inovador em relação às artes plásticas, fato que não o enquadrava em nenhuma corrente, nem na “modernista”, nem na “passadista”.

Para compreender suas ideias, destaque pode ser atribuído ao artigo publicado em 1929, na revista carioca *Frou-Frou*. Guido afirmava que o mais importante em relação ao movimento iniciado em São Paulo era seu cunho nacionalista, característica anteriormente analisada nesta tese. Porém, apesar das transformações estéticas, de acordo com o pintor, o espírito nacionalista ainda não se estabelecera de forma eficiente: “O movimento de Arte Moderna surgiu em S. Paulo como uma revolução que já se está impondo á mocidade, mas nesta revolução esthetica não está ainda a nossa alma, ainda não vibra nestes rythmos novos o espirito selvagem e titanico de Tupan”.¹⁰⁰

No plano da estética, o artista considerava o modernismo revolucionário, já que havia despertado a mocidade para um desejo de libertação e anseio por novas formas e ritmos. Todavia, era preciso ir além das aparências, pois ainda se estava atado ao estrangeiro no que se referia ao espírito: “Não nos illudamos: na maioria das obras, chamadas modernistas ha mais estrangeirismo e banalidade do que espirito novo. Mudamos a forma, mas o espirito não se tornou mais lúcido nem mais profundo.” A renovação era meramente aparente:

Estamos com a cabeça cheia de cubismos, futurismos e expressionismos, continuamos a macaquear, a falar uma lingua que não é nossa, a decalcar expressões que nada dizem da nossa vida, da nossa alma, dos nossos sentimentos, do encanto, do feitiço, dos deslumbramentos desta phantastica natureza que embala nas suas illusões perpetuas. Eu tenho vontade de gritar a todos esses importadores de baratos “ismos” estrangeiros, a todos os que exaltam as inovações esquisitas da Europa, a todos esses estetas de Jazz-band, que não queremos nem cubismo nem futurismo, nem dadaismo ou expressionismo, porque temos a nossa mocidade e o nosso espirito que não apodreceu ainda nas velharias européas, sente-se bastante forte, bastante novo para crear o que a Europa, cansada e impotente, já não é capaz de produzir.¹⁰¹

⁹⁹ Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 66, 19 mai. 1917, p. 13.

¹⁰⁰ GUIDO, Ângelo. *Arte Moderna. Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929, p. 109.

¹⁰¹ GUIDO, Ângelo. *Arte Moderna. Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929, p. 109.

O modernismo não fora capaz de alterar o ato dos brasileiros de “macaquear”, de falar uma língua e utilizar expressões que não eram suas. As vanguardas estéticas “trazidas para cá” só contribuíram para reforçar o apego ao europeu, que tanto se almejou rechaçar:

O que o Brasil precisa é varrer dos seus caminhos o cisco de todos os ‘ismos’ estrangeiros” para que pudesse encontrar a sua forma e espírito. Nós, os novos, não somos cubistas nem futuristas, não somos expressionistas nem ultraístas. Para nós essas causas não têm significação a não ser como tentativas fracassadas de espíritos atordoados e impotentes para encontrar uma expressão para a vida, que se renova. Queremos ser nós mesmos, unicamente nós mesmos, identificados com a nossa alma, integrados na magia e na ilusão da natureza brasileira.¹⁰²

A forma de apropriar-se do “alheio”, como procurou demonstrar o crítico literário Roberto Schwarz, era uma marca da nossa identidade. Em sua famosa tese das “ideias fora do lugar”, afirmou que desde o século XIX, brasileiros tentaram por e repor as ideias europeias no Brasil, ainda que a partir de um fundo social contraditório, ou radicalmente diferente. As ideias liberais disseminadas por aqui, em uma tentativa de imitação da Europa, na perspectiva do autor, ganharam contornos ímpares devido, principalmente, ao escravismo que, embora condenado moralmente, era praticado em larga escala.¹⁰³ Em sua não menos conhecida resposta, “As idéias estão no lugar”, Maria Sylvia de Carvalho Franco afirmou que nossa “miséria” não deveria “ser procurada no empobrecimento de uma cultura importada e que aqui teria perdido seus vínculos com a realidade, mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra[va] internamente ajustada à estrutura social e política do país”.¹⁰⁴ Em outros termos, a ideia de imitação, embora redutora, é carregada de significados e inscrições históricas.

De volta ao modernismo, um dos objetivos declarados do grupo era deglutir a cultura externa e interna – incluindo-se nesse caso a língua – e a partir disso, criar algo com autonomia sem rejeitar o que se passava “lá fora”. A cultura brasileira não deveria voltar-se exclusivamente para suas raízes e produções, justamente porque “éramos uma nação antropófaga, devoradora de tudo que vinha de fora, capaz de assimilar e reproduzir,

¹⁰² GUIDO, Angelo. *Arte Moderna. Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929, p. 109.

¹⁰³ SCHWARZ, Roberto [1977]. *As ideias fora do lugar*. In: *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988., p. 16 e 18.

¹⁰⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As idéias estão no lugar. Cadernos de debate: História do Brasil*, Ed. Brasiliense, 1976, p. 63.

modificados e enriquecidos, os valores que nos interessavam, eliminando o resto”. Ainda que negasse a subordinação à Europa como civilização universal, o modernismo esteve “aberto ao outro”, interpretando-o como um pouco de nós.¹⁰⁵

Segundo o escritor e diplomata João Almino, a proposta dos modernistas ia além da mistura entre o “primitivo e o civilizado”, já que a ideia era devorar o outro e regenerar a nós mesmos. A propósito, Oswald de Andrade afirmava que, se trouxe alguma coisa das suas viagens à Europa, havia sido o “Brasil mesmo.”¹⁰⁶ Ademais, o conhecido aforismo citado por ele no *Manifesto Antropofágico* de 1928, “tupi or not tupi, that is the question”, colocava em xeque essa busca não moderada por valores universais.

A questão do universalismo colocada pelos modernistas remete para reflexões importantes sobre nossa própria identidade. Nesse caso, é interessante analisar o caso do cinema falado em inglês, já que as condenações à prática artística legendada, sobretudo na década de 1920, eram intensas. O movimento antropofágico e a intensificação dos anseios universalizantes precisaram conviver com os críticos do cinema falado em língua estrangeira, compondo o cenário contrastante do pensamento humano que marca os debates linguísticos analisados nesta pesquisa.

O cinema foi considerado ao lado das tabuletas, do ensino e outras instâncias da vida cotidiana, verdadeiro “algoz” da pureza idiomática. Muitos discordaram da grande quantidade de filmes norte-americanos que eram transmitidos nas telas brasileiras. Chegou a ser apresentado um projeto de lei contra as fitas em língua estrangeira em outubro de 1929, o que provocou inúmeros protestos. Manifestaram-se contrários a esse tipo de medida os Srs. Guilherme de Almeida, João Ribeiro, Abrahão Ribeiro, além de outros.¹⁰⁷

Medeiros e Albuquerque em uma das sessões da Academia Brasileira de Letras, já sugerira que fosse dirigido ao Legislativo uma petição no sentido de serem taxados os filmes falados em língua estrangeira. “Essa medida, digna dos maiores aplausos, viria coibir, em grande parte, o abuso revoltante que constitui a imposição de uma língua estranha em nosso paiz”.¹⁰⁸

Segundo afirmação de João Ribeiro em *A Manhã*, a Academia de Letras era o órgão de defesa da língua nacional, não obstante, ela não poderia declarar guerra às línguas

¹⁰⁵ ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 59.

¹⁰⁶ ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. Op. cit., 2000, p. 60.

¹⁰⁷ Conforme: CANUTO, J. A Diffusão da LínguaIngleza pelo cinema seria o maior de todos os benefícios. *Correio do Estado*, Corumbá, n. 318, 22 nov. 1929, p. 05.

¹⁰⁸ Ouverture. *A Cigarra*, São Paulo, n. 361, segunda quinzena nov. 1929, p. 19.

estrangeiras. “A diffusão da lingua inglesa pelo cinema seria o maior e o mais humano de todos os beneficios. Convem a todo mundo, todo o planeta conhecer a lingua de maior diffusão e superficie da terra, dotada de enorme literatura scientifica, technica [...]”. Além disso, “[...] o ‘cinema’ é uma industria americana tão formidavel que não podemos cogitar em destruil-a ou sequer contrastal-a com os recursos nacionaes”.¹⁰⁹

Muitos acreditavam que a exibição de filmes estrangeiros, sobretudo americanos, era comum porque nossa indústria cinematográfica era fraca. R. Magalhães Junior afirmou em 1930 na *Frou-frou* que seria infinitamente melhor se os filmes fossem falados em língua própria, “emquanto, porém a nossa industria cinematografica não tiver evoluído, não tiver logrado produzir boas pelliculas faladas, fiquemos com o cinema em inglez, que nos offerece excelentes attractivos, magnificas horas de entretenimento”.¹¹⁰

Outra questão marcante que apareceu na imprensa em relação ao cinema, dizia respeito às traduções das legendas para o português, consideradas de baixa qualidade. Os tradutores das legendas passavam “por cima de todas as regras” e espezinhavam “a paciência dos amantes da boa linguagem, sem a menor piedade maltrata[vam] o idioma, multilá[vam]-no, falsifica[vam]-no com uma sem-cerimonia diabolica”.¹¹¹

Contava um escritor da *Fon-Fon* que havia lido a seguinte mensagem em uma legenda filmica: “‘Fulano não quer que sua filha filme com o conde’. Filme? Que significará isto? Como é que a filha do Fulano podia filmar com o conde? Aquelle filme está naturalmente, a representar alli, o papel de *flirt*” que, aliás, era um novo termo que ia se “intrometendo no nosso pobre vocabulario, com significação elegante de namoro moderno”.¹¹² O cinema, com suas assustadoras legendas era um “verdadeiro atentado contra a pureza e louçania da lingua. [...] É lícito que o cinematographo, que é hoje uma necessidade imprescindivel, ande a destruir as boas lições do ensino?”.¹¹³

Apesar das condenações, alguns tentaram posicionar-se a favor da prática artística internacional. Assis Chateaubriand, por exemplo, sustentava que aqueles que eram contra o cinema falado em inglês, deveriam revoltar-se também “contra o theatro francez, contra o theatro italiano e contra o proprio theatro lusitano. Se não queremos admitir films em lingua inglesa por que consentirmos que a opera lyrica no Municipal seja cantada em alemão ou

¹⁰⁹ RIBEIRO, João. Defesa da lingua. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 1220, 22 nov. 1929, p. 04.

¹¹⁰ JUNIOR, R. Magalhães. *Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 11, jan. 1930, p. 15.

¹¹¹ Papafita, Dr. Filmando – Chronica. *A Maça*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1925, não paginado.

¹¹² *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 21, 24 mai. 1913, p. 47.

¹¹³ NOGUEIRA, Julio. Erros habituaes de linguagem. *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 10, novembro 1923, não paginado.

italiano?”. Para o jornalista, “o jacobinismo nacional” nunca havia ido tão longe e com uma medida “mais imbecil” do que aquela. O filme falado constituía uma etapa do progresso obtido na técnica cinematográfica e não haveria motivo para rejeitá-lo: “Querer obrigar as empresas cinematográficas a exhibir films falados em portuguez é, em todos os sentidos, uma impossibilidade material, pela mesma razão que não temos operas nem dramas que possam ser cantadas ou representadas em nossa língua”.¹¹⁴

Os ideais universalizantes que se expandiam desde finais do século XIX no Brasil, portanto, possuíam certos “limites” no que dizia respeito à língua. Na década de 1920, por exemplo, em pleno movimento antropofágico, o projeto contra reprodução do cinema em língua inglesa era debatido nas páginas da imprensa assiduamente.

Em *Paulicéia Desvairada*, Mário de Andrade já havia reconhecido os limites de seus ideais universalizantes: “Não tenho forças bastantes para me universalizar? Paciência. Com o vário alaúde que construí, me parto por essa selva selvagem. Como o homem primitivo cantarei a princípio só”.¹¹⁵ Assim como Mário de Andrade, muitos intelectuais se deram conta de que os projetos universalistas conviveriam por muito tempo ainda com seus ideais opostos, fossem eles “nacionalistas”, “puristas”, “conservadores” ou quaisquer outras denominações possíveis.

Tanto é assim, que as polêmicas em torno da utilização dos termos estrangeiros permanecem em aberto. Para corroborar tal ideia, basta lembrar do debate legislativo ocorrido em 1999 a partir do Projeto de Lei n.º 1676 de 1999 de autoria do Deputado Aldo Rebelo. O projeto dispunha acerca da promoção, proteção e uso da língua portuguesa, “atacando” as palavras de origem inglesa.¹¹⁶

De acordo com o filólogo Marcos Bagno, “querer indiciar e punir quem se servir de expressões estrangeiras é de uma profunda violência”.¹¹⁷ Para ele, a língua não necessita de legislação. A língua “é um sistema autoregulador, que dá conta de suas próprias carências e necessidades. Ela mesmo acolhe o que tem serventia e descarta o que é dispensável”.¹¹⁸ Além disso, “‘a língua’ não existe: o que existe são seres humanos, inseridos em contextos

¹¹⁴ CHATEAUBRIAND, Assis. O cinema falado. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 1228, 01 dez. 1929, p. 04.

¹¹⁵ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Op. cit., 1987, p. 75.

¹¹⁶ Não sendo exclusividade do nosso país, Marcos Bagno lembrou que no mesmo período em Portugal costumava-se encarar os brasileirismos como os grandes “invasores linguísticos”. Em 1983 foi publicado um livro coletivo chamado *Estão a assassinar o português* e o principal culpado das infelicidades da língua portuguesa eram as telenovelas brasileiras, bastante populares na antiga metrópole. BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: Op. cit., 2001, p. 64.

¹¹⁷ BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. Op. cit., 2001, p. 53.

¹¹⁸ BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. Op. cit., 2001, p.82.

sócio-históricos específicos, que querem se fazer entender, interagir, comunicar-se uns com os outros”.¹¹⁹ Logo: “A língua não precisa ser ‘defendida’ de seus próprios falantes, que são seus legítimos usuários e devem ter a liberdade de fazer dela o que bem quiserem”.¹²⁰

Tanto no passado, quanto no presente, portanto, as polêmicas estrangeiristas permanecem. O “deturpador” da língua deixou de ser o francês e passou a ser o inglês, porém, como afirmou Marcos Bagno, “a cantilena é a mesma da época da ‘malária francesa’: mesmo tom, mesmo ritmo, mesmas palavras”. É admirável a incompetência dos assassinos da língua portuguesa, pois, “estão matando ela há duzentos anos, trezentos anos, e ela continua resistindo, viva, forte, falada e escrita por cada vez mais gente. É um crime que nunca se acaba de cometer...”.¹²¹

¹¹⁹ BAGNO, Marcos. *Cassandra, Fênix e outros mitos*. Op. cit., 2001, p. 83.

¹²⁰ BAGNO, Marcos. *Cassandra, Fênix e outros mitos*. Op. cit., 2001, p. 83.

¹²¹ BAGNO, Marcos. *Cassandra, Fênix e outros mitos*. Op. cit., 2001, p. 65.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Se você quer mesmo me ferir, fale mal da minha língua. A identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne – eu sou minha língua. Eu não posso ter orgulho de mim mesma até que possa ter orgulho da minha língua. Até que eu possa aceitar como legítimas o espanhol chicano texano, o Tex-Mex e todas as outras línguas que falo, eu não posso aceitar a minha própria legitimidade.

Anzaldúa, 2009.

Ressalvadas as peculiaridades temporais, a epígrafe da escritora Glória Anzaldúa remete às discussões travadas nessa tese, uma vez que assinala as relações entre poder e identidades, encetada nas línguas por meio de resistências e silenciamentos.

No artigo “Como domar uma língua selvagem”, a escritora retoma uma cena ocorrida em certo consultório odontológico. Nela, um intrépido dentista intenta literalmente, “controlar” a língua de seu paciente a fim de realizar seu trabalho. Durante o atendimento e após a limpeza das raízes, o profissional percebe que o dente não poderia ser fechado, pois, ele ainda drenava, ainda havia vida ali. Enfurecido, declarava que “nunca tinha visto nada tão forte ou tão resistente”. Sobre o caso, Anzaldúa questiona-se: “como você doma uma língua selvagem, adentra-a para ficar quieta, como você a refreia e põe sela? Como você faz ela se submeter?”.

Ao ter entrado em contato com os debates sobre a língua portuguesa no Brasil entre os anos de 1880-1930, demo-nos conta da ausência de muitas questões. A “falta” advém não apenas devido ao ato seletivo e perspectivista do historiador, mas também da omissão de muitos falares, principalmente indígenas e africanos, que compõem igualmente as muitas identidades brasileiras, mas que aqui foram mencionados apenas de passagem.

Em grande medida era em torno da legitimação, manutenção e/ ou problematização da língua portuguesa, que orbitavam os principais debates sobre a língua naqueles tempos. Segundo Anzaldúa, línguas selvagens não podem ser domadas. Elas podem, no máximo, ser decepadas. Indago, portanto, se não foi algo próximo do que aconteceu com tantas línguas que “sucumbiram” diante da língua portuguesa no Brasil?¹

Nesse sentido, parte das discussões sobre a língua portuguesa no Brasil tiveram como referência justamente nossas projeções em face do outro, o europeu, perfazendo a identidade linguística brasileira diante da maneira como se via e, sobretudo, como se queria ver diante do restante do globo, em especial no momento de construção da nação. Assim, a ideia de uma língua nacional ou brasileira foi interpretada como ato que feria a genuína “feição portuguesa” do idioma. Daí também a justificativa, em outro viés e posição, da rejeição ao uso desenfreado dos estrangeirismos, sobretudo franceses e ingleses. Com efeito, quaisquer indícios de ameaça ao português “clássico” eram denunciados como formas de transgressão da lei da boa linguagem.

Muitos acreditaram que a “arte da palavra” atravessava uma espécie de crise em finais do século XIX. O sentimento de pesar – ainda que muitas vezes transvestido de humor – marcou uma geração de intelectuais que expressaram as mudanças em relação ao vernáculo. Esse sentimento de desilusão era apresentado também como espécie de descompasso temporal e desejou-se muitas vezes conter a língua em sua marcha rumo ao novo e ao desconhecido. Posto a impossibilidade de tal empreitada, buscaram, o quanto possível, agir por meio de seus discursos.

O (res)sentimento em relação à língua no Brasil, tanto do ponto de vista da temporalidade, quanto da identidade, ainda que ressalvadas as peculiaridades, subsistiu por décadas. Aliás, os projetos cujos intuitos almejavam remodelar a “doce” língua portuguesa – tais como o dos vanguardistas que se posicionavam em defesa de um idioma coloquial ou brasileiro (o “como falamos e como somos”) – foram homologamente encarados como novo fator de desestabilização da pureza idiomática.

Nem tudo, porém, foram tristezas e ressentimentos na história da língua do *fin de siècle* brasileiro. Em um mundo “moderno” por excelência, havia os que se rejubilaram e muitas vezes, entusiasmaram-se em mirar para o futuro e para o progresso. Para esses, era preciso rejeitar passadismos linguísticos considerados inócuos, que não possuíam mais razão

¹ ANZALDUÁ, Glória. *Como domar uma língua selvagem*. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 297-305. Rio de Janeiro, 2009, p. 305.

de ser na sociedade do automóvel e do avião. Desejou-se uma língua mais próxima do linguajar cotidiano e que representasse a “nossa gente”, alcançando emancipação efetiva em relação a Portugal. Concomitantemente, os brasileiros deveriam ser “livres” na utilização dos termos estrangeiros, descortinando-se a dinâmica de um mundo cosmopolita cada vez mais pungente. Era preciso simplificar, aceitar os novos tempos, admitissem ou não os gramáticos, filólogos ou quaisquer outros membros da “intelectualidade retrógrada”.

Por mais que esses projetos ganhassem visibilidade a partir dos anos 1920 e amiúde estivessem interligados à ação dos intelectuais modernistas, eles já estavam sendo difundidos nas páginas da imprensa (não apenas no que diz respeito aos argumentos propriamente ditos, mas também no que concerne à forma com que foram dispostos e escritos os próprios textos jornalísticos) desde o século XIX. Assim, conquanto não houvesse um programa sistematizado em prol da transmutação linguística, havia focos desse propósito disperso pelo país, que podem ser visualizados a partir daqueles que escreviam para a imprensa, ou seja, o “Brasil que escreve”.

Portanto, aquele sentimento de decadência, ainda que expresso de diversas formas nos documentos da época, insistiu em sobreviver por décadas a fio, mesmo quando parecia antiquado em excesso. Concomitantemente, fica perceptível que aquela “ânsia para o futuro” caracterizada pelo “progressismo linguístico”, não foi projeto nascido repentinamente na década de 1920. Questões que ganham corpo e registram maneiras de sentir, perceber e posicionar-se diante da realidade vivida, tanto no passado, quanto no presente. Desse modo procurei, nesta pesquisa, abordar a historicidade dos processos linguísticos brasileiros, ou seja, as contradições que atravessaram a vida intelectual da Nação e que marcaram os infindáveis debates sobre a língua no Brasil nos jornais e revistas publicados durante o período em questão.

De um ponto de vista correlato ao presente, as contendas linguísticas analisadas neste trabalho podem ser encaradas como parte de um processo humano ainda ativo e que, em larga medida, encontra uma (re)modelação nos atuais veículos de comunicação. Em redes sociais como o *twitter*, por exemplo, assistem-se (e travam-se) intermináveis querelas, não apenas políticas, mas também linguísticas, em que o foco se volta para supostos “erros” ortográficos, de sintaxe ou colocação pronominal, ou, ainda, para declarações em que se destilam – propositadamente ou não – preconceitos linguísticos. Houve ocorrência desse tipo envolvendo o ex-ministro da educação Abraham Weintraub quando, em tom de sarcasmo,

simulou a fala dos chineses e ridicularizou o sotaque de asiáticos em postagem de 2020.² A tentativa de edificar diferenças entre os povos, mesmo que baseada em estereótipos, sinaliza (ainda) para sentimentos de primazia de algumas línguas/nações em detrimento de outras.

A língua se articula, portanto, com crenças estereotipadas e preconceituosas em suas situações mais cotidianas. De maneira similar à dinâmica do universo jornalístico do Brasil na passagem do século XIX para o XX, ainda que muitos posicionamentos tenham sido superficiais e não pautados em informações sólidas, as opiniões circulam livremente, não podendo ser interditadas pela autoridade dos especialistas. De todo modo, acredito que quaisquer materiais que produzam consciência histórica³, interligados ou não aos cânones, à universidade ou a qualquer instância legitimadora do saber, devem ser considerados, analisados e problematizados pelo profissional da história.

Neste sentido, corroboro as ideias de Jörn Rüsen de que a história, qualquer que seja ela, está interligada às carências, necessidades ou problemáticas do tempo presente e possui, portanto, uma função que é prática. No caso da língua em específico, torna-se cognoscível o quanto determinados preconceitos linguísticos não pertencem ao “passado eterno”, pelo contrário, estão por aí, circulando ainda hoje. A história da língua no Brasil importa, entre outros motivos, porque diz muito sobre quem se era no passado, mas, sobretudo, porque ilumina sobre quem se é no presente. Para Rüsen, um dos objetivos da história é justamente o de superar as carências humanas, fundamentar o conhecimento e suas interpretações históricas, funcionando como espécie de orientadora do presente.⁴

É válido recordar que as polêmicas linguísticas analisadas neste trabalho (assim como muitas atuais) nem sempre se apresentaram polarizados em lados opostos. Os embates muitas vezes não se fechavam em “igrejinhas” e oscilavam entre uma concepção e outra, o que pode ser visualizado a partir do confronto entre fonetistas e etimologistas. Segundo muitos registros da época, os dois lados encerravam inconvenientes que dificultavam uma possível escolha entre um lado e outro,⁵ o que acabava gerando uma espécie de grafia mista. Como ressaltou o escritor Homero Baptista Barros n’*O Sempre Viva*, periódico de Curitiba,

² Sobre o caso, é possível ver a notícia publicada na Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/weintraub-usa-cebolinha-da-turma-da-monica-para-fazer-chacota-de-chineses.shtml>

³ Podemos compreender consciência histórica como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente sua vida prática no tempo”. RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 57.

⁴ RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 35-36.

⁵ FILO-Logo. Questões grammaticas. *Careta*, n. 209, 01 jun. 1912, não paginado.

não se pode esquecer que havia também aqueles que simplesmente “erravam”, não sabiam escrever de acordo com a fonética, nem com a etimologia, criando o que denominou de “uma escrita disparatada”.⁶

Assim sendo, as polêmicas linguísticas, bem como a história de modo geral, são muitas vezes contraditórias e não se encerram de forma dicotômica. Conforme Wolfgang Iser,⁷ as oposições (o bem *versus* o mal, campo *versus* cidade, natureza *versus* cultura, real *versus* ficção) não se concretizam de modo reducionista. Existem diversas camadas de sentidos que aparecem nos antagonismos e que tendem a camuflar significações.

A percepção temporal, bem como a da cultura e da identidade brasileira, manifestou-se de forma difusa ao longo dos debates sobre a língua portuguesa no Brasil. Não se deve ser tentado pela ilusão da síntese ao narrar essas histórias. É essencial que se mantenha as contradições do passado que são, por natureza, insolúveis. Ademais, ainda que essas antinomias não possam ser “solucionadas”, são as marcas do passado que foram legadas ao presente. A forma como as polêmicas foram dispostas (in)formaram e (de)formaram os processos linguísticos, colaborando na composição do panorama cultural e identitário brasileiro, que não cessa de ser edificado.

Em discurso proferido em 1917 e levado ao público pelo periódico curitibano *A Escola*, o político e escritor Assis Brasil⁸ comentava que neste país tudo estava por fazer, inclusive a ortografia do próprio nome.⁹ De fato, as decisões linguísticas não foram facilmente tomadas na “terra dos gramáticos”, o que não significa afirmar que elas não tenham sido exaustivamente debatidas pela imprensa e que sejam carregadas de historicidade, o que permitiu a confecção desta tese.

⁶ BARROS, Homero Baptista. A questão orthographica da lingua portuguesa. *O Sempre Viva*, Curitiba, n. 12, 15 abr. 1925, p. 04.

⁷ ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

⁸ Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) assumiu diversos cargos públicos ao longo da vida, tais como o de deputado pelo Rio Grande do Sul e Ministro da Agricultura do Brasil. Foi crítico intenso da Monarquia e um dos fundadores do Partido Republicano. Publicou diversas obras sobre o panorama intelectual, histórico e político gaúcho, nacional e internacional.

⁹ Brasil escreve-se com s. *A Escola*, Curitiba, n. 01, 25 mai. 1921, p. 16.

REFERÊNCIAS

Fontes

A Actualidade órgão do partido liberal. Ouro Preto, n. 09, 23 jan. 1879.

A Campanha, Maranhão, n. 14, 17 abr. 1902.

A Gazeta, São Paulo, n. 5681, 05 jan. 1925.

A Imprensa indigena. *A Lanceta*, Recife, n. 03, 18 dez. 1889.

A Lingua. *A Violeta*, Cuiabá, n. 113, 30 jan. 1924.

A literatura actual do Brazil. *Revista Brasileira*, 13 jan. 1898.

A Reforma Ortográfica. *Alto Madeiro*. Porto Velho, n. 1318, 09 fev. 1930.

A Reforma orthographica. *O Dia*, Curitiba, n. 2443, 11 jan. 1930.

“A reforma ortohraphica”. *Matto Grosso: Revista Mensal de Sciencias, Lettras, Artes e Variedades*, Cuiabá, n. 08, ago. 1907.

A unidade nacional. *O Estado do Paraná*, Curitiba, n. 576, 19 nov. 1926.

ALBUQUERQUE, Alexandre. A Reforma orthographica. *A.B.C: Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Lettras e Artes*, Rio de Janeiro, n. 247, 29 nov. 1919.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. A questão orthographica. *Gazeta de Notícias*, Rio e Janeiro, n. 188, 07 jul. 1907.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. Orthographia. *Revista da ABL*, Rio de Janeiro, n. 55, julho 1926.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. Uma lingua internacional. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, abr. – jun. 1898.

ALMEIDA, Renato. A cultura classica e o professor Aloysio de Castro. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 08, maio 1919.

ALTAYR, Julio d'. Pela literatura moderna. *Vida Capichaba*, Vitória, n. 160, 31 jan. 1929.

ALVEZ, Vilhena. A utilidade das grammaticas. *Folha do Norte*. Pará, n. 79, 19 mar. 1896.

- ANTONIUS. A orthographia. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 43, 21 out. 1916.
- Assemblea Legislativa Provincial. *A Actualidade* Órgão do Partido Liberal, Ouro Preto, n. 25, 16 mar. 1881.
- ASSIS, Machado de. A lingua. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887.
- Association Polytechnique de Paris. *A Razão*, Rio de Janeiro, n. 107, 04 abr. 1917.
- B.B. A lingua brasileira. *Commercio do Acre*. Xapury, n. 20, 17 out. 1915.
- BANANÉRE, Juó. As cartas s'abax'o Pigues. *O Pirralho*. São Paulo, n. 49. ^{13 jul.} 1⁹¹².
- BANANÉRE, Juo. *La divina increnca*, 1924 1ª ed., p. 32, *apud* SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BARROS, Homero Baptista. A questão orthographica da lingua portuguesa. *O Sempre Viva*, Curitiba, n. 12, 15 abr. 1925.
- BARROSO, Hermes. A mediocridade literaria. *A Razão*, Fortaleza, n. 79, 13 jun. 1929.
- BEVILAQUA, Clovis. Grammatiquices. *Almanach de Pernambuco*, Recife, n. 02, 15 set. 1898.
- BILAC, Olavo. A lingua portuguesa, *A escola*, Curitiba, n. 04, mai. 1906.
- BITTENCOURT, Liberato. Concepções filosóficas. *Brasiliانا*, n. 03, 01 jul. 1925.
- BITTENCOURT, Liberato. Primeiras lições de vernaculidade. *Brasiliانا*, Rio de Janeiro, n. 06, abr. 1926.
- BLOCK- NOTES. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 1049, 28 jul. 1928.
- BOMILCAR, Alvaro. A linguaportuguesa no Brazil. *Gil Blas*, Rio de janeiro, n. 38, 30 out. 1919.
- BOMSUCCESSO. Verissimo do. O X e o Y. *O Porvir*, Curvelo, n. 31, 16 mar. 1902.
- Brasil escreve-se com s. *A Escola*, Curitiba, n. 01, 25 mai. 1921.
- C. Século da rapidez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 255, 14 jan. 1915.
- C. S. O jornalismo e a pathologia da linguagem. *Careta*, Rio de janeiro, n. 270, 12 ago. 1913.
- CALLAGE, Fernando. Va
u tomar outro remédio
caçar. *A Capital*, Bahia, n. 61, 04 dez. 1926.
- CARDOSO, Saturnino. Os nossos filólogos e as nossas necessidades linguisticas. *Revista da familia academica*, Rio de janeiro, n. 10, 01 ago. 1888.
- Careta*, Rio de Janeiro, n. 174, 30 set. 1911.
- Careta*, Rio de Janeiro, n. 174, 30 set. 1911.

Careta, Rio de Janeiro, n. 763, 03 fev. 1923.

CARVALHO, A. de A. Mello. O s e o z no português. *Revista Americana*. Rio de Janeiro, 01, jan. 1911.

CARVALHO, Antonio de Araújo Mello. A graphia de Brasil, *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 06, mar. 1920.

CASTILHO, José de. Macrobios da lingua. A. B. C. - Politica, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes. Rio de Janeiro, n. 430, 02 jun. 1929.

CASTRO, Augusto de. Portuguez. *A Cigarra*, São Paulo, n. 166, 15 ago. 1921.

CENSOR. A lingua portugueza. Orgam Semanal. *O Abaeté*, Abaeté, n. 06, 16 out. 1904.

CESAR, Euclides. Florilegio. *A Razão*, Fortaleza, n. 144, 29 ago. 1929.

CEZAR, Euclides. O povo e os grammaticos. *A Razão*, Fortaleza, n. 409, 12 ago. 1930.

CESAR, Euclides. Brazilidade e futurismo. *A Razão*, Fortaleza, n. 298, 18 mar. 1930.

CHIFFON. Reveillonar. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, n. 359, 25 dez. 1929.

CONCEIÇÃO, Ambrósio da. Carta de um caipira. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 125, 11 julho 1912.

CONCEIÇÃO, Ambrósio da. Cartas de um caipira mineiro. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 133, 05 set. 1912.

COSTA, Nelson. A lingua que falamos. A.B.C: Politicas, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes. Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923.

Chronica. *A Cidade*, Sobral, n. 65, 07 jul. 1904.

Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 195, 01 nov. 1922.

Chronica. *A Cigarra*, São Paulo, n. 209, 01 jun. 1923.

Chronica. *A Cigarra*. São Paulo, n. 257, mar. 1925.

CORREIA, Leoncio. Pela dignidade do idioma, *O Dia*, Curitiba, n. 1773, 13 mar. 1928.

Critica, Rio de Janeiro, n. 197, 04 jul. 1929.

DIDEROT. *Fon-Fon*. Rio de Janeiro, n. 47, 23 nov. 1918.

DOLORES, Carmen. A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8326, 01 jul. 1907.

DOLORES, Carmen. A Semana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8340, 04 ago. 1907.

QUEIROZ, Eça. A lingua vernacula. *A Cidade*, Sobral, n. 100, 27 set. 1904.

Esperanto. *Correio de Petrópolis*, Petrópolis, n. 02, 10 abr. 1910.

ESTRADA, Osório Duque. A ortographia academica. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 3034, 17 mai. 1907.

Extrangeirismo. *A Capital*, Cuiabá, n. 89, 01 mar. 1925.

Factos e boatos. *A provincia do Espirito Santo*. Vitória, n. 71, 30 ago. 1882.

FIGUEIREDO, Sylvio. Lingua Nacional. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 886, 30 out. 1928.

FILHO, Cardillo. Raça e estylo. *Festa*, Rio de Janeiro, n. 06, 01 mar. 1927.

FILHO, Domingos Ribeiro. Uma caretinha para todos – Architectura e grammatica. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 763, 03 fev. 1923.

FILO-Logo. Questõez grammaticaes. *Careta*, n. 209, 01 jun. 1912.

Fon-Fon, Rio de Janeiro, n. 18, 08 ago. 1908.

Fon-Fon, Rio de Janeiro, n. 46, 16 nov. 1912.

FONTES, Henrique. A lingua nacional. *O Estado do Paraná*, n. 419, 20 mai. 1926.

Foi brilhante a commemoração de hontem no theatrolyrico. *A Razão*, Rio de Janeiro, 11 jun. 1917.

FONSECA, Gondin da. Padre J. M. de Madureira, S. J. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 799, 21 jul. 1928.

G., D. Pelo asseio da linguagem. *A Capital*. Bahia, n. 19, 10 out. 1926.

GERSON, Brasil. “O mal da raça”. *Critica*, Rio de Janeiro, n. 54, 22 jan. 1929.

GIZ. Collaboração. *O Municipio*, Tarauacá, n. 273, 28 mai. 1916.

GÓES, Ricarêdo de. Gramixó e o futurismo. *A Reforma*, Tarauacá, n. 307, 27 jul. 1924.

GOMES, Alfredo. Ortographia uniforme. *A Escola primaria*, Rio de Janeiro, n. 08, 01 mai. 1917.

GOMES, Alfredo. Ortographia Uniforme. *A Escola Primária*, Rio de Janeiro, n. 10, 01 jul. 1917.

GRACIOTI, Mario. Paulistanas. *O Dia*, Curitiba, n. 676, 16 set. 1925.

GRACIOTTI, Mario. Paulistanas. *O Dia*, Curitiba, n. 712, 28 out. 1925.

GUERRA, Alvaro. Brasil com Z ou S? *Jornal da exposição*, Rio de Janeiro, n. 21, 26 set. 1908.

GUERREIRO, Prof. A língua portuguesa. *A Cigarra*, São Paulo, n. 211, 15 out. 1923.

GUIDO, Angelo. Arte Moderna. *Frou-Frou*, Rio de Janeiro, n. 10, dez. 1929.

Hil. Em favor do esperanto. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, n. 15, 20 jul. 1907.

Invento importante. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 113, 20 jul. 1910.

L.F. Aos domingos. *A Capital*. Nitheroy, n. 356, 31 out. 1903.

LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907.

LAET, Carlos de. Microcosmo. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8337, 01 ago. 1907.

LAVANÉRE, L. Língua brasileira. *Revista de Ensino*, Alagoas, n. 15, mai-jun. 1929.

LEITE, Solidônio Ático. *A língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: J Leite & Cia, 1922.

LESSA, Themudo. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de Janeiro, n.33, 25 set. 1919.

LINS, Alberto Rego. O impossível accordo orthographico. *Brazileia*, Rio de Janeiro, n. 05, dez. 1931.

LOPES, Dr. Castro. Calças. *A Capital*, Porto Alegre, n. 18, 04 jan. 1909.

LOPES, Dr. Castro. Questões grammaticas. *Estado de Goyas*, Goiás, n. 44, 31 mar. 1892.

M. A eloquencia da palavra. *O Dia*, Curitiba, n. 431, 05 dez. 1924.

M.M. Uma nova língua. *O Seculo* – Rio de Janeiro, n. 249 – 08 jun. 1907.

MAIA, Sabiniano. O Nacionalismo. *A Nota*, Fortaleza, n. 192, 19 jun. 1920.

MARCONDES, Victruvio. O idioma brasileiro. *Gil Blas*, Rio de Janeiro, n. 35, 09 out. 1919.

MINAS, João de. Oxygenio na “morgue” da linguagem. *Hoje - Periodico de Acção Social*, Rio de Janeiro, n. 210, 31 mar. 1923.

MINAS, João de. Sobre Portuguez. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 217, 12 mai. 1923.

MUNHOZ, Laertes. A modernolatria dos modernos. *Commercio do Paraná*, n. 4456, 09 nov. 1924.

MUNHOZ, Laertes. *A Vida Moderna*, São Paulo, n. 420, 10 nov. 1921.

NABUCO, Joaquim. Unidade literaria. *Jornal da Exposição*, Rio de Janeiro, n. 32, 07 out. 1908.

NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 77, 03 abr. 1888.

NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 84, 11 abr. 1888.

NEREU. O velho e o novo. *A Epoca*, Rio de Janeiro, n. 91, 19 abr. 1888.

NETTO, Oliveira. Pela cidade: o calão. *A Capital*. Bahia, n. 82, 01 jan. 1927.

NEVES, Berílo. Fragmentos. *Careta*, Rio de Janeiro, n. 937, 05 jun. 1926.

Notas a Lapis. *A Época*, Rio de Janeiro, n. 91, 19 abri. 1888.

NUNES, Dr. José de Sá Nunes. Viva o idioma nacional. *Excelsior*, Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1928.

NUNES, José de Sá. Consultório de Advocacia Gramatical. *Brasiliiana*, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1925.

NUNES, José de Sá. Língua portuguesa. *Brasiliiana*, Rio de Janeiro, n. 09, jan. 1927.

OITICICA, José. A ‘margem das grammaticas. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, n. 05, fev. 1917.

OLIVEIRA, Mendes de. Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 115, 16 mai. 1907.

O anno que passa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 8278, 03 jun. 1907.

O Brasil e Lingua Portuguesa. *A Cigarra*, São Paulo, n. 218, 15 out. 1923.

O portuguez em França. *Commercio do Parana*, Curitiba, n. 4684, 14 dez. 1924.

O Povo e a Orthographia. *O Século*, Rio de Janeiro, n. 273, 06 jul. 1907.

Ora, graças! *O Malho*, Rio de Janeiro, n. 234, 09 mar. 1907.

PAES, Alvaro. Que é o espermacete? A. B. C. - Politica, Actualidades, Questões Sociaes, Lettras e Artes. Rio de Janeiro, n. 103, 24 fev. 1917.

PECEGUEIRO, L. M. Os galicismos. *O Vassourense*, Vassouras, n. 16, 22 abr. 1883.

PEIXOTO, Afranio. A linguagem e a grammatica. *A Escola Primária*. Rio de Janeiro, n. 09-12, jun.-set. 1919.

Pela pureza de nossa lingua. *O Estado* – Diario vespertino. Santa Catarina, n. 1449, 02 mar. 1920.

PEREIRA, França. A Moderna methodologiagrammatical. *Heliopolis*, Recife, n. 05, mai. 1914.

PESSOA, Frota. A questão orthographica. *O Paiz*, Rio de Janeiro, n. 6657, 30 dez. 1902.

PICCAROLO, A. Democratisação ou degenerescencia da arte. *Gazeta Artística*, São Paulo, n. 04, 30 jan.1910.

PIMENTEL, Elpidio. A lingua nacional. *Vida capichaba*, Vitória, n. 213, 06 fev. 1930.

PINHEIRO, Xavier. Palestras literárias. *Correio da Noite* – Jornal independente, Rio de Janeiro n. 63, 14 jan. 1915.

PINTO, Roquette E. O dialecto brasiliano. *Diario Nacional*, São Paulo, n. 568, 10 mai. 1929.

PINTOS, Mattos. Chronica literaria. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 1168, 22 set. 1929.

PIRES, Julio. Oração. *Heliopolis*. Recife, n. 09, nov. 1913.

Pobre lingua! *O seculo*, Rio de Janeiro, n.50, 16 out. 1906.

Portugal e Brasil – Dois povos e uma só alma. *A capital*, Manaus, n. 201, 05 fev. 1918.

R., S. O. Lingua materna. *A Escola Primaria*, Rio de Janeiro, n. 09, 01 jun. 1918.

Reforma da orthographia. *Pharol*, Juiz de Fora, n. 234, 03 out. 1907.

- RIBEIRO, João. Dia sim, dia não – A orthographia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 78, 01 ab. 1926.
- RODRIGUES, Felix Contreiras. A Reforma orthographica. *Estado de Goyaz*, n. 89, 05 fev. 1930.
- RODRIGUES, José. Prosas e Glosas. *A Cruzada*, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891.
- ROMERO, Silvio. A colocação dos pronomes. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 05, jul.-set. 1880.
- ROSA, Ferreira da. Fo'ra da controvérsia... *A.B.C - Políticas, Actualidades, Questões sociaes, Letras e Artes*, Rio de Janeiro, n. 256, 31 jan. 1920.
- SAPORSKI. S. E. Vos. Lingoaportugueza. *A Escola*, Curitiba, n. 10, out – dez. 1907.
- SARCEY, Francisque. O Volapuk. *A Constituição*, Fortaleza, n. 29, 07 mar. 1888.
- SILVA, Cyro. A grafia portugueza. *O Dia*, Curitiba, n. 24, 27 jul. 1923.
- SILVEIRA, Pedro da. Philologia. *Revista do retiro litterario portuguez*. Rio de janeiro, n. 19, 31 jan. 1884.
- SOUSA, Albino Moreira de. Decadencia da língua portugueza. *Almanach litterario*, Recife, n. 03, 1888.
- SOUZA, Lourenço de. A Reforma da escripta. *A Escola*, Curitiba, n. 01, mar. 1908.
- Theatro. *A Semana*, Rio de Janeiro, n. 111, 12 fev. 1887.
- TIC. A nossa lingua verde. *A Cigarra*, São Paulo, n. 165, 01 ago. 1921.
- TOSTA, José. Espiritismo. *A época*, Rio de Janeiro, n. 145, 22 dez. 1912.
- VERÍSSIMO, José. Vida literaria. *Kosmos – Revista artística, Scientifica e literária* n. 04, abr. 1904.
- VERÍSSIMO, José. Vida Literaria. *Kosmos – Revista artística, Scientifica e literária* Rio de Janeiro, n. 02, fev. 1905.
- VERÍSSIMO, José. Vida literaria. *Kosmos– Revista artística, Scientifica e literária* Rio de Janeiro, n. 04, abr. 1904.
- VERISSIMO, José. Briga de grammaticos. *Kosmos – Revista artística, Scientifica e literária*. Rio de Janeiro, n. 11, nov. 1905.
- X. Querida amiga. In: SERRANO, Jonathas. Um programma de português. *A Escola primaria*, Rio de Janeiro, n. 08, 1925.

Bibliografia

- ALUQUERQUE JÚNIOR, Durval Munis de. História – a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da história). Curitiba: Appris, 2019.
- ALENCAR, José de. [1865] *Iracema*. São Paulo: Ática, 2004a.
- ALENCAR, José de [1874]. O nosso cancionero. Rio de Janeiro: ed. De Manuel Esteves e M.Cavalcanti Proença, 1962.
- ALENCAR, José de. Sonhos D' Ouro [1872]. In: *Ficção Completa*. Vol I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1965.
- ALENCAR, José de [1874]. *Ubirajara*. São Paulo: Ática, 2003b.
- ALMINO, João. De Machado a Clarice: a força da literatura. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.
- AMARAL, Amadeu. Comédia Ortográfica. In: *O elogio à mediocridade* (estudos e notas de literatura). São Paulo: Nova Era, 1924.
- ANDERSON, Benedict [1983]. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo*: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade, Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.
- ANDRADE, Mário; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Organização, introdução e notas Marcos Antonio de Moraes. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- ANDRADE, Mario de. Gramatiquinha, p. 321. In: PINTO, Edith Pimentel. *Atos do drama ortográfico*. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 31 jan. 1976. Suplemento de Centenário.
- ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- ANDRADE, Mário de. (s.d.). In: FERNANDES, Lígia (ed.). (s.d.). *71 cartas de Mário de Andrade coligidas*. Rio de Janeiro: Livraria São José.
- ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias* (Manifestos, teses de concursos e ensaios), 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ANDRADE, Oswald de. Andrade de. *Obras completas*, Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- ANZALDUÁ, Glória. *Como domar uma língua selvagem*. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 297-305. Rio de Janeiro, 2009.
- BAGNO, Marcos. Cassandra, Fênix e outros mitos. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.) *Estrangeirismos – guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.

- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética: A teoria do romance*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec/ Annablume, 2002.
- BAJU, Anatole. A Escola decadente. In: MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989.
- BARRETO, Lima [1915]. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. 17 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BARTHES, Roland. A morte do autor [1968]. In: *O rumor da língua* (1984). Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERMAN, Marshall [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BILAC, Olavo, 1903, *apud* SALIBA, E. T. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. Usos do Povo. In: *Coisas ditas*, São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURGET, Paul. Teoria da decadência. In: MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989.
- BOYM, Svetlana. Mal-estar na nostalgia. *História da Historiografia*. Ouro Preto. n.23, pp. 153-165, abril de 2017.
- BROOKSHAW, David. *Race and color in Brazilian literature*. Londres e Metchsen: The Scarecrow Press, 1986.
- BRUNOT, Charles *apud* MORETTO, Fulvia M. L. (Org.) *Os caminhos do decadentismo francês*. São Paulo: Perspectiva: USP, 1989.
- BUENO, Francisco da Silveira da. *A formação histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Saraiva, 1967.
- BURKE, Peter. *A Arte da conversação*, São Paulo: Ed. UNESP, 1995.
- BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos* – tradução Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- CAMILOTTI, Virgínia Célia. *João do Rio: idéias sem lugar*. Uberlândia: EDUFU, 2008.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistência no sul do Brasil*. Campinas, 1998. 348 f. Tese (Doutorado em história). IFCH, Unicamp, Campinas, 1998.
- CAMPOS, Francisco Antônio de. *A língua portuguesa é filha da latina, ou Refutação da memória em que o senhor patriarca eleito D. Francisco de S. Luiz nega esta filiação*. Lisboa: M.J. Coelho, 1843.

- CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: ouro sobre azul, 2006.
- CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadismo e simbolismo no Brasil* – crítica e poética. Rio de Janeiro: livros técnicos e científicos editora: INL, 1980.
- CARPEAUX, Otto Maria. Uma voz da democracia paulista. In: *Reflexo e Realidade*. Rio de Janeiro: Fontana, s.d.
- CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados* – o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CATROGA, Fernando. Pátria, Nação. In: NAXARA, Márcia & CAMILOTTI, Virgínia (Orgs). *Conceitos e Linguagens* – construções identitárias. São Paulo: Intermeios/ Capes, 2013.
- CERTEAU, Michael de [1975]. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*/ tradução de. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- COMPAGNON, Antoine. *Os Cinco Paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- COSTA, Cristiane. Pena de aluguel. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedade Paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- CUNHA, CELSO. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: edições Tempo Brasileiro LTDA, 2009.
- DAHER, Andréa. Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Escritas, linguagens, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.
- DANTAS, Macedo. *Cornélio Pires: criação e riso*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- DIAS, Gonçalves. *Diccionario da língua tupy chamada língua geral dos indígenas do Brazil*. Leipzig: F; A. Bockhaus, 1858.
- ELIAS, Norbert. *O processo Civilizador*. V.1: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann: Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FABRIS, Annateresa. *O Futurismo Paulista: Hipóteses para o Estudo da Chegada da Vanguarda ao Brasil*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.
- FARACO, Carlos Alberto (Org.) *Estrangeirismos* – guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- FARIA, Daniel. *O Mito Modernista*. Uberlândia: UDUFU, 2006.

- FOUCAULT, M. O que é um autor?. In: *Ditos & Escritos III*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. *Cadernos de debate: História do Brasil*, Ed. Brasiliense, 1976.
- FREYRE, Gilberto [1933]. *Casa-Grande e Senzala*: Formação da Família Brasileira sobre o Regime da Economia Patriarcal. São Paulo: Global Editora, 2003.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENEZ, Renato Aloizio de Oliveira (Orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Ed.Unicamp, 2000.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de [1936]. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HYUSSEN, Andreas. Nostalgia das ruínas. In: HYUSSEN, Andreas. *Cultura do passado-presente*: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Trad. Vera Ribeiro. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Vol. 2. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Revista Gil Blas e o nacionalismo de combate (1919-1923)*. Assis, 2011. 202 p. Ilustrações, Gráficos. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus Assis, Universidade Estadual Paulista.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Trad. Markus Hediger. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- KOSELLECK. Reinhart [1979]. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LAJOLO, Marisa. Regionalismo e história da literatura: Quem é o vilão da história? In: FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- LEITE, Sylvia H.T.A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas*: a caricatura na literatura paulista (1900-1920). 1a. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- LOBATO, Monteiro [1944]. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, 2010.
- LOBATO, Monteiro [1918]. *Urupês*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2009.
- LOPES, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade, taxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003.p.111-153.
- LUCA, Tânia Regina de. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia Regina Capelari; CAMILOTTI, Virgínia (Orgs.). *República, Liberalismo, Cidadania*. Piracicaba: UNIMEP, 2003.
- MACEDO, Joaquim Manuel. *Considerações sobre a nostalgia*. Campinas, Editora da UNICAMP, 2004.
- MELO, Gladstone Chaves [1946]. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: SENAC, 2000.
- NOVAES, Adauto. (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PAES, José Paulo. A ruptura vanguardista: as grandes obras. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*, Campinas: UNICAMP, 1993. Vol. 3.
- PEDERNEIRAS, Raul. *Geringonça carioca*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1922. Apud RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. 314f. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- PETTER, Margarida. Linguagem, língua, lingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- PINTO, Edith Pimentel (Org.). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade [1928] - Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- PINTO, Edith Pimentel. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1988.
- PINTO, Edith Pimentel. O português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1978. V.1: 1820-1920 Fontes para a teoria da história.
- PIZARRO, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994.
- POE, Edgar Allan. *Excertos do marginalia*. In: Ficção completa, poesia & ensaios. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986.
- RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

- RENAN, Ernst. [1882] Que é uma nação? Trad. Samuel Titan Jr. [Nota introdutória por Angela Alonso e Samuel Titan Jr.] In: *Plural: Sociologia*, USP, S. Paulo, 4:154-175, 1. Sem. 1997.
- RIBEIRO, João. *Páginas de esthetica*. Lisboa: Livraria classica editora de A. M. Teixeira, 1905.
- RIO, João do [1910]. *A Alma encantadora das ruas*: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIO, João do [1906]. *O momento literário*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, s/d.
- RODRIGUES, Beatriz. *Linguagens urbanas na “Babel amalucada”* - cartas caipiras em periódicos paulistanos (1900-1926). Jundiaí: Paco editorial, 2020.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Cecult; Editora da Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, 2002. 314f. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- RÜSEN, Jorn. *Razão Histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de [1916]. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação – Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict [1983]. *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia M. *O Espetáculo das raças*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SCHWARZ, Roberto [1977]. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SEIXAS, Jacy. Formas identitárias e estereótipo: o Brasileiro jecamacunaímico e a gestão do esquecimento. In: NAXARA, Márcia; CAMILOTTI, Virgínia. (Org.). *Conceitos e Linguagens: construções identitárias*. São Paulo: Intermeios, 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SHWARTZ, Jorge. Lenguajes utópicos. “Nwestra ortografia bangwardista”: tradición y ruptura em losproyetos lingüísticos de losãosveinte. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Escrita, linguagem, objetos*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: *O cinema e a invenção da vida moderna*. Trad. Thompson, Regina. São Paulo: Cosac & Naif, 2001, p. 115-148.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização: ensaios*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. *ArtCultura*, Uberlândia, v.7, n.11, jul. – dez. 2005.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Triunfos as ondas do mar: linguagens e espaços urbanos no Rio de Janeiro. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.) *Escritas, linguagens, objetos: leituras de História Cultural*. Bauru: EDUSC, 2004.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.